

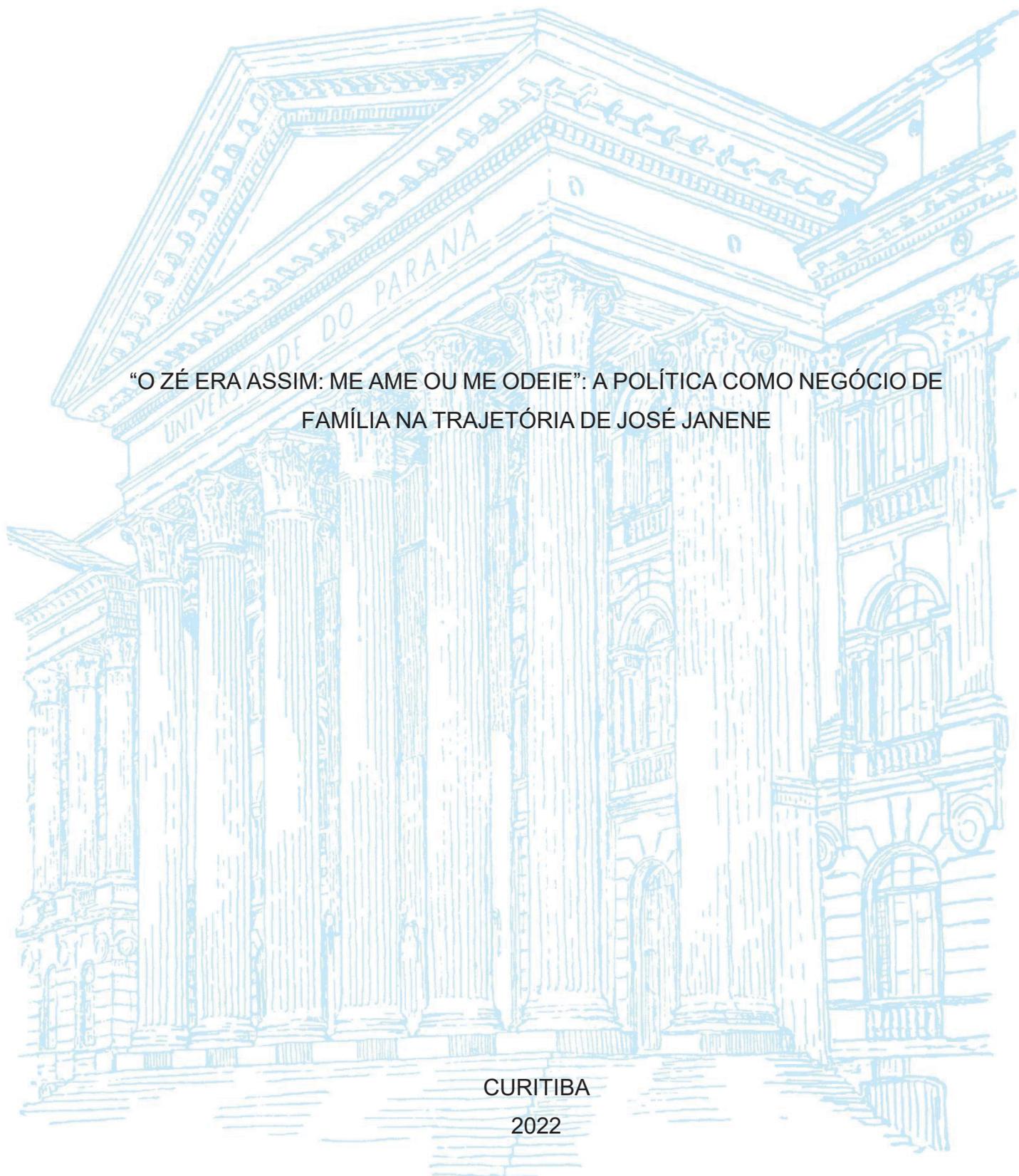
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA ANDRÉIA ALVES DA SILVA MARCELINO

“O ZÉ ERA ASSIM: ME AME OU ME ODEIE”: A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE
FAMÍLIA NA TRAJETÓRIA DE JOSÉ JANENE

CURITIBA

2022



CARLA ANDRÉIA ALVES DA SILVA MARCELINO

“O ZÉ ERA ASSIM: ME AME OU ME ODEIE”: A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE
FAMÍLIA NA TRAJETÓRIA DE JOSÉ JANENE

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Marcelino, Carla Andréia Alves da Silva

“O Zé era assim: me ame ou me odeie” : a política como negócio de família na trajetória de José Janene. / Carla Andréia Alves da Silva. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

1. Janene, José, 1955-2010. 2. Poder (Ciências Sociais). 3. Estado. 4. Ciência Política. 5. Políticos – Brasil. I. Oliveira, Ricardo Costa de, 1964-. II. Santos Júnior, Jaime. III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. IV. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CARLA ANDREIA ALVES DA SILVA MARCELINO** intitulada: "**O ZÉ ERA ASSIM: ME AME OU ME ODEIE**": **A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA NA TRAJETÓRIA DE JOSÉ JANENE**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica

25/08/2022 10:03:24.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/08/2022 15:09:55.0

TIAGO VALENCIANO PREVIATTO AMARAL
Avaliador Interno Pós-Doc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

24/08/2022 18:40:21.0

SOLANGE CRISTINA RODRIGUES FIUZA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica

24/08/2022 21:42:29.0

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

Assinatura Eletrônica

25/08/2022 11:35:38.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

À todas as mulheres,
trabalhadoras, mães, filhas e companheiras que resistem na vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Nesta longa jornada do doutorado, muitos e muitas estiveram ao meu lado, alguns bem perto, outros à distância, mas todos e todas tiveram papel fundamental enquanto rede de apoio para que esta pesquisa fosse possível. Minha gratidão:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, por ter acreditado em mim, ter me aceitado como sua orientanda, pela humildade em compartilhar todo o seu conhecimento, pela disponibilidade, e principalmente, pela humanidade com que interage com seus alunos, de forma compreensiva e acolhedora.

Ao Prof. Dr. Marciano Monteiro e às Prof^{as} Dras. Mônica Goulart e Solange Fiuza, que compuseram a banca de qualificação e que de forma tão gentil contribuíram com seus conhecimentos para a finalização desta tese.

Aos professores que encontrei pelos caminhos do mestrado e do doutorado, nas disciplinas e seminários, com os quais aprendi muito, em especial Prof^a. Dra. Tarcisa Bega, Prof. Dr. Alfio Branderburg, Prof. Dr. José Miguel Rasia e Prof^a. Dra. Marlene Tamanini.

Ao meu filho, Guilherme, e ao meu companheiro, William, pelo incentivo constante, pela compreensão quanto à minha longa ausência, e por colaborarem, cada um à sua maneira, para que eu pudesse concluir o doutorado.

À minha mãe, irmãos, sobrinhos e cunhada, também pela compreensão quanto ao meu afastamento, quanto às ligações e mensagens que não mandei e todas as vezes em que não estive presente nas horas em que mais precisaram da minha presença nestes últimos meses.

Ao meu grupo do coração, "Top4", minhas irmãs de alma, sempre ombro a ombro nesta e em outras caminhadas comigo. Gratidão por tudo o que representam. Noronha vai ser pequeno para comemorar esse doutorado.

Ao meu amigo Marcio, sempre presente com suas dicas, suas broncas e suas frases de efeito. Obrigada pela disposição nas leituras e pelos pitacos na pesquisa.

Às amigas dos grupos de apoio, socorro, vinho e *chopp*, especialmente as Help Girls, as Preparadas, as Doutorandas Normais, as Super Mamães e a Saída é pela Esquerda. É lindo encontrar mulheres poderosas na caminhada e poder aprender com elas.

Aos amigos e amigas do trabalho, pela acolhida em Paranaguá e pelo incentivo e compreensão quando cheguei novata ao Tribunal de Justiça em meio às atividades do doutorado.

Aos amigos e amigas que deixei no Governo do Estado do Paraná e que me acompanharam e me incentivaram nos dois anos iniciais do curso.

Aos meus mestres da Universidade Estadual de Londrina que tanto contribuíram na minha formação, especialmente ao Prof. Dr. Evaristo Colman, que nos idos do ano de 2005 me apresentou a obra “O Silêncio dos Vencedores”, escrita pelo Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, plantando em mim a semente do desejo da realização de uma pesquisa sobre as relações de poder e parentesco em Londrina-PR.

Aos trabalhadores da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, especialmente ao Katiano Cruz, sempre gentil, solícito, atencioso e acolhedor, ajudando-nos com presteza a resolver nossas demandas administrativas e acadêmicas na universidade.

Gratidão a todos e todas que estiveram comigo nessa jornada.

*Analisando essa cadeia hereditária
Quero me livrar dessa situação precária*

*Onde o rico cada vez fica mais rico
E o pobre cada vez fica mais pobre*

*E o motivo todo mundo já conhece
É que o de cima sobe e o de baixo desce*

Xibom Bombom, canção interpretada por As Meninas
(GASPAR e RANGEL, 1999)

RESUMO

José Mohamad Janene (1955-2010) foi um político brasileiro que ao longo de sua carreira chegou a ser apontado como o “homem que mandou no Brasil”. De uma família de imigrantes libaneses, Janene teve suas bases na região Norte do Paraná, expandindo sua atuação ao âmbito nacional, levando consigo vários de seus familiares, especialmente os irmãos, todos envolvidos nos negócios políticos dele. Família de empresários, o *modus operandi* dos Janene era o de financiar campanhas eleitorais em troca de cargos e contratos com o Estado, visando a beneficiar as próprias empresas. O objetivo da presente pesquisa é analisar a trajetória de José Janene, no intuito de levantar quais foram os capitais que permitiram que este agente conseguisse fazer a transposição da barreira do poder local e chegar ao poder nacional e exercer papel fundamental na articulação política nos anos 2000. Utilizou-se como base epistemológica a praxiologia de Pierre Bourdieu, mediante o estudo dos campos, capitais e *habitus*, fazendo uso da metodologia da construção de trajetórias, traçando as alocações e deslocamentos de Janene e seus familiares no espaço social, analisando suas posições nos campos e os capitais que os permitiram estar em posição de domínio dentro deles. Observou-se que os capitais decisivos que asseguraram as posições de domínio à José Janene e seus familiares foram o econômico, caracterizado pelas empresas, pela posse de terras e o agronegócio; o social, com as alianças e as amplas e diversas redes de contatos e favorecimento; e o capital simbólico, vindo do seu perfil pessoal de homem de bastidor, bom negociador, controlador e hábil, que lhe assegurava reconhecimento no meio político. Janene operou de forma a praticar a conversão de capitais, transformando capital econômico e social em capital político, o capital político em simbólico e em econômico mais uma vez, retroalimentando o seu poder. As alianças e o dinheiro, especialmente, foram decisivos na passagem do poder local ao nacional feita pelo agente estudado. A partir da trajetória de José Janene pode-se concluir que a política é um grande negócio de família, assim como, que poder econômico e poder político estão atrelados, vez que em grande parte dos casos, os bem-sucedidos economicamente contam, de alguma forma, com o aparelho do Estado para tal.

Palavras-chave: José Janene. Política. Poder local. Família. Estado.

ABSTRACT

José Mohamad Janene (1955-2010) was a Brazilian politician who, throughout his career, came to be referred to as the "man who ruled Brazil". From a family of Lebanese immigrants, Janene had his political bases in the Northern region of the state of Paraná, expanding his activities to the national level, taking with him several of his family members, especially his brothers, all involved in his political business. As a family of businessmen, Janene's modus operandi was to finance electoral campaigns in exchange for positions and contracts with the State, aiming to benefit their own companies. The objective of the present research is to analyze José Janene's trajectory, to identify what were the capitals that allowed him to overcome the barrier of local-level power and reach national-level power, and thus play a substantial role in political articulation in the 2000s. Pierre Bourdieu's praxeology was used as an epistemological basis, through the study of fields, capital, and *habitus*, by using the construction of trajectories methodology, tracing the allocations and dislocations of Janene and his family members in the social space, analyzing their positions in the fields and the capitals that allowed them to be in a position of domination within them. It was observed that the key capitals that assured the positions of domination to José Janene and his family members were the economic capital, characterized by the companies and land ownership and the role in agribusiness; the social capital, which consists of the alliances and the wide and diverse networks of contacts and favoritism; and the symbolic capital, coming from his profile as a backstage man, good negotiator, controller and skilled that assured him recognition in the political environment. Janene handled in a way to practice the changeover of capitals, transforming economic and social capital into political capital, and the political capital into symbolic and economic capital once again, providing his power feedback. Alliances and money, especially, were decisive in the crossing from local to national-level power, made by that agent. From José Janene's trajectory we can conclude that politics is a big family business, as well as, that economic and political power are linked, since, in most the cases, the economically successful ones count, in some way, on the State apparatus to do so.

Keywords: José Janene. Politics. Local-level power. Family. State.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Ficha Consular de Qualificação de Mohamad Janani	55
FIGURA 2 – Ficha Consular de Qualificação de Maimouné Al Jannani	55
FIGURA 3 – Genealogia dos ramos familiares da família Janene	59
FIGURA 4 – Fotografia de José Janene	60
FIGURA 5 – Registro da chegada do corpo de Janene à Londrina-PR.....	70
FIGURA 6 – Registro da cerimônia de sepultamento de José Janene	72
FIGURA 7 – Foto da Mesquita Rei Faiçal, em Londrina-PR	119

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Votos de José Janene por município em 1998	65
QUADRO 2 – Votos de José Janene por município em 2002	68
QUADRO 3 – Empresas da família Janene	106
QUADRO 4 – Cargos e posições ocupados pela família Janene	151
QUADRO 5 – Principais escândalos envolvendo a família Janene	221

LISTA DE SIGLAS

ACESF	Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina
ACIL	Associação Comercial e Industrial de Londrina
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
AMA	Autarquia Municipal do Ambiente
AMETUR	Autarquia Municipal de Turismo
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARP	Associação Rural do Paraná
AVC	Acidente Vascular Cerebral
Banestado	Banco do Estado do Paraná
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CEI	Comissão Especial de Investigação
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CMTU	Companhia Municipal de Urbanismo
COHAB	Companhia Municipal de Habitação
COMURB	Companhia Municipal de Urbanismo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
DF	Distrito Federal
EBEPEC	Empresa Brasileira de Empreendimentos, Projetos e Consultoria Ltda
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GASBOL	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A
INCOR	Instituto do Coração de
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados

IRB	Instituto Brasileiro de Resseguros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terras
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PA	Pará
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista/Progressistas
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PR	Paraná
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido do Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PTS	Partido Social Trabalhista
RCP	Requerimento de Abertura de Comissão Parlamentar
RO	Rondônia
RS	Rio Grande do Sul
SABEN	Associação Árabe de Beneficência do Paraná
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
Sercomtel	Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina
SFH	Sistema Financeiro de Habitação

SP	São Paulo
SRP	Sociedade Rural do Paraná
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUV	Sport Utility Vehicle
TRE-PR	Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
Valcoop	Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. ASPECTOS BIOGRÁFICOS DA FAMÍLIA JANENE.....	43
2.1. FORMAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR.....	43
2.2. UMA FAMÍLIA E VÁRIOS SOBRENOMES: BREVES ESTUDOS GENEALÓGICOS DA FAMÍLIA JANENE.....	50
2.3. NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE JOSÉ JANENE: VIDA AGITADA, PERSONALIDADE FORTE E UMA MORTE CONTESTADA.....	60
3. CAMPOS DE ATUAÇÃO E CAPITAIS DA FAMÍLIA JANENE.....	91
3.1. O AGRONEGÓCIO.....	92
3.2. AS EMPRESAS.....	99
3.3. O PARTIDO POLÍTICO.....	108
3.4. A COMUNIDADE ÁRABE.....	117
3.5. REDES E ALIANÇAS.....	123
4. A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA.....	143
4.1. NEPOTISMO E REDE FAMILIAR: DESLOCAMENTOS DA FAMÍLIA JANENE NO ESPAÇO SOCIAL.....	144
4.2. O MENINO DO DEDO VERDE: O <i>MODUS-OPERANDI</i> DA FAMÍLIA JANENE.....	154
4.3. ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE JOSÉ JANENE.....	165
5. ESCÂNDALOS, CORRUPÇÃO E A DECADÊNCIA DE JOSÉ JANENE.....	183
5.1. LONDRINA, BERÇO DO MENSALÃO: O CASO AMA/COMURB.....	183
5.2. PRENÚNCIOS DE UM NOVO (?) FAZER POLÍTICO: O CASO SERCOMTEL.....	193
5.3. O MENSALÃO E O PETROLÃO: A CULPTA É DO MORTO?.....	200
5.4. OUTROS ESCÂNDALOS ENVOLVENDO A FAMÍLIA JANENE.....	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227

REFERÊNCIAS.....	238
-------------------------	------------

1. INTRODUÇÃO

José Mohamed Janene, o homem que por algum tempo foi apontado como o mandante da política nacional no Brasil, é uma figura curiosa, com uma trajetória tão contundente quanto tumultuada. Filho de imigrantes libaneses, os quais diferentemente da maioria dos povos árabes que migraram para o Brasil, não chegaram aqui somente com a dita cara e coragem, mas já desembarcaram com capitais, em busca de explorar novas terras em fase de crescimento e expansão, escolhendo o Paraná, que à época, meados do século XX, encontrava-se em franca expansão na chamada Marcha para o Oeste, com um projeto de colonização das férteis terras roxas do norte, noroeste e oeste do estado. Neste contexto, os Janene desembarcaram na região Norte do Paraná, nas proximidades de Londrina-PR, e mais tarde se estabeleceram nesta que é hoje a maior cidade do interior do Paraná, com importância nacional, especialmente no agronegócio.

O título desta tese traz referência a fala proferida pela segunda esposa de Janene, Stael Fernanda, a qual em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobrás, afirmou que o “Zé era assim: me ame ou me odeie” (BARAN; AUDI, 2015), referindo-se ao temperamento difícil e à forma como Janene não arredava de suas convicções, sendo que quem esteve à sua volta beneficiou-se de muitas formas. Assim como, quem o atrapalhou ou esteve em seu caminho, criando obstáculos para que ele atingisse seus objetivos, foi atropelado pela sua obstinação. Este Zé assertivo, convicto, mandão e obcecado por poder será retratado nesta tese na medida em que sua trajetória for construída ao longo destas páginas, motivo pelo qual a frase de Stael foi escolhida para o título, vez que sintetiza o perfil de José Janene. Afinal, usando termos coloquiais, com o Zé as coisas eram “oito ou oitenta”, não havendo espaço em sua trajetória para que fosse um homem morno ou sem expressão.

José Janene, assim como a grande maioria dos políticos brasileiros, iniciou sua carreira em âmbito local/regional, tendo Londrina-PR como foco, mas espalhando sua influência para outros pequenos municípios da região Norte do Paraná. Apesar de ser uma região relativamente nova, colonizada e (re)ocupada a partir das décadas de 1920/1930, o Norte deste estado tem se destacado por ser um celeiro de novas famílias na política, estruturando importantes redes de poder local, as quais expandem-se para o âmbito estadual e nacional, com destaque para famílias como os

Barros, do Município de Maringá-PR, Pessuti, de Ivaiporã-PR, os Lupion, e a própria família Massa, do atual Governador do Estado do Paraná, provenientes de Jandaia do Sul-PR, além dos Belinati, Richa, Dias e tantos outros com início de carreira política em Londrina-PR. Isto mostra que somente o quesito tempo ou apenas a presença de uma classe dominante tradicional e centenária, como a estabelecida na capital do Paraná, não são fatores isoladamente essenciais para o estabelecimento das redes familiares de poder local, vez que a operação e a ocupação do Estado por famílias políticas está na estrutura do sistema político brasileiro, o qual segundo Ricardo Costa de Oliveira (2012) não pode ser estudado e analisado sem olhar para as estruturas de parentesco.

O interesse desta autora por ter a trajetória de José Janene e seus familiares como objeto de estudo surgiu durante a elaboração da pesquisa para obtenção do título de Mestre em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 2013 e 2015, a qual tinha como tema as relações de poder político e parentesco no município de Londrina-PR (SILVA, 2015). Ao desenvolver a pesquisa que teve como foco central a família Belinati, observou-se que muitas outras famílias ocupavam espaços de poder na cidade, sendo que a história delas estavam interligadas. A família Janene é uma destas famílias que pareciam secundárias na história política local, mas no desenvolvimento da pesquisa detectou-se que nos locais onde havia poder e dinheiro envolvidos, os Janene lá estavam.

Por seguidos processos eleitorais no município em tela o candidato vencedor nas eleições majoritárias teve o apoio político e financeiro de José Janene e de sua família. Pudemos observar que esse fundamental apoio não tinha como característica escolhas partidárias ou ideológicas, visto que Janene sempre foi do PP, mas apoiou candidatos do PMDB, PDT, PSDB e até mesmo do PT, partido mais alinhado à esquerda. O que se observou claramente é que todos os prefeitos eleitos em Londrina-PR com o apoio de Janene concediam a ele cargos estratégicos, vinculados aos órgãos responsáveis pela contratação e fiscalização da prestação de serviços públicos urbanos. Detectou-se também que José Janene nunca ocupava os cargos, mas estava sempre nos bastidores, indicando os seus irmãos para as funções, especialmente Assad Janani. Em licitações capitaneadas por órgãos comandados por seus familiares, empresas do grupo familiar ou a eles ligadas, direta ou indiretamente,

abocanhavam contratos de prestação de serviços, estabelecendo assim o que parecia um *modus operandi* específico, triangulando família, empresas e Estado.

Para além desta vinculação entre empresas prestadoras de serviços e o Poder Executivo, a família Janene também esteve à frente por várias vezes da Sociedade Rural do Paraná - SRP, importante instituição que congrega os grandes proprietários do *agrobusiness* paranaense, a qual foi e ainda é um celeiro de produção de ocupantes de cargos públicos eletivos em Londrina-PR, especialmente o de prefeito, como foi o caso de Alexandre Kireff, que exerceu o cargo entre 2012 e 2016. Além da SRP, os Janene também ocuparam a diretoria da Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL, a qual congrega os proprietários do comércio e da indústria, voltados aos negócios urbanos da cidade. A SRP e a ACIL são instituições centrais para compreender a formação e a organização política local, vez que são importantes espaços de articulação e organização dos interesses da classe dominante regional.

Observou-se também que a mesma força que Janene tinha para produzir grandes vencedores em eleições, também o tinha para o contrário. Algumas fontes, quando da produção da dissertação, apontavam que quando o “Zé não queria, a pessoa não se elegia”. Blogueiros locais, a exemplo, revelaram em publicações que José Janene era um inimigo histórico de Luiz Carlos Hauly, político da região Norte do estado que conseguiu eleger-se deputado federal com votos suficientes para ser prefeito de Londrina-PR, mas que nas cinco eleições majoritárias disputadas na cidade, obteve menos votos para o cargo de prefeito do que quando se candidatou a deputado federal, reforçando o discurso da viúva de Janene, Stael, que alegava que com Janene era de fato “me ame ou me odeie”, não havendo meio termo.

Ainda, detectou-se que além dos irmãos que eram seus parceiros e operadores dos negócios e da política, Janene contava com um grande amigo, o qual se a vida não os fez parentes, trataram de resolvê-lo com a relação de compadrio. Trata-se do doleiro Alberto Youssef¹, parceiro de negócios e padrinho de um dos filhos de José. Como é sabido, Janene e Youssef expandiram seus “negócios” para a esfera federal, levando o modo de operar em Londrina-PR para todo o território nacional,

¹ Alberto Youssef, filho de imigrantes libaneses, nascido em Londrina-PR no ano de 1967 ficou conhecido nacionalmente pela atividade de dolagem e lavagem de dinheiro, estando envolvido em diversos escândalos, denúncias e acusações em associação a políticos e empresários brasileiros de diversas áreas e partidos, além de compor uma comunidade de doleiros que operavam no Brasil e no exterior.

numa ligação direta entre família, empresas e poder político, ganhando ampla projeção, ainda que negativa.

Outro fator apontado na pesquisa de mestrado era o de que curiosamente, mesmo Janene tendo Londrina-PR como seu *locus* de atuação, ao verificarmos a procedência de seus votos para os pleitos para deputado federal, observou-se que estes não provinham massivamente daquela cidade, mas de cidades pequenas do interior do Paraná, algumas distantes da região Norte, causando nesta autora a inquietude em entender e desvelar tal fenômeno, já que Janene parecia, a grosso modo, ter tentáculos bastante extensos e flexíveis.

Assim, observou-se que onde havia poder em Londrina-PR, lá estavam os Janene, sendo que o próprio Antonio Belinati², três vezes prefeito da cidade e que tem atualmente seu sobrinho no exercício do segundo mandato do mesmo cargo, dificilmente teria chegado aonde chegou, não fosse o apoio de José Janene, como foi demonstrado na dissertação em comento. Ademais, José Janene conseguiu transpassar a barreira da política regional, chegando a um lugar importante na política nacional, dominando por algum tempo a Câmara Federal, assim como, regional e nacionalmente a sua sigla, o PP, restando assim o interesse em construir e entender esta trajetória, visando a desvelar os meandros desta história e analisá-la de forma crítica.

A partir de todos os fatos anteriormente narrados, viu-se que Janene e sua família não eram agentes secundários ou coadjuvantes da política local, mas sim, personagens centrais da história política londrinense, merecendo, ao ver desta autora, uma pesquisa dedicada somente a este grupo, face ao seu suposto alto grau de influência nas decisões do Poder Executivo durante diversas gestões. Embora a especialidade de José Janene fosse estar nos bastidores e não no palco central da política, entende-se ser pertinente a pesquisa proposta na presente tese, de forma a trazer à luz esta família que introduziu modos mais arrojados de fazer política, espalhando esse mesmo jeito de fazer para todo o Brasil, com reflexos que estamos

² Antonio Casemiro Belinati, nascido em Campo Grande-MS, no ano de 1943, radialista de profissão, é um político que tem suas bases eleitorais no Município de Londrina-PR, o qual foi vereador na cidade por um mandato; cinco vezes deputado estadual no Paraná; uma vez deputado federal e três vezes Prefeito de Londrina-PR, sendo que na última delas (ano 2000), foi cassado e preso por diversas acusações de corrupção. Belinati tem uma tradição familiar na política, sendo que seus irmãos, filhas, filho, ex-esposa, sobrinhos, primos e neto ocuparam e ainda ocupam diversos cargos eletivos e/ou de livre nomeação em órgãos que vão desde o Poder Executivo e Legislativo, nas três esferas de governo (SILVA, 2015). Atualmente (2022) seu sobrinho, Marcelo Belinati, é Prefeito de Londrina, já em segundo mandato.

vendo ainda nos dias de hoje, pois os escândalos do mensalão, petrolão e as investigações da Operação Lava-Jato sabidamente contribuíram para a construção da narrativa que culminou no golpe ocorrido em 2016, que abriu espaço para o ingresso da direita ultraconservadora que ocupa o governo brasileiro atualmente. Todos os fatos esparsos detectados merecem estudos mais aprofundados, no intuito de demonstrar que a política é sim um negócio de família no Brasil, como bem já têm apontado em suas obras Ricardo Costa de Oliveira (2012) e José Marciano Monteiro (2016).

Apesar de bastante complexa, a política londrinense pouco vem sendo estudada ao longo dos anos, podendo-se conjecturar que o pouco tempo de existência do município e o fato de grande parte dos agentes políticos locais ainda estarem vivos e envolvidos em denúncias e polêmicas afastem o interesse de pesquisadores sobre o assunto. Os estudos locais mais significativos são em grande parte da área de conhecimento da história e voltados para a descrição e análise do processo de formação territorial e político da cidade, que tem como principal característica a ocupação planejada e o foco no incentivo governamental para a instalação de grandes latifúndios para a produção agrícola na região, destacadamente para o plantio do café.

Sobre tal processo, destacam-se os trabalhos de Adum (1991), Boni (2004), Coutinho (1959), com especial ênfase às obras de Nelson Dácio Tomazi (1997 e 1999) que retrataram de forma bastante crítica o processo de (re)ocupação de Londrina-PR e região. Outras obras interessantes para entender a formação da política local referem-se à importância da cultura cafeeira e como o sonho do “Eldorado”, como era chamado o processo de expansão da cultura do café no Norte do Paraná, contribuíram para organizar a cidade, assim como, de que forma o declínio do café, após a chamada “geada negra” de 1975, alterou o decurso da história da região, abrindo espaço para *outsiders* como Antonio Belinati entrarem para a vida política local. Sobre tal tema, aponta-se como referências as obras de Arias Neto (1998), Barbosa (2000) e Luzia Oliveira (1997).

Nos estudos específicos sobre política local, destaca-se primeiramente a minuciosa tese de doutoramento da professora de sociologia da UEL, Ana Cleide Chiarotti Cesário (1986), que faz um estudo sobre a formação dos partidos políticos em Londrina-PR, desde o Estado Novo até meados da fase do Regime Militar, nos fornecendo elementos para compreender como os partidos se instalaram e se organizaram localmente no período que antecedeu ao ingresso do nosso personagem

central na política local. A tese de doutoramento de Adum (2003), apesar de abordar a formação da esquerda londrinense, fornece elementos para analisar a organização dos partidos e alianças locais em meados do Século XX. Também o trabalho de Lepre (2000) auxilia na compreensão da organização partidária local nos anos de 1980 e 1990.

Por ser uma cidade nova e pelo fato de o principal político local, Antonio Belinati, ter suas origens no rádio, a história política londrinense tem sido analisada pelo olhar da Ciência Política, especificamente na linha de mídia e processos eleitorais, trazendo Belinati comumente como um *outsider*, contudo sem aprofundarem-se no fato de que ele soube construir suas redes com maestria, inclusive a familiar, saltando rapidamente de *outsider* para estabelecido, após firmar-se junto à classe dominante local. Os principais trabalhos encontrados que analisam a política londrinense a partir da relação entre mídia e política são os de Cervi (2002 e 2002b), Costa (2005) e o do jornalista Fábio Silveira (s.d), o qual é também autor da importante coluna de comentários e análises da política londrinense “Baixo Clero”.

Há, ainda, outros trabalhos que analisam a política londrinense a partir de recortes específicos, tais como o interessante trabalho de Leme (2001), que versa sobre as faces ilícitas da história de Londrina-PR, perpassando pelos frequentadores dos prostíbulos e das casas de jogos locais, dentre eles, personagens importantes da história política local, ou ainda, os trabalhos de Ricardo Silveira (1997 e 2000) que versam sobre a relação dos movimentos sociais e das associações de moradores com Antonio Belinati e como tal relação teria influenciado no processo político local. Vale destacar que a marca que caracteriza este ex-prefeito até os dias atuais é a construção de moradias populares.

Por fim, alguns poucos trabalhos também podem ser localizados analisando a política londrinense e seus personagens a partir de biografias pessoais e histórias isoladas, mas nenhum deles analisando as relações de poder e parentesco. Tais trabalhos registram a história de José Richa (ARRUDA; TEIXEIRA, 2010), de Manoel Jacinto Correa (IPOLITO, 2014) e da Família Rocha Loures (PIERUCCINI, 1995). Já os trabalhos do Núcleo de Estudos Paranaenses perpassam por várias famílias políticas que iniciaram carreira em Londrina-PR ou no Norte do Paraná, abordando em seus escopos famílias importantes como os Richa, os Dias, mas não tendo como foco específico o estudo do poder local em Londrina-PR. Tais trabalhos fornecem

inestimável contribuição para a compreensão do campo político paranaense como um todo, do qual o município em tela faz parte.

Sobre José Janene não localizamos nenhum registro de estudo mais aprofundado, sendo que apenas a obra de Délio César (2001), que faz uma abordagem jornalística acerca do caso AMA/COMURB, perpassa por Janene, com foco na atuação dele no referido esquema de corrupção. Isto posto, a presente tese pretende preencher uma lacuna nos estudos de política, permitindo analisar a trajetória de José Janene e sua influência na organização municipal, regional e nacional, enquanto um agente que por cerca de duas décadas foi central para a organização do poder local.

O problema central desta pesquisa reside na busca e compreensão de quais foram os capitais dos Janene que levaram a família a ocupar os patamares de poder e articulação que alçaram na política local, regional e nacional. Em outras palavras, busca-se responder como um homem de bastidores conseguiu fazer uso dos seus recursos iniciais e convertê-los em outros capitais que propiciaram a ele chegar a uma dinâmica consolidada de extrativismo estatal. Nossa hipótese é a de que a junção do capital econômico, materializado pela posse da terra e pelas relações comerciais e empresariais, associado ao capital social adquirido a partir das relações sociais e parcerias com outras famílias, foram as chaves-mestre da carreira política meteórica e milionária de nosso personagem. Assim, tem-se que o objetivo geral da presente pesquisa é traçar a trajetória de José Mohamed Janene e de sua família, visando a demonstrar a centralidade destes na organização política de Londrina-PR e o papel por eles desempenhado na organização política nacional no início dos anos 2000, assim como, dentre os objetivos específicos estão levantar a biografia e a genealogia de José Mohamed Janene, buscando seus antecessores e a história da família antes da chegada ao Norte do Paraná; rastrear quais os capitais (políticos, econômicos, culturais, simbólicos e sociais) que levaram a família Janene a obter as oportunidades que tiveram e as posições que ocuparam; mapear os membros da família que ocuparam cargos públicos ou venderam/comercializaram serviços públicos com suas empresas; compreender a dimensão e a extensão do poder da família Janene na organização da política local e nacional; e, analisar, a partir da trajetória de José Janene, de que maneira empresas, famílias e Estado formam um complexo de relações e imprimem modos de atuação que constroem comportamentos coletivos dentro do campo do político.

Para responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, um arcabouço teórico e metodológico precisou ser acionado para dar suporte ao presente trabalho, sendo que alguns conceitos e autores foram chaves para a compreensão do objeto e para as análises deste. Primeiramente, cumpre-nos abordar a ideia de família com a qual estamos trabalhando, pautada em Pierre Bourdieu (2011). O autor critica o conceito tradicional de família usado nas Ciências Sociais, o qual foca na consanguinidade, nas alianças, como o casamento, e/ou nos laços por adoção. Bourdieu (2011, p. 131), pontua que a família é algo que transcende apenas o conjunto dos seus membros e ganha uma espécie de espírito de grupo, afirmando que “a família age como uma espécie de sujeito coletivo, de acordo com a definição comum, e não como um simples agregado de indivíduos”.

Neste sentido, mais do que um grupo de pessoas interligadas por laços de sangue ou de afeto, a família é um *locus* de formação de uma visão de mundo em grupo, com a transmissão de *habitus* e de capitais, formando um corpo coletivo com interesses comuns e privilégios, ocupando um papel fundamental e central no mundo social, como explica o autor:

De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 2011, p. 131)

A variável família, como afirma Goulart (2018), é imprescindível para as análises da realidade social, especialmente àquelas voltadas aos estudos do campo da política, já que historicamente este vem sendo ocupado pelos grupos familiares, os quais têm feito do Estado o seu *locus* de atuação em prol dos interesses da classe dominante. Oliveira (2012) imputa às famílias um papel central na formação da realidade social brasileira. Para o autor, não há como estudar de forma profunda a política em nosso país sem perpassar pelo estudo das famílias, especialmente àquelas pertencentes aos grupos dos ricos e poderosos que ocupam a fração da classe dominante que exerce o poder político no Brasil. O autor enfatiza:

A minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira desde o século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com

parlamentares hereditários, sempre renovados pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reproduções de algumas famílias e seus protegidos. O Tribunal de Contas em boa parte é um tribunal de parentes também. Ainda hoje os cartórios representam antigas redes familiares. A mídia, a intelectualidade e os jornalistas também já formaram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e familiarização. (OLIVEIRA, 2012, p. 13)

Neste sentido, para entender este papel central da família na organização do campo político, e por consequência, na realidade social, é que precisamos lançar mão de uma ideia mais ampla de família como a trazida por Bourdieu (2011), já aqui citado. Um conceito que reduz esta instituição a apenas relações de afeto ou sangue entre seus membros não nos daria subsídios para explicar a família como elemento central das análises de poder político. O espectro do conceito aqui adotado é mais amplo no sentido de compreender a família como este lugar de reprodução de capitais, de heranças que não são apenas econômicas, mas também sociais, culturais e políticas que dão suporte para que os seus membros conquistem e se mantenham em posições de poder. Ao aprofundar tal tese, Alves (2014, p. 19-20) explica:

Portanto, o sentimento familiar será reforçado de acordo com a importância que seus membros dão em perpetuarem determinados interesses, formando um *campo* numa dinâmica que os leva a conservação ou mesmo transformação de suas características. Numa estrutura em que o capital econômico prevalece, a família, enquanto *corpo* com sentimentos recíprocos de proteção, os levaria a perpetuar, ou mesmo ampliar as conquistas já adquiridas, protegendo os seus próprios membros. A família acaba tendo a característica de um lugar da *reprodução social*. (grifos do autor)

Ao falar-se de poder político e parentesco, não há como se furtar de abordar também o tema do nepotismo, outro conceito central para trabalhos como os da natureza da presente pesquisa. No senso comum, costuma-se reduzir este termo apenas a ocupação e indicação de parentes a cargos no Estado, mas Oliveira (2007; 2012; 2013; 2017; 2018b) amplia tal ideia, indicando que o nepotismo se estabelece na relação direta entre o poder político e o parentesco, gerando favorecimento e privilégios para determinados grupos familiares.

[...] o nepotismo é uma grande rede social de interesses, favores e cumplicidades organizados com os cargos políticos do aparelho do Estado. [...] o que define sociologicamente o fenômeno do nepotismo é a relação entre estruturas de poder político e estruturas de parentesco. O nepotismo é uma relação política de favoritismo e de patronagem, sob as mais diversas formas sociais e políticas. (OLIVEIRA, 2012, p. 13)

As famílias no poder formam também redes de atuação, tanto internamente, unindo seus membros para a manutenção e reprodução de seus capitais, mas também externamente, quando se unem com outras famílias, formando alianças ou teias, parafraseando Oliveira (2012). É aqui que precisamos lançar mão também de um outro conceito importante para a análise do caso de José Janene e seus familiares: o de redes. A importância de estudar as famílias também a partir da lógica das redes é pontuada por Monteiro (2016, p. 23), quando afirma que:

As redes, antes de ser uma metáfora, permitem-nos compreender as ações dos agentes como interdependentes e não como unidades independentes e autônomas. Os laços construídos de forma relacional constituem pelos e entre os agentes canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e simbólicos). Assim, é possível compreender o campo político a partir das estruturas objetivas e das posições nas quais os agentes encontram-se situados. Os agentes devem ser concebidos de forma relacional, inseridos dentro do espaço social estruturado, os agentes pertencem a redes relacionais que os interligam por meio da posição que ocupam no espaço social.

Nas Ciências Sociais, as redes vêm sendo compreendidas então como esta teia de relações entre um grupo de agentes ou entre dois ou mais conjuntos que se relacionam entre si por interesses similares; vale destacar que estas redes não são estanques, elas estão sujeitas a ingressos, saídas e interpretações de seus objetivos (ACIOLI, 2007). Assim, ao olharmos Janene enquanto objeto de estudo é necessário fazê-lo de forma a compreendê-lo como membro de uma rede, “percebido como uma pluralidade de relações” (ACIOLI, 2007, p. 5), pois ver-se-á ao longo deste trabalho que um dos grandes capitais que alçaram nosso personagem ao lugar em que esteve foram as alianças estabelecidas ao longo de sua vida. Vale destacar dois pontos importantes: o primeiro, é que há uma diversidade de conceitos de redes, que perpassam pela antropologia, sociologia, psicologia, tecnologia de informações e até mesmo pelas ciências matemáticas (SILVA; FIALHO; SARAGOÇA, 2013), mas aqui trabalharemos apenas com o conceito mais amplo, citado ao início deste parágrafo; outro fator é que a análise de redes também é uma metodologia de pesquisa, mas aqui faremos uso apenas enquanto conceito analítico e não como técnica, vez que a metodologia escolhida se assenta em outra bases.

Retomando as fontes e referências acerca dos estudos da relação entre famílias e poder político, não se pode deixar de citar os trabalhos de Grill (2003; 2004), o qual a partir da análise dos partidos e das redes políticas do Rio Grande do Sul

demonstra que a família tem papel central na organização das instituições do campo político, sendo que não apenas o Estado, mas também os próprios partidos são organizados a partir das redes familiares. O mesmo Grill (2012) faz ainda uma análise da inserção de famílias de imigrantes na política gaúcha, trazendo à tona como estes agentes conseguem converter seus capitais, especialmente o econômico, em capital social, e por consequência, em poder político. Pelo mesmo olhar do papel e da importância das famílias para a compreensão da política brasileira, tem-se como referência também Letícia Bicalho Canêdo (1994; 1995; 1997), a qual a partir de estudos sobre a política no Estado de Minas Gerais trabalha questões afetas a hereditariedade do poder, assim como, estuda as práticas políticas familiares que propiciam a manutenção das famílias no poder e a preservação de suas memórias.

Para além das referências aqui já citadas, que foram amplamente utilizadas na presente tese, não se pode deixar de citar os trabalhos dos pesquisadores do Núcleo de Estudos Paranaenses, os quais sob a orientação e condução dos Profs. Drs. Ricardo Costa de Oliveira e Mônica Helena Harrich Silva Goulart vêm ao longo dos anos enriquecendo a produção de conhecimento acerca das famílias políticas do Estado do Paraná e até mesmo no Brasil, com estudos que demonstram e reforçam a tese de que não há como compreender o Estado brasileiro em sua profundidade se não for por meio do estudo da ocupação deste espaço pelas famílias.

Destacamos aqui como fontes para esta pesquisa os livros do referido núcleo, nos quais estão compiladas grande parte dos estudos sobre o tema, tais como Oliveira (2018), no qual tem-se como premissa o debate de alguns conceitos e referências fundamentais para os estudos do tema; Oliveira (2016), que tem como base o papel central das mulheres nas famílias para a obtenção ou manutenção do poder político; Oliveira (2002), que traz notas biográficas sobre os parlamentares paranaenses eleitos no início do Século XXI; Oliveira e Vanali (2017) que apresenta análises sobre instituições que são centrais para a compreensão da política brasileira; e Oliveira e Goulart (2020), que traz a questão dos estudos de famílias na política com foco nas questões étnicas e de imigração.

Vale destacar que grande parte dos trabalhos acima citados fazem uso da mesma base epistemológica desta tese, salvo algumas exceções. Vê-se desde as primeiras linhas deste trabalho que os termos campos, capitais e *habitus* estão sendo utilizados, o que convoca a fazer aqui uma explanação acerca de tais conceitos. Falar em capitais, campos e *habitus* sinaliza que o fundamento teórico deste trabalho está

em grande parte pautado na teoria da prática ou praxiologia de Pierre Bourdieu (2011). Para o autor, a compreensão da realidade social perpassa pela apreensão do modo como a estrutura social é internalizada pelos agentes e como estes agentes operacionalizam seus valores dentro desta estrutura (MONTEIRO, 2016), ou seja, é necessário compreender a realidade como uma via de mão dupla, em que o agente é atravessado pela estrutura, internalizando os preceitos desta, mas também externaliza os seus valores e formas de agir, alterando também esta mesma estrutura.

Neste contexto, para Bourdieu a sociologia é vista pelo aspecto relacional, focando seus estudos nas disposições e posições dos agentes dentro do espaço social e dos campos, ou seja, “nas relações entre as *posições sociais* (conceito relacional), as *disposições* (ou os *habitus*) e as *tomadas de posição*, as “escolhas” que os agentes fazem nos domínios mais diferentes da prática.” (BOURDIEU, 2011, p. 18, grifos do autor). Isto posto, a sociologia relacional de Bourdieu não se refere exatamente à relação social entre os agentes, mas entre as posições destes dentro do espaço social e em como se dá a tomada, a ocupação e a manutenção destas dentro do mundo social.

Aqui, cumpre-nos então abordar o espaço social na teoria bourdiana. Para o autor, espaço social é:

[...] o conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre, [...]. (BOURDIEU, 2011, p. 18).

Este espaço é constituído de maneira que aqueles que o integram estão distribuídos conforme a sua posição e esta posição é fundamentalmente definida a partir da quantidade de capitais que o agente possui, especialmente o econômico e o cultural. Para o autor, estes dois capitais são os principais fatores que distinguem os agentes e os grupos de agentes uns dos outros dentro da sociedade. Os grupos, nesse contexto, equivaleriam à ideia de classes.

Vale aqui destacar que Bourdieu trabalha com um conceito de classes diferente daquele da linha marxista, vez que ele não separa o mundo social em duas classes a partir da distinção apenas econômica. Para Bourdieu (1989 e 2011) a classe social no sentido de Marx vale mais como uma linha virtual de separação, pois na prática pode-se considerar como classe o “conjunto - relativamente - homogêneo de

agentes que ocupam posição idêntica no espaço social” (BOURDIEU, 2011, p. 29) e não necessariamente aquele corpo coletivo mobilizado automaticamente por uma posição igual no modo de produção capitalista (proprietário ou proletário). Assim, o autor define classes como:

conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (BOURDIEU, 1989, p. 137)

Na sociedade pensada como um espaço social, os antagonismos estão na diferenciação ou na distinção, como chama Bourdieu, e as lutas são definidas como “enfrentamentos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social” (BOURDIEU, 2011, p. 49). Isto posto, as lutas e as forças dentro deste espaço são no sentido de acumular mais capitais e assim obter-se as melhores posições para estar em condição de domínio dentro de cada campo.

Jourdain e Naulin (2017), pautando-se em Bourdieu, afirmam que esta distinção que define a posição dos agentes vai depender de três fatores primordiais: a) volume de capital, voltado para a quantidade de capitais somados; b) estrutura deste capital, quando afirmam que o capital econômico tem um peso maior que os demais capitais; e, c) o tempo de permanência do ou dos agentes com aqueles capitais, aduzindo que quanto mais rápida a evolução e por quanto maior tempo se detenha o capital, mais chances de estar à frente no espaço social o agente terá.

É neste ponto que se traz aqui a ideia de jogo pensada por Bourdieu (1989). Para o autor, como o espaço social é permeado por esta diferenciação de posições e pelas disputas para estar nos melhores lugares dentro do campo, pode-se afirmar que este processo se assemelha a um jogo, com estratégias, hierarquias, regras e modos de fazer próprios, consentidos e tacitamente acordados pelos agentes. Tais regras irão definir os mecanismos que são legítimos para adquirir ou conservar capitais, e para que vigorem, precisam ser aceitas e reproduzidas pelos jogadores. Jourdain e Naulin (2017, p. 147) afirmam que o “que consolida um campo é a adesão coletiva ao jogo, que é ao mesmo tempo causa e efeito da existência do jogo”. Ao tempo em que tais regras servem para ordenar a disputa interna por posições no campo, elas também servem para proteger quem está dentro dele, pois “as atividades do lado de dentro seguem padrões regulares e ordenados, têm certa previsibilidade; sem isso, o

mundo social dentro do campo se tornaria anárquico e deixaria de funcionar” (THOMPSON, 2018, p. 98). Estas regras de jogo são assimiladas e reproduzidas pelos agentes por meio do *habitus*, conceito que será trazido adiante.

Se o jogo está no aceite das regras postas nos campos, cabe aqui abordar então o que são estes campos. Para Bourdieu, o espaço social é composto por uma pluralidade de campos, os quais são esferas da vida social relativamente autônomas, ou seja, com suas regras de jogo próprias. Bourdieu (1997, p. 57), ao analisar o campo televisivo, apresenta de forma mais precisa o seu conceito:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.

Assim, pode-se dizer que o campo se refere às diferentes esferas ou áreas da vida social ocupadas e operadas pelos agentes a partir das regras postas, no qual há a disputa por posições que são definidas a partir do acúmulo de capitais. Há inúmeros campos no espaço social e os agentes ocupam vários deles simultaneamente. Pode-se elencar como exemplos de campos o educacional, o político, o econômico, o artístico, o intelectual, o televisivo, dentre tantos outros que Bourdieu e os estudiosos que fazem uso de sua teoria e metodologia pesquisaram e ainda pesquisam. Apesar de relativamente autônomos, os campos podem se relacionar e possuir ligações de interdependência, a exemplo dos campos político e econômico, como ver-se-á nesta pesquisa. Os campos, para Bourdieu, podem se dividir em subcampos, os quais seguem as regras próprias do campo, mas possuem também suas regras específicas e suas regularidades internas, a exemplo do campo artístico que se subdivide em subcampo da fotografia, da pintura, da literatura, dentre outras (THOMPSON, 2018).

Outro elemento fundante da episteme em Bourdieu e que foi utilizado sobremaneira nesta pesquisa é o capital. Monteiro (2018) explica que para Bourdieu os capitais são estratégias, materiais ou simbólicas, usadas pelos agentes na luta interna nos campos por posições. Diferentemente das teses marxistas, para Bourdieu o capital transcende apenas o aspecto econômico, valorizando outros recursos que podem colocar o agente em maior ou menor evidência, tais como formação educacional e intelectual, alianças, relações sociais, posições políticas, dentre outros,

definindo os capitais em grandes grupos, podendo-se destacar como principais os capitais econômico, cultural, social, político e simbólico.

Monteiro (2018), Jourdain e Naulin (2017) destacam que o capital econômico é formado pelos recursos materiais, tanto em bens, quanto em dinheiro/moeda que o agente possui. Vale destacar que para Bourdieu, em que pese o capital econômico não seja o único capital a se considerar, este ocupa um lugar central porque por meio dele podem ser adquiridos, conquistados e convertidos outros tipos de capitais.

Já o capital cultural refere-se àqueles recursos que facultam ao agente apreciar os bens e as práticas da própria cultura erudita (JOURDAIN; NAULIN, 2017). Bourdieu (1998b) explica que o capital cultural pode existir em três formas, as quais ele chama de “estados”, sendo eles: no estado incorporado, que consiste nos saberes e disposições introjetadas no agente; em estado objetivado, que são os capitais culturais que podem ser adquiridos na forma de obras de arte, livros e outros bens culturais; e em estado institucionalizado, que se refere aos títulos formais obtidos pelos agentes, concedidos pelas escolas e instituições de ensino, tais como o curso superior e a pós-graduação.

Acerca do capital social, Bourdieu (1998) explicita que este refere-se às redes de relações e alianças por meio das quais o agente pode obter e trocar benefícios, convertidos em outros capitais. O volume de capital social de um agente dependerá da quantidade dos outros capitais que possui, mas também da sua capacidade de mobilização para que outros agentes componham a sua rede (JOURDAIN; NAULIN, 2017).

Associado ao capital social, Bourdieu (2011) apresenta mais um tipo de capital, o qual foi amplamente incorporado nesta pesquisa. Trata-se do capital político, definido como a apropriação do aparelho do Estado, de bens e de serviços públicos por um agente. Vale destacar que para o autor o capital político também está presente quando se tem posições de poder dentro de partidos, sindicatos e outros espaços que permitam ao agente a “patrimonialização de recursos coletivos” (BOURDIEU, 2011, p.31).

Outro tipo de capital definido por Bourdieu refere-se ao simbólico, que está atrelado à ideia de reconhecimento social, *status* e prestígio do agente. Para o autor, neste tipo de capital o que vale é o reconhecimento, pelos demais agentes, dos outros capitais que alguém possui, conferindo-lhe uma posição de respeito e de destaque dentro do campo.

O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. (BOURDIEU, 2011, p. 107)

Associada com a noção de campo e capital temos a ideia de *habitus* completando a tríade proposta por Bourdieu para estudar e compreender o mundo social. O autor explica que o *habitus* refere-se às disposições incorporadas pelos agentes, a uma postura que estes adotam diante e dentro do mundo social, a qual é incorporada a partir de suas relações (BOURDIEU, 1989). O *habitus* engloba também os gostos, as crenças, as formas de pensar, agir e sentir, as escolhas e os comportamentos dos agentes (MATON, 2018), ligando-os ao grupo ao qual pertencem e à posição que ocupam dentro dos campos em que estão inseridos.

O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que reduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. [...] Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas [...], são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. (BOURDIEU, 2011, p. 22)

Bourdieu (2011, 2011b) associa o *habitus* ao pertencimento a uma classe, trazendo que os comportamentos e gostos dos agentes são também elementos de distinção destes em relação a outros grupos; são como marcas que definem o lugar simbólico a que ele pertence. Assim como, para estar e resistir em um grupo é necessário professar o *habitus* daquele coletivo. Neste sentido, o autor explica:

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (BOURDIEU, 2011, p. 21)

Maton (2018) explica que a prática dos agentes resulta da relação entre as disposições (*habitus*) e a posição deste no campo (capital), em detrimento ao estado do jogo que está em vigência dentro daquele campo, afirmando que “as práticas não são simplesmente o resultado de nosso *habitus*, e sim de relações entre nosso *habitus* e nossas circunstâncias atuais” (MATON, 2018, p. 76). Os conceitos de campo, capital

e *habitus* permearam toda esta tese, dando inclusive o tom para a divisão dos seus capítulos e organização da apresentação, como ver-se-á mais adiante.

Para além das chaves afetas à família, redes e os conceitos componentes da praxiologia bourdiana, alguns debates oriundos da área de cultura política também foram incorporados para as análises do objeto desta tese, fazendo uso especialmente do autor José Murilo de Carvalho (1997), Tereza Salles (2018) e George Avelino Filho (1994), os quais discutem as origens, as aplicações e usos contemporâneos de ideias como o coronelismo, clientelismo, mandonismo e patrimonialismo, fenômenos os quais os autores associam ao acirramento de desigualdades sociais no Brasil.

Carvalho (1997) explica que o coronelismo é um fenômeno datado no tempo, estudado de forma mais profunda por Victor Nunes Leal, definindo-o como um sistema de reciprocidade que vai do coronel ao Presidente da República, ou seja, do local ao nacional. O coronelismo existiu durante a Primeira República, quando a figura do Governador do Estado passou a concentrar os interesses de coronéis em volta de si, assim como, sucessivamente, os governadores apoiavam o Presidente da República em troca de reconhecimento da União e isto se convertia em benefícios também para os coronéis. Em que pese seja datado no tempo, características herdadas das práticas coronelistas ainda estão presentes na contemporaneidade e o seu conhecimento é essencial para os estudos sobre poder local.

Uma destas características, que segundo Carvalho (1997) é anterior ao coronelismo, é o mandonismo, o qual se refere a uma estrutura de poder personalizada em que geralmente o chefe é aquele que detém algum recurso estratégico, como a posse de terras, e que mantém domínio sobre uma população. Neste caso, o mandonismo seria antes uma característica da política tradicional, do que um sistema de hierarquia como é o coronelismo. Outra característica presente na política brasileira e que viu-se sobremaneira nas práticas de José Janene é o clientelismo, o qual define-se por uma relação entre agentes que envolve concessão de bens públicos, sejam cargos, benefícios fiscais ou assistenciais em troca de apoio político e de votos propriamente ditos. Carvalho (1997) afirma que o clientelismo é como um mandonismo visto do ponto de vista bilateral, face a essa relação baseada nas trocas e benesses.

Outra questão fundamental para a compreensão do nosso objeto refere-se ao patrimonialismo, que foi tanto um sistema que vigorou nas primeiras décadas do Brasil República, mas também é ainda uma característica presente na política brasileira.

Carvalho (1997) descreve o patrimonialismo como sendo a apropriação do Estado pelos agentes políticos para benefícios próprios, e principalmente, em favor dos interesses da classe dominante, marcado pela ausência de limites entre o público e o privado. O patrimonialismo implica em uma gestão do aparelho do Estado pouco profissionalizada, com administração do patrimônio público como se privado fosse atuando de forma pessoalizada e em prol de interesses particulares.

Ao longo desta pesquisa, muitas outras referências foram utilizadas e estão devidamente apresentadas no texto, cumprindo agora então apresentar o caminho utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa. Como marco metodológico far-se-á uso do método biográfico. Segundo (Mills 1969 *apud* MONTAGNER, 2007, p. 240), podemos considerar que as biografias são um dos problemas a serem estudados pelas ciências sociais: “A ciência social trata de problemas de biografia, de história e de seus contatos dentro das estruturas sociais. São estes os três – biografia, história e sociedade – pontos coordenados do estudo adequado do homem”. Estamos entendendo aqui biografia como a história de vida de uma pessoa, ou no nosso caso, de um personagem central e também de sua família, em menor monta. Mas esta biografia aqui entendida não trata apenas de uma história de vida linear, baseada em fatos cronológicos, desde o nascimento até a morte dos agentes, mas sim uma história de vida contada, relatada e analisada das pessoas em detrimento ao espaço que ocupam, aos seus deslocamentos entre e dentro dos campos em que atuam, aos grupos aos quais pertencem e suas práticas. Segundo Bourdieu (2011, p. 74):

Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história.

Montagner (2007), ao debater as teorias das Ciências Sociais no que tange às possibilidades e à validade das biografias, aproxima esta da discussão de Pierre Bourdieu sobre a teoria da práxis, já aqui apresentada, afirmando que as biografias guardam “grandes semelhanças com a ideia de uma teoria sistematicamente construída através de pesquisas empíricas parciais, voltadas a domínios específicos do mundo social, definidos por Bourdieu como *campo*” (MONTAGNER, 2007, p. 246). Mais adiante, o mesmo autor afirma que é parte do método biográfico fazer uma

análise das questões psicológicas embasadas histórica e sociologicamente, aproximando essa análise do conceito de *habitus*.

A partir dessas categorias, podemos afirmar então que a ideia aqui é mais do que falar da história de vida, é falar da trajetória da família pesquisada, analisando os capitais social, simbólico, econômico, cultural e político de seus membros e os fatores que os levaram a chegar ao poder em Londrina-PR, no Paraná e no Brasil, e a manter esse poder, inserindo-se numa das mais poderosas teias de relações de poder já vista no Brasil. Essas trajetórias podem ser definidas como as alocações e deslocamentos dos indivíduos no espaço social.

Complementando a noção de trajetórias, Montagner (2007, p. 254), inspirado em Bourdieu, afirma que “uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo.” Dessa forma, pensar em trajetória significaria pensar nas posições de poder ocupadas pelos sujeitos (famílias) em diferentes momentos e estados do campo, reconhecendo assim que este está em permanente mudança. Ou seja, o sujeito e o campo estão em constante movimento.

[...] toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos. (BOURDIEU, 1996, *apud* Montagner, 2007, p. 255)

Nesse aspecto, ainda analisa Montagner (2007), além de considerar que agente e campo estão em movimento, devemos também levar em conta que a história de vida não depende apenas do indivíduo, pois ela é influenciada pelo campo de forças, ou melhor, pela operação do agente no campo de forças e pela operação das forças do campo nele. As trajetórias normalmente são compostas pela análise de vastos materiais de cunho biográfico, documentos históricos, relatos de vida e o desafio maior, segundo Bertaux (1999), está na análise desse material, a qual deve ser feita ao longo de toda a investigação. Esse mesmo autor, defensor das biografias como método de pesquisa nas Ciências Sociais, também afirma que a investigação a partir das histórias de vida se assemelha à Antropologia:

[...] se emparenta mucho más con el de los antropólogos de campo que con el de los sociólogos que realizan encuestas mediante cuestionarios. El “análisis” continúa a lo largo de toda la investigación y consiste en construir progresivamente una representación del objeto sociológico. (BERTAUX, 1999, p. 12)

Ainda sobre as biografias, Oliveira (2012, p. 79), assevera que o “estudo dos ricos e poderosos deve ser qualificado cientificamente com investigações sobre biografias individuais e coletivas, com operacionalização do método prosopográfico e genealógico”. Ao analisar as histórias de vida de nosso pesquisado e de sua família, tendo o enfoque em suas trajetórias, não se pretendeu fazê-lo abrangendo toda a vida e nem todos os fatos envolvendo a família. Tampouco a biografia foi traçada em ordem cronológica, progressiva e linear, mas sim em etapas específicas que foram essenciais à história política, focando na origem e nos fatos que os levaram a ocupar e manterem-se no poder local, expandindo suas atuações para as esferas estadual e nacional.

Londrina-PR é uma cidade jovem, instalada na década de 1930. Em razão disso, como já explicado, encontramos poucos trabalhos que retratam a política local e nenhum que retratasse a família Janene exclusivamente como objeto de estudo. Por esse motivo, foi necessário desenvolver pesquisa exploratória, no intuito de conhecer e registrar quem são e de onde vêm os agentes que compõem o grupo dos Janene, inclusive daqueles que se aliaram a esta família pelas relações de compadrio, tal como Alberto Youssef, ou de amizade.

Para Carlos Gil (1999, p. 43), as pesquisas exploratórias,

[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Como já citamos aqui, interessa-nos estudar a trajetória e saber quais foram as razões, traduzidas aqui em capitais, que fizeram de Janene e seus parentes membros das classes dominantes dirigentes ou da fração politicamente dominante, ingressando assim na pesquisa explicativa. Gil (1999) observa que a pesquisa explicativa quase sempre será precedida de uma pesquisa exploratória ou descritiva, uma vez que estas nos oferecem elementos para o desenvolvimento de outras pesquisas mais aprofundadas. Por meio da pesquisa explicativa pudemos nos aproximar dos fatores que contribuíram ou determinaram a manutenção dos Janene na composição do grupo no poder do Município de Londrina-PR, no Paraná e no Brasil.

Para construir tal pesquisa, fez-se uso, inicialmente, de pesquisa bibliográfica. Na elaboração de qualquer trabalho científico é necessário delimitar as referências teóricas, e para tal, as bibliografias são essenciais.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. (...) A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. (GIL, 1999, p. 65)

Considerando a complexidade do nosso objeto de pesquisa, que envolve uma família que ainda está no poder, mesmo que de forma tímida, e que aquele que podemos considerar o seu patriarca, José Janene, tem seu nome envolvido em inúmeros casos de corrupção, as fontes vivas tornam-se um objetivo distante. Assim, as principais fontes foram documentais, permitindo-se afirmar que esta tese teve como metodologia principal a pesquisa documental. Lakatos e Marconi (1991) explicam que este tipo de técnica de pesquisa implica em utilizar como fontes dados e informações, escritas ou não, registradas nos mais diversos tipos de materiais. De forma complementar, Gil (1999, p. 51) conceitua a pesquisa documental como sendo aquela que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa”.

Gil (1999) e Lakatos e Marconi (1991) concordam que na pesquisa documental as fontes são muito diversificadas e dispersas, podendo ser divididas em fontes escritas primárias, sendo aquelas em estado bruto, que não foram tratadas e nem analisadas, tais como documentos públicos, publicações na mídia escrita, cartas, contratos e dados estatísticos não tratados, ou ainda, as de fontes escritas secundárias, caracterizadas como aquelas que já receberam uma análise por parte de outros pesquisadores ou documentadores, tais como relatórios de pesquisa ou de estudos históricos. Ainda, dentro do rol das pesquisas documentais, temos materiais iconográficos, como fotos, filmes, áudios, assim como mapas, quadros e outros registros feitos comumente por terceiros.

Para Gil (1999), a vantagem da utilização das fontes documentais é que, por não terem sido tratadas, as informações podem ser analisadas “de acordo com os objetivos da pesquisa”. Outra vantagem, para o mesmo autor, é:

As fontes de “papel” muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos só se torna possível a investigação social a partir de documentos. (GIL, 1999, p. 160)

Outrossim, as fontes mais usadas para a construção desta pesquisa foram em grande maioria as escritas e de origem primária, em seus estados brutos, especialmente os documentos oficiais, tais como atas, registros em cartórios, contratos, leis, decretos, documentos legislativos, documentos da área de recursos humanos, dos quais se pode depreender dados biográficos precisos, tais como filiação, profissão, naturalidade, formação, além de relatórios de urnas, atas de eleições, processos de registros de candidatura, fichas de imigração e dados estatísticos. Outras fontes que foram de imensa valia foram os processos judiciais e/ou os administrativos que tramitaram no Poder Judiciário e no Ministério Público, com foco especial aos diversos processos gerados pela Operação Lava-Jato, nos quais as delações premiadas e depoimentos foram significativos para a obtenção de dados e informações.

Também foram de suma importância os materiais publicados na imprensa, tanto em jornais escritos, quanto nas publicações digitais, os quais noticiaram amplamente os feitos dos Janene, especialmente os escândalos nos quais estiveram envolvidos. Além da grande imprensa, os *blogs* e sítios eletrônicos de comentários sobre política são fontes de grande valor, já que muitos meandros, curiosidades, fatos escusos e notícias de bastidores são por vezes publicados somente nestes veículos. Além dos jornais, revistas e sítios de notícias, outras fontes, como materiais fonográficos e audiovisuais, assim como quaisquer outros documentos que pudessem nos oferecer dados históricos do período em que os fatos pesquisados ocorreram, foram utilizados.

As fontes foram buscadas e analisadas inicialmente a partir de seus conteúdos e contextos históricos temporais, sendo separadas e catalogadas por assuntos, por fatos e por passagens da vida de Janene e seus familiares, sendo que por diversas vezes a mesma fonte serviu a vários segmentos da pesquisa. No caso das fontes advindas da mídia, buscou-se, sempre que possível, de forma complementar, tentar encontrar documentos oficiais e/ou públicos que comprovassem tais fatos, catalogando assim várias fontes que juntas davam maior densidade a um dado ou informação. A partir de então, como na montagem do quebra-cabeça sobre

a vida de nosso personagem, foi-se peça por peça delineando os capitais e os deslocamentos de Janene e seus familiares dentro e entre os campos.

A esse ponto, cumpre elencar algumas limitações desta pesquisa, para que esteja claro ao leitor que se identificou que certamente em diversos pontos muitos itens poderiam ser aprofundados ou mais bem esmiuçados, mas alguns fatores nos quais esta autora esbarrou não permitiram certos avanços os quais se gostaria de ter feito. Primeiro item a se destacar nos limites é o fato de que a presente pesquisa foi realizada entre o final do ano de 2019 e início do ano de 2022, sendo que dentre este período tivemos a pandemia pela COVID-19, que afetou drasticamente a vida das pessoas de todo o mundo, gerando confinamento, isolamento social, fechamento de serviços, dentre outros fatores.

Para além do desgaste emocional e dos fatores psicológicos que de alguma maneira afetaram a todos nas diversas searas da vida, a necessidade de isolamento social fez com que praticamente todos os órgãos públicos do Brasil fechassem suas portas para o atendimento presencial, restando apenas os atendimentos remotos, via telefone ou correio eletrônico, o que limitou a ida até tais locais e o manuseio dos materiais disponíveis, especialmente os de arquivo público. No contexto pandêmico, foi necessário solicitar o que se queria e contar com uma devolutiva que atendesse minimamente ao que foi pedido, vez que o servidor era quem separava e tratava o material que seria enviado. Certamente, o manuseio das caixas e dos materiais físicos teriam trazido maior riqueza, vez que ao buscar determinados itens, acaba-se por encontrar outros que também poderiam ser valiosos para a pesquisa. Infelizmente, são poucos os órgãos públicos que já têm seus arquivos microfilmados.

Nesta mesma senda do acesso aos documentos, a Lei nº 13709/2018, referente à proteção de dados, acabou por gerar, no caso desta pesquisa, diversas negativas para acesso a determinados documentos. Ao solicitar dados com fulcro na lei da transparência e acesso à informação, muitas respostas foram negativas, com fundamentação na lei de proteção de dados. A exemplo, o TRE-PR não mais permitiu o manuseio dos processos físicos dos registros de candidatura, como esta autora pôde fazê-lo no mestrado. O acesso foi solicitado e a autorização dada determinou que os próprios servidores fizessem a digitalização somente das partes dos processos em que não constavam dados ditos sensíveis, tais como declarações de imposto de renda e outros que pudessem violar sigilo fiscal dos envolvidos. Sem acesso às fichas

e declarações de bens dos candidatos, os dados recebidos foram irrelevantes como fontes para a presente tese.

O mesmo ocorreu quando solicitado o acesso às informações acerca das pessoas que ocuparam os cargos comissionados no gabinete de José Janene no decurso de seus mandatos como deputado. Foram fornecidas apenas listas com o nome e a lotação, sem, contudo, informar os cargos, remunerações e outros dados. Outrossim, alguns órgãos alegaram ausência de documentos e de registros, tais como atas das reuniões da Comissão de Minas e Energia ou do Grupo Legislativo Brasil-Líbano, dos quais recebemos retorno da Câmara Federal de que tais atas não foram localizadas, sem demais justificativas.

Não obstante, no que se refere especialmente ao primeiro capítulo desta pesquisa, algumas lacunas em relação à biografia e à genealogia de Janene foram detectadas, sendo que muitas delas somente seriam possíveis de serem apreendidas por relatos orais de membros ou conhecidos das famílias, que poderiam ser obtidos por meio de entrevistas. Apesar de Minayo (2000) descrever que a entrevista é um dos componentes fundamentais de um trabalho de campo, nas pesquisas desta natureza as fontes acabam por se omitir, por medo terem seus nomes envolvidos em escândalos, denúncias, e até mesmo, fato vivenciado na produção da pesquisa de mestrado, de sofrer ameaças por contar fatos inéditos e importantes sobre famílias com histórias complexas.

Mesmo morto, Janene continuou sendo investigado na Operação Lava-Jato e em outras operações da Polícia e da Justiça Federal. Como se demonstra no último capítulo, até os dias atuais seu nome surge envolvido em escândalos que ainda eram desconhecidos, ou ressurgem em notícias requeitadas envolvendo seus aliados, como no caso da recente prisão da doleira Nelma Kodama (SIC NOTÍCIAS, 2022), ocorrida em março de 2022, em que o nome de José Janene voltou à tona em razão de seu envolvimento com a Operação Lava-Jato e o Caso Banestado. Desta forma, muitas fontes que poderiam auxiliar com seus relatos, recusam ou sequer respondem aos pedidos ou chamados para contribuir. Ademais, o contexto de pandemia também dificultou tal aproximação. Ainda, no que se refere especialmente à genealogia, encontrou-se dificuldades em traçar uma árvore genealógica precisa dos Janene face às imprecisões de nomes, mudanças de grafias nos processos de imigração, assim como, à repetição de prenomes, que no desenvolver da pesquisa viu-se tratar de uma questão cultural e religiosa, conforme será explicado no decurso do capítulo um.

Outrossim, conforme informa Bercito (2021), a comunidade árabe faz grande parte de suas publicações na língua materna, tais como jornais com notícias sociais de seus membros, relatórios e documentos históricos vinculados à religião ou às associações étnicas, dificultando a pesquisa pela falta de domínio do idioma por esta pesquisadora. Mais um fator limitador foi o de que por ser um homem de bastidores, Janene pouco se apresentava ao grande público, sendo raríssimas entrevistas à imprensa, a exemplo. Ademais, na própria Câmara Federal não se localizou arquivos de áudio ou transcrições de discursos no plenário que contribuíssem para a realização de quaisquer análises baseadas no conteúdo oral ou escrito proferido pelo nosso personagem. Da mesma forma, são poucas as imagens e registros fotográficos existentes dele, que sejam de acesso público e livre, não sendo possível localizar uma foto sequer nem mesmo com seus amigos de longa data, Youssef e Belinati.

Feitas tais considerações, cabe-nos, para finalizar esta seção introdutória, apresentar a forma como esta pesquisa foi organizada para sua apresentação. A ideia geral é que a trajetória de Janene seja apresentada ao leitor tendo como início uma breve genealogia, sendo elencados os principais ramos da família que migraram para o Brasil, com foco exclusivo naqueles que se alojaram no Norte do Paraná, no intento de organizar ao leitor, de saída, os graus de parentesco e relações entre os envolvidos. Antes disto, foram apresentados de forma breve alguns apontamentos sobre a formação sócio-histórica de Londrina-PR, já que o contexto do surgimento e da expansão da cidade influenciou no desfecho da trajetória dos Janene. Ainda nesta primeira seção, apresentou-se uma breve biografia de Janene, como já aqui descrito, que não foi realizada de forma linear e com foco na cronologia dos fatos, mas sim nos deslocamentos de Janene no espaço social, finalizado com a tentativa de uma construção do perfil do personagem, com análise do *habitus* de classe que reproduzia, assim como, suas características psicológicas, preferências e formas de agir, que muito influenciaram sua história política.

No segundo capítulo fez-se uma apresentação daqueles capitais que avaliou-se como tendo sido os centrais para a trajetória de José Janene, sendo os fatores que ao concluir esta tese, entendeu-se terem sido as alavancas para que o político em tela chegasse aos lugares que ocupou e tenha conseguido se manter nele, com destaque para o capital econômico advindo do agronegócio e da posse da terra, assim como, do ramo empresarial urbano, vez que Janene e seus familiares eram proprietários de inúmeras empresas que tinham como metiê prestar serviços ao poder público. Ainda

nesta segunda seção, apresentou-se os capitais sociais e simbólicos, caracterizados principalmente pelas relações sociais, alianças e parcerias estabelecidas por Janene e seus familiares, perpassando pelas relações com a comunidade étnica a qual pertencia e pelas posições no partido político.

Assim, após nas duas primeiras seções ter-se uma breve genealogia, as notas biográficas e os principais capitais angariados por Janene, no terceiro capítulo traz-se os deslocamentos de José e seus familiares nos e entre os campos, com destaque para o campo político e o campo econômico, que no caso em tela, foram entrelaçados, já que Janene usava seus capitais de um campo para alcançar melhores posições no outro. Nesta seção, de início apresentam-se os postos ocupados por Janene e seus familiares, especialmente dentro do campo político, no qual são reveladas relações de nepotismo e extensas redes de favorecimento envolvendo poder e parentesco. Na sequência, apresentou-se o *modus-operandi* da família Janene em Londrina-PR, que se expandiu para todo o Brasil, culminando nos escândalos que foram mostrados na última seção, restando destacada a relação direta entre família, Estado e empresa, transformando a política de fato num grande negócio de família. Para finalizar a seção três, fez-se uma explanação, de caráter mais descritivo, dos principais destaques da atuação parlamentar de Janene, perpassando pela análise dos projetos de lei propostos por ele, dos pedidos de abertura de CPIs, assim como, das comissões das quais fez parte.

Nesta crescente, coube à última seção trazer a decadência de José Janene, materializada por diversos escândalos, acusações de crimes de corrupção, denúncias e processos judiciais nos quais foi investigado. Apresentou-se desde os primeiros escândalos, que segundo apontado pela imprensa, foram o “berço” do mensalão, tais como o caso AMA/COMURB e Sercomtel, ambos envolvendo o Poder Executivo Municipal de Londrina-PR. Em seguida, foram apresentados os casos do mensalão e do petrolão, os quais ao nosso ver, mudaram o curso da história atual de nosso país, com a seletividade nas investigações e uma trama que culminou no achincalhamento público e no afastamento da esquerda do governo central brasileiro. Por fim, no último subcapítulo, foram apresentados escândalos adjacentes nos quais os Janene tiveram envolvidos, que remontam desde a casos de feminicídio, lavagem de dinheiro por meio de *offshores*, envolvimento com doleiros, dentre tantos outros protagonizados por nossos personagens.

Isto posto, o trabalho se constrói em uma divisão que visa a demonstrar as relações sociais e familiares, os capitais, os deslocamentos no espaço social e atuação nos campos, levando ao ápice da carreira política de Janene, até ser finalizado com os escândalos que marcaram a decadência do político, que acabou por morrer antes mesmo de ser julgado e condenado pelos crimes e contravenções que lhe foram imputadas.

2. ASPECTOS BIOGRÁFICOS DA FAMÍLIA JANENE

As biografias, como citado na introdução desta tese, são elementos de fundamental importância para a sociologia, na medida em que desvelam os deslocamentos de uma pessoa ou de um grupo dentro do espaço social, trazendo à tona os campos em que estes atuam e quais os capitais possuem ou possuíram que lhes favoreceram ou prejudicaram no jogo social. No caso em tela, cumpre-nos apresentar a trajetória de José Janene e sua família. Oliveira (2012) assevera que para entender a classe dominante brasileira, e por consequência, a paranaense, é necessário estudar também as famílias, pois “a pobreza e a riqueza são, em boa parte, hereditárias. Os capitais sociais, rendas e patrimônios seguem a mesma lógica” (OLIVEIRA, 2013, n.p), destacando que para compreender as desigualdades sociais, é necessário compreender a genealogia do poder. É na genealogia e na trajetória biográfica que estão o foco deste capítulo. Antes, importa apresentar brevemente algumas considerações sobre a formação histórica do município de Londrina-PR, fundamentais para a compreensão da formação política da cidade, e consequentemente, na trajetória de José Janene.

2.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Para entender os fenômenos da política londrinense e a dinâmica do poder local, é importante compreender as peculiaridades da formação histórica regional, do processo de colonização e de (re)ocupação do território do chamado Norte Novo do Paraná. Londrina-PR não se formou espontaneamente, mas foi fruto de um processo de ocupação planejada, impulsionada pelo projeto de expansão capitalista no país. Nas décadas de 1920 e 1930, o Brasil e o Estado do Paraná encontravam-se em um franco processo de ampliação da ocupação de seus territórios e de urbanização de áreas ainda inexploradas. O Norte do Paraná já vinha sendo foco de interesse de companhias colonizadoras desde que a ferrovia São Paulo - Paraná avançava suas obras e adentrava às terras roxas da região, somando dois fatores primordiais presentes naquele contexto: a fertilidade das terras e a estrutura logística para transporte do que fosse ali produzido, por meio da referida ferrovia. Neste sentido,

após tratativas entre a União e o Governo do Estado, que receberam algumas missões estrangeiras de investidores interessados na região, o Governo Estadual vendeu terras de sua posse para um grupo de ingleses que se interessavam no plantio de algodão naquelas terras.

Tal grupo criou a *Brazil Plantation Syndicate*, subsidiária da *Sudan Cotton Plantations Syndicate*. O objetivo da *Brazil Plantation Syndicate* era adquirir terras no Estado de São Paulo e na faixa de terra roxa do Norte do Paraná. De acordo com Arias Neto (1998), entre os anos de 1925 e 1927 a *Brazil Plantations Syndicate* adquiriu uma área de 515 mil alqueires de terras no Norte do Paraná e em 1928 adquiriu as ações da Cia Ferroviária, então responsável pela construção da já citada ferrovia. Porém, nem tudo correu como o esperado, e após fazer o alto investimento na aquisição de terras, os ingleses não possuíam mais recursos para poder beneficiá-las, obrigando-se a lotear e vender parte das terras em pedaços menores.

Em 1925, para que pudessem comprar e vender terras no Brasil, visando atender à legislação local, os ingleses fundaram em São Paulo a Companhia de Terras do Norte do Paraná - CTNP, com a participação de alguns sócios e administradores brasileiros. Arias Neto (1998) conta que a incapacidade inicial da Companhia em captar um segundo recurso após ter gastado o primeiro na aquisição de terras e nos negócios com o Estado foi superada com a venda dos lotes, acumulando capital para remeter aos acionistas ingleses e para investir na industrialização local para o beneficiamento da produção.

Cesário (1986) expõe que as negociações entre a CTNP e o Governo do Estado do Paraná se iniciaram em 1925. De acordo com Boni (2004), o Governo do Estado do Paraná vendeu terras à CTNP por preços razoavelmente baixos, pois havia grande interesse na ocupação e desenvolvimento da região Norte do Estado do Paraná. O mesmo autor afirma, ainda, que além do interesse na colonização da região, outro fator decisivo para que a CTNP recebesse o apoio do Governo do Estado foi o compromisso da Companhia em concluir a ferrovia São Paulo – Paraná, levando-a até o Município de Guaíra-PR, divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul e fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Assim, a história do Município de Londrina-PR está intrinsecamente ligada à CTNP e ao agronegócio. De acordo com Wachowicz (1995), a CTNP fundou em 1929 o seu primeiro escritório onde atualmente está Londrina-PR. Cesário (1986) afirma que os primeiros diretores da CTNP no local foram os advogados brasileiros João

Sampaio e Antonio de Moraes de Barros, e o inglês Arthur Hugh Muller Thomas. Thomas residiu em Londrina-PR durante todo o período em que o escritório da empresa esteve sediado naquela cidade. De acordo com relatórios da CTNP disponíveis no Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, os lotes da CTNP foram vendidos basicamente para brasileiros (paulistas e mineiros e alguns nordestinos) e para estrangeiros, em sua grande maioria provenientes do leste da Europa.

Vale ressaltar que grande parte dos europeus que se estabeleceram no local já estavam no Brasil; em sua maioria eram funcionários de grandes fazendeiros de café do Estado de São Paulo que com suas economias compraram pequenos lotes de terras na região, vendo nas terras férteis do Norte do Paraná a possibilidade de serem prósperos proprietários e não mais empregados. Ou seja, a venda dos primeiros lotes da região não está ligada aos grandes fazendeiros, mas sim a pequenos produtores em busca de independência, mesmo movimento visto pela família Janene, alguns anos mais tarde, como será apresentado ao longo desta pesquisa. Estes pequenos proprietários e os profissionais liberais formaram a primeira burguesia local e a primeira classe dominante de Londrina-PR, cidade fundada oficialmente em dezembro de 1934.

Além da CTNP, um outro ator, se é que assim podemos chamá-lo, foi fundamental para a economia e para a formação da sociedade local: o café, ou o “El Dorado”, como ficou registrado no imaginário dos primeiros londrinenses, numa clara significação do café como o ouro que vem da terra. A importância do café na economia local é amplamente discutida e polemizada pelos vários autores que analisam a história de Londrina-PR e do Norte do Paraná. Muitos deles, como Wachowicz (1995), afirmam que o café foi fundamental para o desenvolvimento da região em estudo, mas reconhece que este não foi o único produto agrícola produzido na região, afirmando a existência de plantações de soja, milho, arroz, cana-de-açúcar, mamona, rami, dentre outros, mas com grande predominância da cafeicultura.

Cesário (1986) também rebate aos autores que afirmam a existência da monocultura do café. A autora vai além, afirmando que o auge do café somente ocorreu graças às práticas anteriores de diversidades de culturas agrícolas que proporcionaram suporte econômico até que os cafezais começassem a produzir e gerar lucros aos agricultores. Segundo a autora, os produtos cultivados na região não serviam somente para a subsistência das famílias ali localizadas, mas geravam

também um excedente que era comercializado com intermediários, tornando-se também fonte de renda para os produtores.

Apesar do quase consenso quanto a existência de diversidades de culturas agrícolas na região de Londrina-PR, é inegável que o café e a publicidade feita sobre ele pela CTNP foram a mistura fundamental para a formação da economia londrinense nos primeiros anos de existência do município. Tal influência, do café e da CTNP, na formação da economia e da sociedade londrinense está explícita nos trabalhos de Cesário, conforme exemplo citado abaixo, no qual a autora faz uma análise da expansão da cafeicultura no Norte do Paraná:

Através de uma perspectiva de história econômica no norte do Paraná, o que se assistiu foi à continuação do desenvolvimento de um núcleo capitalista da economia nacional, a cafeicultura, desenvolvimento este que na região explorada pela Companhia de Terras tomou ainda um maior vigor e dinamismo, o que possibilitou, inclusive, uma diversificação das atividades econômicas e da sociedade. Este núcleo da economia nacional, na área considerada, além de ter sido comandado pelo capital, permitiu uma diferenciação das atividades – o café nunca se constituiu em monocultura no norte do Paraná. Com ele se implantou um moderno sistema de transportes e um crescimento urbano notável acompanhado de um moderno setor bancário e de serviços” (CESÁRIO, 1986, p. 129)

Como já afirmamos anteriormente, a fertilidade das terras do Norte do Paraná e o café foram fundamentais na construção da identidade da sociedade norte paranaense, em especial dos londrinenses ou daqueles que para lá migraram, como é o caso dos primeiros Janene que lá chegaram, vindos do Líbano. Esta espécie de identidade criada a partir do café e das terras criou o que Tomazi (1997; 1999) chamou de “Discurso Norte do Paraná”:

[...] o discurso “Norte do Paraná” traz consigo um conjunto de idéias e imagens, quase que formando um bloco fundido e refundido onde a sua simples enunciação faz com que se faça uma identificação com algumas idéias basilares: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de idéias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando assim criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo de (re)ocupação desta região.”(TOMAZI, 1997, p. 12)

Ligadas a este discurso estão expressões célebres como o “Novo El Dorado”, “Nova Canaã”, “Terra da Promissão”. Muitas destas expressões começaram a ser

utilizadas a partir de propagandas promovidas pela CTNP, que enalteciam a fertilidade das terras roxas do Norte do Paraná e a possibilidade de prosperidade e felicidade no local. Um folheto distribuído pela CTNP em 1935 dá o *start* a este processo de construção do imaginário da terra prometida. Tal folheto trazia como título: “O melhor rumo, o melhor futuro, é colocar-se no Norte do Paraná, adquirindo uma área por menor que seja, da CTNP”. Outro panfleto propagandístico, disponível no Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, traz como título “Sinta a Alegria de Viver e Prospere no Norte do Paraná”.

Arias Neto (1998) afirma que esta estratégia de propaganda da CTNP fazia parte de um projeto maior do Governo Federal, já com Getúlio Vargas a sua frente, de expansão da fronteira para o oeste em todo o país. Este movimento foi chamado de Marcha para o Oeste. O mesmo autor segue afirmando que como o objetivo da Companhia era a venda de lotes, independentemente de ser na área urbana ou rural de Londrina-PR, as propagandas tratavam de fazer uma fusão das imagens do campo e da cidade. Falava-se da fertilidade e da prosperidade do campo, e conseqüentemente, do progresso e modernização trazidos para a cidade pela riqueza produzida na área rural, exaltando o planejamento urbano e o acesso aos serviços.

Cesário (1986) concorda com Arias Neto (1998) e Tomazi (1999), fazendo a análise de tais fenômenos a partir da ótica do avanço das fronteiras como parte do projeto de expansão do capitalismo no Brasil. Segundo a mesma autora, o avanço da fronteira foi propiciado pela debilidade da burguesia paranaense que permitiu a entrada da burguesia paulista e inglesa, com o respaldo dos Governos Federal e Estadual. Este avanço da fronteira pela burguesia externa propiciou a criação de significados míticos, como: 1) valores cosmopolitas atribuídos aos ingleses; 2) ideia de um novo bandeirantismo paulista; e, 3) expansão de uma ilha econômica livre da soberania do Estado.

Esta identidade formada a partir da ideia de que a região de Londrina-PR assemelhava-se à terra prometida, contribuiu com um processo que Tomazi (1999) chama de “clivagem norte/sul”, ou seja, para um processo de separação e disputa de territórios de poder, que segundo o autor, nunca ocorreu de fato, mas sim no campo dos discursos dos “paranaenses do norte” e dos “paranaenses do sul”, como se referiam às pessoas da capital (que fica ao leste do Paraná) e das regiões tradicionais do Estado do Paraná. Alguns setores levaram esta clivagem a sério, propondo inclusive a criação do Estado do Paraná do Norte (TOMAZI, 1999).

Segundo Ferreira (1999), a economia cafeeira na região teve seu início pelo Norte Velho, ou Norte Pioneiro, na região conhecida como Vale do Itararé. Devido à grande presença de paulistas nestes núcleos, a economia local estava sob o domínio da economia do estado vizinho, a qual já tinha o café como seu maior produto agrícola. Wachowicz (1995) afirma que o Norte do Paraná se consolidou na produção cafeeira a partir da década de 1940. Até então, respondia por aproximadamente 3% da produção total do café nacional.

A produção iniciou-se na região de Jacarezinho-PR, a qual nos últimos anos do século XIX já produzia café em quantidades suficientes para a exportação. Até a década de 1920 a produção do café no Estado do Paraná vinha sendo freada pela ação dos estados concorrentes, como o Estado de São Paulo. Como já citado anteriormente, muitos dos compradores das terras da CTNP eram pequenos produtores rurais vindos de São Paulo e Minas Gerais. Estes pequenos produtores iniciaram a produção do café na região de Londrina-PR, o que causou grande preocupação aos fazendeiros de São Paulo, em especial. Exemplo disto, é o que conta Wachowicz (1995, p. 260): “Na década de 1920, o governo federal, influenciado por São Paulo, criou o imposto de 1\$000 rs. por cafeeiro novo plantado. Isto representava um sério golpe na jovem cafeicultura paranaense.”

Segundo o mesmo autor, este imposto visava não somente frear a cafeicultura paranaense, mas também, coibir a migração de paulistas e mineiros para o Estado do Paraná. Foi em razão deste imposto que os londrinenses travaram a primeira grande “briga” política com o Governo Federal, saindo vencedores dela, uma vez que a partir do movimento paranaense a lei foi modificada, onerando com o referido imposto apenas os estados que já possuíam mais de 50 milhões de pés de cafés plantados. Ferreira (1999) opina que a alteração desta lei favoreceu sobremaneira o Estado do Paraná. Minas Gerais e São Paulo estavam sendo onerados com o imposto, o que levou os produtores daquela região a buscar possibilidades de produção de café em estados que estavam excluídos deste ônus.

Outro fator que influenciou na arrancada da economia cafeeira do Estado do Paraná foi a dificuldade em escoar o produto para a exportação. Havia dificuldade no transporte do café até o Porto de Paranaguá-PR. A Estrada de Ferro São Paulo – Paraná acabava por favorecer o escoamento das cargas para o Porto de Santos-SP e com isso o Estado do Paraná perdia muito economicamente. Para rebater tal situação, o Paraná passou a incentivar a criação de firmas particulares de

beneficiamento do café para concorrer com as firmas paulistas e diminuir as taxas de exportação no Porto de Paranaguá-PR.

Neste período, a erva-mate era ainda o produto agrícola mais tradicional do Estado do Paraná, com grande representação na economia estadual. Porém, com os incentivos acima citados, já no ano de 1935 o café quase se igualou a tal produto. Neste ano, segundo Wachowicz (1995), a erva-mate correspondeu a 15% da receita do Estado, enquanto o café chegou à marca de 14,4%. Nas décadas de 1940 e 1950 o café assumiu o papel de principal produto da economia paranaense, tornando-se o maior produtor brasileiro, representando 60% da produção nacional. A partir da década de 1940, segundo o mesmo autor, o centro produtor de café deslocou-se do Norte Pioneiro para a região de Londrina-PR. Segundo Arias Neto (1998), a partir deste período, anos 1940-1950, grandes fazendeiros instalaram-se na região em questão aproveitando-se da mudança na política de vendas de lotes promovida pela CTNP na fase final de sua atuação, a qual passou a comercializar grandes latifúndios e não mais pequenos lotes, no intuito de encerrar suas atividades.

Neste período, visando favorecer o escoamento da produção de café do Norte Novo para o Porto de Paranaguá-PR, o interventor do Paraná, Manoel Ribas, construiu uma estrada rodoviária, hoje conhecida como Estrada do Cerne, ligando Paranaguá-PR – Piraí do Sul-PR – Jataizinho-PR. Porém, o problema do escoamento do café norte paranaense só se resolveria efetivamente na década de 1960, quando foi inaugurada a Rodovia do Café (que liga a capital ao Norte do Estado do Paraná) e a Ferrovia Ponta Grossa-PR – Apucarana-PR.

Junto da expansão da cafeicultura na região de Londrina-PR, viu-se também, conforme afirma Ferreira (1999), o crescimento populacional da região. Além dos paulistas e mineiros que vieram para o Norte do Paraná, frentes de trabalho se abriram com a cafeicultura, o que propiciou a migração de muitos trabalhadores vindos de todo o Brasil, em especial da região Nordeste do país, em busca de trabalho. Em 45 anos, a densidade demográfica da região em estudo saltou de 8,9% para 75,9%. Gonçalves (1999) concorda com Ferreira (1999), atribuindo à cafeicultura o grande *boom* populacional da região Norte do Paraná, colocando como inegável a relação direta entre a expansão cafeeira e o crescimento populacional da região de Londrina-PR.

A supremacia da cafeicultura na economia local não durou por muitos anos e o seu declínio foi fundamental para mudar a história política da cidade. A derrocada do café começou ao final da década de 1960, motivado pelas geadas de 1963, 1964

e 1966, pela política de redução da produção nacional do café e pelo crescimento da produção da soja. Após as geadas, os agricultores preferiram não se arriscarem mais na produção cafeeira, por medo de perder novamente toda ela. Segundo Tomazi (1997) o golpe final do café deu-se com a geada de 1975, a qual o mesmo nomina como a “pá de cal” na cafeicultura paranaense. Segundo o autor, a década de 1975 marca o início de uma nova etapa econômica para a região, selando assim a diversificação de culturas agrícolas e da industrialização local. Concordando com Tomazi (1999), Ferreira (1999, p. 78) afirma: “A cafeicultura ainda sobrevive, pesando ponderavelmente nas finanças. Mas o ciclo se foi. É a vez da soja, com a indústria, aos poucos conquistando posições.”

Junto com a derrocada da economia cafeeira, caíram drasticamente as taxas populacionais de Londrina-PR e seu entorno. A partir do momento em que o café já não ocupava mais o mesmo espaço na economia paranaense e nacional, os trabalhadores que vieram em busca das grandes frentes de trabalho migraram dali, buscando em outros Estados a mesma promessa da região Norte do Paraná. Tomazi (1999) afirma que este movimento é parte de um processo comandado pela própria lógica do capital: atrai pessoas para depois expulsá-las, quando já não pode mais produzir lucro. O destino destes trabalhadores rurais e/ou pequenos produtores norte-paranaense foram muitos: alguns foram para outros estados, como o Mato Grosso; alguns se deslocaram para a área urbana, inchando os centros urbanos, vivendo à margem do mercado de trabalho; e, a grande maioria, obrigou-se a trabalhar como boias-frias. Este cenário de derrocada do café após a geada de 1975 iria mudar também os rumos da política londrinense, como mostrar-se-á mais adiante.

2.2 UMA FAMÍLIA E VÁRIOS SOBRENOMES: BREVES ESTUDOS GENEALÓGICOS DA FAMÍLIA JANENE

Antes de adentrarmos ao estudo genealógico da família objeto deste estudo, vale fazer uma nota acerca das dificuldades tidas em relação a localização de seus membros, especialmente os primeiros a chegar no Brasil, vindos do Líbano. Dificuldade esta proveniente das variações gráficas de prenomes e sobrenomes. Bercito (2021) explica que a grafia diferenciada dos nomes se dá pelo fato de que a língua árabe não faz uso do alfabeto grego, que deu origem ao alfabeto latino, e é grafada com símbolos diferentes, não havendo equivalentes para todas as vogais do

alfabeto usado na língua portuguesa, motivo pelo qual encontram-se tais diferenças gráficas de um mesmo sobrenome, especialmente entre aqueles que nasceram em algum país de língua árabe e aqueles que nasceram no Brasil.

Ao construir a dissertação de mestrado, verificou-se inicialmente que os sobrenomes Janene, Jannani e Jenani pertenciam a uma mesma família. Agora, aprofundando-se nos arquivos públicos, especialmente nos documentos migratórios, observou-se que havia ainda outras variações, sendo possível detectar que originalmente, no Líbano, a maior parte da família era JANANI³, mas a grafia do sobrenome foi sendo alterada na medida em que seus membros migraram e tiveram seus registros no Brasil, casaram-se e registraram seus filhos. Assim, detectou-se que do sobrenome original derivaram-se JANENE, JENNANI, EL JENNANI e ELGENNENI.

Também os prenomes geram imprecisão na pesquisa, vez que ao longo do tempo as grafias foram se alterando, a exemplo da mãe de José Janene, a qual encontrou-se em documentos oficiais como Maimouné, Memune e Mamune. Outro exemplo é a irmã de José Janene, que se localizou como Solaime e como Soleima Assad, mas após a obtenção de um documento oficial, viu-se tratar de Solaima Assaid Janene. As repetições de nomes também trouxeram alguma dificuldade, vez que prenomes como Mohamad, Ali, Ahmed, Fuad, Faissal/Faiçal e Mahmud estão presentes nas várias ramificações das famílias. De acordo com Carloto (2007), os prenomes dos filhos dos libaneses costumam indicar qual religião a família professa, sendo os nomes acima citados parte daqueles que indicam tratar-se de família muçulmana. Em razão da frequência destes nomes, não foi possível em alguns momentos determinar a qual segmento familiar uma pessoa pertencia, a exemplo de Ali Jennani, nome homônimo entre o irmão e o primo de José Janene.

A família Janene chegou ao Brasil por meio do processo migratório, já tardiamente. Conforme dados da Associação Árabe de Beneficência do Paraná – SABEN, a imigração árabe no Brasil e no Paraná teve seu início no Século XIX, sendo o primeiro registro migratório do ano de 1878. Estes primeiros migrantes eram massivamente sírios e libaneses, fugidos das perseguições político-religiosas, em busca de terras férteis para produzir e de possibilidades de tornarem-se comerciantes

³ Foi possível chegar a tal conclusão quando se obteve acesso às fichas de entrada dos patriarcas ao Brasil, preenchidas no desembarque dos navios, as quais encontram-se disponíveis na plataforma do Arquivo Nacional, na seção de documentos sobre imigração.

no Brasil (ISKANDAR, 2020). Bercito (2021) informa que entre os anos de 1880 e 1969, foram contabilizados nos documentos oficiais a entrada de cerca de 140 mil árabes no Brasil, pontuando que tal número pode ser ainda maior, vez que como não viajaram subvencionados por seus países de origem, muitos não passaram na saída ou na chegada pelas autoridades de imigração. A SABEN registra que o ofício de mascate foi o mais comum exercido por estes migrantes, afirmando também que a organização dos sírio-libaneses no Brasil se deu pela região de onde provinham na sua terra natal e pela cultura religiosa que professavam, sendo que muitos muçulmanos vieram para o Paraná, espraiando-se pela capital e depois para o interior do estado, especialmente no Norte e Oeste, onde formaram as maiores colônias.

Corroborando com tais informações a pesquisa de Lamarão (2003), na qual o autor afirma que a migração libanesa para o Brasil se assemelhou a uma diáspora, sendo que o Brasil, Argentina e Estados Unidos receberam o maior volume destes migrantes. Diz o autor que este processo migratório se dividiu em duas etapas, sendo os primeiros migrantes a vir no final do século XIX e mais tarde, em meados do século XX, inspirados no sucesso dos primeiros que no Brasil estiveram, houve um novo grande movimento árabe de migração para nosso país. Sobre este processo, descreve o autor:

Dinamizadores dos mercados local e regional, integraram regiões isoladas, contribuindo assim para a ocupação do território nacional. Trabalhando duro e gastando o mínimo, o mascate conseguia acumular capital relativamente rápido e montar o seu próprio estabelecimento, geralmente, no ramo de tecidos e armarinho. O crescimento do negócio atraía parentes e conterrâneos, alimentando o fluxo migratório e estabelecendo um padrão conhecido como *chain immigration*. (LAMARÃO, 2003, p. 3)

Carloto (2007) explica que os libaneses que migraram para o Brasil tentaram reproduzir o que havia nas suas regiões de origem, formando comunidades homogêneas, sendo comum que a cada chegada, o novo migrante fixasse residência onde já havia um parente ou amigo, formando um grande bloco familiar. Este foi o caso típico da família Janene. Outra questão importante a se destacar é a levantada por Bercito (2021), de que no Líbano somente poderia viajar legalmente a pessoa que tivesse passaporte e que tal documento só era emitido para quem comprovasse ter boas condições financeiras, o que indica que os Janene, ao migrarem, não eram pessoas sem capital nenhum, como muitos migrantes vindos de outras regiões do mundo. O autor indica que:

Alguns dos primeiros estudos sugeriram que os viajantes chegando às Américas eram destituídos. Pesquisadores, no entanto, têm sugerido que eles não eram tão miseráveis assim. Muitos estavam em busca não de salvação financeira, mas de uma melhora de vida. (BERCITO, 2021, p. 45)

O primeiro registro encontrado da família na região Norte do Paraná remonta a Abdelkarim Janene, o qual possivelmente tenha sido o Janene de maior capital econômico e o mais bem sucedido nos negócios, como ver-se-á no capítulo três. De acordo com a transcrição de um discurso feito por seu sobrinho e então vereador, Jamil Janene, em abril/2001, quando o tio recebeu uma honraria *post mortem* em Londrina-PR, Abdelkarim Janene teria nascido próximo à Beirute, “*nas regiões montanhosas do Líbano*”, no ano de 1906, migrando para o Brasil com a apenas 21 anos (1927), estabelecendo domicílio inicialmente em Araraquara-SP. Destaca-se que Abdelkarim desembarcou pelo Porto de Santos-SP e os dados de migração deste porto não estão disponíveis no Arquivo Nacional, à exceção das listas de passageiros dos navios a vapor, nas quais o nome do referido não foi localizado.

Diz Jamil que o tio veio trabalhar como mascate, a convite de um grande amigo, Mohamedim El-Kadri, que já estava no Brasil há algum tempo. Três anos após sua chegada casou-se com uma brasileira, Emília Braz Gonçalves, com a qual teve seis filhos: Anísio, Salimi, Jamil, Inocêncio, Leila Maria e Karini. O discurso dá conta de que após o nascimento dos filhos, Abdelkarim beneficiou suas primeiras propriedades de terra, na localidade de Tabapuã-SP, dedicando-se ao plantio de café, cultura emergente na região à época. Em 1946 criou a Companhia Imobiliária e Agrícola de Catanduva - CIAC, em sociedade com alguns amigos vindos com ele do Líbano, e por meio dela passaram a lotear e urbanizar cerca de vinte mil alqueires de terras no Noroeste do Paraná, como parte do processo de expansão do Estado para o interior, vigente e incentivado à época. Foi com a CIAC que Abdelkarim colonizou e fundou a cidade de Colorado-PR. A história de Abdelkarim reafirma o estudo de Bercito (2021), no qual o autor aponta que muitos dos libaneses que vieram para o Brasil tiveram uma ampla inserção nas elites brasileiras, sejam as empresariais ou políticas.

Como parte do processo de expansão de suas fazendas, mudou-se em 1957 para Londrina-PR, levando consigo parentes, formando uma comunidade de cerca de duzentas pessoas, segundo transcrição de discurso de seu filho mais velho, Anísio,

na mesma solenidade já citada. No processo de colonização capitaneado por Abdelkarim foram ocupadas fazendas que perpassavam também por outros territórios, sendo fundamental no processo de crescimento das cidades de Santo Inácio-PR, Santa Inês-PR, Lupionópolis-PR, dentre outras do Norte e Noroeste do Paraná. Assim, Abdelkarim parece ter aberto caminho para que outros parentes fossem incentivados a migrar para o Brasil e para o Paraná.

Corroborando para a afirmação acima o fato de que foi em Santo Inácio-PR que se instalou o patriarca da segunda ramificação dos Janene no Paraná, Mohamad Assad Janani, filho de Assad e Salma Janani, nascido em Rafid, região próxima à Beriture, no Líbano, em 1917. Conforme a Ficha Consular de Qualificação (FIGURA 1), entregue no seu desembarque no Porto do Rio de Janeiro, Mohamad chegou ao Brasil no ano de 1951. A mesma ficha traz que Mohamad era agricultor no seu país de origem, e apesar de declarar-se casado, chegou sozinho naquele ano ao Brasil. A esposa, Maimouné Mohamad Assad Al Jannani, chegou somente um ano depois, em junho de 1952, desembarcando também no Rio de Janeiro. A Ficha Consular de Qualificação de Maimouné (FIGURA 2) registra que ela trouxe consigo três filhos: Faiçal, com quatro anos, Assad, com dois anos, e o pequeno Ali, de apenas três meses. No Brasil, o casal teve ainda outros dois filhos, Solaima Assaid e José Mohamed, este o principal agente da família, foco central da presente pesquisa.

FIGURA 1 - Ficha Consular de Qualificação Mohamad Janani

103

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL MODELO 6 C. 139
 FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO **175520**

Esta ficha, expedida em duas vias será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no pórtico de destino

Nome por extenso MOHAMAD ASSAD JANANI
 Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE
 Nos termos do art. 9º letra --- do dec. n. 1227, de 1945 (temporário ou permanente)
 Lugar e data de nascimento Rafid, Líbano, em 1917
 Nacionalidade Libanêsa Estado civil Casado
 Filiação (nome do Pai e da Mãe) Assad e Salma Janani
 Profissão Agricultor
 Residência no país de origem Rafid, Líbano

NOME IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 3920 expedido pelas autoridades de Polícia Libanêsa na data 1-5-51
 visado sob n. 828

ASSINATURA DO PORTADOR: *[Assinatura]*

NOTA — Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

SÉLLO CON


 Serviço Consular do Brasil
 em Beirute Lebano
 de 24 de Maio de 19 51
 O CONSUL: *[Assinatura]*
 R. C. DA CUNHA

Fonte: Arquivo Nacional

FIGURA 2 - Ficha Consular de Qualificação de Maimouné Jannani

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

MODELO S.C. 139
238975
23/11/62

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso.....**MAIMOUNÉ MOHAMAD ASSAD EL JANNANI**
Admitido em território nacional em caráter.....**PERMANENTE**
(temporário ou permanente)
Nos termos do art.....**9º**.....letra.....**---**.....do dec. n. 7967, de 1945
Lugar e data de nascimento.....**Majdel Balhis Libano em 1927**
Nacionalidade.....**Libanêsa**.....Estado civil.....**Casada**
Filiação (nome do Pai e da Mãe).....**Youssef e Fatmé Ghadban**
Profissão.....**Doméstica**
Residência no país de origem.....**Majdel Balhis Libano**

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS	Faiçal	4 anos	Masc.
	Assad	2 "	"
	Ali	3 meses	"

Passaporte n.....**2680**.....expedido pelas autoridades de.....**Segurança**
Geral Libanêsa.....na data.....**15-3-52**
visado sob n.....**1114**

ASSINATURA DO PORTADOR

Serviço Consular do Brasil
em Beirute LIBANO
5 de **junho** de 1952
O CONSUL :
R. C. da Cunha
R. C. DA CUNHA

NOTA — Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

FONTE: Arquivo Nacional

Em Santa Inês-PR, cidade vizinha de Santo Inácio-PR, se instala o patriarca do terceiro ramo familiar dos Janene, Mohamade Cassin Janene, do qual até o presente momento não localizou-se documentos migratórios que informem com precisão sobre sua chegada ao Brasil. Mohamede casou-se aqui com Odeth Janene, com a qual teve dez filhos, dos quais pode-se localizar Samira Janene, Najla Elgenneni, Fuad Elgenneni e o mais proeminente de todos, Jamil Janene, vereador por diversos mandatos em Londrina-PR e importante agente do cenário político local, aliado atualmente ao Prefeito Marcelo Belinati, sobrinho de Antonio Belinati.

Ainda nas fichas de desembarque no Porto do Rio de Janeiro observa-se que no ano de 1952 mais um parente desembarcou em terras brasileiras. Hussein Kassem Jenani, de Rafid, no Líbano, nascido em 1926, o qual chegou ao país declarando-se solteiro e tendo como ocupação agricultor. No Brasil, Hussein casou-se com a filha de outra família de migrantes, os El-Kadri, os quais também se tornaram ao longo do tempo importantes agentes do capital econômico local. A esposa de Hussein era Mariam El Kadri, com a qual teve ao menos dois filhos, Amne Kassen El Jennani e Meheidin Hussein Jenani, sendo este último uma das peças-chaves e importante

operador político de José Janene, como veremos em outros momentos desta pesquisa.

Um outro patriarca instalado na região Norte do Paraná foi Moustapha Jennani, nascido em Rafid, no Líbano, em 1921. Moustapha chegou ao Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro, em 1949, declarando-se solteiro, estabelecendo matrimônio no Brasil, tendo como filhos Ali, Fuad, Angela, Samira e Leila. O caso de Moustapha requer maior investigação genealógica, vez que é possível atribuir parentesco com os outros ramos familiares já citados, pois nas redes sociais seus filhos e netos tratam aos filhos e netos dos demais como “primos” em comentários de postagens acerca das famílias.

Sobre os parentescos, ao que tudo indica, Moustapha, Mohamade Cassin e Hussein Kassem eram primos de Mohamad Assad, pai de José Janene. Há ainda algumas imprecisões de nomes, vez que se localizou homônimos como Fuad e Samira, com filiações diferentes e não se conseguiu precisar se são as mesmas pessoas ou não. Já alguns nomes de familiares foram alterados na chegada ao Brasil, a exemplo de um tio de José Janene de nome Ahmed Janene, o qual registrou-se no Brasil como Emídio Janene, não permitindo fazer afirmações precisas quanto aos graus de parentesco.

O parentesco entre as famílias de Abdelkarim Janene e Mohamed Cassin Janene ficou constatado por meio do discurso do filho de Mohamede, Jamil Janene, já referenciado nesta tese, o qual reproduziu uma fala que seu pai teria proferido no dia da morte de Abdelkarim: *“Eu queria passar para vocês uma coisa particular de família. Quando nós perdemos o tio Abdelkarim Janene, o meu pai falou para mim assim: ‘eu não perdi um tio, mas perdi um pai’.”*⁴ Para auxiliar ao leitor na compreensão dos membros das famílias apresentou-se na FIGURA 3 (ver página 59) os principais membros dos ramos familiares.

Se pensarmos em descendentes, o número de membros destas famílias é imenso, uma vez que todos casaram-se, tiveram numerosos filhos e netos. A genealogia não é o foco central desta pesquisa, mas serve como suporte para mostrar mais adiante as redes de poder e parentesco estabelecidas. Assim, nos ateremos aos descendentes apenas de José Janene, em nosso próximo item, quando abordaremos

⁴ Degravação da sessão solene de entrega do Título de Cidadão Honorário de Londrina *post mortem* ao Senhor Abdelkarim Janene. (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2001)

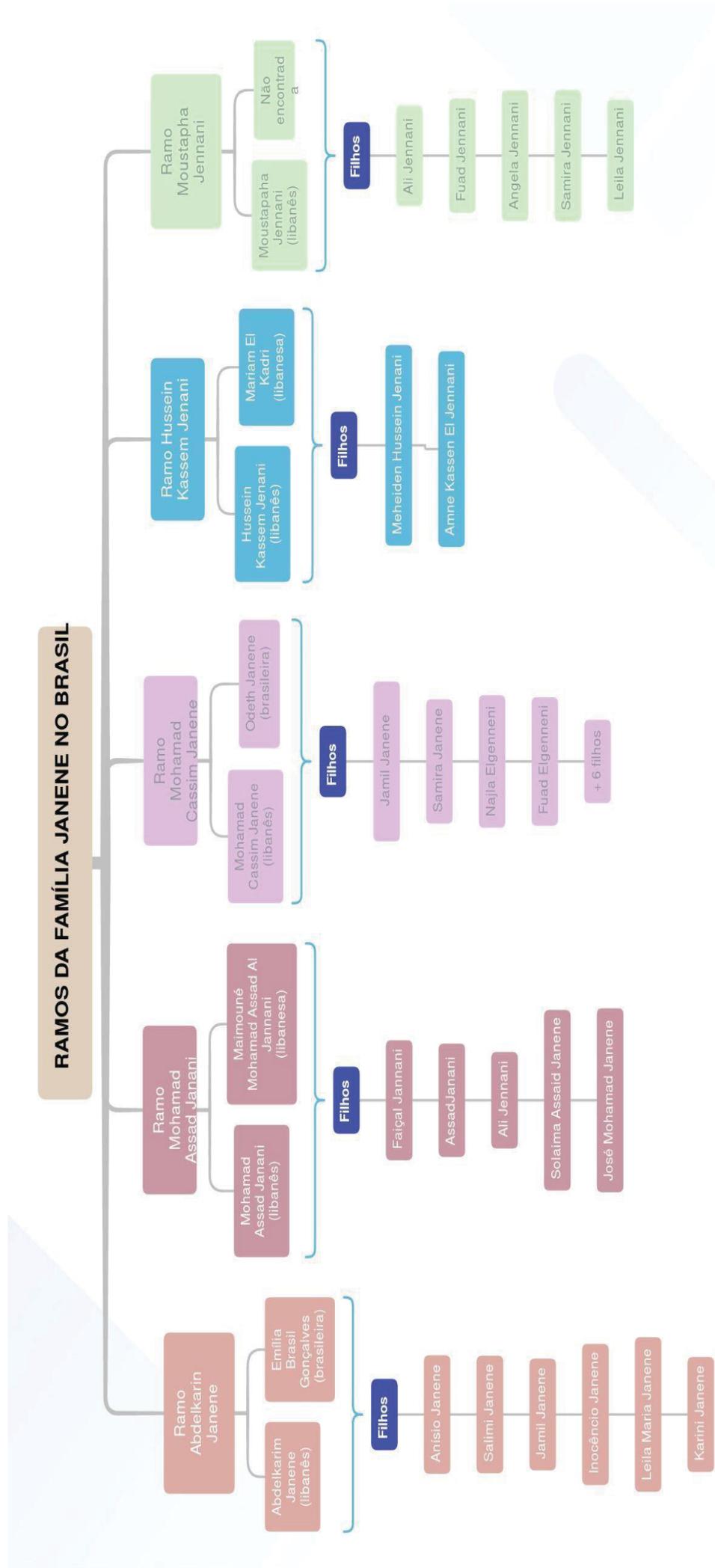
a biografia dele. Mais a frente, traremos também alguns descendentes de Abdelkarim que tiveram e ainda têm papel de destaque no cenário londrinense.

Analisar e desvelar as genealogias ao realizar estudo sobre poder político é essencial, vez que como afirma Bourdieu (2011) a instituição familiar é um importante *locus* de transmissão de capitais. Grill (2012) explica também que estudar as famílias na política é fundamental, especialmente no que se refere às suas estratégias de aquisição de capitais, dentre eles o social e o econômico, afirmando:

Acredita-se que as “famílias” funcionam como estruturas informais do sistema político que são intersticiais, paralelas e suplementares às estruturas formais (institucionais) e, como tais, fornecem trunfos com potencial de complementaridade, de distinção, de reforço e de compensação em relação aos meios de luta conquistados em organizações centrais (Estado, partidos, legislativo etc.). (GRILL, 2012, p. 138)

No caso em tela, vê-se que a migração ocorreu de forma conjunta, vindo em sequência ramos familiares diversos, agregando-se no entorno de Abdelkarim Janene, o mais bem sucedido economicamente, confirmando assim a tese de Bercito (2021) que afirma que a migração árabe para o Brasil, especialmente para o sul e sudeste do país, era um projeto coletivo, na qual os primos ajudavam-se entre si neste processo, tanto custeando viagens, quanto auxiliando com apoio na chegada, acolhendo-os nas vilas de migrantes: “[...] não dependiam necessariamente de um imenso capital acumulado de antemão, e sim da solidariedade dos brimos, na tradição do companheirismo nos vilarejos” (BERCITO, 2021, p. 46). Ver-se-á ao longo dessa pesquisa que os Janene formaram essa rede familiar e atuaram de forma articulada, beneficiando os membros da família e alavancado o seu principal representante ao cenário nacional.

FIGURA 3 – Genealogia dos ramos familiares da família Janene



Fonte: Autora (2022)

2.3 NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE JOSÉ JANENE: VIDA AGITADA, PERSONALIDADE FORTE E UMA MORTE CONTESTADA

José Mohamed Janene nasceu em Santo Inácio-PR, cidade próxima à Londrina-PR, Norte do Paraná, no ano de 1955. Como já citado, era filho dos imigrantes libaneses Mohamed Assad Janene e Memune Janene⁵, os quais tiveram cinco filhos. De acordo com as declarações nos registros de candidatura junto ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Janene teria concluído até o Ensino Médio. Coursou também, na década de 1970, uma formação na área técnica de eletricidade, no Serviço Nacional da Indústria - SENAI. Durante sua trajetória, não se encontram registros ou menções à aquisição de capitais culturais vindos por meio da educação formal, especialmente de ensino superior. Como profissão, declarava-se empresário e agricultor.

FIGURA 4 - Fotografia de José Janene



Fonte: Silveira (2016)

José Janene casou-se duas vezes. A primeira, no final da década de 1970, com Marisa Kemmer, com a qual teve suas duas filhas: Michelle Kemmer Janene e Danielle Kemmer Janene, sendo a segunda apontada como uma das operadoras financeiras do pai pela Operação Lava-Jato. A segunda esposa de Janene foi Stael Fernanda Rodrigues de Lima, com a qual casou-se na década de 1990, separando-se no ano de 2008, já em meio aos escândalos e denúncias do chamado mensalão.

⁵ Vale destacar que esta é a grafia dos nomes dos pais de Janene na certidão de nascimento dele, mas nos documentos migratórios, o casal entrou no Brasil com os nomes de Maimouné Mohamad Assad El Jannani e Mohamad Assad Janani.

Segundo o blogueiro Fábio Campana (2009)⁶, a separação do casal teria sido bastante litigiosa, devido à partilha de bens em valor superior a sete milhões, à época, que envolviam fazendas, imóveis e carros.

Com Stael, Janene teve três filhos: José Mohamad Janene Junior, José Salomão Janene e José Ibrahim Janene. O fato de todos os filhos do sexo masculino chamarem-se “José Janene” já pode nos dar alguns indícios sobre a personalidade e a maneira de agir do “Zé”. Vale destacar que talvez por necessidade de preservação de suas imagens e segurança, nenhum dos filhos faz uso do prenome José, sendo conhecidos como Junior Janene, Ibrahim e Salomão, inclusive apresentando-se assim em suas redes sociais. Nenhum dos meninos esteve envolvido diretamente nas teias de Janene enquanto o pai era vivo, pois durante o período áureo da carreira de José eram ainda crianças/adolescentes.

No que se refere aos irmãos de Janene, em ordem decrescente, são: Faiçal Jannani, Assad Janani e Ali Mohamad El Jannani, ambos nascidos no Líbano, nos anos de 1948, 1950 e 1952, respectivamente; nascida no Brasil, a única irmã do sexo feminino é Solaima Assaid Janene. José era o mais novo dos cinco irmãos. Vale destacar que todos os irmãos estiveram envolvidos nas teias política e econômica de José Janene, conforme será demonstrado adiante.

O irmão mais velho, Faiçal, é empresário e equinocultor e não há registros de formação em nível superior; foi casado com Maria Lúcia, com a qual teve os filhos Bruna, Faiçal Júnior e Patrícia. Atualmente, é casado com Adriana Janene. O segundo irmão, Assad Janani, é o único do qual se localizam registros de aquisição de capitais culturais institucionalizados, já que cursou Engenharia Mecânica fora do Brasil, na década de 1970, conforme informa em sua rede social *Facebook*. Em 1988 formou-se Bacharel em Direito pela UEL, profissão esta que passou a exercer desde então. Assad foi o irmão que mais esteve envolvido na rede política de Janene, tendo ocupado diversos cargos públicos de fundamental importância.

Conhecido como Dr. Assad, este irmão de Janene atua também como empresário, especialmente na área de locação de veículos. Seguindo a tradição

⁶ CAMPANA, Fábio. **José Janene volta às manchetes como dono dos Euros**. blog Fábio Campana. Publicado em 26 de abril de 2009. <https://fabiocampana.com.br/2009/04/26/jose-janene-volta-as-manchetes-como-dono-dos-euros/>. Acesso em 15 jul 2021.

familiar, Assad é equinocultor, tendo sido no passado um importante criador de cavalos árabes na região de Londrina-PR. Assad é casado com Dulcinéia Janani, com a qual tem três filhos: Samir, Michael Deeb Jannani e um terceiro do qual não se localizou registros. Atualmente, além das atividades empresariais, Assad é também comentarista político da Rádio Paiquerê FM de Londrina-PR.

Do terceiro irmão, Ali Mohamad El Jannani, devido a sua morte precoce, pouco se tem de informações, sendo possível apenas precisar que casou-se com Dalva Viana e tinha uma empresa de ferragens no município de Londrina-PR. Conforme registro na lápide do jazigo da família no Cemitério Islâmico de Londrina, Ali faleceu em 13 de novembro de 1995, mas a causa não foi tornada pública. A última irmã, Solaima Assaid Janene, também é empresária e atua na área de cosméticos hoje. A família era proprietária de uma rede de postos de gasolina, mas tiveram os bens tomados pela justiça para saldar dívidas, como mostraremos adiante. Solaima casou-se com Sebastião Jurandir Barion (hoje falecido), tendo com ele os filhos Fernando Barion e Aristides Barion Júnior, este último assessor e coordenador de campanha do tio, até romperem a relação e tornarem-se inimigos.

Apresentados os familiares mais próximos, falemos do início da trajetória de Janene, a qual teve os irmãos mais velhos como principais impulsionadores. Reportagem da Folha de Londrina (2010) narra que Janene mudou-se com seus familiares de Santo Inácio-PR para Londrina-PR na década de 1960 e com quatorze anos teria começado a trabalhar numa grande empresa local, chamada Paraná Equipamentos, na qual lavava peças de caminhão. Após a formação no SENAI, passou a trabalhar no ramo de eletricidade, no qual seus irmãos Faiçal e Assad já atuavam, vendendo serviços para prefeituras pequenas da região Norte do Paraná. Diz a mesma reportagem que Janene teria deixado o trabalho com os irmãos após seu nome figurar em denúncias de irregularidades na contratação junto à órgãos públicos. Após deixar de ser o interlocutor dos irmãos nos negócios, José Janene criou a sua própria empresa de iluminação, a Eletrojan.

Conforme um parente declarou à Folha de Londrina, na reportagem já citada, Janene teria ingressado na política por influência de Antonio Belinati, três vezes prefeito de Londrina-PR e membro da principal família política da região: *"Ele sempre gostou dessa área, começou assessorando candidatos. O primeiro, e com quem aprendeu tudo o que podia, foi o (Antonio) Belinati (PP)"*. Em série de reportagens publicadas pelo jornal Gazeta do Povo sobre a participação de londrinenses nos

crimes investigados pela Operação Lava-Jato, foi confirmada a relação longeva e direta entre Janene e Belinati (BARAN; AUDI, 2015a).

Foi em 1988 que a aliança Janene-Belinati se consolidou, segundo o *blog* de comentários de política “Molina... Soltando o Verbo”. Afirma o *blogueiro* Carlos Molina (2010)⁷ que a campanha de Belinati para prefeito, em 1988, estava descapitalizada e o ex-prefeito Wilson Moreira, do PSDB, estava na frente. Angariando financiadores de campanha, Belinati fecha aliança com Janene, a qual foi recompensada após a vitória de Belinati com a indicação de cargos do primeiro e segundo escalão no município. Já mais articulado politicamente, em 1990, testou sua popularidade candidatando-se à deputado federal pelo PDT, ocasião em que mesmo com o apoio de Belinati, não obteve êxito, pois ficou apenas na suplência e não foi efetivado nenhuma vez naquela legislatura.

Foi só em 1994 que José Janene conseguiu o tão almejado cargo de Deputado Federal, com 44.538 votos⁸, com pouco apoio de Londrina-PR, tendo angariado a maior parte de seus votos em pequenos municípios do Norte do Paraná. Em 1996, Janene foi alvo de denúncias e processo criminal respondido em Foz do Iguaçu-PR, num caso de corrupção envolvendo a Companhia de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu, autarquia municipal, e a Eletrojan, a qual foi acusada de superfaturar a venda de postes (MASCHIO, 1997). Nesse mesmo ano, Janene voltou a operar sua política em Londrina-PR, apoiando Antonio Belinati para o cargo de prefeito, campanha na qual saíram vitoriosos.

Com a máquina da Prefeitura de Londrina-PR sob seu controle e o apoio de uma série de prefeitos de pequenos municípios do Norte do Paraná, em 1998 Janene reelegeu-se Deputado Federal, pelo PPB, quase triplicando seus votos, totalizando 105.230⁹, sendo o segundo mais votado do Estado do Paraná, ficando atrás apenas de Rafael Greca, ex-prefeito à época e atual de Curitiba-PR.

⁷ MOLINA, Carlos. **Faleceu Janene: o homem que mandava em Londrina**. Blog Molina... Soltando o Verbo! Publicado em 04 de setembro de 2010. Disponível em <<http://molinacuritiba.blogspot.com.br/2010/09/faleceu-jose-janene-o-homem-que-mandava.html>> Acesso em 10 dez. 2021.

⁸ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Vale destacar que os resultados das eleições de 1994, desmembrados por município do Estado do Paraná, não estão disponíveis na forma digital, motivo pelo qual não foi possível avaliar a procedência dos votos de José Janene neste pleito.

⁹ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Curioso observar que apesar de Janene ter atuado nos bastidores da política londrinense por tanto tempo, a cidade não era um reduto eleitoral seu, já que dos votos obtidos, apenas 20.691 eleitores eram de Londrina-PR (QUADRO 1) perfazendo menos de 20% dos seus votos. Ao verificarmos as suas votações, vê-se que as cidades menores da região Norte do Paraná foram responsáveis pela sua eleição, como Cambé-PR, Ibiporã-PR, Jardim Alegre-PR, Cambará-PR, além de Cândido de Abreu-PR, Santa Mariana-PR, São Sebastião da Amoreira-PR, São Jerônimo da Serra-PR, Congoinhas-PR, Nova Santa Bárbara-PR e Santa Cecília do Pavão-PR, cidades nas quais Janene obteve mais de 50% dos votos válidos locais. Conforme quadro abaixo, apesar de uma leve predominância do PDT, não é possível observar uma preferência ou uma recorrência significativa de um ou outro partido político, ficando evidenciado que José Janene transitava pelos mais diversos segmentos do campo político.

QUADRO 1 – Votos de José Janene por município em 1998

ELEIÇÕES 1998 - Deputado Federal					
Votos válidos obtidos por José Janene: 105230					
Cidade	Votos válidos no município	Votos nominais obtidos por Janene	% do total de votos válidos obtidos por Janene no município	Prefeito	Partido
LONDRINA	205.907	20.691	10,05	Antonio Casemiro Belinati	PDT
CORNELIO PROCOPIO	18.504	6.905	37,32	José Antonio Otoni Fonseca	PMDB
CAMBE	38.983	4.591	11,78	José do Carmo Garcia	PTB
CANDIDO DE ABREU	6.472	3.581	55,33	Richard Golba	PFL
IBIPORA	15.503	3.438	22,18	Nadir Bigati	PMDB
SANTA MARIANA	5.942	3.057	51,45	Antonio Carlos Bassi	PTB
CAMBARA	8.237	2.953	35,85	Mohamad Ali Hanze	PMDB
ASSAI	7.978	2.896	36,30	José Carlos Cruz	PDT
ORTIGUEIRA	8.881	2.812	31,66	Geraldo Magela Nascimento	PSDB
SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	3.770	2.580	68,44	Adevilson Gouveia	PTB
ANDIRA	6.397	2.454	38,36	Celso Tozzi	PSDB
JARDIM ALEGRE	4.753	2.302	48,43	Osmir Miguel Braga	PMDB
SAO JERONIMO DA SERRA	4.252	2.135	50,21	Maria Luisa Coppla	PST
CURITIBA	767.609	1.949	0,25	Cassio Taniguchi	PDT
SANTO ANTONIO DA PLATINA	13.843	1.909	13,79	Flávio Luiz Maiorki	PDT
PRIMEIRO DE MAIO	4.926	1.677	34,04	Paulo Todero	PSDB

ELEIÇÕES 1998 - Deputado Federal					
Votos válidos obtidos por José Janene: 105230					
Cidade	Votos válidos no município	Votos nominais obtidos por Janene	% do total de votos válidos obtidos por Janene no município	Prefeito	Partido
CONGONHINHAS	2.773	1.493	53,84	José Olegário	PDT
GRANDES RIOS	3.087	1.413	45,77	Sueli Ester Silva Lino	PSDB
JATAZINHO	4.322	1.394	32,25	Luiz Yoshiharu Sato	PFL
SERTANOPOLIS	5.882	1.380	23,46	Reinaldo Ramos Reis	PSDB
TAMARANA	3.615	1.325	36,65	Edison Siena	PDT
ALVORADA DO SUL	4.189	1.318	31,46	Adessio Bufalo	PTB
FAXINAL	6.215	1.279	20,58	Valdecir Polentini	PSDB
WENCESLAU BRAZ	7.296	1.160	15,90	Carolina Batistão	PDT
RESERVA	9.257	1.141	12,33	Carlos Mario Justus	PTB
NOVA SANTA BARBARA	2.060	1.043	50,63	Paulo Kondo	PDT
BELA VISTA DO PARAISO	6.447	1.034	16,04	Florindo Paulo	PDT
SANTA CECILIA DO PAVAO	1.955	1.004	51,36	Pedro Ferreira Mello Neto	PMDB
PORECATU	7.650	956	12,50	Neusa Maria Campos	PTB
ROSARIO DO IVAI	3.133	950	30,32	Arildo Brito Simões	PDT
FLORESTOPOLIS	5.231	945	18,07	Nelson Gonçalves Correia	PL
SANTO INACIO	2.490	924	37,11	Edis Turcato	PDT
SERTANEJA	2.706	756	27,94	Renato Tavares	PSDB
NOVA AMERICA DA COLINA	1.597	656	41,08	Elpídio Bezerra de Mello	PDT
LEOPOLIS	1.837	654	35,60	Luiz Antonio Anastácio	PMDB
MANOEL RIBAS	4.237	654	15,44	Antonio Camilo	PTB
ABATIA	2.995	644	21,50	José Luiz Vozni	PMDB
GUARACI	2.298	586	25,50	Nelson Alexandre	PSDB
SAO JOSE DA BOA VISTA	2.848	529	18,57	Pedro Carvalho Filho	PDT
JAGUAPITA	4.223	516	12,22	Edison Rodrigues Almeida	PDT
BARRA DO JACARE	1.495	488	32,64	José Adão Zanete	PDT
RIO BRANCO DO IVAI	1.200	482	40,17	Edgard Lemos Gonçalves	PDT
RANCHO ALEGRE	1.789	470	26,27	Antonio Pinesso	PDT
CALIFORNIA	2.622	429	16,36	Luiz Bueno Oliveira Sobrinho	PDT
SANTO ANTONIO DO PARAISO	1.196	404	33,78	Dulce Pastora da Silva	PPB
LIDIANOPOLIS	1.881	328	17,44	João Batista da Silva	PDT
ARAPUÃ	1.711	310	18,12	Hélio Matias	PTB
CRUZMALTINA	1.450	289	19,93	José Carlos Pastori	PFL
CAFEARA	1.106	249	22,51	Geraldo Marques Monteiro	PMDB
OUTROS MUNICÍPIOS	2.436.465	12097	0,50		

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Auxilia-nos a explicar o quadro acima a reportagem produzida pelas jornalistas Katna Baran e Amanda Audi (2015b), do jornal Gazeta do Povo, as quais narram que durante seu primeiro mandato como Deputado Federal, Janene fazia questão de atender a todos os prefeitos dos pequenos municípios do Paraná, especialmente os da região Norte, os quais pediam e eram atendidos com emendas parlamentares vultuosas para seus municípios.

A ascensão política – e econômica – de José Janene começou a se desenhar na eleição de 1998, quando ele conseguiu mais que dobrar a quantidade de votos do primeiro pleito – atingindo o segundo lugar em número de eleitores do Paraná na disputa pelo cargo de deputado federal. Segundo uma fonte ligada ao político, para isso, ele conquistou o apoio da maioria dos prefeitos de cidades pequenas na Região Norte, levando recursos de emendas parlamentares e praticando o assistencialismo. “Além, é claro, de ‘derramar’ muito dinheiro na campanha”, diz. (BARAN; AUDI, 2015b)

No pleito de 2002, novamente pelo PPB, José Janene busca o seu terceiro mandato, elegendo-se Deputado Federal com 119.501 votos, dos quais apenas 8.671 vieram de eleitores de Londrina-PR, nem 10% do total de votos obtidos, sendo o seu “curral” eleitoral novamente as pequenas cidades do Norte do Paraná, em especial aquelas do chamado Vale do Ivaí (Ivaiporã-PR, Manoel Ribas-PR e Jardim Alegre-PR)¹⁰, repetindo a fórmula de sucesso das eleições de 1998. Nessa eleição chamamos a atenção o fato de José Janene ter obtido quase 2668 votos no município da Lapa-PR, cidade da Região Metropolitana de Curitiba-PR, distante de Londrina-PR e do Norte do Paraná. As ligações de Janene com a Lapa-PR já remontam a meados dos anos de 1990, quando teria indicado um “apaniguado da Lapa para a CONAB”, vinculada ao Poder Executivo Federal, conforme notícia do *blogueiro* Carlos Molina (2010). O referido “apaniguado” pode se tratar de Eugênio Stefanelo, Engenheiro Agrônomo paranaense e servidor de carreira da CONAB, o qual presidiu o órgão entre 1998 e 2000.

¹⁰ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE-PR

QUADRO 2 – Votos de José Janene por município em 2002

ELEIÇÕES 2002 - Deputado Federal					
Votos válidos obtidos por José Janene: 119501					
Cidade	Votos válidos no município	Votos nominais obtidos	% do total de votos válidos no município	Prefeito	Partido
LONDRINA	240.220	8.671	3,61	Nedson Luiz Micheleti	PT
CORNELIO PROCOPIO	26.475	6.732	25,43	José Antonio da Fonseca	PMDB
CAMBARA	12.493	6.293	50,37	Mohamed Ali Hanze	PMDB
BANDEIRANTES	18.176	3.591	19,76	Nilton de Sordi Junior	PMDB
ANDIRA	11.922	3.571	29,95	Carlos Kanegusuku	PPS
CANDIDO DE ABREU	9.318	3.298	35,39	Oligierdi Malanowski	PMDB
SERTANOPOLIS	8.698	3.093	35,56	Reinaldo Ramos Reis	PSDB
IBIPORA	23.222	3.013	12,98	Reinaldo Gomes Ribereite	PTB
IRETAMA	5.828	2.945	50,53	Same Saab	PSDB
SANTA MARIANA	7.234	2.893	39,99	José Polonio	PFL
SAO JERONIMO DA SERRA	6.036	2.777	46,01	Maria Luiza Coppla	PFL
ORTIGUEIRA	12.084	2.740	22,68	Marlene Oliveira Padua	PRP
RONCADOR	6.956	2.681	38,54	Odilon Andreoli Gonçalves	PSDB
LAPA	23.976	2.668	11,13	Paulo Cesar Furiatti	PMDB
PITANGA	17.977	2.605	14,49	José Osny Schon	PSDB
SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	4.683	2.325	49,65	Adevilson Gouveia	PFL
CONGONHINHAS	4.155	2.299	55,33	José Olegário Lopes	PFL
RESERVA	12.778	2.034	15,92	Carlos Mario Justus Martins	PTB
JARDIM ALEGRE	5.946	1.905	32,04	Osmir Miguel Braga	PSDB
CAMPINA DA LAGOA	8.199	1.768	21,56	Paulo Marcelino Andreolli	PSDB
NOVA TEBAS	4.441	1.720	38,73	Nilo Khein	PMDB
ITAMBARACA	3.871	1.688	43,61	Moacyr Tomé do Carmo	PTB
ITAPERUCU	11.172	1.631	14,60	Manoel Joeckel	PMDB
FLORESTOPOLIS	7.110	1.563	21,98	Olivio Ivan Rodrigues	PTB
MARILANDIA DO SUL	5.088	1.532	30,11	Jaime Rossi	PMDB
PRIMEIRO DE MAIO	5.925	1.442	24,34	Mario Casanova	PFL
FAXINAL	8.105	1.402	17,30	Juarem Barreto de Macedo	PMDB
MATO RICO	2.434	1.401	57,56	Marcelo Jayre Mendes	PP
TAPEJARA	6.747	1.380	20,45	Kazuhiro Tominaga	PMDB
ASSAI	9.392	1.363	14,51	Mario Sato	PSDB
ROSARIO DO IVAI	3.449	1.342	38,91	Alcione Wosiak	PMDB
SERTANEJA	3.621	1.200	33,14	Renato Tavares	PSDB
ADRIANOPOLIS	3.365	1.143	33,97	Teodoro Marques Oliveira	PSL
TAMARANA	5.072	1.120	22,08	Paulo Mitio Nakaoka	PSDB

ELEIÇÕES 2002 - Deputado Federal					
Votos válidos obtidos por José Janene: 119501					
Cidade	Votos válidos no município	Votos nominais obtidos	% do total de votos válidos no município	Prefeito	Partido
MANOEL RIBAS	6.390	1.056	16,53	Antonio Camilo	PFL
GRANDES RIOS	3.795	1.041	27,43	Sueli Ester Lino	PSDB
JATAIZINHO	6.078	989	16,27	Terezinha de Fátima Sanches	PSDB
RIO BOM	2.111	957	45,33	Moises José de Andrade	PSDB
ALVORADA DO SUL	5.226	908	17,38	João Piovesan Filho	PMDB
JAGUAPITA	5.975	908	15,20	Abimael Baldani	PMDB
SANTA CECILIA DO PAVAO	2.263	898	39,68	Adalgisa Almeida Gouveia	PTB
ABATIA	3.997	883	22,09	Edeval Soares Nogueira	PFL
RIO BRANCO DO IVAI	1.805	820	45,43	Pedro Taborda Desplanches	PMDB
NOVA SANTA BARBARA	2.230	786	35,25	Julio Aparecido Bittencourt	PP
SANTO INACIO	2.906	744	25,60	Genivaldo Carvalho Mota	PSDB
ARAPUA	2.507	626	24,97	Pedro Gonçalves Dias	PDT
NOVA AMERICA DA COLINA	1.948	553	28,39	Jovelino Donizete Godoy	PSL
BARRA DO JACARE	1.933	459	23,75	José Adão Zanette	PFL
ITAGUAGE	2.567	444	17,30	Pedro Benetido Silva Neto	PFL
CRUZMALTINA	2.158	426	19,74	José Carlos Pastori	PFL
OUTROS MUNICÍPIOS	4.173.905	19174	0,46		

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Nestas eleições, conforme observa-se no Quadro 2, vê-se o reflexo do efeito da cassação de Antonio Belinati, com o nome de Janene envolvido como peça chave no caso AMA/COMURB, vez que dos mais de vinte mil votos obtidos em 1998, Janene obteve em 2002 apenas 8671 deles em Londrina-PR. Diferentemente do pleito anterior, vê-se agora que os municípios nos quais Janene teve votações expressivas eram dominados pelo PMDB, ou em menor escala, PSDB e PFL, mostrando assim os reflexos das alianças que vinha fazendo no âmbito nacional, como grande liderança do hoje chamado “centrão”. Observa-se também uma maior pulverização dos votos de Janene, envolvendo um número mais alto de municípios nos quais ele obteve votos, sendo 314 deles no total, com destaque para Cambará-PR, Iretama-PR, Congonhas-PR e Mato Rico-PR, nos quais Janene obteve novamente mais de 50% dos votos válidos dos municípios.

As eleições de 2002 foram as últimas em que Janene obteve êxito, já que a partir de então envolveu-se numa série de denúncias, amplamente divulgadas na imprensa, sendo apontado como um dos principais operadores do chamado mensalão, tema do último capítulo desta tese. Em 2006, quando já estava sendo processado pelos inúmeros casos de corrupção envolvendo o PT e o PP, Janene pediu aposentadoria do cargo de Deputado Federal, alegando invalidez. A aposentadoria visava à proteção dos seus direitos políticos com uma possível cassação de mandato.

O processo de aposentadoria foi permeado por uma batalha administrativa, na Câmara Federal, e judicial. O então deputado havia pedido a suspensão do processo que tramitava no Conselho de Ética da Câmara, para que pudesse se aposentar, o que foi negado pelo Supremo Tribunal Federal - STF. Com o processo em aberto, a aposentadoria de Janene foi diversas vezes negada pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ (CONSULTOR JURÍDICO, 2006). Enquanto pleiteava a aposentadoria, Janene aguardou licenciado para tratamento de saúde, já que desde que seu nome começou a ser ventilado nos esquemas de corrupção, em especial o mensalão, José Janene passou a ter piorada a sua situação de saúde.

Janene sofria desde a juventude com uma doença chamada “miocardiopatia dilatada idiopática” (CASTRO, 2005), popularmente conhecida como “coração de boi”, e alguns anos antes de sua morte, em 2005, chegou a passar por um procedimento experimental com células tronco, realizado na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba-PR (KOHLEBACH, 2005). Licenciado desde então (ano de 2005), em janeiro de 2007 Janene obteve sua aposentadoria após ser absolvido no processo que tramitava no Conselho de Ética, abrindo assim o caminho jurídico para que obtivesse o benefício. Após passar por duas perícias médicas por profissionais indicados pela Câmara Federal, foi concedida a aposentadoria por invalidez, o que lhe garantiu o salário integral de Deputado, de forma vitalícia, no valor de cerca de R\$ 12.800,00, à época (GAZETA DO POVO, 2007). Destaca-se que apesar de absolvido na Câmara Federal por não ter atingido o mínimo de votos para a cassação, Janene seguiu respondendo a diversos processos criminais, os quais tramitaram e o condenaram, mesmo após a sua morte.

Em 08 de fevereiro de 2010 José Janene sofreu um Acidente Vascular Cerebral - AVC enquanto jantava com familiares em um famoso restaurante de Londrina-PR, sendo internado em Unidade de Terapia Intensiva - UTI (FOLHA DE

SÃO PAULO, 2010). Janene recebeu alta, mas teve a indicação para a realização de um transplante cardíaco, sendo incluído na fila para a obtenção do órgão. Em 04 de agosto do mesmo ano, Janene internou-se para realização de nova cirurgia, agora para a troca do cardiodesfibrilador implantável (marcapasso) que fazia uso. Desde então, permaneceu internado na UTI de Recuperação Pós-Operatória do Instituto do Coração - INCOR, em São Paulo-SP. Após 42 dias de internação, em 14 de setembro de 2010, sofreu um novo AVC, seguido de parada cardíaca, e acabou por falecer, aos 55 anos (COSTA, 2010). O corpo foi trasladado para a cidade de Londrina-PR (FIGURA 5), sendo velado na Mesquita Rei Façal e enterrado no Cemitério Islâmico da cidade.

FIGURA 5 - Registro da chegada do corpo de Janene à Londrina-PR



FONTE: Saviani (2015)

A morte de Janene foi comentada e sentida por muitos políticos em âmbito nacional. A imprensa registrou em seu sepultamento a presença de pessoas influentes na região Norte do Paraná e no cenário político nacional, tais como os Deputados André Vargas¹¹ (PT, do Paraná), João Pizzolatti¹² (PP, de Santa Catarina), o então

¹¹ André Luiz Vargas Ilário, nascido em Assaí-PR, em 1964, foi vereador em Londrina-PR (2001-2002), deputado estadual no Paraná (2003-2006) e deputado federal pelo PT, entre os anos de 2007-2011 e 2011-2014 (Fonte: Câmara Federal). André iniciou na atividade política como representante do terceiro setor, quando conseguiu uma boa inserção dentre classe dominante londrinense, filiando-se ao PT local, despontando como importante liderança jovem dentro do partido. André foi processado e condenado por corrupção, perdendo seu mandato de deputado federal e os direitos políticos, no final do ano de 2014.

¹² João Alberto Pizzolatti Junior, importante liderança do PP de Santa Catarina, deputado federal por quatro mandatos. Pizzolatti foi indiciado na Operação Lava-Jato, sendo apontado como um dos parceiros de Janene na prática do mensalão na Câmara Federal.

prefeito de Londrina-PR, Homero Barbosa Neto¹³ (PDT), o ex-prefeito Nedson Micheletti¹⁴ (PT) e até o seu desafeto político, Deputado Luiz Carlos Haully¹⁵, do PSDB (GARCIA, 2015; COSTA; LUPORINI, 2010).

Nem mesmo a morte de José Janene poderia deixar de ser um acontecimento polêmico. No ano de 2015, cinco após a sua morte, o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Petrobras, Deputado Hugo Motta, do PMDB da Paraíba, anunciou que estava requisitando a exumação do corpo de Janene porque havia indícios de que ele poderia estar vivo, vivendo sob nova identidade em um país da América Central (ÉPOCA, 2015). Inicialmente, Hugo Motta disse ter recebido denúncia de uma fonte a qual não poderia revelar identidade, mas acabou depois por revelar que tal fonte seria a ex-mulher de Janene, Stael Fernanda, a qual teria dito informalmente a um deputado que o ex-marido poderia estar vivo. Na ocasião, o deputado afirmou em entrevista:

A informação que temos é que a viúva não tem certeza que ele morreu. Ele faleceu de infarto e ninguém viu o corpo. O caixão chegou lacrado. A suspeita é que ele possa estar vivo. Seria um personagem a ser trazido na CPI. Ele foi responsável por todo esse escândalo, que tornou Alberto Youssef peça principal. Se é verdade ou não, não sei. (ÉPOCA, 2015)

Corroborou para que tal teoria ganhasse força o fato de que a imprensa veiculou que apenas o seu compadre e parceiro de supostas operações ilícitas, o doleiro Alberto Youssef, havia visto Janene morto. Youssef esteve ao lado do amigo

¹³ Homero Barbosa Neto, nascido em Santa Rita do Passa Quatro-SP, em 1966, jornalista, iniciou sua carreira política em Londrina-PR após atuar na televisão e no rádio. Atuou como assessor parlamentar de imprensa de José Janene em Brasília, quando esteve filiado ao PPB, entre os anos de 1997 e 1998 (Fonte: CPDOC-FGV). Elegeu-se deputado estadual no Paraná em 2002, tendo como coordenador de campanha Assad Janene, o qual assumiu a sua assessoria na ALEP. Em 2006 elegeu-se deputado federal. Em 2008, apesar de ter ficado em terceiro lugar nas eleições para Prefeito em Londrina-PR, acabou por assumir o cargo após a candidatura de Belinati ser cassada e não poder assumir o cargo, fazendo com que um novo segundo turno fosse realizado na cidade, saindo vencedor ele. Barbosa Neto não chegou a concluir o mandato, vez que foi cassado no ano de 2012, após diversas denúncias de corrupção na Prefeitura de Londrina-PR.

¹⁴ Nedson Luis Micheletti, nascido em Rolândia, em 1957, bancário, foi líder sindical na área e referência petista local em Londrina-PR, foi Presidente da COHAB Londrina em 1993 e elegeu-se deputado federal em 1994. Elegeu-se por duas vezes Prefeito de Londrina-PR, exercendo o mandato entre os anos de 2001 e 2008.

¹⁵ Luiz Carlos Jorge Haully, economista, nascido em Cambé-PR, município ao lado de Londrina-PR, em 1950, é uma importante liderança do PSDB local (atualmente está no Podemos). Iniciou sua carreira política na sua cidade natal, sendo vereador e prefeito na cidade. Foi deputado federal por sete mandatos consecutivos, entre os anos de 1991 e 2019. Nesse ínterim, foi Secretário de Fazenda do Paraná, na Gestão dos Governadores Álvaro Dias e depois de Beto Richa. Haully disputou as eleições para Prefeito de Londrina-PR por quatro vezes, perdendo em todas elas para candidatos apoiados por José Janene.

até a última hora, sendo o responsável por assinar o atestado de óbito e fazer a liberação do corpo no hospital em que Janene morreu, em São Paulo (BARAN; AUDI, 2015c). Outra motivação das suspeitas era o fato de que o caixão teria estado lacrado e que o enterro teria sido acompanhado por não mais que meia dúzia de parentes próximos. Ambas as situações podem ser detectadas no único registro fotográfico da cerimônia (FIGURA 6).

FIGURA 6 - Registro da cerimônia de sepultamento de José Janene



Fonte: CATVE (2015)

Diante das especulações e especialmente por ter tido seu nome envolvido em tal polêmica, Stael Fernanda apressou-se em declarar junto à imprensa que ela havia sido mal interpretada em sua fala e que jamais teria colocado em xeque se Janene estava morto ou não, esclarecendo que havia apenas dito que ela mesma não o viu morto no hospital. Isto porque, segundo sua declaração, a relação entre ela e Janene vinha estremecida desde a separação do casal, cerca de dois anos antes. Conforme já apontado, Stael Fernanda pleiteava a partilha dos bens de Janene, o que vinha gerando atritos entre o ex-casal. Stael relatou na ocasião que sequer visitou Janene no INCOR porque ele pediu que ela não o fizesse, alegando que ele verbalizou a outras pessoas que não desejava vê-la. Stael também refutou que somente Youssef teria visto Janene doente e morto no hospital, esclarecendo que a internação e os procedimentos pós-falecimento foram acompanhados pelo amigo Youssef, mas também pela filha de Janene, Danielle, e por dois assessores muito próximos do ex-

deputado (BARAN; AUDI, 2015c). A filha, Danielle, confirmou tal informação, declarando ter acompanhado o pai até o momento de sua morte:

Eu liberei o corpo e os documentos. O velório foi feito com o caixão aberto; ele foi enterrado em uma túnica branca, de acordo com a religião muçulmana. (O TEMPO, 2015)

Apesar de Danielle ter desmentido que Youssef teria declarado o óbito e feito os procedimentos formais de liberação de corpo, tivemos acesso à Certidão de Óbito de José Janene, na qual consta como declarante o nome do doleiro.

Em nota à imprensa, Stael Fernanda narrou que jamais poderia dizer que Janene não estava morto, pois apesar de não ter ido ao INCOR, esteve na cerimônia de sepultamento junto com os filhos (BORGES, 2015). A nota, na íntegra, diz:

Evitei todos estes dias em que meu nome foi citado indevidamente me pronunciar, pois acreditava que a verdade viesse à tona com o tempo, led o engano. Me pronunciarei agora não como a ex-mulher de Janene, mas sim, como mãe dos filhos dele. Estou estarecida ao ver toda a mídia nacional colocar palavras e situações em minha boca sem nunca eu pronunciá-las, então como mãe em defesa de meus filhos resolvi fazê-lo. Em momento algum procurei ou fui procurada por qualquer deputado dizendo o que colocaram em minha boca, principalmente no que tange a respeito de minha suposta desconfiança sobre a morte do pai de meus filhos. Jamais fiz isso, e nem poderia, pois fui eu mesma em companhia de meus filhos e das filhas dele, que recebi seu corpo na mesquita muçulmana aqui em Londrina. Ao contrário do que leio de que seu corpo estaria em caixão lacrado, não havia caixão algum, pois seu enterro se deu sob os costumes muçulmanos onde nem ao menos existe um caixão, quanto mais, lacrado. A imprensa Paranaense e grande parte da nacional acompanhou o enterro, e mais, toda comunidade muçulmana de Londrina é que prepararam o corpo para ser enterrado fielmente como seus costumes. Não posso deixar de me pronunciar neste momento, por entender ser um erro e uma maldade desumana que farão aos meus filhos, suas filhas e a toda comunidade muçulmana, se vierem a Londrina para um exumação despropositada para fins políticos. Ninguém merece tal desumanidade, muito menos meus filhos sendo expostos de maneira vil. Tudo isto é desnecessário caso queiram realmente a comprovação de sua morte, pois ela se deu no Hospital Incor de São Paulo, devidamente registrada em cartório da mesma cidade, e também seu atestado assinado por um médico nacionalmente conhecido. Fácil, extremamente fácil de se comprovar, evitando-se assim um desconforto para toda a família, e dinheiro público gasto para fins midiáticos. (SAVIANI, 2015)

O deputado Hugo Motta seguiu insistindo na tese de que Janene estava vivo, agora colocando em xeque a forma como ocorreu o velório e o sepultamento, afirmando:

A suspeita das informações que chegam é que ele [Janene] pode ter fraudado essa morte, como ele tinha contas no exterior com Alberto Youssef, e possa

ter ficado com grande parte desse dinheiro e possa estar vivendo na América Central. (SAVIANI, 2015)

Afirmações dessa natureza geraram indignação nos familiares de Janene. A filha, Danielle, afirmou que tais dúvidas caracterizavam-se um desrespeito à sua família e falta de conhecimento sobre os ritos da religião que professavam. Explicou que o pai foi velado em um caixão aberto, em um ritual comum, mas que posteriormente, em cerimônia restrita à família, foram realizados os rituais próprios dos muçulmanos, os quais não são enterrados em caixões.

Esse deputado foi desrespeitoso com a minha família e com a religião. Segundo a religião, ele morre e vai para o paraíso e para entrar no paraíso precisa usar branco. O corpo tem que ser lavado por familiares, no caso do meu pai quem lavou foram três parentes. (ÉPOCA, 2015)

Nesse contexto, a família refutou bravamente a possibilidade de exumação e realização de exame de compatibilidade genética do cadáver. O Deputado Hugo Motta recuou de tal possibilidade após a polêmica, mudando o tom do discurso, passando a afirmar que pediria à mesa diretora da CPI que avaliasse a possibilidade de exumação (CARVALHO; CARDOSO, 2015). A polêmica seguiu, porque muitos entenderam que as declarações feitas por Stael e por Danielle foram contraditórias e conflitivas, pois uma disse que sequer houve caixão na cerimônia, enquanto outra disse que houve velório com caixão aberto e só após, uma cerimônia. O fato é que não houve nenhum registro do caixão aberto. A repórter Janaína Garcia, que na época foi a única a conseguir cobrir o velório de perto, pela Folha de Londrina, deu importante declaração, afirmando que havia um corpo, mas não era possível vê-lo com clareza:

O enterro e o sepultamento foram realizados no Cemitério Islâmico de Londrina. Políticos da região e do Estado compareceram [...]. O funeral de Janene seguiu o rito islâmico. Segundo as orientações passadas à época pelas lideranças religiosas da mesquita Rei Façal, onde foi velado o corpo, ele seria submetido a um processo de purificação que consistia na limpeza e na envoltura do morto em “três tecidos brancos, virgens e sem costura”. Todo o tempo, portanto, a imagem do corpo na cerimônia estava isolada por essa mortalha. O enterro, sem caixão, foi feito com a cabeça direcionada à cidade de Meca, considerada sagrada pelos muçulmanos. (GARCIA, 2015)

Mais tarde, a CPI desistiu da exumação e apenas convocou Stael Fernanda a prestar depoimento e esclarecer os fatos. O recuo veio após lideranças muçulmanas de Londrina-PR virem a público e atestarem que viram Janene morto (CARDOSO,

2015). Um documento foi expedido pela comunidade muçulmana no qual várias pessoas afirmavam ter visto e participado do processo de purificação e preparação do corpo, dentro dos preceitos da religião islâmica. O *sheik* Nasser El Kadre, diretor da Sociedade Muçulmana de Londrina-PR, afirmou ter ele mesmo preparado o corpo de Janene para a cerimônia religiosa, explicando como tal procedimento é realizado. Na mesma ocasião, Dely Dias Neves, Presidente da mesma Sociedade afirmou que o pedido de exumação, dentro dos preceitos religiosos, era algo “detestável”, mas que iriam cumprir caso houvesse uma determinação judicial para tanto. Ambos se colocaram à disposição da CPI da Petrobras e da justiça para testemunhar a morte de José Janene.

Ao tratar sobre o assunto, o jornalista Rodrigo Saviani explicou:

A tradição muçulmana prevê que o corpo do morto seja lavado quatro vezes – duas com água corrente, uma com cidra, e outra com cânfora. Essa lavagem é feita por homens, quando o morto é do gênero masculino, e por mulheres, quando feminino. Segundo o diretor religioso da Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná, Gamal Oumairi, na maior parte dos casos o trabalho é feito por voluntários. “Os cônjuges também podem, embora normalmente não possuam condições psicológicas”, explica. Após a lavagem, o corpo é envolto em calça, camisa e mortalha feitas com tecido branco – o rosto do morto fica destampado. Então, é feita uma oração fúnebre para que o corpo seja levado para o cemitério muçulmano, em um caixão. O caixão é descartado no local, e o corpo é descido diretamente ao solo, apenas envolto nos tecidos. (SAVIANI, 2015)

Apesar do assunto ter sido encerrado na CPI da Petrobras e não mais ter sido ventilada a possibilidade da exumação, o assunto ainda permeia o imaginário dos londrinenses, pois muitas informações contraditórias surgiram, muita gente apressou-se em desmentir o feito, em um verdadeiro esquema estratégico de guerra. Porém, há que se ponderar que em tempos de câmeras fotográficas sempre às mãos nos smartphones, como temos hoje, certamente imagens do icônico Janene já teriam circulado, caso estivesse realmente vivo, vivendo na América Central. Os indícios levam a crer que o deputado realmente esteja morto.

A morte de Janene, para além da contestação, também rendeu debates intensos em razão de seu espólio, não o legal, o qual foi debatido judicialmente, mas aquele constante em espécie ou em contas no exterior, advindos supostamente dos esquemas de corrupção dos quais foi denunciado. Vez que Youssef era seu fiel escudeiro, diz-se que a ele foram confiadas as senhas de contas correntes, além de cheques, os quais deveriam ter sido entregues à Stael, mas não o foram.

Quando o Zé morreu, ele [Youssef] me encontrou e falou que tinha R\$ 3 milhões para repassar para os meus filhos conforme a vontade do compadre dele. Depois, eu fiquei sabendo que ele emprestou o dinheiro para os políticos. Aí, eu reclamei esse dinheiro. Mas nunca veio. (BARAN; AUDI, 2015c)

Além dos três milhões citados por Stael, a imprensa também noticiou à época que Janene teria um conta em Luxemburgo, na qual foram movimentados, após a morte do ex-deputado, mais de cem milhões de Euros que pertenciam à ele, dos quais Stael Fernanda alegava desconhecimento (GONÇALVES, 2015). Em delação premiada à Operação Lava-Jato, o doleiro Alberto Youssef afirmou que mesmo após a morte, valores seguiram sendo repassados à família de Janene, a saber:

Youssef disse que, após a morte de Janene, deputados do PP combinaram de repassar à família dinheiro vindo de projetos da Petrobras por “consideração por tudo que ele havia feito pelo partido”. (OSTI, 2015b)

Fato interessante de ser citado é que a viúva de Janene, Stael Fernanda, estabeleceu novo relacionamento afetivo, assumindo publicamente, no ano de 2016, o namoro com o delegado da Polícia Civil, então chefe da 10ª Subdivisão Policial (Londrina e Região), Márcio Amaro, com quem passou a viver junto. No ano de 2016, Márcio aposentou-se da carreira de delegado e assumiu a Superintendência de Segurança da Itaipu Binacional, cargo que ocupou por cerca de dois anos (OSTI, 2017). O *blog* Impacto Paraná (2019) informa que Amaro teria sido nomeado pelo então Presidente Michel Temer, após ter sido indicado ao cargo por um apaniguado do PP, partido que foi dominado por Janene no Paraná. O casal separou-se no ano de 2019.

A personalidade peculiar de José Janene é algo que merece também ser abordado, assim como sua maneira de viver. Em entrevista, o Promotor de Justiça londrinense Claudio Esteves, que investigou Janene em vários dos casos em que esteve envolvido, relata: *“Ele se impunha pelo poder, pelo jeito de agir e era arrojado quando desviava dinheiro. Quem queria enriquecer se aproximava dele e ficava sob o guarda-chuva dele”* (BARAN; AUDI, 2015). Na mesma reportagem, sua ex-esposa, Stael, descreve em poucas palavras José Janene, elaborando a frase que levamos ao título dessa tese: *“O Zé era assim: me ame ou me odeie”*, pontuando que o ex-marido era uma pessoa intensa e sem meios termos.

A lealdade é algo que chama a atenção no caso de Janene, vez que manteve apenas uma parceria do começo até o final da sua carreira, com o amigo e compadre Alberto Youssef, mas manteve outras amizades longevas como com Belinati e com o assessor parlamentar de longa data, João Cláudio Genu. No caso de Youssef, a lealdade era recíproca, conforme aponta Stael Fernanda em depoimento à CPI da Petrobras, quando diz que o marido confiava mais no doleiro e compadre do que nela mesma ou em familiares, e que na cultura dele, esposas não participavam dos negócios e da vida política¹⁶.

Ele [Janene] não falava de dinheiro comigo, a não ser para falar que a coisa estava difícil. Os negócios dele com o Alberto para mim era amizade, era compadre, que ia jogar baralho em casa. [...] Em relação a contas, valores, mesmo se eu estivesse com ele, ele jamais iria me falar. Janene não era o tipo de pessoa de confiar assim. (GAZETA DO POVO, 2015)

Ele nunca falava sobre suas atividades. Não dava abertura para esse tipo de coisa. Janene era uma pessoa muito fechada, e a esposa não participava da vida política dele. (GONÇALVES, 2015)

A fala de Stael revela, além de um Janene desconfiado, também uma faceta de um homem machista, o qual não confiava à esposa nem mesmo gerir os recursos da manutenção da casa da família. Tal machismo fica explícito no relatório da sentença de um dos processos da Operação Lava-Jato, quando citado o depoimento da cunhada de Janene, Dalva Viana El Jannani (viúva de Ali El Jannani): “[...] as testemunhas Dalva Viana Jannani, [...] comprovaram a relação de submissão, autoritarismo e medo impingida por José Janene (falecido) à sua então esposa STAEL” (JUSTIÇA FEDERAL, 2019).

Em depoimento à CPI da Petrobrás, Stael contou que para a manutenção da casa, Janene depositava valores em uma conta específica para tal finalidade. Ainda assim, esta conta supostamente era administrada por uma secretária dele e não pela esposa.

Eu era casada com uma pessoa que reclamava da conta da verduraria. Eu nunca entrei em loja de grife para comprar uma bolsa. Quando casei, ele já era empresário, tinha situação boa, mas eu não tinha essa liberdade. Até a compra da minha casa quem fazia era a secretária dele. (GONÇALVES, 2015)

¹⁶ A afirmação de Stael é confirmada por Bercito (2021), que em sua vasta pesquisa sobre políticos de origem árabe, não localizou nenhuma mulher, concluindo que as “brimas” não participavam da vida política familiar.

Sobre tal depoimento, um dos deputados da CPI comentou em entrevista: *“Era uma relação [a de Stael com Janene] muito machista, de uma cultura que não comungava muito com a cultura a que nós estamos acostumados”* (NOBRE, 2015). Na mesma ocasião, Stael confirmou que assinava documentos sem ler a mando do marido e ao ser questionada, respondeu que Janene jamais lhe daria o tempo necessário para efetuar a leitura de qualquer documento, deixando implícito a impaciência e a forma impositiva como o marido se comportava em relação a ela.

Stael não lembra se assinou qualquer documento referente a contas bancárias ou transações financeiras a pedido do ex-marido. Mas, de acordo com a viúva, se houvesse esse pedido, ele não esperaria ela ler o documento antes de assinar. (GONÇALVES, 2015)

Janene também ficou conhecido por ser uma pessoa firme e de palavra, que cumpria suas promessas, fossem elas boas ou ruins. Corroborar para tal afirmação declaração prestada por um assessor, ao jornal Gazeta do Povo:

O Janene era um cara que cumpria as promessas. Se ele falava, podia esperar que chegava. Ele era muito trabalhador [...]. (BARAN; AUDI, 2015b)

Assim como cumpria coisas boas que prometia, diz-se de Janene que era implacável com quem lhe atrapalhasse ou tentasse oferecer concorrência, ainda que fossem seus próprios familiares. Nas eleições de 2002, seu irmão Assad Jannani, filiado ao PDT na época, inscreveu-se para pleitear o cargo de deputado federal. Mesmo em partidos diferentes, com seu poder de mando em Londrina-PR, Janene conseguiu vetar e inviabilizar a candidatura do irmão, vez que concorreriam um contra o outro, de forma indireta. Na ocasião, Assad declarou à imprensa:

A informação é de que a minha candidatura teria sido obstaculizada pelo próprio deputado José Janene, até sob pena de rompimento da coligação. Como era uma afirmação do presidente do partido, fomos checar. A mim, ele (Janene) não só não justificou o veto, como negou, mas me confirmou que mandaria um fax para o PDT, que jamais foi enviado. Se não houvesse o veto ele teria cumprido sua palavra de mandar o fax. [...] O partido, na reunião ordinária de ontem (segunda-feira), tomou como posição que iria continuar reivindicando a homologação da nossa candidatura. O PDT está manifestando à direção estadual o seu inconformismo e o partido está nos solicitando que recorramos à justiça. (OYA, 2002)

Procurado pela imprensa, o então presidente do PDT do Paraná, Nelton Friedrich, confirmou que se tratava de uma questão familiar, a qual o partido não iria

interferir: “A verdade é a seguinte: é um problema de família, houve consideração forte de que era muito complicado ter dois irmãos concorrendo ao mesmo cargo” (OYA, 2002). José Janene apressou-se em desmentir o presidente do PDT, chamando-o de “fraco” publicamente, sob alegação de que este não tinha coragem de assumir que vetou a candidatura de Assad porque ele não teria mais que dois mil votos e poucas chances reais de se eleger.

Sobre o fax que prometeu ao irmão enviar e não o fez, a resposta de Janene foi bastante curiosa para alguém que sempre operou em rede familiar: “Não encaminharei expediente que trata de um assunto interno do partido. Isso é campanha eleitoral, não é âmbito para administrar interesses familiares”. Esta situação mostra mais uma vez a assertividade de Ricardo Costa Oliveira (2013), quando afirma em sua produção acadêmica que não é certo pensar que a política se organiza a partir dos partidos políticos, pois esta organiza-se a partir das famílias, as quais tomam para si a gestão dos partidos. Neste caso, Janene conseguiu interferir até mesmo no partido aliado, para inviabilizar a candidatura do irmão.

Ainda envolvendo o Assad, notícias da época deram conta que Janene foi o responsável por Antonio Belinati ter demitido o irmão da presidência da COHAB Londrina, sob razões nunca reveladas. Na ocasião, Janene alegou que o PPB estava retirando seus membros da gestão de Belinati, que à época vinha sendo denunciado por corrupção. Se tal justificativa fosse real, outros membros do PPB não teriam permanecido no Executivo Municipal, tais como Celso Costa, que foi somente remanejado de secretaria e não demitido, como ocorreu com Assad. Sobre tal episódio, noticiou a Folha de Londrina:

A saída de Jannani é resultado de uma decisão tomada pela executiva estadual do PPB, partido ao qual ele é filiado. O presidente do PPB, deputado federal José Janene, confirmou ontem à noite que transmitiu a decisão oficialmente ao prefeito. O encontro ocorreu por volta das 19 horas, na prefeitura. O deputado garantiu, no entanto, que a saída dos membros ligados a seu grupo político não significa rompimento com o prefeito. (ZANIN, 2000)

Tal posição confirma os relatos de que Janene era um homem “mandão”, centralizador e egoísta. Agia em rede familiar, mas nos parece que visando ao auto beneficiamento, ainda que a família, direta e indiretamente, também tivesse suas vultosas recompensas. Outra passagem interessante que mostra o comportamento típico de Janene e a sua postura egoísta, é aquela envolvendo sua irmã, Solaima, seu

cunhado, Sebastião Jurandir Barion, e o sobrinho, Barion Junior. Solaima Janene Barion esteve envolvida nos negócios de José, sendo que ela e o esposo alegam terem sido sócios-investidores na empresa de iluminação Eletrojan.

Em reportagem da Folha de São Paulo (ARANTES, 1997), Solaima conta que ela e o marido investiram cerca de R\$ 500 mil na Eletrojan e contraíram empréstimos de cerca de R\$ 400 mil para a campanha de Janene para deputado federal, em 1994, com a promessa de que, vencendo as eleições, a Eletrojan ganharia licitações de novos serviços e teria um retorno garantido para todos os sócios. A Eletrojan encerrou as atividades e a recompensa prometida não veio; Solaima e o esposo perderam todo o patrimônio por falta de pagamento dos empréstimos e romperam relações com José Janene, restando uma dívida de cerca de R\$ 1,5 milhões à época da reportagem. Antes de perder grande parte do patrimônio, Solaima e Barion possuíam uma rede de postos de combustíveis, uma sorveteria e uma locadora de máquinas agrícolas. O casal foi à justiça cobrar a dívida de José, sem sucesso. Sobre o caso, a Folha de São Paulo publicou a seguinte declaração de Solaima:

“Nós perdemos 23 anos de batalha. Eu perdi muito mais. Perdi sentimentos afetivos que cultivei a vida toda. O Zé é meu irmão caçula, foi aquele irmão que a gente cuida, protege”, disse à Agência Folha Soleima Barion, irmã de Janene. Segundo Soleima, sua família foi humilhada. “Era oficial de Justiça todo dia aqui em casa. Minha filha chorava todo dia. O Zé me virou as costas e não ficou para assistir tudo isso”, disse ela que, nesse momento da entrevista, chorou (ARANTES, 1997)

Barion Junior, filho de Solaima e Jurandir, sobrinho de Janene, foi assessor parlamentar e coordenador de campanha do tio em 1994. Em entrevista, sustentou ainda mais os traços da personalidade de Janene, pontuando que o tio fazia de tudo para conseguir o que queria, tirando do caminho qualquer um que ousasse lhe atrapalhar: “O Zé é terrível, você não conhece ele. Quando o Zé vê que o cara é menor, ele esmaga. Se vê que não pode com o cara, tenta fazer um acordo.” (MACEDO, 2005). A fala de Junior deixa claro que Janene usava de vários métodos, fosse a intimidação, fosse trazendo o inimigo para o seu lado, como aliado. Junior contou ainda que o tio era um homem truculento e perigoso e que tinha tais condutas porque sabia que nada iria lhe acontecer, afirmando que ele mesmo tinha medo do tio, chegando a deixar a cidade de Londrina-PR com a família, após romper com Janene:

[...] nunca acontece nada com ele. [...] o estilo dele é conhecido. Quando toma um baque, ele primeiro acusa, diz que o cara é louco, é maluco, que está tentando fazer chantagem. Sempre dá uma de bonzinho. Quando o cara é mais forte, ele procura um acordo. Se for mais fraco, ele tenta dizimar. Esse é o estilo do Zé. Os seus métodos agressivos são conhecidos nas campanhas. É truculento. [...] Ele pinta e borda na cidade. Tenta intimidar de todas as maneiras mais sórdidas possíveis. Ficou rico depois que virou deputado. Tinha uma vida boa, mas remediada, com limitações. Hoje perdeu o limite, é muita grana. Anda com segurança para cima e para baixo. [...] Ele dribla a justiça, uma coisa de louco. [...] Já vi o Zé se envolver em dez escândalos e nunca aconteceu nada. O Ministério Público já moveu céu e terra para comprovar que ele roubou dinheiro público. Continua tudo na mesma. [...] É muito dinheiro. Ele trabalha em cidadezinha pequena. Vai lá, acerta com o prefeito e com os vereadores, 60 a 80 cidades pequenas. Aí faz votos, manda bala sem dó nem piedade. (MACEDO, 2005)

Na mesma entrevista, Barion Junior sentencia: “Perdi tudo. Saí de Londrina, não suportei mais a pressão dos credores, do Zé, de tudo. [...]. Ele me quebrou, desgraçou minha família.” Com tais relatos, observa-se que quando a família não servia mais à sua rede, não atendia aos ensejos ou lhe cobrava dívidas, ele passava por cima, desconsiderando laços de consanguinidade. Parece-nos que dinheiro e poder vinham acima de tudo, o que é confirmado por Stael Fernanda na CPI da Petrobrás, quando afirmou que Janene era uma pessoa “obcecada pelo poder” (BONDE, 2015).

O temperamento forte de José fica registrado também em passagem contada por Stael ao jornal Gazeta do Povo, em que ela relata sobre fatos ocorridos em dezembro do ano de 2005, já no bojo das investigações acerca do mensalão, quando Janene teria decidido fazer uma delação, mas ao ser maltratado pelo Procurador que o atendeu, mudou de ideia bruscamente:

Algum dia entre maio e dezembro de 2005: o então deputado federal paranaense José Janene (PP) visita a sede da Procuradoria da República do Paraná, localizada à época na Rua XV de Novembro, centro de Curitiba. Convencido pela então esposa, Stael Fernanda, e auxiliado pelo amigo Alberto Youssef, ele contaria aos procuradores como funcionava o esquema do mensalão, cujas denúncias começavam a recheiar as páginas dos jornais e revistas. “Estava tudo combinado: ele ia entregar todo mundo, o esquema todo. Aí ele chegou lá e achou que o procurador foi arrogante, virou as costas, deu um ‘piti’ e foi embora”, conta Stael. (BARAN; AUDI, 2015)

Em outro episódio que demonstrou tal temperamento, Janene atacou publicamente o Promotor de Justiça Renan Gabardo, da Promotoria Criminal de Foz de Iguaçu-PR, o qual abriu procedimento para investigar fraudes da empresa Eletrojan. Irritado com o Promotor, em entrevista afirmou que Renan era “um idiota,

um babaca, querendo se aparecer”, não medindo palavras com seus desafetos, nem mesmo quando se tratava de agentes do Sistema de Justiça (MASCHIO, 1997).

Delações ocorridas no bojo da Operação Lava-Jato contribuem não apenas para formatar esse perfil centralizador, mandão e arrogante de Janene, mas também a face de um homem que quando contrariado, ultrapassava os limites da legalidade e do bom-senso. Hermes Magnus, ex-sócio de Janene na empresa Dunel, da qual versaremos em nosso último capítulo, relatou em depoimento que em determinada ocasião, quando José desconfiou que pudesse estar sendo traído por ele e por outros agentes da empresa, este os teria ameaçado, fazendo inclusive uso de arma de fogo, conforme passagem a seguir:

Hermes Magnus:- E nós fomos ameaçados pelo Janene numa sala fechada com todos os, a turma dele pelo lado de fora...
 Ministério Público Federal:- Ameaçado como?
 Hermes Magnus:- Ameaçado com arma. Ele puxou a arma de dentro da maleta dele. A... Todos estavam pelo lado de fora e ele disse: 'Você vão assinar o... Você não assinaram...' [...]. (JUSTIÇA FEDERAL, 2015)

No mesmo processo penal, a esposa de Hermes Magnus, Maria Teodora, relata outra passagem que registra a forma de agir e o perfil de Janene, truculento e intimidador. A depoente relatava sobre situação em que José, acompanhado de seu primo Meheidin, teria ido tomar satisfação sobre o fato dela ter questionado a contabilidade da empresa que mantinham como sócios:

Maria Teodora - Mas tava lá o Meheidin, que era a pessoa mais assim, digamos, pesada, aparentemente armado e aí o Janene começou ... se dirigiu a mim da forma mais grotesca possível, dizendo que eu não poderia ... quem era eu pra ir na contabilidade e ver o quê que tava acontecendo, que não estava confiando nele, me chamou de tudo e disse que eu era um câncer pra empresa. Enfim, falou impropérios que eu não gosto nem de lembrar. E eu, naquele momento, eu não sei da onde surgiu tanta força, que eu peitei ele, eu falei no mesmo tom. Eu falei: 'Sim, mas se eu não for cuidar da minha empresa, meu nome está lá. Quem é que vai cuidar? Eu sei que não estão acontecendo fatos corretos. Eu gostaria que o Senhor me desse explicações.' E ele rebatia e foi uma coisa horrível e, daqui a pouco, naquele momento tenso, ele veio com os papéis e disse que aquilo era pra gente assinar. [...]
 Aí ele teve outra crise, enfim, foi uma coisa horrível e aí, num determinado momento, quando eu vi a coisa muito ruim, aí o Magnus levantou e ele gritou: 'Ninguém me dá as costas' e aquela confusão e aí eu tentei acalmar a situação. Aí eu falei: 'Deputado, - eu até chamei de Deputado pra ver se o homem se acalmava -, vamos conversar com calma, não se resolve nada assim... bla, bla, bla, bla...'. E aí eu fui conversando com ele e ele foi baixando a bola. [...]
 Enfim, foi uma... saí dali... de algumas horas, eu tive que ir pra o hospital, que a minha pressão tava lá nas alturas.

Ministério Público Federal:- Mas eu não entendi bem, ele ameaçou a senhora ou não?

Maria Teodora:- Ele me atingiu de forma moral, né.

Ministério Público Federal:- Ofensiva?

Maria Teodora:- É. Ele me chamou de várias palavras e que eu era um câncer na empresa... Enfim, ele foi horrível. E foi um momento muito tenso, porque nós nos sentimos completamente desprotegidos dentro de uma sala, dentro de uma empresa fechada, com pessoas que eram... eles mesmos faziam questão de dizer... o Brasiliano fazia questão de dizer, na minha frente, - e o Magnus falou que também muita coisa disse na frente dele, - que eles agiam com truculência, como várias vezes ele me falou que os sem-terras, nos sítios, muitos deles sumiam. Enfim, então tinha uma estória sim de ameaças. Algumas muito claras, outras veladas. Então a gente ... foi uma coisa assim que, quando eu lembro, eu nunca imaginei que eu iria viver um negócio desse na vida.

Ministério Público Federal:- A Senhora mencionou que o Meheindin portava ostensivamente uma arma. Em algum momento ele...

Maria Teodora:- Ele vivia armado, né. (JUSTIÇA FEDERAL, 2015)

Os relatos acima só reafirmam que a forma de ser de Janene era essa: tirar do caminho, ainda que sob medo e ameaça, toda e qualquer pessoa que pudesse lhe atrapalhar. Destaca-se de seus traços a ideia de imponência e autoridade que tinha sobre si mesmo, o que na passagem acima fica registrada especialmente nas palavras de Janene quando diz “Ninguém me dá as costas”, colocando-se de fato como centro e agindo de forma até mesmo autoritária.

Acerca do *habitus* de classe, vale destacar que a família e os mais próximos sempre tentaram descrever José Janene como alguém simples, que não gostava de ostentar riquezas e nem de manter uma vida luxuosa, além de ser “muquirana” quando se tratava de propiciar itens para a família, como relatou Stael em depoimento, afirmando que apesar de José ser um homem de “posses”, ele não gostava de mostrar isso e nem de gastar dinheiro à toa:

Eu era casada com o cara que reclamava da conta da verduraria. [...] Para a família ele sempre dizia ‘tá tudo difícil’. Vamos fazer uma viagem de férias? ‘Tô apertado, não dá. (GAZETA DO POVO, 2015)

Apesar destas descrições, a vida do deputado era bastante distante de tais afirmações. Inicialmente, Janene residia no Edifício Arkádia, em Londrina-PR, localizado em região nobre da cidade, em um apartamento de cerca de 750 m². Nos anos 2000, Janene teria construído uma mansão de três andares e mais de mil metros quadrados no Condomínio Royal Golf (PARDELLAS, 2009), uma espécie de Alphaville londrinense, onde residem também o comentarista esportivo Galvão Bueno,

o agropecuarista e ex-Prefeito de Londrina-PR, Alexandre Kireeff, o cantor sertanejo Luan Santana, além de outros multimilionários da região.

Sobre o luxo em que Janene vivia, o sobrinho, Barion Junior, afirmou ao jornal Estado de São Paulo, em 2005:

Ele ficou rico depois que entrou para a política. O Zé mora em apartamento que vale um milhão de reais, tem fazenda, carros importados, tem avião, tem dois apartamentos na praia, mas é tudo no nome de terceiros. (MACEDO, 2005)

Na sua lista de veículos, na década de 1990 e início dos anos 2000, figuravam carros importados e SUVs, ainda não tão populares naquela época. Dentre os veículos de luxo havia uma BMW Compact, Jeep Cherokee, Ford Expedition, Audi A3, Jeep Wrangler, dentre outros, corroborando para o fato de que simplicidade não era necessariamente o padrão de vida preferido por José Janene (FOLHA DE LONDRINA, 2000). Além dos carros, segundo a imprensa local, Janene teria também um avião particular, do modelo Cheyenne (RAMOS, 2000).

Bourdieu (2011) traz que o *habitus* de classe é um fator fundamental expresso em linguagens, posturas e atos que demarcam a identificação do agente com o grupo ao qual pertence, quase como um conjunto de valores que orientam a ação de forma a distinguir aqueles que estão em posição dominante.

Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas como indivíduos das outras classes e com isso exprimem diferenças de situações e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*. É a independência relativa dos sistemas de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas de distinção, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os “valores” (sentidos dos linguistas) necessariamente vinculados à posição de classe [...]. (BOURDIEU, 2011, p. 14, grifos do autor)

Para além dos fatores mais subjetivos e simbólicos, Bourdieu (2011, p. 16) também define que a ostentação de bens e o consumo também se transformam em elementos simbólicos de distinção, conforme explica:

Vale dizer, as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas de maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, as diferenças de fato em distinções significantes, ou, para falar como os

linguistas, em “valores”, privilegiando a maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função.

Além de ostentar bens e usufruir de uma vida luxuosa, a casa de Janene, segundo Stael Fernanda em depoimento à CPI da Petrobrás, era frequentada por ministros e políticos. As noites de carteados na casa da família eram famosas, regadas a jantares de luxo, preparados por ele mesmo. Sobre tais jantares, uma vizinha da família relatou à Gazeta do Povo:

Conforme conta a amiga e vizinha do político, Mimi Hakme, todas as semanas, de quinta-feira a domingo, ele reunia amigos para jogar truca até de madrugada. As partidas eram regadas a magníficos jantares que ele mesmo preparava. “Ele era um exímio chef de cozinha”, conta. Raramente havia bebida alcoólica na mesa. “Ele não era de beber.” A política, segundo ela, também ficava de fora do carteados. (BARAN; AUDI, 2015a)

As festas de José Janene também eram conhecidas na cidade e sempre noticiadas nas colunas sociais, seja pelo luxo ou pelas presenças ilustres. A colunista Elisiê Peixoto, nos anos 1990, noticiou o primeiro casamento da filha de Janene, Michelle Kemmer Janene, narrando que a festa, ocorrida no Londrina Country Clube, badalado clube da alta sociedade londrinense da época, contou com 1600 convidados, dentre eles o banqueiro e então Senador José Andrade Vieira, o hoje Prefeito de Curitiba-PR, Rafael Greca, o então Ministro da Agricultura, Pratiní de Moraes, o Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Hermas Brandão, além do presidente e proprietário do jornal Folha de Londrina, maior veículo da imprensa londrinense, João Milanez (PEIXOTO, 2002). Uma festa de aniversário de José Janene também foi registrada na imprensa no ano de 1999, a qual contou com uma orquestra inteira para homenagear o então deputado, além de shows ao vivo e cardápio à base de carneiro, comida típica entre a comunidade árabe. Em tal festa registrou-se a presença do Prefeito Antonio Belinati, além de deputados e vereadores de Londrina-PR (MILITÃO, 1999).

Festas marcantes e luxuosas também eram oferecidas por José, Faiçal e Assad à colônia árabe de Londrina-PR, grande parte delas na chácara que Janene possuía nas margens do Lago Igapó, conhecido cartão postal da cidade (MILITÃO, 1999b). Fato curioso é que em uma destas festas, realizada no salão social do Londrina Country Clube, uma réplica do “Palácio das Mil e uma Noites” foi construída, além de um deserto criado por renomados arquitetos e decoradores locais, para o

qual foram usados vinte caminhões caçamba de areia na montagem (PEIXOTO, 1997). Para alguém que não gostava de ostentar, pode-se dizer que deve ter sido uma festa bastante modesta. A mesma chácara citada é apontada também como palco de festas frequentadas por vereadores de Londrina-PR, aliados de Janene e Belinati (MOLINA, 2010).

As festas luxuosas, nas quais reúnem-se personalidades de alto capital, seja social, econômico, político ou cultural, são estratégias importantes de articulação e consolidação de redes e alianças, assim como, também são símbolos de distinção, que servem para demarcar a posição do agente no campo e do grupo ao qual ele pertence, como explica Bourdieu (2011, p. 51):

Dito de outro modo, o trabalho simbólico de *constituição* ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de adesão, manifestações públicas, etc) tem tanto mais oportunidades de ser bem sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele exerce estejam inclinados - por sua proximidade no espaço de relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições - a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro).

Canêdo (1995) também analisa as festas e os rituais como estratégias de conservação de famílias no poder, bem como, de preservação das memórias. Para a autora, festas como as produzidas por Janene e seus familiares poderiam ser enquadradas como “rituais de prevenção”, os quais teriam como finalidade não apenas a demarcação de espaço, mas também a “reprodução das relações objetivas” (CANÊDO, 1995, p. 94) entre os agentes, reforçando laços entre eles. Segundo Canedo (1994) o luxo e a suntuosidade nos rituais festivos também são símbolos de “defesa da honra em forma de humilhação do adversário” (CANÊDO, 1994, p. 113), uma vez que tais demonstrações demarcam perante os grupos políticos contrários que aquele conjunto de agentes possui capital econômico, cultural e social. A autora segue explicando que as festas e rituais da classe dominante são como programas de informática, adotados estrategicamente para reproduzir estímulos que reforçam o “domínio prático do poder” (CANEDO, 1995, p. 102).

Para além das festas suntuosas, Monteiro (2016) destaca também a importância das reuniões sociais, tais como jantares, encontros, almoços, dentre outros, para a construção e consolidação das redes e a consequente ampliação de capital social, especialmente quando tais encontros promovem o convívio entre a elite

política e a elite empresarial, entre os detentores do capital político e do capital econômico. Vê-se que Janene era um *expert* em tal estratégia. Tanto o é, que usou até mesmo de seus conhecimentos étnicos-culturais para conquistar aliados para si, sendo o carneiro assado que servia famoso no meio político. Em depoimento, Hermes Magnus chega a relatar que o primo de Janene, Meheidin, assava o melhor carneiro de Brasília-DF, sendo uma das principais apreciadoras a então Ministra-chefe da Casa Civil do Governo de Lula¹⁷, Dilma Rousseff¹⁸ (CORREIA; GOMIDE, 2014).

Mas não era só de holofotes e ostentação que Janene se mantinha no poder. Janene é sempre apontado como um mestre nas articulações políticas e um grande agente de bastidor, circulando pelos grupos de políticos de diversos partidos e de todos os Estados brasileiros: “*Ele não queria exposição. Relutou muito em ser líder do partido. A vida dele era bastidor*” (BARAN; AUDI, 2015b), disse um assessor. As festas, o carteadado com jantares, as reuniões e os encontros eram parte deste processo de articulação política. Stael Fernanda confirma que o marido era frequentemente assediado por ministros e parlamentares, aduzindo que todos queriam estar perto ou ser aliado de José (GONÇALVES, 2015).

Em um *blog* de notícias de política, no ano de 2012, ao relatar uma situação ocorrida com as filhas de Janene, a qual traremos a público em nosso último capítulo, o autor relata que na sede de uma das empresas do ex-deputado, na capital paulista, “*passaram, para tomar a bênção de José Janene, diversos operadores do “Mensalão do PT”, doleiros conhecidos e gazeteiros ligados a alguns executivos da Petrobras*” (UCHO, 2012). Reforçando o papel de homem de bastidor de José Janene, assim como seu perfil já narrado, o blogueiro afirma:

Conhecido por abusar da arrogância e da soberba, José Janene sabia operar nos bastidores da política e dos negócios, talento que não transferiu aos filhos. E diz a lenda que castelo de areia em algum momento desmorona. (UCHO, 2012)

¹⁷ Lula, Luís Inácio Lula da Silva, nascido em Garanhuns-PE, no ano de 1985, metalúrgico e sindicalista, uma das maiores lideranças da esquerda brasileira e com importante participação na fundação do PT Nacional, foi deputado federal na assembleia constituinte de 1988 e líder do PT na Câmara Federal entre os anos de 1987 e 1988. Foi Presidente do Brasil entre os anos de 2003 e 2010. Atualmente (2022), é candidato à Presidência da República novamente, pelo PT. (Fonte: CPDOC-FGV)

¹⁸ Dilma Vana Rousseff, nascida em Belo Horizonte-MG, em 1947, economista por formação, foi Ministra de Minas e Energia e Chefe da Casa Civil no Governo de Lula, sendo a primeira Presidente da República mulher a ocupar o cargo no Brasil, entre os anos de 2011 e 2016. (Fonte: CPDOC-FGV). Deixou a presidência em 2016, após um golpe que culminou no seu *impeachment*, orquestrado pela direita e pelo chamado “centrão”.

Vale citar aqui que a habilidade de negociação e esse perfil de articulador de Janene se converteram em capital social para nosso personagem. Porém, conforme afirma a citação acima, tal habilidade não foi herdada por seus filhos, os quais não continuaram em suas atividades no campo político e parecem não ter assumido o lugar do pai na articulação importante que ele fazia. Tal fato corrobora a posição de Bourdieu (2009) de que o capital social é um dos mais difíceis de ser transmitido ou de ser herdado, vez que ele requer uma retroalimentação constante para sua manutenção, o que no caso de Janene, dependia muito de sua habilidade e de seu perfil para a construção das redes em torno de si.

Ainda sobre o perfil de José Janene, o seu ex-advogado, Roberto Bertholdo¹⁹, bem o descreveu em depoimento da CPI da Petrobrás:

José Janene era um figura [suspiro profundo] ... muito envolvente, mas ao mesmo tempo [suspiro], muito difícil como cliente, porque ele não respeitava as autoridades. Ele tinha um... tinha uma particular diferença com o Ministério Público Federal e Estadual porque ele se sentia perseguido pelo Ministério Público Estadual do Paraná. E... e **ele sempre se achou acima do bem e do mal**²⁰. (grifo nosso)

Fama de mandão, centralizador e obcecado pelo poder e pelo dinheiro, nosso personagem central levou consigo do ápice à derrocada um sem-fim de parentes, além de outros políticos. Seguro de si e com a noção de que em tudo podia mandar, é comum encontrar registros de relatos de Janene na imprensa fazendo uso do MEU

¹⁹ Roberto Bertholdo é um famoso advogado, conhecido no meio político por ter fortes e sólidas relações com o Poder Judiciário, tendo atuado defendendo interesses de inúmeras personalidades brasileiras, dentre eles José Janene, José Borba, José Andrade Vieira, do antigo Banco Bamerindus, Tony Garcia, Ricardo Barros, além de ligações com a cúpula petista, como José Dirceu. Oliveira (2020), ao levantar a genealogia e a biografia de Bertholdo, afirma que o advogado foi uma das mais importantes figuras do meio político paranaense e brasileiro, nos últimos 35 anos. De acordo com o pesquisador, Roberto Bertholdo entrou no campo político após casar-se com a filha do ex-Deputado Federal Erwin Bonkoski, um dos fundadores do "centrão" na época de José Sarney. Bertholdo já foi candidato a deputado estadual e ex-conselheiro da Itaipu Binacional. O advogado já esteve preso por diversas vezes, todas elas por envolvimento em casos de corrupção, acusado de tráfico de influência, compra de sentenças e lavagem de dinheiro. Em reportagem especial, a Revista Isto É (STUDART, LAGO e CARVALHO, 2006) traz que Bertholdo, bem mais que um advogado, era um lobista, fazendo o intercâmbio entre os Três Poderes, apontando que as relações de Bertholdo com o judiciário eram costuradas por filhos de ministros do STJ e de juízes. Na mesma reportagem, aponta-se que Bertholdo chegou a ser cotado para ser ministro no governo Lula, na cota do PMDB, o que não se consolidou porque ele foi preso naquele ano (2005). As ligações do advogado com a cúpula do poder no Brasil teriam se iniciado no Governo Collor, quando se aproximou de PC Farias por meio de um amigo em comum.

²⁰ Transcrição realizada pela própria autora, de trecho de depoimento na CPI da Petrobrás, em vídeo divulgado pelo jornal Gazeta do Povo. (SCORTECCI, 2017)

e do EU, tais como o “meu partido” (OYA, 2002). Era sabedor da sua sua centralidade nos processos eleitorais em Londrina-PR e não escondia isso:

"Eu ganhei as últimas quatro eleições e **vou ganhar** a quinta eleição em Londrina" – José Janene, deputado aposentado do PP e líder do Mensalão e processado por formação de quadrilha pelo Supremo Tribunal Federal, em entrevista na TV CNT de Londrina, em 2004. (MOLINA, 2010) (grifo nosso)

Ao dizer que ganhou as eleições em Londrina, Janene referia-se ao cargo de prefeito, quando Belinati (PP), Cheida²¹ (PT), Nedson (PT) e Barbosa Neto (PDT) elegeram-se prefeitos de Londrina sob “suas bênçãos”. Afirmava o *blogueiro* Carlos Molina que “nada acontece em Londrina sem que as mãos sujas de José Janene não se meta em inúmeras enrascadas” (MOLINA, 2010).

Não há dúvidas de que o “Zé” foi um grande político, um articulador exímio, safo, inteligente e esperto, que conseguiu reunir em seu entorno uma extensa rede de partidos políticos, de pessoas e empresas. Leal aos seus poucos escudeiros, implacável com os inimigos, teceu sua teia muito além da família e soube usar seus consanguíneos quando lhe foi útil, mas da mesma forma, tinha a frieza de afastá-los quando avaliava serem inúteis ou lhe oferecer ameaça. Gostava de estar no centro das atenções, no comando e ostentava uma vida luxuosa, ainda que no imaginário das pessoas se tenha a ideia de um homem simples do interior.

Se pensarmos pela lógica da praxiologia bourdiana, vemos que o *habitus* é incorporado e internalizado pelos agentes a partir de suas interações e posições no campo (BOURDIEU, 2011). Para estar no jogo, para se manter em condições de disputa, é necessário que o agente incorpore de fato o *habitus* vigente no grupo, sob pena de não conseguir manter-se nele. A partir disto, seria improvável que Janene tivesse se mantido no posto de grande articulador de bastidores se não reproduzisse o *habitus* daquele grupo de pessoas ricas e influentes que queria manter perto de si, os quais por sua vez, também se mostravam interessados em estar perto dele, no intuito de aumentar seus capitais.

Assim, conclui-se esse capítulo fazendo uso das palavras de um comentarista anônimo, feito em *blog* de política londrinense, que bem traduz quem foi José Janene:

²¹ Luiz Eduardo Cheida, nascido em Penápolis-SP, em 1954, é médico e ambientalista, projetado a partir do movimento estudantil em Londrina-PR. Filiado ao PT, ocupou o cargo de vereador em Londrina-PR (1989-1992), Prefeito da mesma cidade (1993-1996), Secretário Municipal de Meio Ambiente (2001-2002, gestão de Nedson Micheleti). Filiado ao PMDB/MDB, ocupou o cargo de Secretário de Meio Ambiente do Paraná, na gestão de Roberto Requião.

[...]

eu digo

esse cara é foda

o homem mais inteligente que o Brasil teve

ele é de se tirar o chapéu

eu não tenho vergonha e medo de falar

ele é sem dúvidas uma das pessoas mais inteligentes que já existiu nesse país...

[...]

me diz pra que serve o tribunal de contas da união?

me diz para que serve os ministros do STF?

me diz pra que serve o senado federal?

são organizações que envolvem inúmeras pessoas

onde elas estavam que durante todos esses anos deixaram isso acontecer?

(MOLINA, 2010)

3. CAMPOS DE ATUAÇÃO E CAPITAIS DA FAMÍLIA JANENE

A família Janene esteve no poder por cerca de vinte anos; isso se limitarmos à análise apenas ao campo político, pensando em cargos eletivos e na administração do Poder Executivo. Se abrirmos o leque, vemos que até os dias atuais nunca saíram desse poder, pois mantiveram-se em alguns campos, como no agronegócio, nas empresas e no poder público, ainda que de forma indireta. Para manter-se no poder e em posição de domínio no espaço social, a família Janene precisou contar com vastos capitais que lhes permitiram conquistar posições e permanecer nelas. Monteiro (2018), explicando Bourdieu, afirma que a quantidade de capitais determinará a posição que o agente ocupa no campo, sendo que quanto maior o capital, mais alta é a posição de dominação no espaço social. Veremos neste capítulo que a família Janene possuía capitais diversificados, que juntos lhes permitiram ocupar as melhores posições.

Vale destacar que para Bourdieu (2011) o capital não é apenas o econômico, vez que ele pode se traduzir em outros bens simbólicos que garantem ao agente um lugar privilegiado. José Janene, a partir das classificações de Bourdieu das classes entre populares, pequena burguesia e classe dominante, seria um espécime claro desta última classe: apesar de não demonstrar ser um homem culto, Janene buscava por elementos de diferenciação (vide as festas extravagantes relatadas no capítulo anterior) e transferiu, em vida, patrimônio material e simbólico tanto para familiares quanto para aqueles que estiveram próximos a ele. Com os meios que tinha disponíveis, seja o econômico ou a violência (ainda que simbólica), usou suas estratégias para dominar os campos, especialmente o político.

Apresentar-se-á aqui um breve apanhado dos principais capitais sociais, simbólicos e políticos da família Janene, os quais somados, asseguraram aos seus membros estar na classe dominante londrinense, paranaense e por que não, brasileira. Monteiro (2018) explica que para Bourdieu, os capitais sociais advêm das relações sociais que são estabelecidas, ao pertencimento a grupos e ao estabelecimento de alianças com outros agentes. Os capitais simbólicos estão na senda daqueles relacionados ao reconhecimento e à maneira como as pessoas percebem o agente dentro do campo. O capital político é aquele que é atribuído ao

agente pela coletividade, ocorrendo normalmente dentro de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e outras organizações, conferindo ao agente notoriedade e popularidade.

Nosso personagem, como veremos, possuiu um acúmulo significativo destes capitais, conquistados ou herdados, os quais em grande parte converteram-se em capital econômico, retroalimentando o círculo de poder em que Janene e família estiveram envolvidos. Os principais capitais foram constituídos a partir da atuação no agronegócio, no ramo empresarial/comercial, na prática político-partidária, no estabelecimento de alianças, além do pertencimento à comunidade árabe, a qual é conhecida pela forma comunitária e de apoio mútuo entre os seus.

3.1 O AGRONEGÓCIO

A família Janene adentrou no agronegócio pelas mãos de Abdelkarim Janene, sendo que seus descendentes se mantiveram até os dias atuais na área, dominando a SRP, como apresentaremos em item adiante. Ao que nos parece, o precursor dos Janene no Paraná não chegou ao Brasil sem nada, como tantos outros imigrantes. Em discurso feito publicamente, seu filho mais velho, Anísio Janene, declarou que o pai havia herdado terras e o amor pela agricultura de seus avós, no Líbano, mas lá não conseguiu realizar o sonho de ser um grande agricultor.

Amor à terra que ele herdou dos pais, no Líbano, seu país natal e que acalentou os sonhos que somente pôde realizar aqui no Brasil, tornando-se um plantador de café, algodão, arroz, milho, trigo, soja e bem como criador de gado. (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2001)

Tanto o é, que apenas três anos depois de sua chegada, conforme o mesmo registro, Abdelkarim teria adquirido terras e se destacava na cultura cafeeira, no interior do Estado de São Paulo. Sobre esse período (década de 1940), o sobrinho Jamil Janene relatou: “Suas propriedades eram admiradas em Tabapuã por seu viço e pelo zelo com que as amanhava.” (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2001). Segue narrando o sobrinho que em 1946, menos de dez anos após sua chegada ao Brasil, Abdelkarim fundou com amigos a Companhia Imobiliária e Agrícola de Cantanduva - CIAC, com a qual adquiriram terras no Norte do Paraná e para este Estado partiram, fazendo loteamentos e colonizando a região, sendo responsáveis

pela fundação do Município de Colorado-PR e pelo crescimento de outros da região, fatos aqui já apresentados.

Segundo Anísio Janene, foram adquiridos pela CIAC mais de vinte mil alqueires de terras no Norte e Noroeste do Paraná. Jamil aponta que no final da década de 1940, o tio já possuía cerca de trezentos mil pés de café na região. Em 1957, quando fixa residência em Londrina-PR, Abdelkarim, segundo registro de seu filho Anísio, já possuía dois milhões de pés de café e empregava cerca de mil famílias, iniciando-se também na criação de gado:

Com ele trabalharam cerca de mil famílias cuidando de mais de 2 milhões de cafeeiros que possuía na ocasião. Amor ao trabalho que o fez trazer para o Paraná, por sua conta e risco, mais de 200 mil cabeças de gado que adquiriu nos Estados de Goiás e São Paulo e que permitiram povoar as pastagens recém-formadas na região do arenito paranaense, desde Lupionópolis, Colorado e Santo Inácio, até os confins de Umuarama. (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2001)

Além do capital econômico gerado pelo agronegócio, Abdelkarim também possuía significativo capital simbólico, sendo reconhecido como liderança dentre os cafeicultores da época. A família diz, orgulhosa, que Abdelkarim nunca foi “um político”, mas isso vale se restringirmos funções políticas apenas ao exercício de cargos eletivos, já que este personagem foi um líder em seu tempo, com intensa atuação política. Exemplo disto é passagem contada pelo filho:

Em 1960, estava entre aqueles que faziam parte da marcha da produção, a fim de defender a cafeicultura combatida por geadas, preços baixos e falta de financiamento. Em 1964, estava na caravana de londrinenses que foi ao Governo Federal buscar solução para a nova crise que rondava a cafeicultura. O rigor da política monetária, aplicada no combate à inflação, levava a cafeicultura ao desespero e sem financiamento ela agonizava. O Ministro chegou a irritar-se e chamou de especuladores aqueles produtores que ali se achavam. Foi quando Abdelkarim Janene pediu a palavra e num pronunciamento muito feliz comparou o pé de café a um soldado sempre em defesa da pátria e de sua economia, sendo a principal fonte de divisas do país, e comparou os cafeicultores que ali estavam, e a todos os demais cafeicultores deste país, a outros tantos soldados sempre prontos a defesa da pátria. E lembrou ao Ministro que no interior das fazendas de café, de todo o Brasil, cerca de 2 milhões de famílias dependiam do resultado daquela reunião para sobreviver. O discurso sensibilizou o Ministro e a caravana retornou a Londrina com soluções que amenizaram a crise. (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2001)

Ainda que nunca tenha ocupado um cargo eletivo, não se pode dizer que uma pessoa que era recebida por ministros da União não era uma pessoa pública, política

e importante. A importância de Abdelkarim no cenário local também foi registrada pelo jornalista londrinense Oswaldo Militão, o qual destacou:

Sempre que Londrina tinha problemas a resolver, a conversar com autoridades em benefício da comunidade ou do pessoal da lavoura, cinco ou seis londrinenses eram convocados e lá estavam sempre Abdelkarin Janene e José Lopes. Marcelo Janene El Kadre e Alexandre Lopes Kireeff, com toda razão, têm motivos de sobra para se orgulharem de seus avôs e de outros familiares que também trabalharam pelos agricultores e pecuaristas, e colocarem-se à disposição dos associados, através do pleito de hoje, para continuarem, todos juntos, o trabalho na defesa dessa classe laboriosa que produz alimentos para a população em geral. (MILITÃO, 2006)

Além de cafeicultor, Abdelkarim se destacou nacionalmente pela criação de gado nobre, como os da raça Gir, Hindu e Nelore. O legado de Abdelkarim e o traquejo para o agronegócio foram herdados pelos filhos e netos do agropecuarista, os quais em grande parte mantiveram os negócios do pai/avô e os administram até os dias atuais. Um dos filhos, Jamil Janene, sucedeu o pai no papel de uma das lideranças locais do agronegócio, despontando na gestão da SRP. O outro filho, Anísio Janene, tornou-se presidente, por diversos mandatos, do Sindicato Rural de Londrina-PR. A outra filha, Salimi Janene El Kadre, também se manteve no agronegócio, assim como o filho dela, Marcelo Janene El Kadre, o qual desponta até os dias atuais como um grande agropecuarista, com terras no Estado do Mato Grosso, ocupando importantes cargos também na SRP.

A outra filha de Abdelkarim, Leila Maria Janene Costa, também se manteve no ramo, trabalhando junto com o filho, Mauro Janene Costa, focados na área da pecuária. O irmão de Mauro, Alexandre Janene Costa, é conhecido pelos pomares de laranja na região Norte do Paraná, sendo um dos proprietários de uma das marcas líderes de mercado de suco da referida fruta (MILITÃO, 2020). Inocêncio Janene (falecido no decurso da produção desta tese), também filho de Abdelkarim, era proprietário da Fazenda Tangarai, em Marcelândia-MT, a qual esteve vinculada a denúncias investigadas pelo Ministério Público do Trabalho, as quais versavam sobre condições inadequadas de trabalho, falta de pagamento e ameaças aos trabalhadores, em situação análoga ao trabalho escravo (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2021).

O ramo familiar dos Janene, filhos de Mohamad Assad, também esteve e está até os dias atuais no agronegócio. Pelos registros encontrados em processos judiciais que versavam sobre bloqueios de bens e sobre o espólio do falecido José Janene,

além dos registros pela imprensa, pode-se constatar que o ex-deputado foi proprietário de ao menos quatro fazendas, sendo elas: Fazenda Salto Alto (com 10 alqueires), no distrito de Bufadeira, em Faxinal/PR; Fazenda Marília (com 82,35 alqueires), em Lerroville, distrito de Londrina/PR; Fazenda São Francisco (com 25,70 alqueires); e ainda uma quarta fazenda, cujo nome e o tamanho não foram citados em nenhuma peça processual, a qual teria sido adquirida no ano de 2004, localizada também no distrito de Bufadeira, em Faxinal/PR (JUSTIÇA FEDERAL, 2019).

A Fazenda Marília esteve recentemente na mídia, vez que em julho de 2019, em uma conturbada operação policial, o imóvel foi reavido pelos herdeiros de José Janene. No ano de 2015, a propriedade havia sido ocupada por trezentas famílias vinculadas ao Movimento Sem Terra - MST, que reivindicavam as terras para a reforma agrária. A ordem de reintegração foi concedida judicialmente no ano de 2018, mas ocorreu somente no ano de 2019, sob autorização do Governador do Paraná, Ratinho Júnior, contando com as forças da Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Ambiental, Batalhão Aéreo e Corpo de Bombeiros (24 HORAS NEWS, 2019). A liderança do movimento de ocupação alegou que o imóvel foi ocupado porque havia sido adquirido com recursos oriundos da corrupção, e portanto, seria do povo brasileiro (WILTEMBURG, 2019). Quem reivindicou judicialmente a reintegração foi a ex-esposa de José Janene, Stael Fernanda, a qual foi devolvido o controle da propriedade, que chegou a ser bloqueada no bojo da Operação Lava-Jato, no passado. A propriedade, segundo a imprensa, encontrava-se arrendada, sendo que Stael e os filhos recebiam o valor relativo ao arrendamento (BATISTA, 2015).

Uma outra propriedade de Janene era a Fazenda 3J (Três Jotas), localizada no Distrito de Guaravera, região de Londrina-PR, com cerca de 192 hectares, na qual a família criava ovinos, bovinos, além de cultivar soja e milho. Esta também foi alvo de ocupação pelo MST, no ano de 2006, quando cerca de setecentos integrantes do movimento tomaram a propriedade, exigindo que fosse destinada à reforma agrária por ter sido também adquirida com recursos provenientes de corrupção (A TARDE, 2006). Apesar de ter obtido judicialmente o direito de reintegração de posse, o controle da fazenda foi retomado por Janene, ainda vivo à época, mediante uma ação que foi severamente questionada. A ação ocorreu um dia após a determinação judicial e foi feita de forma extraoficial, sem a presença e apoio das autoridades investidas para tal.

José Damasceno, da coordenação estadual do MST, contou que, às 5h, os pistoleiros chegaram atirando no chão e de raspão nas lonas. Eram 38 homens armados com escopetas calibre 12, pistola automática e várias armas curtas, afirmou. Damasceno disse ainda que várias pessoas levaram coronhadas na cabeça. Ainda de acordo com a versão do MST, as famílias teriam sido levadas embora do local por um caminhão que estava com os funcionários do deputado, até a Cooperativa dos Assentados na cidade vizinha de Tamarana. No início da tarde de ontem, Damasceno afirmou que, após a desocupação, um dos coordenadores do acampamento, João Batista, estaria desaparecido. (TRIBUNA DO PARANÁ, 2007)

Sobre o desaparecimento da liderança do MST, a polícia londrinense noticiou que o movimento não havia feito o registro oficial de tal fato e, portanto, não seria investigado. Dias depois, ao ser questionado sobre o fato, o delegado-chefe da região afirmou que como o registro não foi feito, presumia-se que a liderança havia sido encontrada, encerrando assim o assunto. Em outubro de 2007, a Organização Terra de Direitos, junto com a Comissão Pastoral da Terra e o MST, ofertou denúncia junto ao Ministério Público, na qual aventaram que a ação de reintegração extraoficial teria sido executada por milícias armadas já conhecidas na região (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2007).

Neste mesmo episódio envolvendo a Fazenda 3J, houve um outro fato curioso, pois por denúncia do MST, a Polícia Federal apreendeu urnas eletrônicas no depósito da fazenda, as quais Janene alegou terem sido “plantadas” pelos membros do movimento, no intuito de prejudicá-lo (CONGRESSO EM FOCO, 2006). As urnas passaram por perícias e concluiu-se que se tratava apenas de simulacros usados para “ensinar” pessoas a votarem (BEM PARANÁ, 2006).

Além das cinco fazendas citadas, uma reportagem especial da Revista Isto é, veiculada em junho do ano de 2005, dava conta de que José Janene e Stael Fernanda tinham onze fazendas, avaliadas em cerca de sete milhões, à época:

Neste biênio 2003-2004, de acordo com os cartórios do norte do Paraná, o casal Janene comprou 11 fazendas – média de uma a cada dois meses. Na região de Londrina, capital da terra roxa, um dos pedaços de terra mais valorizados do País, as propriedades foram avaliadas em pelo menos R\$ 7 milhões. As escrituras mostram que sete das 11 fazendas estão registradas em nome da mulher, Stael Fernanda. A maior delas, a Fazenda Marília, com 82,38 alqueires paulistas (200 hectares), foi adquirida no dia 7 de novembro de 2003 na região de Londrina, pelo valor declarado de R\$ 601 mil (20 mensalões, suficiente para manter as bancadas somadas do PCdoB, PV, Prona e PSC). Mas, segundo o Sindicato Rural de Londrina, levando em conta a cotação mínima do alqueire (R\$ 20 mil) na região, o preço verdadeiro da fazenda seria de R\$ 1,6 milhão (53 mensalões, o que daria para pagar a mesada de quase toda a bancada do PP de Janene, com 55 deputados). Neste mesmo dia, a insaciável dona Stael, que ganha a vida como dedicada

dona-de-casa, sem direito a nenhuma mesada, comprou duas propriedades, somando 20 alqueires (48 hectares), avaliadas em R\$ 400 mil (13 mensalões), na cidade de Tamarana, no norte paranaense.

Quatro meses antes, no dia 4 de julho, ela comprara outras três propriedades, num total de 72,3 alqueires (173 hectares), avaliados em R\$ 1,4 milhão (46 mensalões, o suficiente para sustentar um Janene durante quase todo um mandato de quatro anos). Neste mesmo dia, por pura solidariedade, o marido Janene adquire do mesmo proprietário quantidades iguais de terra, no mesmo valor, em lotes vizinhos ao da mulher – dobrando o latifúndio em nome da família. Insatisfeito, Janene comprou outras duas propriedades nas redondezas de Londrina, no valor de R\$ 750 mil, entre o final de 2003 e outubro de 2004. Apesar de subavaliar o preço pago pelas terras, dona Stael conseguiu uma proeza matemática: aumentou seu rendimento de 2002 para 2003, declarado ao Fisco, de R\$ 526 mil para R\$ 1,797 milhão – ou seja, mais do que triplicou seus ganhos, pendurada apenas no mensalão do marido. Esta diferença ela explicou à Receita como dívidas de R\$ 800 mil pela soja produzida na fazenda Marília, que lhe custou R\$ 600 mil. Outros R\$ 300 mil ela justificou como dívida a um dirigente nacional do Partido Social Cristão (PSC), Afonso Bernardo Schleder de Macedo, candidato derrotado a vereador em Curitiba. Tudo isso, segundo técnicos da Receita, caracteriza crime de sonegação fiscal – mais uma unha encravada no dedão dos Janene. (RIBEIRO; CLAUDIO, 2005)

Ainda, uma das fazendas de Janene esteve novamente na mídia, quando no ano de 2017, ao depor como testemunha em um processo oriundo da Operação Lava-Jato, no STF, o ex-advogado de José Janene declarou que o ex-deputado e Alberto Youssef o teriam confidenciado que tinham um contêiner de dinheiro em espécie enterrado em uma fazenda que tinham em sociedade, sem, no entanto, citar o nome ou localidade da propriedade (SCORTECCI, 2017).

O filho de José Janene, Junior Janene, também parece ter herdado da família o gosto pelas questões do campo. É aluno do curso de Zootecnia da UEL, e até meados de 2021, figurava como proprietário da empresa JAJA Equídeos Ltda, especializada na criação e comércio de asininos e muares. A filha do primeiro casamento, Michelle Kemmer Janene Caram, psicóloga por formação, também trocou a vida na cidade para residir em uma propriedade rural (NASSIF, 2011) na qual cria equinos, como mostra em sua rede social profissional²².

Os irmãos de Janene também estiveram operando no agronegócio. Conforme noticiava a imprensa no final de década de 1990, Faiçal Jannani era proprietário de um haras no Município de Cambé-PR (PEIXOTO, 1999), ao lado de Londrina-PR, no qual possuía “um dos mais renomados plantéis de cavalos árabes do mundo” (RIBEIRO, 1999), sendo famoso promotor de leilões milionários de equinos desta qualidade (PEIXOTO, 2000). Chama-nos atenção duas notícias sobre Faiçal no

²² @psi.michellejc, em Instagram

agronegócio. A primeira, do jornal Folha de São Paulo (1995), narra que em um concorrido leilão realizado na capital de São Paulo, o pecuarista arrematou uma égua árabe, puro sangue, importada dos Estados Unidos, por U\$ 76 mil dólares, o equivalente hoje a cerca de quinhentos mil reais. Para além do capital econômico, neste universo, uma aquisição desta também simboliza poderio e reconhecimento, tanto que não apenas a Folha de São Paulo, mas vários outros jornais anunciaram, especialmente em suas colunas sociais.

A outra notícia, do início dos anos 2000, período áureo dos Janene, é que Faíçal doou um cavalo árabe, puro sangue, avaliado em R\$ 200 mil, para que fosse leilado e revertido ao Programa Fome Zero (MACARINI, 2003), recém-criado pelo então Presidente Lula. Da mesma maneira, o outro irmão, Assad Jannani, também criava cavalos árabes em seu próprio haras (PEIXOTO, 1997), sendo comum nos anos 1990 e 2000 ler nas colunas sociais que este arrematou cavalos em badalados leilões promovidos na região de Londrina-PR (PEIXOTO, 1999b).

Castilho (2012) traz em sua obra “Partido da Terra” uma análise sobre a relação entre a terra, o latifúndio e a política no Brasil, apontando que muitos políticos e famílias políticas do país possuem suas bases assentadas na posse da terra, afirmando que a teia organizada para obtenção de votos “é feita também de arame farpado” (CASTILHO, 2012, p. 11), referenciando o importante papel dos grandes latifundiários na consolidação do jogo no campo político, vez que, a exemplo, enquanto atuantes no Poder Legislativo, os proprietários de terra fazem as próprias leis que estabelecem regras quanto à posse e exploração da terra e quanto à produção agrícola e/ou pecuária. Ou seja, os próprios agentes do campo fazem as regras daquele campo, formalmente, neste caso.

O mesmo autor destaca ainda a importância do latifúndio na organização política em âmbito regional, comparando a relação dos agentes do agronegócio com o Estado ao fenômeno do coronelismo, destacando que os latifundiários conseguem, ainda nos dias de hoje, exercer forte influência na organização política local e no Estado em si, vez que ao financiar campanhas, estes agentes também passam a ter o seu quinhão de controle sobre o poder regional.

Neste mesmo sentido, Ricardo Costa de Oliveira (2018, p. 38) assevera que “a história das grandes famílias políticas é a história da grande propriedade agrária. Quase todas são grandes proprietárias, latifundiários, e se não são, se tornam com o poder político”, sendo este último caso o de José Janene, o qual converteu seu capital

econômico obtido no ramo empresarial em capital político e social, e depois reconverteu tais capitais em capital econômico novamente, por meio da aquisição de terras, seguindo os passos de seus familiares que já eram grandes latifundiários. Isto posto, conforme veremos no item sobre os deslocamentos da família Janene no espaço social, os capitais adquiridos por meio do agronegócio foram demasiado importantes para que estivessem em posições sociais dominantes, assim como os demais capitais a seguir, proporcionando alocações e deslocamentos nos campos.

3.2 AS EMPRESAS

Segundo Oliveira (2012) a política é um negócio com objetivo de acumular capitais, especialmente o econômico. Neste contexto, as empresas, dentro do campo político e do aparelho do Estado, tornam-se elementos fundamentais, pois é por meio delas, de acordo com Monteiro (2016), que os agentes estabelecem suas relações mercantis com o poder público, vendendo, prestando serviços, comercializando com o Estado, de forma a enriqueceram às suas custas, acumulando maior capital econômico, o qual financia o próprio empresário e os membros de suas redes, mantém campanhas, negocia-se votos e apoio político. Assim, as empresas compõem fortemente o rol dos capitais que asseguram boas posições para um agente nos campos, especialmente o político. Os Janene souberam vislumbrar tal possibilidade.

Na justificativa de projeto de lei que visava a dar a uma praça de Londrina-PR o nome de “República do Líbano” (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2005), o então vereador Jamil Janene, em 2004, narrava fatos sobre a cultura árabe e a imigração sírio-libanesa no Brasil, quando afirma que os libaneses sempre se destacaram, tanto aqui quanto no seu país de origem, como bons comerciantes e negociantes, tanto que muitos deles teriam começado a vida como mascates no Brasil, chegando a grandes empresários, como é o caso de Abdelkarim Janene. Anísio Janene, em discurso já citado nesta pesquisa (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2001), conta que o pai foi um grande empresário e incentivador das empresas da região de Londrina-PR, elencando que Abdelkarim foi acionista de grandes empresas, como a Transparaná, famosa concessionária de tratores, caminhões, caminhonetes e jipes, focados nos produtores de café ascendentes à época, Cia Cacique de Armazéns Gerais e Cacique Café Solúvel, esta segunda existente até os dias atuais,

sendo uma das principais beneficiadoras de café da região, produzindo para exportação.

Atuou também como acionista de empresas e cooperativas de beneficiamento de leite e produção de derivados, como a Paraná Frios e a Cativa, que está também atuando no mercado até hoje. Segundo o filho, foi graças ao capital injetado por Abdelkarim que outra grande cooperativa, a Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda - Valcoop, pôde se reerguer após a decadência do café e voltar a ser uma das principais cooperativas do cenário agrícola do Paraná. Isto mostra que além da cafeicultura e criação de gado, Abdelkarim também foi um grande empresário, de negócios diversificados. A história de construção do capital econômico dos Janene reproduz a mesma lógica das famílias estudadas por Bercito (2021, p. 61) no Estado de São Paulo, o qual concluiu que:

[...] os primeiros imigrantes exploram diferentes setores e acabam tendo êxito em alguns. Esses pioneiros, conhecidos como “cabeças”, criam extensas redes de contato a partir de seus feitos. Eles passam a ser conhecidos por seus feitos. Eles passam a ser conhecidos por aquela atividade. Ao chegar no país, os imigrantes seguintes se unem a esses negócios já estabelecidos. Muitos deles deixam o Líbano, na verdade, com isso em mente.

Neste sentido, pode-se dizer que Abdelkarim foi o “cabeça”, seguido depois por seus sobrinhos e primos. Prova disto é que o tino para as negociações e para o comércio também está presente nos membros do ramo familiar de José Janene. Esclareça-se que neste item aborda-se apenas sobre as empresas que eram de Janene e seus familiares oficialmente, pois como ver-se-á no último capítulo desta tese, outras empresas supostamente pertenceriam à Janene, de maneira oficiosa, tendo terceiros como sócios. Muitas delas, segundo o Ministério Público Federal, sequer existiam de verdade e serviam apenas para movimentações financeiras.

Conforme já abordado nesta pesquisa, Janene iniciou-se nos negócios a partir da empresa do irmão, Faiçal Jannani. Ao deixar o trabalho com o irmão, Janene abriu a sua própria empresa de iluminação, a Eletrojan Iluminação e Eletricidade Ltda, com a qual prestou serviços para diversas prefeituras de municípios pequenos, inclusive em outros Estados brasileiros (FOLHA DE LONDRINA, 2010). Registros apontam que a empresa teria sido criada em 1985, com a finalidade de instalar sistema elétrico em novos imóveis. A imprensa noticia que o sucesso da Eletrojan veio efetivamente quando a empresa foi contratada pela Prefeitura de Londrina-PR, nas gestões de

Antonio Belinati. O *blogueiro* Carlos Molina registra que no início dos anos 1990 Janene não vendia apenas serviços de iluminação, pois tinha “negócios com concessionárias e até aluguel de arquibancadas de Carnaval e 7 de Setembro” (MOLINA, 2010).

A Eletrojan, no início dos anos 2000, acumulava uma dívida com o fisco de cerca de R\$ 13 milhões de reais, respondendo a 47 ações judiciais de cobrança, advindas do INSS, da Receita Federal e da Secretaria de Fazenda de Londrina-PR (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005). Visando a proteger a empresa e os seus bens, em 1995, Janene transferiu a Eletrojan para o nome da filha, Michelle Kemmer Janene, vindo a declarar falência no ano de 1998.

No bojo da Operação Lava-Jato apontou-se também que José Janene seria sócio de uma empresa registrada no Estado de Rondônia, chamada Viação Ji-Paraná Ltda (JUSTIÇA FEDERAL, 2019). Ao pesquisar sobre tal empresa, encontrou-se inúmeros processos de cobranças de dívidas com o fisco, especialmente trabalhistas, pelos quais se pode verificar que se tratava de empresa que prestava serviços de transporte coletivo em Ji-Paraná-RO, tendo como sócios José Janene, Eduardo Alonso de Oliveira e Carlos Alberto Klamas, os quais ver-se-á que atuaram com Janene no caso AMA/COMURB, que será abordado no último capítulo. O Estado de Rondônia foi uma extensão dos negócios de Janene, vez que se encontra registros de que tenha prestado serviços também no município de Rolim de Moura-RO, vendendo postes de iluminação (HOLLANDA; CUNHA, 2005).

O CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (2021) aponta, ainda, que Janene teria sido proprietário das empresas Pedagógica Livraria e Editora, Transamérica Comunicação e Iluminação, Urubalux Urbanismo e Construção, Indústria de Calçados Danielle e JJ Exportação, as quais foram declaradas com patrimônio zero no ano de 2002, segundo a Revista Isto É (RIBEIRO e CLAUDIO, 2005). Não se localizou documentos oficiais que apontem o rol de sócios das referidas empresas.

A ex-esposa de Janene, Stael Fernanda, também tinha empresas registradas em seu nome, tais como: Abecee Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda, aberta em 1997; Sociedade Educacional e Cultural de Londrina S/C Ltda, aberta em 1999; Rainha de Sabah Calçados e Confecções, aberta em 2007 e Dafemi Participações Ltda, aberta em 2000. A única empresa ainda ativa, aberta desde 1988, é a Rádio Central de Roncador - Rádio Princesa de Roncador Ltda; em que pese o CNPJ ainda esteja ativo, nos registros oficiais disponíveis no sítio eletrônico do Ministério das

Comunicações, a concessão de radiodifusão não é mais de Stael, não sendo possível localizar quando a alteração de concessionário foi realizada.

Sobre concessões de rádio, é possível também encontrar um registro, em denúncia feita pelo sobrinho de Janene, Barion Júnior, de que em 1995 ele teria obrigado um assessor a participar, como “laranja”, de uma concorrência para concessão de uma rádio no Município de Ibiporã-PR, ao lado de Londrina-PR (RAMOS, 2000). O então assessor era Fábio Aparecido Teixeira Pinto, em nome do qual encontra-se a rádio Melodia FM - Rádio FM Norte do Paraná Ltda. Destaca-se que a rádio passou a ser de propriedade de Fábio, oficialmente, somente no ano de 2011, um ano após o falecimento de José Janene. Tais movimentos indicam uma intencionalidade de José Janene de adentrar ao universo da radiodifusão, importante capital amplamente utilizado por políticos brasileiros, mas possivelmente não conseguiu consolidar seu intento porque acabou falecendo.

No que se refere ao irmão de José Janene, Faiçal Jannani, este foi proprietário do chamado Grupo F. Jannani. O registro mais antigo é o da empresa F. Jannani, a qual com este mesmo nome-fantasia, já teve diversas razões sociais. Tal empresa prestou serviços em municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, dentre outros, atuando especialmente na área de iluminação pública.

Faiçal também era proprietário da Empresa Brasileira de Empreendimentos, Projetos e Consultoria Ltda - EBEPEC, especializada na prestação de serviços públicos de urbanização e de construção de obras públicas. Tal empresa esteve vinculada à Prefeitura de Londrina-PR, no ano de 2012, quando prestou serviços emergenciais, sem licitação, de varrição e limpeza de ruas. Importa destacar que na ocasião de tal contratação (outubro/2012), Londrina-PR estava sob um mandato de prefeito “tampão”, Gerson Araújo, mas o Presidente da CMTU²³ era Otávio Cesário Pereira Neto, neto do ex-Governador do Paraná, Otávio Cesário, e famoso proprietário de cartórios da região de Londrina-PR, mostrando conexões entre as famílias políticas dominantes na cidade. Reportagem veiculada à época, dava conta de que a EBEPEC, sediada no interior do Estado de São Paulo, apesar de criada há cerca de um ano, já prestava serviços em várias cidades brasileiras (COSTA, 2013).

²³ A CMTU era a autarquia municipal responsável pela contratação de todos os serviços de urbanismo e zeladoria pública da cidade.

Além da F. Jannani e da EBEPEC, encontra-se registro também de que Faiçal tenha sido proprietário da Internacional Máquinas e Equipamentos Ltda, especializada em reparos mecânicos e em venda de ferragens. A imprensa divulgou amplamente, à época dos escândalos envolvendo a família, que Faiçal seria também proprietário das empresas Visacon Construtora de Obras Ltda e Visamáquinas Locação de Máquinas e Equipamentos, mas não conseguimos confirmar a propriedade destas empresas, vez que já não constam mais nos sistemas oficiais de registros. Vale apontar que uma empresa de nome Visacon prestou serviços para a COHAB de Londrina, no período em que Assad Jannani foi presidente da instituição. Outro apontamento é que o prefixo “Visa” foi usado em outras empresas do grupo familiar, dando indícios de que de fato tais empresas possam ter tido conexões com a família Janene.

O filho de Faiçal Jannani, Faiçal Jannani Júnior, seguiu os caminhos do pai e dos tios, abrindo sua própria empresa na década de 1990, a Visatec, especializada também na prestação de serviços públicos. Chama-nos atenção o registro da empresa na Receita Federal do Brasil, pela diversidade de serviços que pode oferecer, indo desde a construção de prédios em alvenaria, estradas e ferrovias, passando por serviços de urbanização e zeladoria, como limpeza pública, coleta de resíduos, além de instalações elétricas, locação de máquinas e automóveis, controle de pragas, reparação de veículos automotores e comércio de materiais elétricos²⁴. Segundo Faiçal Júnior, o gosto pelos negócios foi herdado do pai:

Aos 16 anos, eu já trabalhava com meu pai. A influência dele sempre foi total e muito marcante. Desde meus 12 anos, nos períodos de férias, eu viajava com ele quando ele saía a trabalho. Naquela época, já fui picado pelo mosquito do empreendedorismo. [...] No começo fazíamos a parte de iluminação pública, mas, com o problema da crise energética, diversificamos nossas atividades terceirizando frotas de máquinas e de caminhões para prefeituras. [...]

Eu tenho uma política um pouco diferente da herdada pela família. Meu pai sempre gostou de atuar em apenas uma atividade, que era a iluminação pública, mas eu pretendo diversificar mais meus negócios, não quero deixar passar boas oportunidades. (PROFISSIONAIS DO ANO, s.d)

Na mesma entrevista, é citado que a empresa de Faiçal Júnior marcou presença prestando serviços não apenas no Paraná, mas também no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pará. Aliás, é no Pará também que o jovem Faiçal diz ter aberto

²⁴ Informações obtidas por meio da plataforma de consulta à CNPJ, da Receita Federal, com a chamada pelo CNPJ 78.386.075/0001-40.

uma loteadora, a Jannani Participações, trabalhando com loteamento e urbanização em cidades novas daquele Estado, em expansão por causa da mineração na região, no início dos anos 2000.

Tem-se registro também da Visatec operando na gestão do prefeito cassado de Londrina-PR, Barbosa Neto, quando venceu licitação e prestou serviços no ano de 2011, na reforma do calçadão central da cidade (JANELA LONDRINENSE, 2011). A Visatec foi também a empresa responsável pela construção do viaduto da entrada da cidade de Londrina-PR, na PR-445 (BLOG LONDRINA, 2011), o qual esteve envolto em uma série de polêmicas, sendo fruto de um litígio entre a prefeitura e a construtora (BONDE, 2010). Apesar de inaugurada na gestão do Prefeito Barbosa Neto, o qual já havia sido assessor parlamentar de José Janene, a obra do referido viaduto foi contratada pelo prefeito petista, Nedson Micheletti, no ano de 2008 (TRIBUNA DO PARANÁ, 2008), quando Janene tinha agentes indicados por ele em cargos estratégicos na Prefeitura de Londrina-PR. No ano de 2001, também na gestão de Nedson, a empresa esteve envolvida em denúncias da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, acusada de fraude de licitações para coleta seletiva de lixo em Londrina-PR (FRAZÃO, s.d). Outra fraude foi denunciada, esta que foi julgada e a Visatec condenada, agora em licitação de capina de espaços públicos, também na gestão de Nedson. Cabe destacar que cerca de dez anos depois, a mesma empresa voltou a executar tais serviços, na gestão de Barbosa Neto, no ano de 2012 (FOLHA DE LONDRINA, 2012). Sob propriedade de Faiçal Jannani Junior também é possível localizar a empresa Visa Agropecuária e Empreendimentos Ltda, com atividades encerradas no ano de 2003. Ainda, outra empresa com o prefixo típico da família, de razão social Visamotors Máquinas e Pertencentes Ltda, hoje inativa, consta em nome do sobrinho de José Janene.

O outro irmão de Janene, Assad Jannani, seguiu para outra área comercial, em que pese seu metiê tenha sido também prestar serviços para o Estado. Assad é, até os dias de hoje, proprietário de empresas locadoras de veículos, tendo comercializado não apenas com prefeituras, mas também com os Correios, em mais de quarenta contratos em âmbito nacional (ACIL, 2014). A empresa com a qual mais operou, sendo também a que esteve envolvida em várias denúncias, foi a JN Rent Car Locadora de Veículos Ltda, fundada no ano de 2005, a qual chegou a ter faturamento divulgado no montante de R\$ 80 milhões, advindos além dos Correios, já citado, também de contratos com o Banco do Brasil e com a Furnas Centrais Elétricas

(ACIL, 2014). Assad Jannani figura ainda como sócio de outras empresas, sendo a Renapar Participações Ltda, com objeto comercial definido como “holding de instituições não financeiras”, além da Renacor Renascer Corretora de Seguros Ltda, atuante na área de corretagem de seguros. Já baixada, é possível encontrar também a empresa de nome Comércio de Equipamentos Eletroweld Ltda, aberta em 1994, com a finalidade de venda de ferragens e ferramentas. Atualmente, Assad apresenta-se como proprietário da RenaCar Locadora de veículos (CHIBA, 2020).

O irmão falecido de José Janene, Ali Mohamad, também era empresário, atuando na área de máquinas e ferramentas, sendo possível localizar em seu nome o registro da empresa Jannani Indústria e Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda, a qual pode ser localizada nos Diários Oficiais da década de 1990 respondendo a processos de dívida com a Fazenda Pública Estadual do Paraná (DIÁRIO DA JUSTIÇA DO PARANÁ, 1994).

A única irmã de Janene, Solaima Assaid Janene Barion, casada com o hoje falecido Jurandir Barion, era proprietária, em conjunto com o esposo, de uma rede de postos de gasolina em Londrina-PR e região, patrimônio que alegam ter perdido em dívidas que contraíram para investir capital e entrarem como sócios da Eletrojan, junto com José. Atualmente, Solaima trabalha na área de representação de indústrias cosméticas, no Estado de São Paulo e no Paraná, junto com o filho, Barion Junior (MACEDO, 2005), sendo registrado em seu nome as empresas Disper Cosméticos e Roma Comércio de Cosméticos.

Outro membro da família do qual encontram-se registros de empresas, inclusive comercializando com o poder público, é o primo de José Janene, Ali Jennani, o qual é proprietário das empresas Reuma Plastic Indústria e Comércio Ltda, Ali Guinchos SC Ltda ME, Big Lona Indústria e Comércio de Lonas para Silos Ltdas e Visaplas Indústria e Comércio de Ltda. Com esta última, localizou-se transações de venda de embalagens para órgãos públicos, com denúncias abertas junto ao Ministério Público Federal.

QUADRO 3 – Empresas da família Janene

EMPRESAS DA FAMÍLIA JANENE		
Empresa	Ramo de Atuação	Proprietário
Transparaná	Concessionária de venda de tratores e caminhões	Abdelkarim Janene
Cia Cacique de Armazéns Gerais	Beneficiamento do café	Abdelkarim Janene
Cacique Café Solúvel	Beneficiamento do café	Abdelkarim Janene
Paraná Frios	Laticínio	Abdelkarim Janene
Cativa	Laticínio	Abdelkarim Janene
Valcoop	Cooperativa Agrícola	Abdelkarim Janene
Eletrojan	Infraestrutura de energia elétrica	José Janene/Michele Kemmer Janene
Viação Ji-Paraná	Transporte rodoviário	José Janene/Eduardo Alonso/Carlos Klamas
Pedagogica Livraria e Editora	Materiais pedagógicos	José Janene
Transamérica Comunicação e Iluminação	Infraestrutura de energia elétrica e telefonia	José Janene
Urubalux Urbanismo e Construção	Infraestrutura	José Janene
Indústria de Calçados Danielle	Calçados	Danielle Janene/José Janene
JJ Exportação	Exportação	José Janene
Abecee Distribuidora de Bebidas e Alimentos	Alimentício	Stael Fernanda Janene
Sociedade Educacional e Cultural de Londrina	Não localizado	Stael Fernanda Janene
Rainha Sarah Calçados e Confecções	Vestuário	Stael Fernanda Janene
Dafemi Participações	Não localizado	Stael Fernanda Janene
Rádio Central Roncador	Rádiodifusão	Stael Fernanda Janene
Grupo F. Jannani	Infraestrutura e zeladoria pública	Faiçal Jananni
EBEPEC	Infraestrutura e zeladoria pública	Faiçal Jananni
Internacional Máquinas	Reparos mecânicos e vendas de ferragens	Faiçal Jananni
Visacon Construtora de Obras	Infraestrutura e zeladoria pública	Faiçal Jananni
Visamáquinas	Locação de máquinas	Faiçal Jananni
Visatec	Infraestrutura e zeladoria pública	Faiçal Jananni Junior
Jannani Participações	Loteadora e Incorporadora	Faiçal Jananni Junior

EMPRESAS DA FAMÍLIA JANENE		
Empresa	Ramo de Atuação	Proprietário
Visa Agropecuária	Agronegócio	Faiçal Jananni Junior
JN Rent Car	Locadora de veículos	Assad Jannani
Renapar Participações	Resseguros	Assad Jannani
Renacor Corretora	Resseguros	Assad Jannani
Eltroweld	Equipamentos iluminação	Assad Jannani
RenaCar	Locadora de veículos	Assad Jannani
Jannani Máquinas e Ferragens	Locação/venda máquinas e ferragens	Ali Jannani
Disper Cosméticos	Cosméticos	Solaima Assaid Janene
Roma Comércio	Cosméticos	Solaima Assaid Janene
Reuma Plastic	Plásticos e embalagens	Ali Jennani
Ali Guinchos	Guinchos	Ali Jennani
Big Lona	Plásticos e embalagens	Ali Jennani
Visaplas	Plásticos e embalagens	Ali Jennani

Fonte: Autora (2022)

Bourdieu (2011) explica que uma das formas de manter as famílias bem posicionadas e transmitir seus capitais é a união de seus membros por solidariedade de interesses, especialmente quando se trata de manutenção e ganho de capital econômico, sendo a união de seus integrantes para a gestão do patrimônio familiar uma das principais estratégias:

Uma das particularidades dos dominantes é a de possuírem famílias extensas (os grandes têm famílias grandes) e fortemente integradas, já que unidas não apenas pela afinidade dos habitus, mas também pela solidariedade dos interesses, isto é, tanto pelo capital quanto para o capital, o capital econômico, evidentemente, mas também o capital simbólico (o nome) e sobretudo, talvez, o capital social (que sabemos ser a condição e o efeito de uma gestão bem-sucedida do capital coletivo dos membros da unidade doméstica. [...] a família tem um papel considerável, não apenas na transmissão, mas também na gestão do patrimônio econômico, especialmente através das ligações negócios que são também, com frequência, ligações familiares. (BOURDIEU, 2011, p. 132-133)

Os Janene são um exemplo típico da análise supracitada, vez que se unem pelos interesses e mantêm suas relações de negócios, assegurando interesses mútuos que beneficiaram vários membros da família. Em nosso capítulo quarto e também no quinto, veremos como as empresas da família foram utilizadas nas

operações políticas de Janene, podendo-se observar que família, Estado e empresas faziam uma simbiose e uma relação direta quando se observa o *modus operandi* da família, transformando capital político em capital econômico.

3.3 O PARTIDO POLÍTICO

José Janene, para o modo de agir de grande parte dos homens da política brasileira, foi um agente relativamente fiel a um partido. Isto porque, organizou-se com seus familiares e aliados dentro de um partido político específico, fazendo dele o seu espaço de mando e de suas diversas operações. Ricardo Costa Oliveira (2018, p. 36) afirma que as famílias compõem uma “unidade de decisão e gestão” que ocupam também os partidos políticos, sendo que muitos deles, em âmbito local e regional, são comandados por famílias políticas. No mesmo sentido, Monteiro (2016) assevera que os partidos políticos são perpassados pelos interesses familiares, destacando que muitas legendas são dominadas, em âmbito regional, por famílias políticas. José Janene e seus familiares se instalaram no Partido Progressista - PP em Londrina-PR e dele fizeram um de seus espaços de articulação e organização política.

O primeiro registro encontrado de filiação de José Janene a um partido político foi ao PMDB, no ano de 1981. Aduz-se que neste início de carreira política tenha acompanhado o seu então mentor político, Antonio Belinati, o qual lhe inseriu na política londrinense. Belinati era filiado do MDB desde a década de 1970, deixando o partido somente nos anos 1980. José Janene migrou para o PDT em 1987, novamente junto com Belinati, que buscava espaço para disputar mais uma vez as eleições majoritárias de Londrina-PR.

Após uma derrota no pleito para deputado federal em 1990, em 1992 Janene migrou para o PP, partido que vinha angariando lideranças na região, no qual pôde exercer um forte poder de organização e articulação local. De 1992 até o seu falecimento, em 2010, Janene manteve-se no mesmo partido, perfazendo dezoito anos de permanência. Nesta migração, Belinati e Janene não mantiveram a parceria partidária. De acordo com a história oficial, relatada no sítio eletrônico do agora intitulado Progressistas (2021), o PP deriva do Partido Democrático Social - PDS, partido vinculado ao governo militar no Brasil. O PDS dividiu-se em dois grupos, sendo

que um deles criou o Partido da Frente Liberal - PFL e a outra ala, que manteve a sigla PDS, apoiou Paulo Maluf²⁵ nas eleições de 1985, saindo derrotada do processo.

Com o declínio da ala malufista, o PDS teria se desagregado novamente, sendo que em 1993 o partido fundiu-se com o Partido Democrata Cristão-PDC, dando origem à nova sigla, o Partido Progressista Reformador-PPR. Em 1992 o Partido Progressista-PP havia sido criado, a partir de uma junção do Partido Trabalhista Renovador-PTR e do Partido Social Trabalhista-PST. Em 1994, o recém-criado PP uniu-se ao PPR, fundando em 1995 o Partido Progressista Brasileiro-PPB. Em 2003, após decisão em convenção partidária, o “B” foi retirado, e o partido passou a chamar-se apenas Partido Progressista-PP, hoje nomeado apenas como Progressistas, sob a mesma sigla.

Nestas migrações, enquanto Belinati seguiu, momentaneamente, o grupo do PFL, Janene aderiu ao grupo malufista, permanecendo na ala pepista de apoio ao ex-governador paulista, do qual manteve-se, inicialmente, próximo. Rapidamente, Janene alçou cargos dentro do partido, tornando-se Primeiro Secretário da Executiva Regional do PP do Paraná, no ano de 1992, e vogal, no ano de 1994. Em 1996 assumiu a vice-presidência nacional do PPB e em 1997 tornou-se vice-líder do partido na Câmara Federal, função que exerceu também na legislatura seguinte (1999 a 2003), quando tornou-se Presidente do Diretório Estadual do PPB no Paraná (1998 a 2002), afastando-se da função no início dos anos 2000, quando seu nome esteve envolvido nas denúncias do caso AMA/COMURB, que abordaremos no último capítulo. Importa destacar que nos estudos de Bercito (2021) sobre a família Maluf, o autor aponta que Paulo era adepto a nomear e privilegiar seus patrícios tanto dentro do partido, quanto em cargos públicos nos postos em que pôde nomear ou indicar funções de confiança, o que pode explicar a ascensão rápida de Janene dentro do partido. Na época em que Janene esteve a frente do PPB, junto com Maluf, o jornalista José Simão, da Folha de São Paulo, chegou a ironizar a sigla do partido: “E, como eu

²⁵ Paulo Salim Maluf, paulista, engenheiro civil de profissão, nascido em 1931, assim como Janene, era filho de imigrantes libaneses, proprietários de um grande conglomerado de empresas em São Paulo-SP. Maluf foi Prefeito de São Paulo por duas vezes (1969-1971 e 1993-1997), Governador do Estado de São Paulo (1979-1982) e deputado federal por quatro mandatos (1983-1987, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019, além de ter ocupado outros cargos, tais como Presidente da Caixa Econômica Federal para o Estado de São Paulo, Secretário de Fazenda e depois de Transportes do Estado de São Paulo. Foi importante liderança de comando do PP nacional, articulando o chamado “centrão”. Respondeu a diversos processos por acusações de corrupção no Governo e na Prefeitura de São Paulo, tanto em suas gestões, como em outras gestões de seu partido, como na de Celso Pitta. (Fonte: CPDOC-FGV)

sou libanês, eu posso falar que PPB quer dizer Propina Pros Brimos. Rarará!” (SIMÃO, 1999).

Com a entrada de Fernando Henrique Cardoso²⁶, do PSDB, na chefia do Poder Executivo Federal, o PPB tentava uma aproximação com a gestão da União, visando a obtenção de mais espaço político no governo, mas tal aliança era dificultada pelo fato de que Maluf ainda era o presidente nacional da sigla e seu nome sofria severas rejeições. Janene, presidente estadual do PPB do Paraná, ajudou a encabeçar um movimento nacional para forçar que Maluf deixasse o cargo de dirigente do partido. Na ocasião, Janene declarou publicamente: “Ou o Maluf se licencia, ou o partido implode [...]” (FOLHA DE LONDRINA, 1998). Isso porque Maluf, na campanha à reeleição de FHC, havia encomendado a elaboração de um documento de nome “Dossiê Cayman”, no qual supostamente havia acusações graves contra a cúpula do Governo Federal e do PSDB, o que teria deixado o então presidente contrariado com o PPB, motivado pela atitude de Maluf.

Nesse contexto, Janene tentou usar de seu poder de articulação para conciliar interesses entre o PPB e o Palácio do Planalto. Porém, a imprensa noticiou à época que o interesse de Janene no afastamento do então presidente do PPB não seria apenas este, aludindo que teria conexão direta com um fato ocorrido nas eleições estaduais que haviam acabado de ocorrer:

O deputado ainda não esqueceu do constrangimento político no qual o ex-prefeito o envolveu nas eleições de outubro. Maluf exigiu que o PPB do Paraná se coligasse com o PFL do governador Jaime Lerner, num episódio que durou pelo menos dois meses. Janene trabalhava para uma coligação com o PSDB de Álvaro Dias²⁷, cogitando até uma aproximação política com o PMDB do senador Roberto Requião²⁸. Maluf foi contra e

²⁶ Fernando Henrique Cardoso, também chamado de FHC, é um sociólogo carioca, nascido em 1931, filho e neto de políticos brasileiros. Foi Senador pelo Estado de São Paulo duas vezes (1983-1992 e 1994), Ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e da Fazenda (1993-1994), na gestão presidencial de Itamar Franco. Sua atuação como Ministro da Fazenda, com a criação do Plano Real, o projetou para o cargo de Presidente da República, para o qual foi eleito em 1995, ficando no cargo até o ano de 2003. (Fonte: CPDOC-FGV)

²⁷ Álvaro Fernandes Dias, nascido em Quatá-SP, no ano de 1944, historiador por formação. Vindo de família de agricultores, Álvaro Dias iniciou cedo na política paranaense, elegendando-se o vereador mais jovem da Câmara Municipal de Londrina-PR, em 1968, após ganhar projeção por meio do movimento estudantil. Tornou-se deputado estadual em 1971 e deputado federal por dois mandatos (1975 e 1979). Foi Governador do Estado do Paraná entre os anos de 1987 e 1991. Ocupou o cargo de Senador por quatro mandatos (1983, 1999, 2007 e 2015), estando atualmente em exercício, filiado ao Podemos. Álvaro e o irmão, Osmar Dias, são importantes lideranças políticas com bases iniciadas no Norte do Paraná. (Fontes: CPDOC-FGV e Senado Federal).

²⁸ Roberto Requião de Mello e Silva é um político nascido em Curitiba-PR, no ano de 1941; advogado e jornalista de profissão, foi deputado estadual no Paraná em 1983, Prefeito de Curitiba-PR em 1986, três vezes Governador do Paraná (1991, 2003 e 2007) e duas vezes Senador (1995 e 2011) (Fontes:

forçou a coligação, que se não fosse fechada poderia render a queda de Janene. (FOLHA DE LONDRINA, 1998)

Mais uma vez, a face do Janene vingativo veio à tona, articulando a queda de seu antigo aliado, Paulo Maluf. Dois anos antes, em 1996, o PPB havia assegurado um ministério no governo FHC (MADUEÑO; WOLTHERS, 1996), o da Indústria e Comércio, por meio da barganha de votos para a reforma da previdência proposta pelo Executivo Federal (AZEVEDO, 2015). Em 1998, os interesses do PPB haviam mudado, pleiteando agora o Ministério da Agricultura. Por isso também o esforço de Janene em afastar Maluf e ganhar espaço no governo, vez que o nosso personagem se apresentava como componente da bancada rural; viu-se no item anterior desta tese as origens do interesse de José pelos assuntos voltados ao agronegócio. Destaca-se que o escolhido para o cargo de Ministro da Agricultura foi Francisco Turra, que deixou o ministério poucos meses depois, para ser substituído por Pratini de Moraes. Vale lembrar que em nosso capítulo um apontamos que o referido ministro foi presença ilustre em algumas das suntuosas festas de Janene, em Londrina-PR. Na segunda gestão de FHC, o PPB conseguiu um segundo ministério, que na ocasião contou com a indicação de pessoa do círculo de confiança de outro importante pepebista, Espiridião Amin, de Santa Catarina, que indicou Francisco Dornelles, para o cargo de Ministro do Trabalho.

Nas eleições de 2002, no segundo turno, o PPB aproximou-se da campanha de Lula e de José Genoíno, no Estado de São Paulo, manifestando publicamente o apoio à candidatura petista. O preço, segundo noticiado, seria a manutenção de cargos de segundo e terceiro escalões, indicados pelo partido na gestão de FHC (RODRIGUES; CABRAL, 2003). Após eleitos, os petistas teriam cumprido a promessa, mantendo os indicados do agora PP nos cargos que já ocupavam (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003). Vale ressaltar que nesse período Janene já era vice-líder do PP na Câmara Federal e ganhava cada vez mais espaço no cenário nacional.

No ano de 2004, José Janene assumiu a importante função de liderar o PP na Câmara Federal, após a saída do Deputado Pedro Henry, do Mato Grosso, para ocupar um ministério no Governo de Lula. Janene já vinha se despontando nas

Fontes: CPDOC-FGV e Senado Federal). Requião foi importante liderança do MDB/PMDB paranaense, alinhado à centro-esquerda, tendo deixado o partido no ano de 2021 para filiar-se ao PT, legenda pela qual é atualmente candidato ao Governo do Estado do Paraná, com o apoio de Lula.

articulações políticas (SILVEIRA, 2004). Nesse mesmo período, exerceu a função de tesoureiro nacional do PP.

Segundo Alberto Youssef, em delação premiada, a liderança do PP na Câmara era um cargo bastante disputado entre os deputados da sigla, vez que se tratava de uma grande bancada, cujo apoio ao Poder Executivo era fundamental na aprovação de projetos de interesse daquele poder. Em razão disto, segundo o referido delator, Janene supostamente negociava o exercício da liderança em troca de vantagens financeiras, e com isso, antes de ocupar a função, conseguiu colocar nela aliados seus:

A escolha do líder do Partido Progressista também ocorria através do pagamento de vantagem indevida aos parlamentares que votassem em favor de determinado candidato. Dessa forma, Janene elegeu Mario Negromonte 4 vezes e João Pizzolati 2 vezes.

[...]

Cada eleição de líder do Partido Progressista custava em torno de R\$ 4 milhões [...]. (STF, 2015)

No contexto do ano de 2004, sob a liderança de Janene, o PP e a ala radical do PT travavam uma batalha, pois os petistas queixavam-se do espaço dado ao partido, enquanto o PP, por meio de Janene e outros deputados, cobravam de Lula cargos no primeiro e no segundo escalão, além da liberação de emendas parlamentares para o partido. Nesta guerra velada e com uma bancada de 55 deputados, o PP “trancou” a pauta de assuntos de interesse do planalto, como forma de pressionar:

O líder da bancada do PP, Pedro Henry (MT), anunciou ter suspenso o apoio ao Planalto enquanto determinados pontos não forem "clareados". A justificativa oficial: "Queremos que as coisas aconteçam neste país, que haja a retomada dos investimentos públicos". A tradução: a maioria dos deputados do PP está insatisfeita com o ritmo de liberação das verbas relativas às emendas parlamentares --destinadas majoritariamente para obras em seus redutos eleitorais-- e com o atraso na nomeação de indicados para cargos federais. "Prefeitos de outros partidos conseguem liberar suas emendas, mas os nossos não", afirmou José Janene (PP-PR). (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004)

Nesta guerra de braço, o PP consegue um ministério e Janene a liderança na Câmara, mas diz-se da época que nosso personagem queria mais: um cargo na Petrobras, feito que mais tarde conseguiu, com a indicação de Paulo Roberto Costa para a Diretora de Abastecimento. As circunstâncias desta indicação serão abordadas

em nosso último capítulo, ao tratarmos do petrolão. No ano de 2005, Janene declarou publicamente o apoio ao partido à Lula:

O PP tem apoiado as propostas do governo que foram defendidas por ele desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. As reformas da Previdência, tributária, o ajuste econômico. Tudo isto sempre foi defendido pelo PP. O PT foi quem mudou. (SILVEIRA, 2005)

Curiosa a afirmação de Janene de que “o PT foi quem mudou”, vez que o seu partido vinha sendo questionado por partirem de uma base conservadora no passado e estarem agora alinhados à esquerda. Para o nosso personagem, não foi o PP quem se aproximou da esquerda, mas foi a esquerda que “endireitou” e tinha agora objetivos e interesses convergentes. O fato é que, como apontado sobre a personalidade de Janene, onde havia poder, ele estava por perto e esforçava-se em tirar de cena quem poderia lhe atrapalhar. Vale ressaltar que a aliança PP e PT já era histórica em Londrina-PR, como apresentaremos no capítulo seguinte desta pesquisa. No caso da aliança em âmbito nacional, já com a liderança do PP na Câmara, Janene manobrou para defenestrar de vez Paulo Maluf enquanto referência do partido, dando o recado de que no PP já não havia mais espaço para a liderança dele.

Quanto ao estigma de ser a legenda do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, José Janene explica que jamais falaria mal do fundador do partido, mas lembrou que em 2002 Maluf foi afastado da Executiva Nacional e depois das executivas estadual e municipal do PP em São Paulo. “Este é um estigma que não se tira em pouco tempo. Temos grandes nomes dentro do partido. Temos condições de lançar nomes para governos estaduais e até um candidato à presidência da República. Mas já avisamos, não vamos mais abrir espaço para disputas a cargos no Executivo para nomes estigmatizados”, alertou Janene. (SILVEIRA, 2005)

No ano de 2005 ocorre uma passagem interessante na disputa pela presidência da Câmara Federal, quando José Janene atuou fortemente para que o candidato de sua sigla, Deputado Severino Cavalcanti, de Pernambuco, desistisse da candidatura, em troca do PP ficar com a segunda vice-presidência e com a direção da Corregedoria da Câmara, apoiando ao candidato do PT à presidência, Luiz Eduardo Greenhalgh. Essa foi registrada como uma derrota histórica de Janene, já que Severino Cavalcanti lançou-se como candidato independente, e mesmo sem o apoio da direção do PP, elegeu-se presidente da Câmara (SILVEIRA, 2005b). Tal derrota

evidenciou que Janene possuía um controle parcial do partido, pois havia ainda uma grande articulação entre os pepistas do Norte e Nordeste do Brasil.

Ao ser questionado sobre a derrota, sobre não ter conseguido demover Severino da candidatura e de não ter angariado votos suficientes para o candidato governista, Janene se eximiu de culpa, alegando infidelidade dos demais deputados: “Só Deus controla o que acontece na cabine” (SEABRA; MEDINA, 2005), lembrando que naquele ano as eleições para a mesa diretora foram fechadas, com voto secreto. Severino acabou envolvido em denúncias de corrupção, no caso do chamado “Mensalinho da Câmara”, e renunciou ao mandato de deputado e ao de presidente daquela casa legislativa, para evitar uma cassação, exercendo o cargo de presidente por apenas seis meses.

Desta eleição da mesa diretora em diante, os deputados do PP, em sua maioria, começaram a deixar a base do governo e a se afastar do grupo de José Janene, aproximando-se do PSDB. Em entrevista, Janene avaliou que a debandada era natural, porque o governo petista estava demorando para fazer a reforma ministerial, aludindo que cargos que haviam sido prometidos ao PP não foram efetivados e que o partido não aceitaria postos pequenos como consolo, sob alegação de que com a força que o PP tinha, o governo de Lula deveria valorizar mais o apoio da bancada. À época, reivindicavam ao menos dois ministérios para o partido. Janene avaliou que se o PP não tivesse o espaço que merecia, como sigla independente que reivindicavam ser, desembarcariam do governo petista e assumiriam efetivamente a aliança com o PSDB (SILVEIRA, 2005c).

No contexto desse debate estava uma reforma ministerial que, segundo noticiado na época (ALENCAR, 2005), visava a acomodar aliados no Executivo para barrar na Câmara um processo que trazia denúncias contra a gestão petista. A centralidade de Janene como um líder no PP ficou evidenciada, pois José Dirceu²⁹, interlocutor do Palácio do Planalto na época, assumiu que os cargos para o PP precisariam passar pela “costura com a bancada liderada por José Janene (PR) na Câmara” (ALENCAR, 2005b).

²⁹ José Dirceu de Oliveira e Silva, nascido em Passa Quatro-MG, em 1946, é um advogado brasileiro, importante liderança política e articulador do PT nacional. Dirceu foi deputado estadual por São Paulo (1987-1991), deputado federal por dois mandatos (1991-1995 e 1999-2005). Foi presidente do PT entre os anos de 1995 e 2002 e Ministro-Chefe da Casa Civil, na gestão de Lula. Dirceu foi indiciado e condenado no processo que investigou o mensalão e o petrolão.

Curioso observar que Janene não escondia tais negociações, falando abertamente sobre as barganhas entre os partidos, como se fossem procedimentos comuns daquele universo. E eram. Mas o fato é que grande parte dos agentes sempre se esforçaram para omiti-los. Exemplo de declarações como a citada, foi uma dada no bojo da já referenciada reforma ministerial:

Não fomos chamados. Na minha opinião, não há clima para sermos chamados enquanto o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), não decidir se arquiva ou não a ação movida pela oposição contra o presidente Lula. [...]

O governo deve nos chamar para conversar. Vamos ver o que eles têm a nos oferecer e vamos ver se queremos. Só a partir daí vamos poder falar de nomes. [...]

Já tivemos uma experiência ruim. Indicamos o Pedro Henry há três meses e ele não foi nomeado. Na época se cogitava o ministério dos Esportes e o nosso nome era Pedro Henry. Agora, este ministério não nos atende mais. E vamos procurar o nome adequado à pasta adequada." (SILVEIRA, 2005d).

Confirmando o que os mais próximos diziam de Janene, de que quando não podia com um inimigo, aliava-se a ele, nas relações partidárias não foi diferente. Neste episódio da reforma ministerial em que Janene, Severino e o PP foram peças-chave, Severino saiu mais uma vez vencedor e indicou seu aliado Ciro Nogueira para ocupar o Ministério das Comunicações (CASTRO, 2005b), em que pese Janene forçasse a entrada de seu apaniguado João Pizzolatti, de Santa Catarina. Apesar da derrota, Janene aproximou-se do indicado e do então Presidente da Câmara, exercendo papel pacificador, dizendo que a bancada estava a serviço do PP e que apoiariam o novo ministro, o qual não chegou a ser nomeado.

Apesar de ter perdido a indicação ministerial, Janene teria ganho como compensação o cargo de Diretor Comercial do Instituto Brasileiro de Resseguros - IRB, vinculado ao Ministério da Fazenda, para o qual teria indicado Luiz Eduardo Pereira Lucena. A Folha de São Paulo afirmou à época, maio/2005, que o interesse de Janene com tal indicação era por tentar controlar decisões sobre as "indicações das corretoras a serem contratadas pelo instituto para colocação de parte do risco do resseguro no mercado internacional" (LOBATO, 2005). Mais adiante, quando eclodiram as denúncias acerca do mensalão, a relação direta e o interesse desta indicação vieram à tona.

A partir do ano de 2005, quando tinha atingido o ápice de sua carreira política, gozando de grande poder de articulação e de influência nacional, Janene esteve novamente envolvido em denúncias, agora mais gravosas, sendo acusado de ser o

articulador e operador do mensalão, beneficiando não apenas os políticos do PP, mas várias outras siglas, em conluio. Em delação premiada, Alberto Youssef relatou à Justiça Federal que entre os anos de 1994 e 2011, um grupo seletivo e hegemônico de pessoas dominou o PP brasileiro, junto com Pedro Henry, Pedro Correa, Nelson Meurer, Flavio Dernas, João Pizzolati, Mario Negromonte, Luiz Fernando Sobrinho e José Otávio, sendo José Janene o grande líder deste grupo durante muitos anos, sucedido no comando dos negócios ilícitos em âmbito nacional, após sua morte, por Mário Negromonte. Youssef apontou que Negromonte não conseguiu manter-se no poder dentro do partido e nem exercer a mesma influência que Janene, tendo o espaço tomado pelo grupo formado por Arthur Lira, Ciro Nogueira, Dudu da Fonte e Agnaldo Ribeiro (STF, 2015).

Em outra delação, agora no caso Petrobras, Paulo Roberto Costa, ex-diretor da estatal, também afirmou o papel central que Janene tinha na manutenção da unidade do PP, sendo um forte elemento de articulação interna do partido:

QUE José Janene conseguia manter certa coesão no PP: QUE quando Mário Negromonte assumiu a liderança do PP ele não conseguiu manter essa coesão, tendo surgido um outro grupo dentro do partido. [...] (POLÍCIA FEDERAL, 2015) (grifo nosso)

No bojo da mesma investigação criminal, Alberto Youssef relatou como, em sua perspectiva, Janene conseguia manter a unidade do partido e garantir a sua continuidade, seja na liderança ou na tesouraria do PP:

QUE depois que José Janene faleceu, o líder passou a ser MARIO NEGROMONTE. QUE o falecimento de JANENE enfraqueceu este grupo no âmbito interno do PP, pois JANENE sempre atendia às demandas dos demais parlamentares do partido e não "deixava de faltar com pagamentos" para eles e dessa forma conseguia concentrar bastante poder em sua pessoa; [...]. (POLÍCIA FEDERAL, 2015)

Conforme já explicitado, após as denúncias referentes ao caso do mensalão, Janene passou a apresentar complicações de saúde, licenciou-se para tratar seu problema cardíaco, mas ainda assim continuou operando nos bastidores, como era seu metiê. Diz-se que em âmbito regional, a morte de Janene abriu espaço no partido para que outro paranaense assumisse o protagonismo; nos bastidores, dizem que

Ricardo Barros³⁰, de Maringá-PR, mantinha rixa pessoal com Janene, o qual não permitia que Barros alçasse voos mais altos. À revista Piauí, uma fonte confirmou tal fato: “Aparentemente, Barros dorme tranquilo mesmo com a Lava Jato nas ruas. A razão disso é o controle que Janene tinha do partido no Paraná. Barros só cresceu após a morte dele” (MARTINS, 2017). A saída de uma família política da cena abriu espaço para que outra dominasse o partido em âmbito local e regional, confirmando assim a afirmação de Grill (2004) de que as redes políticas têm suas histórias atreladas à história partidária de suas regiões de atuação, não excetuando-se deste contexto os imigrantes que também formaram redes de poder familiar e alojaram-se em um partido, fazendo dele um *locus* de organização.

3.4 A COMUNIDADE ÁRABE

Ao estudar o processo de imigração da comunidade árabe (sírios e libaneses) no Norte e no Oeste do Paraná, Carloto (2007) afirma que era comum que os imigrantes se reunissem todos próximos uns aos outros, formando comunidades de apoio mútuo, nas quais além das questões econômicas, também objetivavam preservar a cultura de seus países de origem, ainda que morando no Brasil. Esta ideia comunitária entre os árabes imigrantes também ficou registrada na justificativa do projeto de lei para nominar um monumento público como “República do Líbano” (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2005), já referenciado nesta pesquisa, no qual o autor, vereador Jamil Jenene, destaca os valores desta comunidade, sendo a capacidade de integração entre os povos, um deles.

Integração esta que fez com que Abdelkarim Janene, o primeiro da família a chegar ao Estado do Paraná, participasse do processo de fundação da Sociedade Beneficente Muçulmana de Londrina e do Norte do Paraná, fundada oficialmente em 1985, conforme ata da fundação e primeiro estatuto social, disponíveis nos microfilmes do Arquivo Nacional. Tal sociedade foi criada com o objetivo de divulgar

³⁰ Ricardo José Magalhães de Barros, maringaense, nascido em 1959, casado com a ex-governadora do Paraná, Cida Borghetti, de família de vastos capitais políticos e econômicos, com bases políticas no Norte do Paraná, e assim como Janene, com atuação em âmbito nacional. Barros foi Prefeito de Maringá-PR (1989-1993), deputado federal por seis mandatos, estando atualmente em exercício, atuando como Líder do Governo Bolsonaro na Câmara Federal. Ricardo foi também Secretário Estadual da Indústria no Paraná, na gestão de Beto Richa, e nomeado Ministro da Saúde no Governo Temer. (Fonte: CPDOC-FGV)

a religião muçulmana e prestar auxílio aos membros da comunidade, estando dentre eles a “assistência material, profissional e moral aos elementos necessitados”. Abdelkarim, na ocasião da criação da organização, foi eleito Presidente do Conselho Deliberativo, exercendo ao longo do tempo funções de liderança dentro da instituição.

Bercito (2021, p. 69) expõe que associações deste gênero, como a criada por Abdelkarim, serviam para “suprir na diáspora o papel que na Síria e no Líbano era exercido pela família nuclear, pelo clã e pelo próprio vilarejo”. Além desta identificação e acolhida dos patrícios, segundo Oliveira e Bacarat (2020, p. 134) a criação das associações beneficentes também tinham um cunho de ascensão social e ganho de prestígio aos seus fundadores:

[...] imigrantes sírio-libaneses dedicavam-se basicamente às atividades comerciais, participavam de atividades sociais, fundavam sociedades beneficentes ou se associavam a clubes, todas essas práticas tendo por objetivo acúmulo de riqueza e de prestígio social.

Vale destacar que apesar dos documentos oficiais datarem de 1985, a sociedade citada anteriormente, fundada por Abdelkarim, foi criada extraoficialmente nos anos de 1950, pelo imigrantes árabes recém-chegados à Londrina-PR. Abdelkarim teve papel central na construção da Mesquita Rei Faiçal, suntuoso monumento erigido em Londrina-PR, no qual funcionam, além do templo, o escritório da sociedade, o açougue islâmico e uma escola islâmica. Próximo do local foi construído também o Cemitério Islâmico de Londrina, no qual o corpo de José Janene foi sepultado. A Mesquita Rei Faiçal (FIGURA 7) foi inaugurada em 1975. Sobre o envolvimento de Abdelkarim Janene na construção da Mesquita e organização da comunidade árabe local, disse o filho dele, Anísio Janene:

Amor a Deus, que o levou a reunir-se à colônia Árabe de Londrina para concretizar o sonho de construir a Mesquita de nossa cidade. O Sheik Ahmad Mahari conta-me sempre do importante papel desempenhado por ele na construção da Mesquita, ao promover a união da comunidade árabe em torno do ideal comum e em torno da Sociedade Beneficente Muçulmana de Londrina e Norte do Paraná. (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2001)

FIGURA 7- Foto da Mesquita Rei Façal, em Londrina-PR



Exterior da Mesquita Rei Façal, em Londrina, região norte do Paraná.

Fonte: Islam Brasil (2013)

Do mesmo discurso, aduz-se que Abdelkarim foi um dos precursores da comunidade árabe local, já que seu filho conta que quando se mudou do Noroeste do Paraná para Londrina-PR, o pai trouxe consigo cerca de duzentas pessoas, grande parte familiares, que o reconheciam como um “líder e benfeitor”. Vale destacar que foi na mesma época, final da década de 1950, que José Janene migrou para Londrina-PR com sua família.

José Janene e seus irmãos, Façal e Assad, seguiram vinculados à comunidade árabe londrinense, sendo comum encontrar nas colunas sociais da Folha de Londrina registros de festas oferecidas por eles, a grande parte delas na chácara que Janene possuía às margens do Lago Igapó, em região nobre da cidade (MILITÃO, 1999b). Outra tradicional festa da comunidade árabe ocorria em Londrina-PR na década de 1990, nominada “Uma Noite no Oriente” (PEIXOTO, 1997), a qual teve por diversos anos como organizador Assad Jannani. As conhecidas festas árabes dos Janene figuram até mesmo nas investigações do caso Banestado e na Operação Lava-Jato, quando se registra a presença de autoridades, tais como Delegados da Polícia Federal, os quais supostamente teriam recebido financiamento das viagens para participar da festividade, com dinheiro advindo de propinas (MASCHIO, 2003). A cultura árabe também estava expressa nos costumes culinários de Janene, que sabidamente dava festas em sua residência nas quais ele mesmo cozinhava carneiro para os convidados, comida típica dos libaneses, além de seu primo, Meihedin, como já explicitado, ser também um exímio assador de carneiros.

Outro primo de José Janene, Jamil Janene, enquanto vereador, propôs e obteve sucesso na aprovação do Projeto de Lei nº 377/2001, o qual previa a instituição do dia 22 de novembro como o Dia do Libanês em Londrina-PR, como homenagem à comunidade árabe local. O sancionamento da Lei nº 8613/2001 ocorreu em solenidade com a presença do então Prefeito, Nedson Micheletti, do PT, na qual em discurso reconheceu a importância da comunidade libanesa por suas realizações no "*empreendedorismo e no progresso*" (VALE, 2003) que trouxeram à cidade. Na justificativa do referido PL, o vereador enaltece a capacidade do povo árabe para se organizar e se destacar no comércio e também na vida política:

A fácil integração desses imigrantes no Brasil foi, e tem sido, de grande valia para a nação brasileira. [...] A integração deles não se limitou à sua adaptação aos costumes e ao estabelecimento de laços familiares, pois desde os primeiros momentos e por força de seu espírito de liderança o imigrante teve de assumir responsabilidade de comando no espaço regional, destacando-se principalmente no âmbito político. Conhecidos como bons comerciantes, os libaneses conseguiram amearhar muitos bens, investindo na industrialização e distribuição de seus produtos. Grandes comerciantes, tiveram suas fortunas, quase todas, iniciadas na lida da mascateação. O trabalho sacrificante do mascate não tardaria a valorizar-se em razão dos bons serviços prestados à comunidade e à flexibilidade de seu relacionamento comercial. Os mascates libaneses, ainda que fossem, em sua maioria, de pouca escolaridade, eram depositários de um acervo cultural considerável. Trouxeram consigo a história, a poesia, a religião, a música, o canto, a tapeçaria, a arqueologia, a arte culinária, enfim, a cultura milenar libanesa. (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2005)

Diante de tal descrição, pode-se observar a identificação de José Janene com os costumes e a forma de ser do seu povo, sendo nítida e destacada sempre a sua habilidade de negociação. De forma até um pouco depreciativa, após a morte de Janene, o famoso *Blog do Zé Beto* (2016) chegou a referir-se ao nosso personagem lembrando de sua origem com ironia:

Se vivo, Janene, que é mencionado em todos os depoimentos dos envolvidos, estaria esperando seus amigos na prisão com o sorriso de mascate que lhe caracterizava e a pronta resposta: "Minha família tem experiência. Eles roubavam caravanas no deserto minha gente!".

Vale observar, ainda, que José Janene professava o islamismo, fazendo parte da comunidade muçulmana local. Tal vinculação ficou registrada na morte do ex-deputado, que foi velado e sepultado segundo os ritos da religião. Como já apresentado no capítulo um deste trabalho, foi graças ao acionamento da rede vinculada ao Islã em Londrina-PR que ocorreu a desistência da exumação do corpo

de José Janene, quando este teve a sua morte contestada, vez que as lideranças religiosas se apressaram para atestar o falecimento e que haviam testemunhado o corpo morto e participado dos rituais fúnebres na ocasião, colocando-se à disposição da CPI e do Sistema de Justiça para formalizar tais declarações.

A comunidade árabe brasileira, dentre ela seus políticos, também se organizaram no Congresso Nacional com a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, em 1979. Bercito (2021, P. 185) chama a atenção para o fato de que o objetivo do grupo não é o de uma ação política articulada, mas sim o de ser “um instrumento para fomentar as relações comerciais entre os dois países”, destacando tratar-se de um trabalho de interesse simbólico econômico. Ao entrevistar um deputado que compunha tal grupo no ano de 2018, o mesmo autor obteve como resposta que ao final, o Grupo Brasil-Líbano tem como resultado fático apenas a amizade entre os patrícios, não havendo uma atuação mais contundente, nem política e nem mesmo econômica, como se objetivava. Ao buscar junto à Câmara Federal os documentos referentes à tal coletivo, detectou-se que José Janene compôs o Grupo Parlamentar Brasil-Líbano na gestão 1995-1998 e no período de 1999-2000. Apesar de ter composto o grupo, nas atas de reuniões que foram localizadas ele não esteve presente em nenhuma delas, nem mesmo nas que elegeram a mesa diretora do grupo.

Evidencia-se que a comunidade árabe e a religião muçulmana, junto com os demais capitais, fizeram-se importante capital para a família Janene, especialmente simbólico, já que conferiu a eles além de representatividade junto ao grupo em funções de liderança, como as exercidas por Abdelkarim Janene, também pertencimento para os demais membros da família, integração e facilidade nos negócios. Tal pertencimento e ideário de colaboração e amizade entre os povos árabes podem ter sido também uma das chaves para parcerias políticas de José Janene, tais como com Paulo Maluf, com quem aliou-se no período de migração para o PP, com Alberto Youssef, seu melhor amigo, compadre e sócio, e até com Luiz Abi Antoun, o “primo-distante” de Beto Richa, com o qual veremos no último capítulo que as histórias cruzaram, todos estes advindos de famílias de migrantes árabes também.

O pesquisador Diogo Bercito (2021) destaca a forma como os migrantes libaneses no Brasil organizaram-se politicamente, pontuando que ao menos nas famílias por ele pesquisadas (Maluf, Haddad e Temer), os parentes que permaneceram na terra de origem, em sua grande maioria, também eram envolvidos

com a política regional em suas localidades. O autor aponta que dentre os políticos brasileiros há um percentual alto de libaneses, mostrando que houve um investimento desses imigrantes nas atividades políticas quando chegaram ao Brasil. Ainda que os Janene não figurem na pesquisa de Bercito (2021), se aplicarmos a esta família os resultados da pesquisa do referido autor, veremos que o nosso personagem principal e seus familiares, apesar de imigrantes, não foram *outsiders*³¹, vez que já chegaram ao Brasil organizados e com capitais que lhes conferiam um *status* de estabelecidos e *habitus* de classe dominante, usando como referências as teses de Elias e Scotson (2000) e Bourdieu (2011).

Corroborando para tal o relato de Lamarão (2003), que afirma que os migrantes árabes que vieram para o Brasil em meados do século XX possuíam características diferentes dos demais migrantes, que em sua grande maioria eram europeus e cristãos católicos. O autor conta que apesar de a maioria dos sírios e libaneses vindos para nosso país serem descendentes de trabalhadores rurais e proprietários de terras nos países de nascimento, estes não se prestaram aos trabalhos agrícolas braçais e pesados que muitos dos imigrantes europeus desempenhavam. Assim como, não se adaptavam ao trabalho como operários urbanos e sequer podiam exercer atividades laborativas formalizadas, devido às políticas migratórias e de proteção ao trabalhador brasileiro implantadas no Brasil após 1930. Em sua grande maioria, os imigrantes não-europeus eram homens, solteiros e/ou casados que não vieram com as famílias e objetivavam acumular capital e retornarem aos seus países de origem. É nesse aspecto que se destacaram na mascateação e no comércio e com essa atividade, trabalhando autonomamente, acumularam capital, sendo que muitos acabaram por comprar terras e outros partiram para a área industrial, como foi o caso dos Janene, que se ramificaram nos dois âmbitos.

Essa mobilidade que propiciou a ascensão social dos libaneses no Brasil, associada ao capital econômico adquirido e ao fato de terem espalhando-se por terras novas, em regiões interioranas ainda em processos de colonização, abriram portas para o surgimento de lideranças políticas locais, “ponto de partida, muitas vezes, de bem-sucedidas carreiras políticas” (LAMARÃO, 2003, p. 4). Bercito (2021)

³¹ Os termos *outsiders* e *estabelecidos* advêm da obra de Norbert Elias e John L. Scotson (2000), que em sua pesquisa designa como estabelecidos os moradores tradicionais de uma comunidade, bem adaptados ao grupo e com cultura e valores bastante arraigados; os *outsiders* seriam os “forasteiros”, os recém-chegados que tentam adentrar nessa comunidade fechada.

complementa que o ingresso dos árabes na política brasileira também foi uma estratégia de proteção de seus capitais e acumulação de mais riqueza, adotada tanto pelos libaneses que conseguiram acessar capital cultural, quanto por aqueles que seguiram para o ramo do comércio, como é o caso dos Janene:

A política foi uma maneira de os imigrantes e seus descendentes ascenderam socialmente, dando continuidade ao processo iniciado décadas antes na atividade de caixeiros e de comerciantes. Foi a estratégia utilizada por ambiciosos jovens advogados que foram capazes de traduzir seus diplomas em influência política. Algumas famílias também encontraram na política uma estratégia efetiva para proteger seus negócios contra a interferência governamental. Em troca de contribuições financeiras, conseguiram que parentes e amigos fossem nomeados a altos cargos no governo. (BERCITO, 2021, p. 118)

O mesmo autor também levanta hipoteticamente o sucesso dos árabes na política deva-se, além do capital adquirido por meio do comércio, também ao fato de grande parte deles terem se instalado no interior, em cidades menores, nas quais puderam se projetar enquanto lideranças locais. Capitais econômicos, simbólicos e culturais, na economia das trocas, foram transformados em capital político, como bem se apresenta na família objeto deste estudo.

3.5 REDES E ALIANÇAS

Janene é reconhecido como um político sagaz em angariar apoiadores e formar alianças, montando ao longo de sua carreira uma rede que se constituiu em um dos seus principais capitais, sendo talvez este o capital que mais foi capaz de costurar a projeção de Janene do poder local para o nacional. Estas redes e alianças são definidas por Bourdieu (1998) como capitais sociais de suma importância, vez que por meio de tais relações circulam recursos materiais, informações e favorecimentos que vão se convertendo em outros capitais, como o político e o econômico.

Quanto ao capital social, Bourdieu (1998, p. 67) o define como:

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações

objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade.

Neste sentido, importa trazer aqui algumas das alianças que se considera mais significativas e que alavancaram a carreira política de José Janene, sendo a primeira delas a com Antonio Belinati. Conforme já citado no primeiro capítulo, a aliança entre os amigos começou por intermédio da empresa de José Janene, a Eletrojan.

Antes de adentrarmos a tal relação, vale contextualizar como Belinati, um dito *outsider*, não pertencente à classe dominante local vinculada à cafeicultura, e tampouco a burguesia urbana, consegue infiltrar-se na política local. Como citado no capítulo dois desta pesquisa, a formação histórica, econômica e social de Londrina-PR está intrinsecamente ligada à CTNP e ao agronegócio. Tanto o é, que o forte vínculo que a companhia colonizadora tinha com o Governo Estadual, na pessoa de seus diretores, que um deles, Willie Davis, foi nomeado prefeito da cidade pelo então Interventor Manoel Ribas. Davis tinha sido eleito em 1935, e foi mantido no cargo durante parte do chamado Estado Novo, por nomeação do referido interventor. Na medida em que a CTNP se afastava progressivamente da organização da cidade, a nova burguesia, formada pelos agricultores e pelos profissionais liberais, ascendia politicamente, posicionando-se muitas vezes de forma contrária à gestão estadual, sendo Londrina-PR conhecida como uma “cidade de oposição” (CESÁRIO, 1986).

Da década de 1940 até meados dos anos de 1970, a política local foi dominada por alternâncias do bloco no poder³² entre os representantes do agronegócio, especialmente os vinculados à Associação Rural do Paraná, que mais tarde se tornaria Sociedade Rural do Paraná, e os profissionais liberais, notadamente

³² O Bloco no Poder é um conceito trazido pelo marxista Nicos Poulantzas (1977 e 2000), o qual discorre que embora existam duas classes sociais, estas não são em seus bojos homogêneas, definindo que a classe dominante se divide em nichos de interesses, chamados por ele de frações de classe. Na ocupação do Estado e no exercício dos governos, a classe dominante se alterna no poder, por meio do que ele nomina como blocos. O autor afirma então que dentre as frações dominantes há uma delas que polariza politicamente os interesses, em especial os econômicos, de todas as outras frações, fazendo do Estado unidade política e instância de organização desta fração hegemônica. Ou seja, é na sua relação com o Estado (ocupando o poder de Estado) que esta classe hegemônica atende aos seus interesses e polariza o interesse das demais frações que fazem parte do bloco no poder. Assim, o próprio Estado passa a estar “a serviço” dos interesses políticos das classes dominantes. O bloco no poder, usando as palavras do próprio autor, seria então “*a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista*”. [grifos do autor] (POULANTZAS, 1977, p. 229).

pelo grupo de proprietários do Jornal Paraná Norte, maior veículo de comunicação local à época, comandado por Hosken de Novaes, Josino Rocha Loures e Milton Menezes³³. Assim, apesar da alternância, a classe dominante estava sempre representada, e mesmo quando a fração da burguesia urbana ocupava os espaços de poder, o capital econômico da fração rural estava presente.

Vale destacar que após o início do bipartidarismo no Brasil, promovido pela ditadura militar, em Londrina-PR a fração rural estava mais alinhada à Arena e a fração urbana ao MDB. Com o início da derrocada do café, nos anos de 1960 e início de 1970, e o conseqüente êxodo da população da zona rural para a urbana, Londrina-PR começa a apresentar novas expressões da questão social, marcadas pela pobreza, falta de moradia, desemprego e ausência de serviços que dessem conta de atender as demandas da crescente população agora vivendo na cidade. Concomitantemente, muitas lideranças políticas começam a deixar a cidade por não ter mais interesses econômicos no local, retornando para seus Estados de origem. Nesse contexto, o MDB inicia localmente um processo de recrutamento de novas lideranças vindas do rádio e do movimento estudantil, elegendo em 1968 vereadores como Antonio Belinati, Álvaro Dias, José Del Ciel e Otássio Pereira. Belinati, em tal eleição, foi o vereador mais votado.

Nesse mesmo bojo, em 1972 o MDB elege o ex-líder estudantil José Richa para prefeito, em um movimento franqueado pelo então Governador do Paraná, Ney Braga, padrinho político do jovem Richa. No referido pleito, José Richa ganhou a eleição de Belinati, do mesmo partido, por menos de dois mil votos, em um universo de cerca de oitenta mil eleitores, mostrando aí já a popularidade que Belinati vinha acumulando. Importa destacar que nas eleições de 1970 Belinati obteve êxito ao conseguir uma cadeira de Deputado Estadual e no pleito municipal de 1972, seu irmão, Wladimir Belinati, elegeu-se vereador em Londrina-PR.

Belinati, então, no início dos anos de 1970 gozava de grande popularidade. Isto porque, segundo Osmani Costa (2005), além de estar no rádio, ele apresentava um programa diário de nome “A Voz do Povo”, o qual possuía linguagem próxima e amiga dos ouvintes e severa e enérgica quando fazia críticas a alguém. O mesmo

³³ Josino da Rocha Loures e Hosken de Novaes, advindos dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, pertencem a importantes famílias radicadas no Norte do Paraná, que ganharam projeção estadual e até mesmo nacional, as quais foram devidamente apresentadas na dissertação de mestrado desta autora.

autor afirma que os radialistas de programas deste gênero normalmente comentam fatos da vida cotidiana, envolvendo política, economia, segurança, e adotam sempre uma postura que varia entre “sentimentalista pessoal”, “crítico social” e de “engajamento político-ideológico”, pairando também pelo assistencialismo. A popularidade de Belinati em um programa como este lhe garantiu uma eleição tranquila, em 1974, para deputado federal.

No contexto específico de declínio do café e migração dos habitantes de Londrina-PR da zona rural para a área urbana, abriu-se uma janela política, na qual novas lideranças puderam ingressar no campo político local, obtendo maior êxito aqueles que não tinham suas imagens vinculadas aos que até então dominavam a política londrinense e geriam a cidade a partir dos interesses da classe dominante. Belinati aproveitou-se do contexto de descrença da população naqueles que ocupavam o poder até então, focando no fato destes não serem capazes de captar e atender às demandas sociais emergentes vindas do processo de crise da cultura do café, que trouxe um sem-fim de pessoas da área rural para a urbana, sem emprego e sem assistência do poder público. Ao ser “A Voz do Povo” no rádio, Belinati deu voz àquele crescente de pessoas em situação de vulnerabilidade social que apostaram no novato, elegendo-o prefeito de Londrina-PR em 1976. A marca dessa primeira gestão municipal foram as moradias populares e quiçá, essa seja até hoje a maior marca à qual o nome de Antonio Belinati está ligado. Isso se deve à quantidade de casas em conjuntos habitacionais construídos e entregues à população londrinense no período.

Ao final do bipartidarismo, houve mais uma vitória do grupo do MDB/PMDB para a prefeitura de Londrina-PR, com a eleição, em 1982, de Wilson Rodrigues Moreira, ex-secretário de obras do município na gestão de José Richa e afilhado político dele, que a esse ponto já era Governador do Estado do Paraná. Wilson Moreira tinha como vice de sua chapa o jornalista e radialista Délio Nunes César, fator que conferiu uma quantidade de votos a Moreira face à popularidade de seu vice.

Em 1988, Belinati, agora no PDT, decide tentar voltar à Prefeitura de Londrina-PR, mas possuía poucas chances de prosperar contra José Tavares, candidato do PMDB, o qual contava com o apoio do então prefeito de Londrina-PR, Wilson Moreira, do PSDB, e de Álvaro Dias, do mesmo partido, então Governador do Estado do Paraná, assim como do ex-Governador José Richa. Tavares era Delegado de Polícia e havia sido deputado estadual, gozando de muitos apoiadores dos mais diversos setores. De acordo com Molina (2010) Belinati estava sem dinheiro para a campanha,

sua popularidade já estava em declínio e estava de certa maneira isolado politicamente, já que segundo Cervi (2002), apesar de transitar pela classe dominante, Belinati não era bem visto porque falava mal dos ricos e poderosos da cidade, como parte da sua retórica política.

Sem gozar de capital social, Belinati foi em busca de capital econômico, que depois seria convertido em social e político. Neste processo, se aproximou de José Janene e de seus irmãos, à época empresários promissores do ramo de serviços públicos e prestadores de serviços para municípios em expansão na região do Norte do Paraná. Conforme já citado nas notas biográficas sobre Janene, era sabido o interesse e o desejo dele de envolver-se no meio político, sendo cooptado por Belinati, que recebeu o apoio financeiro e deu a ele a coordenação de sua campanha, a qual foi vitoriosa, em um pleito bastante disputado, no qual ganhou por uma diferença bem estreita, de 68951 contra 68163 votos válidos³⁴. A aliança foi compensada com a nomeação de nomes vinculados à Janene no primeiro escalão da Prefeitura de Londrina-PR, tais como Eduardo Alonso de Oliveira, advogado e ex-sócio do deputado José Janene, que assumiu a Secretaria de Serviços Públicos, responsável por contratações de grande monta no município, e também Carlos Klamas, aliado de Janene, como presidente da AMETUR, autarquia da área de turismo e cultura da cidade à época.

Conforme já exposto em seções anteriores, a parceria com Belinati se prolonga pelos anos subsequentes, inclusive por mais uma gestão de Antonio (1997-2000), na qual ambos saem com a reputação afetada, após a cassação de Belinati pelo caso AMA/COMURB, que será apresentado no quinto capítulo. Ao que tudo indica, a parceria de Janene e Belinati começa a ruir quando ambos assumem lados opostos na disputa interna pelo PP, como já apresentado no item 3.3. José Janene alia-se ao grupo de Paulo Maluf, buscando maior projeção nacional, obtendo espaço político e de liderança na sigla, enquanto Belinati segue focado nas alianças de poder local, chegando ao máximo no âmbito estadual, deixando temporariamente a sigla, migrando para o PFL. Belinati, além de estar apegado ao contexto regional, sofre um duro golpe no que lhe restava de popularidade, com a cassação e as consecutivas prisões, no ano 2000.

³⁴ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

A partir daí, Janene começa a costurar outras alianças. Analisando a partir da ótica bourdiana, Belinati já não ocupava posição de domínio no campo político, não detinha mais capitais que interessassem à Janene e a vinculação da imagem com ele poderia significar perda de capitais. Fato curioso a se observar, é que a aliança pareceu desfeita na esfera pública, já que na vida pessoal parece que Janene e Belinati seguiram se relacionando. Ao ser indagado por um repórter sobre se sua relação com Belinati estaria estremecida por não ter comparecido a uma honraria que o ex-prefeito receberia, Janene justificou não ter ido porque haveria desafetos políticos seus do PFL lá, mas asseverou: “Eu e o prefeito temos 20 anos de amizade e nossa relação pessoal é inabalável. Divergência sempre vai haver [...]. Sou conselheiro político do prefeito.” (ZANIN, 1999). Apesar da longa relação entre Belinati e Janene, a imprensa não registrou que o velho amigo tenha comparecido à cerimônia do sepultamento do ex-deputado. Assim como, mesmo diante dos mais de vinte anos de amizade, não se localizou em arquivos publicizados qualquer registro fotográfico da dupla.

Paralelamente à sua relação com Belinati e seu grupo, Janene começa a alinhar uma nova aliança, constituindo uma outra rede, com o grupo do PT atuante no poder local. De acordo com o blogueiro Tales Faria (2016) esta aliança começa a ser desenhada em 1992, na eleição em que Luiz Eduardo Cheida, do PT, era candidato a prefeito de Londrina-PR. Diz-se que o elo entre o PT e José Janene teria sido André Vargas, então jovem líder do diretório petista local, que vinha sendo um articulador da referida campanha. Janene teria passado a ser um “arrecadador do grupo” (FARIA, 2016), e em troca, emplacou seu irmão Assad Jananni como vice na chapa de Cheida, que foi eleito. A relação com o PT foi estremecida em 1996 quando Janene precisou posicionar-se entre os novos aliados e seu antigo amigo, prevalecendo a relação com Belinati, que venceu Paulo Bernardo³⁵, do PT, nas eleições de 1996.

³⁵ Paulo Bernardo Silva, nascido em São Paulo-SP, em 1952, foi casado com Gleisi Hoffmann, deputada e senadora do PT paranaense. Paulo iniciou sua carreira no campo político como sindicalista no Paraná, ingressando no PT em 1984, partido ao qual pertence até os dias atuais. Foi deputado federal por três mandatos (1991-1994, 1995-1998 e 2003-2005). Neste ínterim, foi Secretário Municipal de Fazenda de Londrina (2001-2002), Secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul (1999-2000). Foi Ministro do Planejamento na gestão de Lula (2005-2010) e Ministro das Comunicações na gestão de Dilma Rousseff (2011-2015). Foi denunciado e indiciado na Operação Lava-Jato, por envolvimento nos casos do mensalão e petrolão.

Apesar de naquela ocasião ter ficado com Belinati, no decurso das investigações do caso AMA/COMURB, o Ministério Público teria apreendido uma caderneta com registros de doações de José Janene e Alberto Youssef para a campanha do próprio Paulo Bernardo ao cargo de deputado federal nas eleições de 1998 e de André Vargas a vereador, no pleito de 1996 (GALHARDO, 2014). Com o declínio e a prisão de Antonio Belinati no ano 2000, Janene estreitou suas relações com o PT, nas pessoas de Paulo Bernardo e André Vargas, atuando ativamente na campanha de Nedson Micheletti à prefeitura, do qual Vargas tinha sido assessor de gabinete na Assembleia Legislativa do Paraná. Uma vez eleito, como já apresentado, Nedson assegurou aos familiares e aliados de Janene diversos cargos no Poder Executivo Municipal. Na ocasião, Paulo Bernardo foi Secretário de Fazenda de Londrina-PR. Ainda da relação com o grupo liderado por Paulo Bernardo, Janene teve como frutos sua inserção em negócios em outros municípios e estados, a exemplo de quando estabeleceu relações econômicas no Mato Grosso do Sul, quando Paulo Bernardo era Secretário de Estado de Fazenda, na gestão do Governador Zeca, também do PT (FARIA, 2016).

A parceria entre Janene e Bernardo, que derivou da relação de nosso personagem com André Vargas, possivelmente foi também a ponte entre o então deputado do PP e a cúpula diretiva do PT, especialmente José Dirceu, o qual passou a ser o porta-voz das demandas de Janene junto ao presidente Lula, a partir de 2003, como será mostrado mais adiante. Dirceu também articula com Janene, líder do PP na Câmara Federal, o apoio aos projetos do Poder Executivo. Neste contexto, Janene consegue ao longo do tempo ir convertendo seu capital econômico em capital social, que depois se converte em capital político, garantindo-lhe uma posição de destaque no campo do poder. Para Bourdieu (2011), o campo de poder é um espaço acima e entre os campos, no qual ocorrem as disputas entre os agentes providos de diferentes tipos de capitais; o campo de poder é o espaço de “relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente” (BOURDIEU, 2011, p. 52).

Como já abordado, Janene era um homem de bastidor, hábil em costurar alianças, parcerias e formar redes de favorecimento ao seu entorno. Como parte de sua característica estava a diversificação de suas relações. Exemplo disto é a aproximação dele com o grupo liderado por Álvaro Dias, no final dos anos 1990,

quando este ainda era do PSDB, tendo sido registrado em reportagem especial do Jornal Folha de São Paulo (BÄCHTOLD; KONCHINSKI, 2021) que empresas operadas por Alberto Youssef, fiel escudeiro de Janene, de quem falaremos mais adiante, teria doado cerca de R\$ 21.000,00 para a campanha de Álvaro ao Senado, em 1998, equivalentes a cerca de R\$ 88.000,00 nos dias de hoje. Segundo Dias, tal pagamento não teria sido feito em dinheiro, mas em horas de voo de um avião a jato que teria sido utilizado pela equipe de filmagem da campanha (CARTA CAPITAL, 2021b).

O contrato com a empresa locadora do avião foi firmado por duas empresas pertencentes à Youssef e a situação havia sido delatada no ano de 2001 pelo ex-Secretário de Fazenda de Maringá-PR, Luiz Antonio Paolicchi, que afirmou que os valores seriam também oriundos de corrupção em contratos com a Prefeitura de Maringá-PR, nos quais Youssef estaria envolvido. Na ocasião, o caso foi investigado pelo Ministério Público, que acabou por arquivar o procedimento em 2004. Segundo o jornal o Estado de São Paulo (2021) Youssef teria assumido em delação premiada na Operação Lava-Jato que o recurso que financiou a campanha de Dias seria proveniente de corrupção. Destaca-se que na referida operação, ao final do processo, Youssef teve a pena reduzida por Moro em 129 anos, e que Álvaro Dias não foi indiciado ou sequer investigado, mesmo após confirmação de Youssef sobre a origem ilícita do recurso.

Apesar de ter ocorrido no ano de 1998, tal situação somente foi trazida à tona pela imprensa em 2021, no contexto em que o ex-juiz Sérgio Moro, conhecido por comandar a Operação Lava-Jato, na qual doleiros e políticos foram processados, condenados e presos, filiou-se ao Podemos, partido comandado por Álvaro Dias, que foi quem convidou Moro para compor a sigla e encampou a ideia do lançamento de Moro à candidatura para Presidente da República. Vale destacar que a Operação Lava-Jato processou Alberto Youssef e José Janene, dentre outros políticos, doleiros e empresários, sendo que o próprio Moro havia apontado o doleiro Youssef como um dos grandes operadores do esquema de lavagem de dinheiro. Porém, anos antes (2003), no Caso Banestado, em que Moro também era o juiz e Youssef um dos indiciados, o doleiro também havia recebido benefícios por ter feito uma delação premiada, saiu praticamente ileso do processo, ainda que este envolvesse cifras astronômicas.

Curioso observar, e por isso o interesse da imprensa em divulgar, que o mesmo Moro que processou Youssef e Janene, agora aliava-se a Álvaro Dias, um dos beneficiários de recursos vindos da dupla, especialmente na campanha do ano de 1998. Moro rapidamente defendeu-se na imprensa, afirmando que em 1998, quando os fatos ocorreram, ele sequer conhecia Dias e que Youssef somente foi denunciado em 2002, aludindo que Álvaro Dias não saberia que o recurso era advindo de corrupção e que tampouco ele, Moro, estaria envolvido com Dias no final dos anos 1990. Ademais, o ex-juiz afirmou em entrevista:

Youssef foi preso e pagou pelos crimes dele [...] não pagou tudo o que devia, porque fez acordo, ainda assim, ficou quatro anos preso. Qual criminoso de colarinho branco fica quatro anos preso no Brasil? (CARTA CAPITAL, 2021)

A parceria de Janene, Youssef e Álvaro Dias seguiu nas eleições de 2002, quando o PPB, sob a presidência de José Janene no Paraná, decide coligar-se e apoiar Dias como candidato a Governador do Estado do Paraná; além do apoio financeiro, a coligação garantiu para Álvaro o maior tempo de propaganda eleitoral gratuita naquele pleito. Segundo reportagem da Folha de Londrina, se eleito, Álvaro Dias asseguraria a Janene e ao PPB cargos estratégicos no Poder Executivo Estadual (DUARTE, 2022).

As tentativas de adentrar ao Executivo Estadual também moveram uma importante aliança estabelecida por Janene, triangulada com a família Belinati. Nas eleições majoritárias para o Governo do Paraná, em 1994, o então candidato pelo PDT, Jaime Lerner³⁶, buscou aliar-se às lideranças do interior, não apenas em busca de votos e popularidade, mas também de capital econômico para a campanha. Nesse contexto, desenha-se uma nova rede, quando Emília Belinati³⁷, então esposa de

³⁶ Jaime Lerner, engenheiro civil, arquiteto e urbanista curitibano, nasceu em 1937 e faleceu no ano de 2021, foi Prefeito de Curitiba por três vezes, sendo duas delas nomeado (1971-1975 e 1982-1983), no período do regime militar e a outra eleito (1989-1993) e Governador do Estado do Paraná (1995-2003). Foi o fundador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba-PR, sendo o seu trabalho na área de urbanismo um dos propulsores de sua carreira política, sendo projeto até mesmo internacionalmente.

³⁷ Emília Salles Belinati, londrinense, nascida no ano de 1943, foi casada com Antonio Belinati entre os anos de 1966 e 2006, com o qual teve três filhos. Emília sempre esteve envolta nas relações políticas do marido, tendo ocupado o cargo de Diretora da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Londrina-PR e de Presidente do Provopar, ambas instituições voltadas à área de assistência social no município. Foi eleita Deputada Estadual em 1990 e Vice-Governadora do Estado do Paraná nos anos de 1994 e 1998, na chapa composta por Jaime Lerner. Após uma derrota para o cargo de deputada federal, em 2006, Emília foi nomeada pelo então Prefeito de Curitiba, Beto Richa, para dirigir

Antonio Belinati, assume o encargo de vice na chapa de Lerner. A mesma chapa, vitoriosa, concorreu à reeleição no ano de 1998, quando conseguiram manter-se no cargo. O PPB de Janene apoiou Lerner nos dois pleitos, mas possivelmente o ganho de Janene não tenha sido apenas de capital social com o apoio da legenda, já que no decurso da Operação Lava-Jato e das investigações do caso Banestado, detectou-se que o doleiro Alberto Youssef teria repassado dinheiro obtido por meio de propinas à campanha de Jaime Lerner, via recursos não-contabilizados, conhecidos popularmente como “caixa 2”. Estima-se que as cifras tenham chegado, à época, em R\$ 130.000,00 (KADANUS, 2014).

Nesta eleição de 1998, como já descrito, Janene agia também em interesse de Álvaro Dias, vez que ficaram registradas negociações intensas feitas naquele pleito para abrir caminho para a reeleição de Lerner e para as eleições de Dias como senador. A Folha de Londrina noticiou à época que Emília Belinati não desejava ser novamente a vice de Lerner, estando decidida a concorrer ao Senado Federal, fazendo frente à Alvaro Dias. Janene por sua vez vinha atuando para que Dias deixasse de se candidatar ao Senado e disputasse o Governo do Estado, pois sentiu-se desprestigiado na primeira gestão de Lerner e queria emplacar um candidato que talvez atendesse melhor aos seus interesses.

A ruptura com Lerner chegou a ser publicizada. O discurso oficial de Janene era o de que Lerner não merecia mais o apoio do PPB porque no decurso do mandato havia negligenciado os interesses do interior do Paraná. Na intenção de manter o PPB em sua base, Lerner teria chegado a procurar por Paulo Maluf, então líder nacional do partido de Janene, criando uma cisão na sigla, já que o núcleo paranaense dela havia desembarcado da base governista. Na ocasião, lideranças pepebistas do interior chegaram a publicar uma carta de apoio à decisão de Janene de não mais apoiar Lerner, conforme trecho de reportagem publicada na Folha de Londrina:

O presidente do diretório do PPB de Apucarana, vereador Laércio de Moraes, distribuiu ontem nota à imprensa apoiando o deputado José Janene, presidente do diretório regional do PPB, que quer romper a aliança com o governador Jaime Lerner (PFL). “Respeitamos o presidente nacional do PPB, o ex-governador Paulo Maluf, mas o diretório nacional precisa também respeitar a consulta feita pelo partido às lideranças paranaenses, cuja maioria mostra-se contra Lerner [...] o interior ficou desassistido nos últimos anos e tem saudades de Álvaro Dias”. (BORGES, 1998)

o Instituto Curitiba de Saúde. Em 2015, quando o mesmo Beto Richa era Governador do Paraná, Emília foi eleita para compor o Conselho Administrativo da SANEPAR. (MARCELINO, 2016)

Alvaro Dias desistiu de candidatar-se ao Governo do Estado e preferiu manter-se no pleito ao Senado, para o qual teria maior chance, e como elencado anteriormente, contou com o apoio do grupo de Janene. Para garantir o sucesso de Dias, seria importante tirar Emília Belinati do caminho, cabendo a José Janene e outros interlocutores convencê-la a ficar na chapa de Lerner e acomodar todos os interesses postos (FOLHA DE LONDRINA, 1997). O PPB acabou também por se coligar com o PFL de Lerner. Este é mais um episódio que demonstra como Janene era hábil na conquista de capitais sociais, alinhando diversas redes, de forma simultânea, com diferentes grupos políticos e lideranças com posições privilegiadas dentro do campo político. A rede iniciada no pleito de 1998 se fortaleceu no pleito estadual de 2002, com o apoio de Janene a Dias, o qual perdeu as eleições para o Executivo Estadual, saindo vencedor Roberto Requião, do PMDB, de grupo com o qual, ao longo desta pesquisa, não se encontrou registro de relações com Janene. Sem conseguir acessar a máquina do Governo do Estado, Janene investe alto seus capitais para atuar em âmbito nacional, com seus parceiros do PT.

Ao falar em aliados de Janene e alianças importantes que lhe renderam capitais, não há como não dar destaque à relação de amizade, parceria e compadrio entre José Janene e Alberto Youssef, vez que estiveram operando em conjunto em praticamente todos os casos de que o ex-deputado foi acusado de alguma ilicitude. A dupla possui muitas coisas em comum, especialmente o fato de terem atuado em Londrina-PR, onde iniciaram a parceria, e o de ambos fazerem parte da comunidade árabe local, sendo filhos de libaneses que imigraram para o Brasil, especificamente, para o Norte do Paraná.

Reportagem de Paulo Muzell (2017) confirma que Youssef era filho de imigrantes libaneses, mas sua família não teve o mesmo desfecho da de Janene, a qual logo de início prosperou nos negócios. Ao contrário, a família de Youssef era pobre e ainda criança ele teria precisado trabalhar nas ruas de Londrina-PR vendendo salgadinhos:

Filho de imigrantes libaneses pobres, aos nove anos já vendia pastéis nas ruas de Londrina. Muito esperto, ainda guri, pré-adolescente, já era um ativo sacoleiro. Precoce, antes de completar 18 anos já pilotava monoplanos o que lhe possibilitou uma mudança de escala, um considerável avanço nas suas atividades de contrabandista e doleiro. Com menos de trinta anos tornou-se

um bem sucedido “homem de negócios”, dono de poderosa casa de câmbio, especialista em lavagem de dinheiro e remessa ilegal de dólares para o exterior (MUZELL, 2017).

O histórico de vendedor de pastéis nas ruas é confirmado em reportagem publicada pelo jornal El País, a mesma em que foi revelado que Youssef era cuidado por uma irmã, Maria, a qual trazia mercadorias do Paraguai para que Alberto vendesse nas ruas de Londrina-PR. A atuação no mercado de câmbio veio só mais tarde, quando se aliou à sua outra irmã, Olga Youssef, mais conhecida como “Flora”, a qual já atuava na área e acabou por se tornar sua grande aliada nos negócios de lavagem de dinheiro. A reportagem, baseada em investigação policial, narra que Youssef, em conluio com as duas irmãs, transportava eletrônicos e joias ilegais do Paraguai para o Brasil, havendo indícios de que neste contexto teria se iniciado na lavagem de dinheiro, levando valores em espécie para o país vizinho e trazendo mercadorias para vender no Brasil por valores cobrados em reais (CIFUENTES, 2014). Reportagem do jornal Gazeta do Povo que conta a história de Youssef, informa que o gosto dele pela aviação e o aprendizado precoce do ofício de piloto de aeronave, citado anteriormente, adveio da necessidade de transportar as próprias malas de dinheiro que precisava carregar, evitando assim fazer uso dos serviços de terceiros no negócio (GAZETA DO POVO, 2015b).

A precocidade de sua inserção nas referidas atividades ficara registrada em boletim de ocorrência e autos de apreensão, datado de junho de 1987, quando Alberto foi preso pela primeira vez, com apenas dezenove anos, ao ser flagrado pela autoridade policial, na companhia do cunhado, com produtos contrabandeados. No boletim de ocorrência, consta que o cunhado de Youssef, Edivaldo Soloviov, era supostamente conhecido contrabandista e trazia mercadorias da fronteira com o Paraguai, tanto em Foz do Iguaçu-PR, quanto em Ponta Porã-MS, por vias terrestres ou aéreas (POLÍCIA FEDERAL, 1987). Diz-se que foi com doleiros que atuavam na fronteira que Alberto aprendeu “truques para lavar dinheiro” (FONSECA, 2016).

Neste “serviço” de venda de mercadorias ilegais trazidas do Paraguai, teria conhecido José Janene, começando ali uma amizade e uma sociedade, a partir do ano de 1997 (ARAÚJO, 2005). De acordo com o Ministério Público Federal, Youssef iniciou suas operações como “doleiro de balcão”, trocando dólares para pessoas da elite londrinense, tornando seu negócio arrojado após a parceria com Janene, quando

teria passado a operar para agentes públicos e empreiteiras. Janene é quem teria aberto as portas para novos clientes, sendo ele próprio também um deles.

Segundo várias pessoas próximas do doleiro, a força motriz por trás da alavancada na carreira de Youssef é explicada pela amizade que mantinha com José Janene [...]. Janene é tido como um dos políticos mais poderosos de sua época, com influência na região de Londrina e no Congresso Nacional. Era parceiro político de Antonio Belinati. Se Belinati era o político carismático, Janene era o cérebro da dupla. E Youssef era o funcionário que lavava o dinheiro. Juntos, eram quase imbatíveis. (BARAN; AUDI, 2015d)

Stael Fernanda, viúva de Janene, contou em depoimento à CPI da Petrobras que muito mais do que amigo, Youssef tornou-se o homem de confiança do “Zé”, aquele que sabia tudo dos negócios e da vida do então deputado. Se a vida não os fez parentes consanguíneos, trataram de firmar os laços tornando-se compadres, pois Alberto Youssef é padrinho do filho caçula de Janene e Stael Fernanda³⁸. A viúva de Janene relatou ao jornal Gazeta do Povo:

Final de semana, almoço de família e aniversário de criança, ele [Youssef] sempre estava lá em casa. O homem de confiança do Zé [Janene] era o Youssef. A única pessoa que tinha acesso a ele era o Youssef. Para mim, era uma relação de amizade. Claro que devia ter um negócio. Mas eu não sabia a intensidade desses negócios. (BARAN; AUDI, 2015c)

O compadrio é um mecanismo pelo qual os indivíduos se transformam em parentes numa relação selada por um ritual, comumente da igreja católica. Retamozo (2015) afirma que tais laços, muitas vezes, tornam-se tão ou mais importantes que os próprios laços consanguíneos, gerando valiosas alianças, tão significativas como a aliança firmada entre famílias num casamento. Quirino (2010) explica que no Brasil os estudos registram as relações de compadrio por volta do Século XVIII, se caracterizando como importante forma de estabelecer alianças sociais entre famílias. A mesma autora registra que no período escravagista era comum que os senhores apadrinhassem filhos de negros escravizados, fortalecendo laços de subserviência e dominação de famílias negras pelas famílias brancas senhoriais. Ao analisar os tempos mais contemporâneos, a autora afirma que “o apadrinhamento é um suporte

³⁸ Importa destacar que ambos se tratavam como compadres, que Stael por diversas vezes disse que Youssef era padrinho de um de seus filhos, mas não localizamos em Londrina-PR registro de batismo, levantando-se a hipótese de qual relação tratava-se apenas de consideração entre eles, ou ainda, que a cerimônia possa ter ocorrido em outra localidade. Vale salientar que Janene era muçulmano e que em tal religião não existe o batismo como na concepção da igreja católica.

ao clientelismo na política brasileira, pois para os padrinhos é interessante contar com as famílias dos afilhados em suas redes clientelares” (p. 4). No caso em tela, tanto Janene quanto Youssef se beneficiaram da aliança da vida social, construindo uma relação de confiança, iniciada antes da relação de compadrio e fortalecida depois dela, durante e até a morte de Janene, em 2010.

A amizade notória entre os compadres e fiéis escudeiros ficou registrada também na delação premiada feita por Carlos Costa, sócio da CSA Projects, uma das empresas usadas por Janene, segundo a Justiça Federal, para operações de lavagem de dinheiro. Costa, ao ser inquirido pelo juiz federal sobre que tipo de relação Janene e Youssef mantinham, responde:

Juiz Federal:- E qual era o relacionamento dele com o senhor José Janene?
Carlos Costa:- Ele cuidava do caixa 2 do senhor José Janene. Parece que existe até um apadrinhamento de um filho do seu José Janene pelo senhor Alberto Youssef. Existia uma amizade. Eu sei que existia porque via o tratamento deles, sempre se tratando por compadre. (JUSTIÇA FEDERAL, 2015)

A amizade de Janene e Youssef também ficou registrada na delação de Hermes Magnus, proprietário de uma das empresas supostamente usadas pela dupla para lavagem de dinheiro. Magnus afirmou que “Janene e Youssef eram unha e carne, como uma pessoa só” (SEQUEIRA, 2016). Rafael Angulo, outro delator na Operação Lava-Jato, o qual atuou entre os anos de 2005 e 2010 como coordenador de um escritório que Youssef mantinha em São Paulo-SP, afirmou que os parceiros referiam-se um ao outro como “Primo” ou “Compadre”, relatando que ele próprio, junto com seu patrão, estiveram muitas vezes na casa do ex-deputado, tanto na de Londrina-PR, quanto na de São Paulo-SP, tratando não apenas de negócios e política, mas também para participarem de eventos sociais, registrando que mesmo após a morte de Janene, por consideração ao histórico de ambos, Youssef teria ainda por alguns meses repassado valores em espécie para as filhas de José, Michelle e Danielle, assim como, para os maridos delas à época, Anuar e Rafael (STF, 2015). Inclusive, o mesmo Rafael delata que o aluguel do apartamento de uma das filhas de Janene em São Paulo-SP também seguiu sendo pago pelo compadre, por meio dos supostos esquemas de lavagem de dinheiro, por ordem do Deputado Negromonte, o suposto sucessor de Janene no comando dos esquemas do mensalão. O próprio Youssef confirmou tal informação em uma de suas delações, assegurando que os pagamentos

aos familiares de Janene seguiram sendo realizados por “consideração por tudo o que ele havia feito” (BÄCHTOLD, 2015), mostrando assim um sentimento de gratidão pelos caminhos trilhados em decorrência da amizade com o “Zé”.

O delator já citado, Hermes Magnus, narra: “Youssef chegava à casa de Janene e era padrinho pra cá, padrinho pra lá... Compadre pra cá, compadre pra lá. E era muito íntimo na lida das coisas”. Corroborando com as afirmações de Stael de que Youssef era o único que de fato sabia de todos os negócios e da vida de Janene, a Revista Isto É, com base na delação de Magnus, traz o seguinte trecho:

Numa dessas reuniões, Janene prometeu pagar o que chamou de “lua de mel” na Europa para Youssef e a mulher. Em seguida, explicou a ele o motivo da generosidade: “Ela só não pode pensar que você vai fazer aqueles câmbios para mim na França. Não deixe ela sonhar que você está fazendo isso”. (CORREIA; GOMIDE, 2014)

O trecho acima, demonstra que Janene de fato escondia segredos de sua vida nos negócios, os quais confidenciava e confiava somente à Youssef. Neste caso, a viagem a Paris com a esposa objetivava que Youssef fizesse operações de câmbio para Janene, mas escondido de Stael, que não podia desconfiar que os esquemas estavam ocorrendo.

Além de considerarem-se parentes, ao que tudo indica, Janene e Youssef eram sócios nos negócios. Em delação, um ex-sócio de José afirma que o “Zé” e o “Beto”, como eram conhecidos entre os íntimos da dupla, mantinham sociedade na propriedade de um hotel, de uma agência de viagens em Londrina-PR e de locadoras de veículos (CORREIA; GOMIDE, 2014). Complementarmente, o próprio Youssef declarou ao Ministério Público que, inclusive, mantinha conta corrente em conjunto com Janene, na qual movimentavam dinheiro de seus negócios ilícitos:

“É, na verdade, o senhor José Janene tinha conta corrente comigo, está certo? [...] Na verdade ele tinha uma dívida comigo nessa época muito grande, mas eu cuidava das contas dele, então o caixa dele ficava em minhas mãos.” (JUSTIÇA FEDERAL, 2015)

A existência de conta corrente conjunta é mais uma demonstração da relação de confiança que existia entre José e Alberto, assim como, é importante a afirmação de Youssef de que todo o “caixa” de Janene era controlado por ele, provando-se uma vez mais a relação estreita entre eles. A responsabilidade de ser o operador do caixa de Janene também ficou registrada em entrevista concedida à Rede Globo por Carlos

Alberto Pereira Costa, ex-advogado de José Janene e ex-sócio de Youssef, o qual afirmou:

O papel do Alberto Youssef, segundo me relatou o deputado José Janene, ele era o responsável pelo caixa dois do José Janene. Eu sei que, mesmo depois do falecimento do deputado José Janene, o senhor Alberto Youssef continuou à frente na questão de cuidar do caixa. Ele fazia o caixa dois do partido, do PP, né? (G1, 2014)

Ao verificar-se os depoimentos nas CPIs do mensalão e da Petrobras, assim como os da Operação Lava-Jato, há divergências quanto ao lugar e o poder de cada um deles na parceria. O delator Hermes Magnus assevera que Janene estava acima de Youssef nos esquemas em que atuaram juntos: “[...] ele estava um degrau abaixo de Janene na hierarquia do esquema”, declarou sobre a posição de Youssef (CORREIA; GOMIDE, 2014). Tal posicionamento também ficou expresso em acórdão expedido pelo Tribunal Regional Federal, quando o desembargador Leandro Paulsen imputa a Youssef um lugar de subalternidade em relação à Janene (JUSTIÇA FEDERAL, 2015b). Tal hierarquia é contestada por Hermes Magnus, delator na Operação Lava-Jato, vez que este afirma enfaticamente que Janene e Youssef mantinham “um estreito vínculo societário”, contando que ambos tinham o mesmo poder na relação, mas que cada um exercia uma função, sendo Janene o articulador e Youssef o gestor dos recursos da dupla.

A amizade e os negócios da dupla vieram a público pela primeira vez no famoso Caso Banestado, quando se descobriu que alguns agentes mantinham contas no exterior, as chamadas contas “CC5”, no antigo Banco do Estado do Paraná - Banestado, para as quais eram transferidos recursos provenientes de supostas ilicitudes cometidas por políticos e empresários/empreiteiros. Na ocasião, início dos anos 2000, Youssef foi processado criminalmente pela Justiça Federal, pelo então jovem juiz Sérgio Moro³⁹, pelo crime de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Tal

³⁹ Sérgio Fernando Moro, nascido em Maringá-PR, no ano de 1972, é Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá-PR. Iniciou sua carreira na magistratura federal no ano de 1996, vindo a atuar a partir do ano de 2003 na 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba-PR, onde julgou processos importantes envolvendo denúncias de corrupção e casos de grande repercussão, tais como o Caso Banestado, Operação Farol da Colina, Operação Fênix (que prendeu o traficante Fernandinho Beira-Mar) e mensalão. A partir de 2014, quando passou a atuar na 13ª Vara Federal de Curitiba-PR, ganhou projeção nacional atuando na conhecida Operação Lava-Jato, que culminou na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2019 deixou a magistratura para assumir o cargo de Ministro da Justiça no Governo Bolsonaro, cargo deixado em 2020, após romper com o grupo da situação (Fonte: CPDOC-FGV). Moro é casado com Rosângela Wolff, sendo que tanto ele quanto a esposa, principalmente ela, possuem extensas redes de parentesco, conforme apontam Oliveira, Monteiro, Goulart e Vanali (2017).

esquema, estima a justiça, movimentou cerca de R\$ 28 bilhões de reais durante a década de 1990 e é até os dias atuais um dos maiores escândalos, em termos de volumes de recursos, da história do Brasil no que se refere à corrupção.

O nome de Janene foi então associado publicamente ao de Youssef, quando em investigação a Polícia Federal encontrou um cheque de R\$ 150 mil reais no escritório de Alberto, preenchido nominalmente à José Mohamad Janene. À época, tanto Youssef, quanto a pessoa que assinou o referido cheque, o advogado Vandocir José dos Santos, declararam tratar-se de negócios entre as partes que não perpassavam pelas questões investigadas no contexto e Janene saiu ileso, mas teriam tais fatos acendido o alerta da ligação entre os compadres, que culminou em outras investigações e escândalos que apresentaremos adiante. Sobre tal período e a longa parceria entre o “Zé” e o “Beto”, o jornal Gazeta do Povo publicou:

O cheque de R\$ 150 mil nominal para Janene encontrado na casa do doleiro, em 2003, quando Youssef foi preso por envolvimento no caso Banestado, dá uma pista que, já nessa época, os negócios entre eles eram intensos. “Não sei como ele [Janene] conheceu o Youssef. Mas eles já se conheciam lá em 1996”, revela um ex-funcionário do político. O novo “casamento” deu tão certo que o doleiro administrava o patrimônio do deputado. Segundo investigações da Operação Lava Jato, Youssef também herdou a responsabilidade sobre os repasses ilícitos da Petrobras para o PP, partido de Janene. (BARAN; AUDI, 2015c)

A confiança entre a dupla foi registrada, conforme já relatado no capítulo um desta pesquisa, até mesmo na morte de Janene, vez que Youssef era o único que estava presente e foi o responsável por testemunhar documentalmente e liberar o corpo do ex-deputado do hospital, figurando seu nome como testemunha e responsável na certidão de óbito de Janene. Fontes ouvidas pela imprensa à época do falecimento chegaram a cogitar que Youssef teria ficado, pela própria relação de confiança que tinham e total acesso que detinha sobre contas e negócios de Janene, com todo o dinheiro que nosso personagem havia acumulado. Um ex-funcionário de José declarou à Gazeta do Povo: “Eu acho que o Beto (Alberto Youssef) ficou com todo o dinheiro do Zé” (BARAN; AUDI, 2015c).

Apesar das afirmações feitas por mais de um dos delatores de que Youssef seguiu custeando despesas de familiares de Janene durante algum tempo após o óbito, a filha de ex-deputado, Danielle, contestou tais versões, chegando a alegar na imprensa que o “Tio Beto”, referindo-se a Alberto Youssef, havia sido ingrato com os

familiares de Janene, não lhes prestando qualquer apoio após a morte do ex-deputado, conforme trecho de entrevista a abaixo:

Diz guardar mágoas de Youssef, a quem se dirigia como “tio Beto”. Segundo ela, quando o doleiro foi preso no escândalo do Banestado, em 2004, Janene ajudou os parentes dele. “Acho que ele não teve essa consideração com a gente”, diz, citando problemas financeiros e emocionais. (BARAN, 2016)

Há que se ponderar que pela origem supostamente ilícita de tais recursos, seria plausível que familiares de Janene negassem tê-lo recebido, visando a evitar complicações com as autoridades. Destaca-se que a própria Danielle foi indiciada e condenada em processo criminal, junto com o “Tio Beto”, com a viúva, o irmão e o primo de José Janene.

Na economia das trocas simbólicas pensadas por Bourdieu (1998), uma relação estável, duradoura e na qual os agentes trocam entre si bens de capital simbólico e econômico pode ser considerada um importante capital social, já que em tais relações os envolvidos conseguem mobilizar agentes também portadores de capitais de igual ou maior magnitude, no qual por meio de alianças, conseguem trocar e fazer multiplicar os capitais dos envolvidos, conforme explica o autor:

Os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível. O que não significa que eles sejam conscientemente perseguidos como tais, mesmo no caso dos grupos que, como os clubes seletos, são expressamente arranjados com vistas a concentrar capital social e obter assim o pleno benefício do efeito multiplicador implicado pela concentração e assegurar os lucros proporcionados pelo pertencimento - lucros materiais como todas espécies de “serviços” assegurados por relações úteis e lucros simbólicos tais como aqueles que estão associado à participação num grupo raro e prestigioso. (BOURDIEU, 1998, p. 67-68)

Em que pese fossem uma dupla e não um grupo grande de pessoas, ao longo de suas trajetórias os amigos foram, juntos, associando-se a outros grupos interessados nas trocas que eles podiam oferecer, sendo nominados, como já citado anteriormente, como sendo um o cérebro e o outro o caixa dos negócios, tendo Janene importantes capitais simbólicos e sociais que o permitiam transitar entre os grupos de políticos e empresários e Youssef capital material e conhecimento dos sistemas financeiros e dos meios para viabilizar os negócios envolvendo recursos supostamente ilícitos.

Pode-se estar correndo o risco de negligenciar outras importantes relações que se constituíram capital social para Janene, não imputando a elas um lugar de centralidade, como no caso das ligações com Antonio Belinati, já citadas nesta pesquisa. Porém, entende-se que a relação com a família Belinati, assim como com outros tantos nomes da política brasileira, foram sazonais e serviram a um determinado contexto na história de Janene, sendo fundamentais no desfecho de sua trajetória e aos capitais que adquiriu.

Youssef ganha notoriedade nesta história pela perenidade da relação, iniciada nos anos 1990 e encerrada em 2010, com o falecimento de Janene, sendo permeada pela lealdade, pela confiança e cumplicidade, elementos importantes que asseguraram a durabilidade da relação e a parceria em tantos negócios, gerando lucros e capitais para ambos. Espera-se que meandros desta história da longa parceria dos compadres sejam desvendados em livro biográfico sobre Alberto Youssef, autorizado por este, o qual terá como título “O Operador”, que a imprensa vem divulgando que está prestes a ser lançado.

A composição das alianças entre famílias também é apontada como um dos fatores que propiciam a manutenção da classe dominante no poder, por meio de uma defesa mútua de interesses, conforme assevera Ricardo Costa de Oliveira (2018, p. 45):

Na verdade, as famílias fazem composições com outras famílias com quem casam, interagem, convivem e acabam se alojando nas instituições públicas. Assim, temos uma grande engrenagem, um grande sistema familiar dominante, que é o comportamento do poder no Brasil, da classe dominante e dos seus grandes interesses, o que abrange o poder executivo, legislativo, judiciário, o sistema judicial, o ministério público, et cetera.

No caso de Janene, talvez o seu castelo, ou o seu Palácio das Mil e Uma Noites, tenha se ruído porque não conseguiu estabelecer suas redes de proteção familiares em todos os órgãos citados por Oliveira (2018), vez que não há registros de que tenha conseguido avançar com aliados para dentro do Sistema Justiça ou a da imprensa. Ao contrário disso, como já apontado, teve sempre o Ministério Público, especialmente o estadual, como seu principal inimigo.

As redes são importantes estratégias de obtenção de poder e de manutenção dele. Por meio das redes circulam capitais econômicos, culturais e sociais, que são convertidos em capital simbólico, na medida em que geram proteção, trânsito de

informações e reconhecimento de posições dentro dos campos, especialmente o político. Marques (1999, p. 46) analisa que:

A estrutura geral e as posições dos atores nessas redes moldam as suas ações e estratégias (constrangendo inclusive as alianças e confrontos possíveis), ajudam a construir as preferências, os projetos e as visões de mundo (já que esses “bens imateriais” também circulam e se encontram nas redes) e dão acesso diferenciado a recursos de poder dos mais variados tipos, que em inúmeros casos são veiculados pelas redes (desde *status* e prestígio até recursos mais facilmente mensuráveis, como dinheiro e informação).

Jourdain e Naulin (2017), ao explicarem o capital social em Bourdieu, também trazem a importância das redes, afirmando que quanto mais importante for a rede de relações e quanto maior o número de pessoas com as quais o agente se relaciona, maior será o seu capital social, o que explicaria grande parte do sucesso de Janene, vez que ele manteve uma diversidade de relações transitando entre partidos diferentes, grupos de orientações ideológicas diversas, de regiões geográficas diversificadas, assegurando assim uma teia, uma extensa rede que flutuou conforme a sazonalidade e o interesse de Janene, sendo algumas mais duradouras, porque delas seguia extraíndo benefícios, como foi o caso de sua relação com Youssef, que durou até a sua morte. Waizbort (1999 p. 92) destaca que esta inconstância é uma característica das redes de interesses, pois tais redes, por serem informais, estão sempre em processo, “fazem e desfazem, se constroem, se destroem, se reconstroem”, conforme a sazonalidade e a durabilidade dos interesses comuns de seus membros.

4. POLÍTICA COMO NEGÓCIO DA FAMÍLIA

O título deste capítulo remete ao livro de nome “A Política como Negócio de Família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar”, no qual o autor José Marciano Monteiro (2016), apresenta como as famílias objeto de seu estudo fizeram do Estado seu balcão de negócios, se apropriando deste metacampo para benefícios dos seus. A família objeto de nosso estudo, os Janene, da mesma forma apropriou-se do Estado regionalmente, no Norte do Paraná, e chegaram a alçar vôos mais longos na política nacional, o qual poderia ter sido ainda mais alto, não fosse a morte precoce do mais importante membro do grupo.

Goulart (2018, p. 65) narra que há uma regularidade histórica no Brasil, no campo político, o qual sempre foi um “espaço priorizado para as famílias, de certa forma as mais notáveis de cada lugar”. As famílias no poder começam por domínios locais, como os Janene, que tiveram como nicho Londrina-PR, e vão alçando novos patamares e outras esferas na medida em que montam suas redes de apoio e vão inserindo os seus membros no bojo do aparelho de Estado, numa espiral de privilégios e acumulação de capitais. Neste sentido, Goulart (2018) chama a atenção que as redes familiares se constroem tanto por meio de cargos eletivos, mas também, e talvez principalmente, por meio de cargos comissionados de livre nomeação, como veremos ter sido o caso dos Janene.

Assim como, apesar de imigrantes e novatos na política londrinense, a família Janene rapidamente ganhou notoriedade por meio das trocas de capitais com outras famílias já dominantes na cidade, como os Belinati, que foram objeto da pesquisa de mestrado da autora desta tese (SILVA, 2015). Oliveira (2012, p. 52) explica que este também é um fenômeno recorrente no campo político brasileiro:

Os novos ingressos na categoria dos ricos e poderosos tendem a ser absorvidos, assimilados e integrados nas antigas redes sociais, políticas e de nepotismo já existentes. Os novos ricos e os novos poderosos, se bem-sucedidos, terão estratégias sociais, matrimoniais, empresariais e políticas de aliança, convivência, cumplicidade e fusão com as velhas elites.

A partir destas bases veremos que os Janene não fugiram à regra e abusaram da ocupação do aparelho do Estado em seu favor. Assim, serão apresentados neste capítulo as alocações e deslocamentos da família no espaço social, o *modus operandi* de estabelecimento de alianças e de atuação política, unindo a tríade família -

empresa - Estado para o sucesso da família, além de apresentarmos a atuação parlamentar de José Janene, quando também atuou de forma a beneficiar alguns de seus interesses pessoais com os assuntos pautados e as comissões ocupadas.

4.1 NEPOTISMO E REDE FAMILIAR: DESLOCAMENTOS DA FAMÍLIA JANENE NO ESPAÇO SOCIAL

Era esperado que com os vastos capitais que possuíam, os Janene ocupassem diversas posições no espaço social, formando sua rede de poder a partir de seus familiares. Vale destacar que além do Estado, a família ocupou também posições estratégicas em organizações da sociedade civil, que apesar de não governamentais, sempre estiveram nos meandros das decisões e do poder local em Londrina-PR, tais como aquelas vinculadas ao agronegócio ou de articulação dos comerciantes e industriais da cidade. Vejamos a distribuição destas posições.

Abdelkarim Janene foi o primeiro a ocupar um posto formal de importância regional e até mesmo nacional, em que pese não tenha sido em uma instituição pública. A história da Sociedade Rural do Paraná - SRP versa que no ano de 1946, dezenove agropecuaristas recém-chegados a Londrina-PR criaram a Associação Rural do Paraná - ARP, da qual Abdelkarim fez parte do conselho, sendo reconhecida liderança, como já abordado. Em 1965 a ARP transformou-se em Sociedade Rural do Norte do Paraná e cinco anos depois foi formalizada a SRP, como hoje a conhecemos. Abdelkarim foi também conselheiro (1966-1968, 1968-1969, 1970-1972), membro suplente da Comissão Fiscal (1974-1976) e membro do Conselho Deliberativo (1976-1978, 1978-1980, 1980-1982) da referida sociedade. O reconhecimento dos préstimos de Abdelkarim ao agronegócio local ficou registrado quando a SRP deu o nome dele ao principal salão do Parque de Exposições Ney Braga, no qual ocorrem grandes festas da classe dominante, assim como milionários leilões de bovinos e equinos, até os dias atuais.

Logo após a fundação oficial da SRP, o filho de Abdelkarim, Jamil Janene⁴⁰ presidiu a entidade por dois mandatos consecutivos (1980-1982 e 1983-1984), sendo o terceiro presidente da instituição. A historiadora Maria Lucia Barbosa (2000) conta

⁴⁰ A família Janene contou com dois parentes de nome homônimo, sendo o primeiro, filho de Abdelkarim Janene e o segundo, seu sobrinho, que foi vereador em Londrina.

que Jamil Janene exerceu importante função na SRP, vez que assumiu a presidência num período difícil, após a chamada “geada negra” de 1975, que destruiu milhares de cafezais na região, enfraquecendo a cafeicultura. Jamil foi um articulador de políticas de apoio dos governos para os agricultores do Paraná, seguindo os rastros do pai. O mesmo Jamil ocupou também os cargos de 1º Secretário (1966-1968), Diretor do Departamento de Cereais (1968-1969), 1º Vice-Presidente (1976-1978), 2º Vice-Presidente (1978-1980, 1988-1990), Diretor sem Pasta (1984-1986, 1986-1988), membro nato do Conselho Deliberativo (1990-1992), membro do Conselho de Administração (2004-2006).

Outro filho de Abdelkarim, Inocêncio Janene, atuou também na SRP como diretor do Departamento Social (1986-1988). Inocêncio foi, ainda, Diretor-adjunto do Jockey Clube de Londrina, no biênio 2003-2004. O filho mais velho de Abdelkarim, Anísio Janene, não ocupou cargos na SRP, mas em contraposição, esteve à frente por mais de uma década do Sindicato Patronal Rural de Londrina-PR, organização responsável pelas negociações com os trabalhadores rurais e defesa dos interesses do agronegócio. O membro mais contemporâneo da ala da família Janene vinculada ao *agrobusiness* é o agropecuarista Marcelo Janene El Kadre, o qual ocupou e ocupa ainda vários cargos na SRP, dentre eles o de Diretor Comercial (1997), Diretor de Atividades Agrícolas (2002-2003) e de Pecuária (2003-2004) e Diretor Vice-Presidente (2004-2006), compondo atualmente o Conselho Superior da referida instituição. Isto posto, pode-se afirmar que os Janene do ramo de Abdelkarim, primos de nosso personagem principal, dominam a SRP desde a fundação da instituição, sendo esta um espaço privilegiado para acumulação de capitais.

Vale destacar que a SRP foi e ainda é um importante espaço de articulação política e econômica em Londrina-PR e no Paraná como um todo, no qual integram-se os grandes produtores rurais e latifundiários para defesa de seus interesses. O protagonismo da SRP é tamanho, que dentre a galeria de seus presidentes, diretores e conselheiros temos prefeitos, governadores e senadores, tais como Alexandre Lopes Kireeff, Antonio Fernandes Sobrinho, Nelson Maculan, Nicolau Lunardelli, Hugo Cabral, Otávio Cesário Pereira, dentre outros, os quais tiveram o capital econômico no campo do agronegócio e as alianças estabelecidas neste *locus* como propulsores de suas carreiras políticas.

Enquanto os descendentes de Abdelkarim Janene atuavam nas instituições defensoras dos interesses do agronegócio, o ramo familiar de Mohamad Assad, pai

de José Janene, prosperava na indústria e no comércio com as empresas de iluminação pública, especialmente a F. Jannani, também elencada no item já citado. Uma vez integrando a classe economicamente dominante local, os Janene são trazidos para o campo político “pelas mãos” da família Belinati, em mais uma clássica conjugação de poder político e poder econômico (BARAN; AUDI, 2015e).

Foi no final dos anos 1980 que a aliança Janene e Belinati teve seu início, conforme anteriormente exposto nesta pesquisa. A recompensa pelo apoio econômico de Janene à campanha de Belinati foi a indicação de cargos do primeiro e segundo escalão no município. Diz o blogueiro sobre a atuação de José Janene nessas eleições:

Ganha a prefeitura e com isso o direito de ratear a administração com seus indicados. [...] A partir daqui é o negociador das tarifas de transporte coletivo com a empresa dos Irmãos Lopes, pois seu indicado é o secretário de Serviços Públicos. [...] Monta dentro da prefeitura de Londrina um esquadrão de apadrinhados [...]. (MOLINA, 2010)

Nesta ocasião, apadrinhados foram nomeados, mas nenhum parente ganhou cargos no município, em que pese ao longo da gestão municipal (1989 - 1992) Janene tenha ganho prestígio, visibilidade e acumulou ainda maior capital econômico. Tais capitais asseguraram a ele, como um dos grandes financiadores e articuladores da campanha a prefeito de Luiz Eduardo Cheida (PT), a indicação do do seu irmão, Assad Janani, para o cargo de vice-prefeito na chapa, a qual saiu vitoriosa, derrotando novamente Wilson Moreira, do PSDB. Na gestão de Cheida, além de vice-prefeito, Assad foi Presidente da Sercomtel, a companhia municipal de telefonia.

Em 1994, tendo o apoio de Belinati e a máquina municipal de Londrina-PR nas mãos, José Janene elege-se deputado federal, cargo que ocupou por três mandatos (1995-1998, 1999-2002, 2002-2006), não chegando a concluir o terceiro em razão da aposentadoria por invalidez. Mesmo estando em Brasília-DF e engajado politicamente em âmbito nacional, em 1996, Janene voltou a apoiar a candidatura de Antonio Belinati para o cargo de Prefeito de Londrina-PR, campanha na qual saíram vitoriosos. Sobre a atuação de José Janene nessa campanha há um relato interessante publicado no jornal online Impacto Paraná, reproduzida no blog “Molina... Solta o Verbo”:

[...] Faz desistir da campanha a prefeito o então vereador Alex Canziani, pelo PTB, indicando ele para ser o vice-prefeito de Antonio Belinati. José Janene utiliza recursos para custear as despesas já feitas pelo pré-candidato a prefeito e garante Alex na chapa PDT e PTB. Faz uma associação com o candidato do PT a prefeito de Londrina [...], deputado Paulo Bernardo, que começa a atacar o candidato que incomodava aos planos dele: Luiz Carlos Haully, pelo PSDB. Paulo Bernardo utiliza todo o tempo de televisão e rádio para atacar Haully e com isso deixar o caminho livre para Antonio Belinati. No segundo turno entre Belinati e Haully, José Janene consegue viabilizar recursos de Jaime Lerner como governador e mantém uma equipe coordenada pelo próprio chefe de gabinete Gerson Guellmann e o jornalista Fábio Campana. [...] Garante que o PT de Londrina, comandado por Paulo Bernardo, André Vargas e Nedson Micheletti, dê o apoio para a campanha vitoriosa de Antonio Belinati no segundo turno. Garante a eles a manutenção de cargos para petistas no governo de Belinati – como a Secretaria de Finanças, secretarias especiais, secretaria da mulher além de muitos cargos terceirizados na tal Frente de Trabalho. (MOLINA, 2010)

O apoio à Belinati foi cobrado a preço caro por José Janene, já que nessa gestão do Poder Executivo municipal, Assad Jannani foi nomeado por Belinati para o cargo de Secretário Municipal de Serviços Públicos, secretaria responsável pelas articulações, contratações e concessões de transporte público, coleta de resíduos sólidos, dentre outros serviços urbanos, especialidade da família Janene. No início do ano de 1999, Assad mudou de pasta, assumindo a presidência da COHAB Londrina, deixando o cargo apenas cinco meses depois, em episódio já relatado nesta pesquisa, em que sua demissão foi articulada pelo próprio irmão. Fato curioso é que o pai deixou a COHAB, mas no ano seguinte, em meio aos mandatos “tampão” de Londrina-PR, após a cassação de Antonio Belinati, o filho de Assad Jannani, Michael Debb Jannani ocupou o cargo de Diretor Financeiro da instituição, pelo período de julho/2000 a janeiro/2001.

Já bem estabelecido na política londrinense, nas eleições municipais de 2000, Janene puxa para o seu lado o candidato Homero Barbosa Neto, do PDT, o qual havia sido seu assessor de imprensa no gabinete de Brasília-DF, entre os anos de 1995 e 1999⁴¹. Na chapa, como parte do acordo, figurou como Vice-Prefeito Assad Jannani. Em disputa contra Nedson Micheletti, a chapa de Barbosa Neto e Jannani foi derrotada. Nesse mesmo pleito municipal, outro membro da família Janene obteve sucesso em um cargo eletivo: Jamil Janene, primo de José, eleito pelo PDT já no primeiro pleito disputado, com 2.244 votos⁴². Nas eleições de 2002, como

⁴¹ Fonte: Lista de servidores por lotação histórica, fornecida pela Câmara dos Deputados, via Lei de Acesso à Informação.

⁴² Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

coordenador de campanha, Assad Jannani conseguiu eleger Barbosa Neto para o cargo de deputado estadual. Como parte do acordo, recebeu cargos comissionados na ALEP, ocupados por ele mesmo e pela esposa.

Nas eleições de 2004, Janene teria apoiado nos bastidores os três principais candidatos a prefeito de Londrina: Nedson, do PT, que pleiteava a reeleição; Belinati, pelo PSL, seu eterno sócio nos negócios políticos; e seu novo pupilo, Homero Barbosa Neto, pelo PDT. Saiu vitorioso Nedson Micheleti para o cargo de Prefeito, além de Jamil Janene, que conseguiu ser reconduzido no mandato de vereador, pelo PDT, com 2.649 votos⁴³.

Nas eleições de 2006, já aposentado e envolvido em inúmeras denúncias e processos por corrupção, o desgaste de Janene levou consigo seus apadrinhados e parentes, sendo o mais afetado o seu primo, Jamil Janene, que tentou o cargo de deputado estadual, pelo PDT, obtendo os poucos 5.574 votos. O mesmo feito repetiu-se nas eleições municipais de 2008, quando Jamil Janene ficou apenas na suplência do PMDB para a vereança, com 2027 votos. Em 2012, com o primo já falecido e as notícias de corrupção já não tão latentes, Jamil Janene elege-se novamente vereador, com 3164 votos, feito que não conseguiu repetir nas eleições municipais de 2016, quando teve apenas 2194 votos, e nem em 2020, quando conseguiu 2257 votos.

Vale destacar que mesmo não eleito, assim como o primo importante, Jamil Janene repete a aliança histórica com a família Belinati, mas agora com os contemporâneos daquela família, especialmente com Marcelo Belinati, sobrinho de Antonio Belinati e atual prefeito de Londrina-PR, do qual Jamil é ferrenho defensor e parceiro. A aliança rendeu a Jamil a indicação de seu genro, o advogado Thiago Mota Ribeiro, para comandar o Procon de Londrina-PR, substituindo o primo do ex-governador Beto Richa, Gustavo Richa. Thiago assumiu a direção do órgão em fevereiro de 2021 e ocupa o cargo até os dias atuais.

Voltando ao núcleo central de José Janene, como já mencionado, entre os anos de 2003 e 2006, seu irmão, Assad Jannani, e a esposa, Dulcinéia Jannani, ocuparam cargo comissionado na ALEP durante o mandato de Barbosa Neto como deputado estadual (2003-2006), ocasião em que Dulcineia foi acusada de ser funcionária fantasma daquela casa legislativa (GARCIA, 2009), no mesmo período em que o esposo, como já citamos, foi Chefe de Gabinete de Barbosa. O casal acabou

⁴³ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

envolvido nas investigações da chamada Operação Gafanhoto, deflagrada pelo Ministério Público do Paraná, na qual deputados foram acusados de manter servidores fantasmas em seus gabinetes e apropriarem-se de parte dos salários deles. A nomeação de Assad e Dulcinéia por Barbosa Neto poderia ser caracterizada como uma situação de nepotismo cruzado. O nepotismo cruzado, segundo Rodrigues (2005) é aquele em que há a nomeação de parentes de um agente público em troca de favores. Nesse caso, os Janene haviam sido robustos doadores de campanha do deputado, conforme publicado na prestação de contas do candidato, na página Divulgacand 2002, do TSE. Importa lembrar que Barbosa Neto tinha sido assessor de Janene em Brasília-DF, nomeado também em cargo comissionado da Câmara Federal. Acrescente-se que Assad Jannani também assumiu cargo importante junto a Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL, ocupando uma diretoria da instituição entre os anos de 1995-1996 (ACIL, 2007), na gestão de Francisco Negri Filho, empresário do ramo imobiliário. A ACIL é um importante espaço de organização do empresariado e dos industriais da região, no qual atuam de forma articulada para defender os interesses do grupo perante os órgãos públicos, assim como, perante os sindicatos de trabalhadores das áreas afetadas. A ACIL está para o capital econômico urbano tal como a SRP para o rural.

Em situação com indícios de nepotismo trocado, que segundo Rodrigues (2005) é aquele em que dois agentes que atuam na mesma esfera de governo e no mesmo poder nomeiam um ao apaniguado do outro, temos situação envolvendo Stael Fernanda, ex-esposa de Janene, que foi nomeada para atuar no gabinete do deputado José Borba, do PMDB do Paraná, no ano de 2003 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005), enquanto Janene abrigava em seu gabinete a esposa do mesmo parlamentar. Maria Aparecida Borba esteve nomeada no gabinete de Janene de fevereiro/1999 a janeiro/2003⁴⁴. Na ocasião em que a situação foi denunciada, Janene assumiu ter se tratado de uma troca, afirmando em entrevista: “Isso aí faz três anos que foi desfeito e... é aqueles pedidos que você recebe: ‘olha, vamos fazer uma troca de funcionários’... e acabou” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005b). Em situação de nepotismo direto, Stael Fernanda esteve nomeada como Secretária Parlamentar de José Janene nos períodos de 1995 a 1999 e de 2003 a 2007 (FOLHA DE SÃO

⁴⁴ Fonte: Lista de servidores por lotação histórica, fornecida pela Câmara dos Deputados, via Lei de Acesso à Informação

PAULO, 2005b), mostrando que após as denúncias de nepotismo trocado entre os deputados, Stael não esteve “desempregada”, pois foi então nomeada no gabinete do próprio marido. Vaz (2005) aponta que a prática do nepotismo na Câmara Federal é corriqueira, sendo que em sua pesquisa, no início dos 2000, diz ter localizado mais de seiscentos parentes de deputados atuando em cargos comissionados nos gabinetes daquela casa legislativa.

Outro parente a ter ocupado cargo público foi Meheidin Hussein Jenani, primo de José, já citado aqui, e sua esposa, Rosa Alice Valente, os quais atuaram como comissionados na assessoria parlamentar de Janene em Brasília-DF, estando nomeados nos períodos de 1995 a 1999, 1999 a 2003 e 2003 a 2006 atuando durante toda a carreira parlamentar de José, tendo papel central na questão do mensalão e do petrolão. Meheidin também é apontado como um dos homens de confiança do primo, sendo que ao longo da trajetória de Janene, administrou as fazendas dele, sendo responsável por toda a parte financeira, envolvendo pagamentos de funcionários e de despesas, assim como, atuou junto a Eletrojan, também na administração da empresa. Em sentença expedida pelo juiz federal Marcos Josegredi da Silva, com base em depoimentos prestados no bojo de uma ação penal, confirmam-se tais afirmações no seguinte trecho:

q) depoimento de Roberto Brasiliano da Silva, que trabalhou no escritório de José Janene (falecido) e afirmou que MEHEIDIN administrava as coisas do político fora do escritório, enquanto ROSA ALICE e CARLOS ALBERTO MURARI pagavam despesas pessoais da família com dinheiro de Janene. (JUSTIÇA FEDERAL, 2019)

Um dos sobrinhos de José Janene, o qual rompeu com o tio ao longo da vida política, Aristides Barion Junior, foi o coordenador de campanha de José e ganhou um cargo de assessor parlamentar do tio, no gabinete em Brasília-DF, ao qual ele mesmo afirmou em depoimento que nunca exerceu e era obrigado a devolver o salário integralmente à Janene (RAMOS, 2000). Barion ocupou cargo de Secretário Parlamentar entre os anos de 1995 e 1999. O gabinete de José Janene ainda abrigou em cargos comissionados o seu primo, Emir Janene, no período de 1999 a 2003. Emir também trabalhava com Faíçal Jannani na empresa EBEPEC, sendo que até os dias atuais declara-se em suas redes sociais como “diretor comercial” da referida empresa, que tem sede no interior do Estado de São Paulo. Também no gabinete parlamentar na Câmara Federal esteve nomeada Dalva Viana El Jannani, viúva de Ali Mohamad,

o irmão falecido de José Janene, a qual ocupou o cargo de Secretária Parlamentar durante os três mandatos do deputado, entre os anos de 1995 e 2006. Daniele Janene, filha de José, também atuou no gabinete do pai, entre 1999 e 2003⁴⁵.

Além da ocupação de cargos públicos, os Janene também atuaram em instituições de organização da classe dominante. Assim como SRP e ACIL, já relatadas, é possível verificar uma atuação importante da família também junto aos Rotary Clubes. Solaima Janene tem intensa atuação no Distrito nº 4710, localizado em Cambé/PR, município vizinho de Londrina-PR. A irmã de Janene ocupa atualmente o cargo de orientadora da Casa da Amizade do referido distrito, assim como Assad Jannani também já foi diretor de uma Casa da Amizade.

QUADRO 4 – Cargos e posições ocupados pela família Janene

POSIÇÕES E CARGOS OCUPADOS PELA FAMÍLIA JANENE			
Familiar	Parentesco em relação à José Janene	Cargo/função	Local/Órgão
Abdelkarim Janene	Possível tio-avô	Conselheiro/Fundador	Associação Rural do Paraná
		Conselheiro	Sociedade Rural do Paraná
		Membro Comissão Fiscal	Sociedade Rural do Paraná
		Membro Conselho Deliberativo	Sociedade Rural do Paraná
Jamil Janene (filho Abdelkarim)	Possível primo do pai	Presidente	Sociedade Rural do Paraná
		1º Secretário	Sociedade Rural do Paraná
		Diretor Departamento de Cereais	Sociedade Rural do Paraná
		1º Vice-presidente	Sociedade Rural do Paraná
		2º Vice-presidente	Sociedade Rural do Paraná
		Diretor sem Pasta	Sociedade Rural do Paraná
		Conselheiro de Administração	Sociedade Rural do Paraná
Conselheiro Vitalício	Sociedade Rural do Paraná		
Inocêcio Janene	Possível primo do pai	Diretor Departamento Social	Sociedade Rural do Paraná
		Diretor-adjunto	Jockey Clube de Londrina
Anísio Janene	Possível primo do pai	Presidente	Sindicato Patronal Rural de Londrina
Marcelo Janene El Kadre	Primo	Diretor Comercial	Sociedade Rural do Paraná
		Diretor de Pecuária	Sociedade Rural do Paraná
		Vice-presidente	Sociedade Rural do Paraná

⁴⁵ Fonte: Lista de servidores por lotação histórica, fornecida pela Câmara dos Deputados, via Lei de Acesso à Informação

POSIÇÕES E CARGOS OCUPADOS PELA FAMÍLIA JANENE			
Familiar	Parentesco em relação à José Janene	Cargo/função	Local/Órgão
		Conselheiro	Sociedade Rural do Paraná
Assad Jannani	Irmão	Vice-prefeito	Prefeitura Municipal de Londrina
		Presidente	Sercomtel/Município de Londrina
		Secretário Municipal de Serviços Públicos	Prefeitura Municipal de Londrina
		Presidente	Cohab Londrina
		Chefe de Gabinete do Dep. Barbosa Neto	Assembleia Legislativa do Paraná
		Diretor	Associação Comercial de Londrina
Dulcinéia Jannani	Cunhada (esposa Assad Jannani)	Assessor Parlamentar do Dep. Barbosa Neto	Assembleia Legislativa do Paraná
Michael Debb Jannani	Sobrinho (filho Assad Jannani)	Diretor Financeiro	Cohab Londrina
Menheidem Hussein Jenani	Primo	Assessor Parlamentar Dep. José Janene	Câmara Federal
Rosa Alice Valente	Esposa do primo (Menheidem)	Assessora Parlamentar Dep. José Janene	Câmara Federal
Dalva Viana El Jannani	Cunhada (esposa do falecido Ali Jannani)	Assessora Parlamentar Dep. José Janene	Câmara Federal
Aristides Baron Junior	Sobrinho (filho Solaima Janene)	Assessor Parlamentar Dep. José Janene	Câmara Federal
Emir Janene	Primo	Assessor Parlamentar Dep. José Janene	Câmara Federal
José Mohamad Janene	xxxxxx	Deputado Federal (três mandatos)	Câmara Federal
Stael Fernanda Janene	Esposa (segundo casamento)	Assessora Parlamentar Dep. José Borba	Câmara Federal
		Secretária Parlamentar Dep. José Janene	Câmara Federal
Daniele Janene	Filha (matrimônio com Marisa Kemmer)	Assessora Parlamentar Dep. José Janene	Câmara Federal
Jamil Janene (filho de Mohamed Cassim Janene)	Primo	Vereador (três mandatos)	Câmara de Vereadores de Londrina

POSIÇÕES E CARGOS OCUPADOS PELA FAMÍLIA JANENE			
Familiar	Parentesco em relação à José Janene	Cargo/função	Local/Órgão
Solaima Assaid Janene	Irmã	Orientadora da Casa da Amizade	Rotary Clube de Cambé
Thiago Mota Ribeiro	Genro de Jamil Janene (primo de José Janene, vereador)	Diretor	Procon Londrina

Fonte: Autora (2022)

Assim como concluímos no caso dos Belinati, na pesquisa desenvolvida durante o mestrado desta autora (SILVA, 2015), aqui também se faz presente a máxima de que a ocupação do Estado pelas famílias é um fenômeno que independe do tempo, não requerendo a presença de famílias tradicionais ou de localidades com extenso tempo de existência, vez que os Janene são imigrantes, chegaram ao Brasil em meados do Século XX e se instalaram em cidades recém-colonizadas do Norte do Paraná, ocupando espaços de poder, tanto na área pública como nas entidades organizadoras dos interesses de blocos da sociedade civil, mostrando que as relações de poder e parentesco são parte da estrutura e do funcionamento do Estado brasileiro. Janene não foi diferente, usando de todas as formas de nepotismo, espalhando seus parentes tanto em seu gabinete, como nos de seus parceiros políticos. Oliveira (2012, p. 73) esclarece que o nepotismo “é uma grande rede social de interesses, favores e cumplicidades organizados com os cargos políticos do aparelho do Estado”. O mesmo autor segue esclarecendo:

[...] e o que define sociologicamente o fenômeno do nepotismo é a relação entre estruturas de poder político e estruturas de parentesco. O nepotismo é uma relação política de favoritismo e de patronagem, sob as mais diversas formas sociais e políticas. (OLIVEIRA, 2012, p. 73)

Veremos como o clientelismo, a patronagem e o favoritismo estiveram presentes na trajetória dos Janene, em nosso próximo item. Em que pese não seja defendido por muitos, o nepotismo é um fenômeno praticado pela grande maioria dos agentes do campo político brasileiro (OLIVEIRA, 2012). José Janene fugia à regra

neste sentido, vez que publicamente era um defensor do nepotismo, mostrando sua opinião publicamente algumas vezes, sob a alegação de que um político necessita de pessoas de confiança à sua volta e os familiares ofertam este requisito (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005c).

Monteiro (2016) analisa que a manutenção das redes familiares em cargos e postos estratégicos é uma importante estratégia de manutenção do poder, conferindo maior robustez aos capitais social e político de um agente ou de um grupo:

Ter familiares no comando das prefeituras, atuando nas assembleias legislativas e, conseqüentemente, na Câmara Federal, é ter um lastro de aberturas em diversas instituições públicas do Estado e em instituições privadas no mercado. É ter acesso e, muitas vezes, controlar um volume considerável de fluxo de recursos financeiros. [...] Desta feita, dominar essas instâncias é controlar volumes significativos de recursos econômicos. É envolver diversos agentes nas relações. E muitos agentes envolvidos é o que dá capilaridade a formação da musculatura do capital social e, conseqüentemente, do capital político. (MONTEIRO, 2016, p. 124)

Isto posto, é sabido que o maior interesse na ocupação de cargos públicos não é necessariamente o emprego e/ou o salário, mas a rede de beneficiamento e proteção que se pode obter colocando familiares em postos estratégicos. Comparativamente a outras famílias do poder, os Janene não ocuparam um número expressivo de cargos eletivos e de livre nomeação, mas os poucos que ocuparam lhes serviram para operar seus interesses dentro do aparelho estatal, como veremos em nosso próximo item.

4.2 O MENINO DO DEDO VERDE: O *MODUS OPERANDI* DA FAMÍLIA JANENE

O título deste item refere-se à Tistu, o famoso menino do dedo verde, da obra de Maurice Druon. Assim como o menino do conto tinha um polegar verde e mágico, que em tudo o que tocava crescia e florescia, nosso personagem principal, José Janene, também fez “florescer” muito do que tocou, por meio do seu *modus operandi*: financiamento de campanhas mediante a garantia de cargos para seus apadrinhados, com coincidente contratação de suas empresas e das de seus familiares pela gestão municipal. Como ficou evidenciado em nosso item anterior, seu irmão, Assad Jannani, apontado por muitos como o “testa de ferro” de Janene, foi por vezes o escolhido para

ocupar cargos estratégicos na Prefeitura de Londrina-PR, assumindo a Secretaria de Governo, a presidência da COHAB e da Sercomtel.

É certo que Janene não inova na forma de agir, unindo Estado, família e empresas, mas levou o negócio político a patamares elevados e cifras superlativas, mesmo tendo uma carreira relativamente curta, encerrada com sua morte. A troca de capitais político e econômico foi uma constante na carreira de Janene, numa forma de retroalimentação: o capital econômico assegurava a entrada no governo, ganhando capital político, que era revertido novamente em capital econômico. Chama a atenção também que Janene não se limitou ao Município de Londrina-PR, já que seus negócios de família com o Estado chegaram a outros estados da federação e ao âmbito nacional, mostrando a pertinência da afirmação de Oliveira (2012, p. 78) de que comumente “os grupos regionalmente dominantes estendem necessariamente as suas atuações política no governo federal, mas sempre com uma base regional de poder”. A família aqui estudada é um exemplo clássico de partida do regional para o âmbito nacional, mas não apenas no Governo Federal, espraiando-se por prefeituras e governos de estados brasileiros.

Monteiro (2016) aponta que é no município, no âmbito local, que comumente as famílias iniciam suas estratégias de reprodução e de ampliação de bases de apoio eleitoral, normalmente ocupando cargos elementares para a gestão de serviços e recursos públicos no Poder Executivo. De acordo com o autor:

Esta estratégia é montada, quase sempre, pelos parentes e pertencentes à parentela, os quais passam a controlar a ordenação de despesas mantendo fluxos de controle sobre os maiores orçamentos municipais. Este controle de recursos públicos é o que, fundamentalmente, tem permitido a intermediação entre o político e a sociedade. (MONTEIRO, 2016, p. 123)

A família Janene não foge a esta regra. Antes mesmo da entrada de Janene para o campo político, seu irmão, Faiçal Jannani, já comercializava com as prefeituras pequenas da região de Londrina-PR, como noticiava a imprensa, sendo José um dos negociadores do irmão junto aos representantes de tais municípios. Mas foi mesmo no Município de Londrina-PR, a partir da segunda gestão de Antonio Belinati como prefeito (1989-1992), que o dedo verde de Janene realmente passou a funcionar. Confirma tal fato afirmações de reportagem publicada no ano de 2015:

Dois anos depois da aproximação com Antonio Belinati, José Janene já havia ampliado o leque de negócios ilícitos com a prefeitura de Londrina e municípios da região. Ele mantinha, com a ajuda dos irmãos Faiçal e Assad, desde contratos com concessionárias de veículos até o aluguel de arquibancadas para eventos. [...]

“Foi um casamento perfeito. Um tinha o dinheiro e outro, a fala. Mas a conta veio depois”, aponta um político local. A “conta”, segundo ele, viria em indicações de confiança do empresário na prefeitura, para assegurar - e superfaturar - contratos com a administração pública. (BARAN; AUDI, 2015)

Nesta gestão de Antonio Belinati, o Secretário de Serviços Públicos nomeado, em 1989, por meio do Decreto nº 01/1989, foi Eduardo Alonso, apadrinhado, sócio, coordenador das campanhas de José (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005b) e um dos protagonistas do caso AMA/COMURB. Nesta mesma gestão, Janene também emplaca outro parceiro, Carlos Alberto Klamas, como presidente da AMETUR, empresa pública que tratava dos assuntos relacionados ao fomento ao esporte e ao turismo no município. Klamas foi também assessor de gabinete de Janene em dois mandatos, entre 1995 e 2003.

Expandindo para outros Estados brasileiros, em 1992 Janene formalizou contrato entre a Eletrojan e o Município de Rolim de Moura, em Rondônia, para a instalação de duzentos postes de iluminação, os quais teriam sido superfaturados, sendo vendidos ao preço “de um carro zero km cada” (HOLLANDA; CUNHA, 2005), como apontaram os jornais da época. Por tal situação, o prefeito da cidade em tela, José Joacil Guimarães, do PDS, respondeu processo e só não foi cassado porque Janene teria “comprado” o voto contrário de alguns vereadores (CONSULTOR JURÍDICO, 2005). Tal caso foi permeado por situação fatídica na qual o advogado da Eletrojan teria confundido o nome dos vereadores, oferecendo o dinheiro para o principal opositor do prefeito, crendo estar o fazendo para um vereador aliado (HOLLANDA; CUNHA, 2005). O referido vereador denunciou Janene, que respondeu processo criminal junto ao STF, por ter foro privilegiado.

Também no Estado de Rondônia, mas na cidade de Ji-Paraná, Janene prestou serviços de transporte coletivo com a empresa Viação Ji-Paraná, negócio este que esteve à frente Eduardo Alonso, já citado neste item, o qual operou para Janene naquela região do país. Diários oficiais do Poder Executivo estadual de Rondônia, do ano de 1997, trazem ainda extratos de contratos da Eletrojan com a Centrais Elétricas de Rondônia - CERON.

Paralelamente, tocando seus negócios em Londrina-PR, em 1993, já na gestão do prefeito Luiz Eduardo Cheida, do PT, na qual Assad Jannani foi vice-prefeito

e presidente da Sercomtel, a empresa pública de telefonia fechou um contrato milionário com o Banco Fator, empresa envolvida em escândalos no Município de São Paulo-SP, na gestão de Celso Pitta, e em denúncias de corrupção envolvendo Paulo Maluf, com o qual já restaram demonstradas as ligações de Janene, dentro do PP. No bojo da Operação Lava-Jato, em delação premiada, operadores vinculados à José Janene afirmaram que o elo entre Janene e o PT era Paulo Bernardo, e que foi por meio dele que Janene negociou a entrada de Assad na chapa, e conseqüentemente, o cargo ocupado por ele depois, na empresa pública de telefonia. Segundo as delações, foi por meio de contratos com o Sercomtel, intermediados por Janene, que se fez um caixa milionário para sua campanha a deputado federal, em 1994 (FARIA, 2016).

Segundo divulgado pela imprensa, em uma apreensão feita pela Polícia Federal em documentos de Alberto Youssef, teria sido localizada uma caderneta de José Janene, com anotações de doações para a campanha de Paulo Bernardo para deputado federal, em 1998, assim como, para André Vargas, também do PT, de Londrina. O Ministério Público Federal também apontou que a chefia da divisão da Polícia Federal de Londrina-PR era ocupada por uma pessoa que foi indicada por Janene e Paulo Bernardo, sendo que Janene e Youssef, supostamente, também eram “colaboradores” de projetos desenvolvidos pelo Sindicato dos Policiais Federais do Paraná, mediante custeio de despesas de tais atividades (MASCHIO, 2003). A imprensa registrou que quando Paulo Bernardo assumiu a Secretaria de Estado da Fazenda do Mato Grosso do Sul, na gestão de Zeca do PT (FARIA, 2016), Janene teria formalizado negócios naquela região, por meio das empresas F. Jannani e Visatec, de propriedade de seu irmão Faiçal (MOLINA, 2010).

Enquanto operava em Londrina-PR por meio do Sercomtel, em 1993 José Janene fechou contratos para fornecimento de postes de iluminação, por meio da Eletrojan, para a Companhia de Desenvolvimento da Prefeitura de Foz do Iguaçu-PR, na gestão de Dobrandino Gustavo da Silva, do PMDB. Os serviços prestados ficavam na casa dos R\$ 464 mil, pagos para instalar 64 postes na cidade. Em 1996, a Eletrojan foi denunciada pelo Ministério Público, acusada de ter fraudado e falsificado certidões negativas para poder participar da licitação que lhe rendeu tais contratos (MASCHIO, 1997).

Ainda no mesmo contrato, Janene foi alvo de denúncias e processo criminal (FOLHA DE LONDRINA, 1997b), acusado de superfaturar a venda dos postes.

Segundo o Ministério Público, foram cobrados R\$ 7,5 mil por poste, enquanto o valor de mercado seria de no máximo R\$ 2 mil. Na ocasião, Janene defendeu-se publicamente, afirmando que no caso em tela, era necessário não apenas instalar postes novos, mas também remover os postes e as luminárias antigas que existiam no local. Dada a situação, o deputado pediu falência da Eletrojan, fechou a empresa e passou a operar no mesmo ramo com a empresa Mercoluz, também empreiteira de serviços públicos.

Sobre a Mercoluz, a empresa foi registrada em nome de Antonio Alcântara Filho e Luiz Yutaka Fukushigue, ex-funcionários da Eletrojan, e funcionava no imóvel pertencente à Janene, no qual também foi a sede da empresa falida (RAMOS, 2006). Apesar de Alcântara negar à imprensa que a Mercoluz fosse de Janene, veículos do então deputado eram vistos no local com frequência, inclusive o caminhão de som utilizado nas campanhas políticas de José (FOLHA DE LONDRINA, 1999). A Mercoluz acabou por ocupar o espaço da Eletrojan na sua natureza de serviços (iluminação pública). O vínculo de Janene com a Mercoluz fica também registrado nas campanhas do deputado, em 1998 e 2002, pois a empresa doou valores razoáveis, especialmente em 1998, quando a Mercoluz pagou por R\$ 18 mil dos R\$ 162 mil oficialmente gastos por Janene no processo eleitoral.

Em 1994, Janene adentrou no Estado de Minas Gerais, no Município de Timóteo, com a empresa do irmão, a F. Jannani, prestando serviços de iluminação pública, em contrato de cerca de R\$ 3,4 milhões, que após inúmeros aditivos, chegou a cerca de R\$ 12 milhões, contratados por meio de licitação pelo prefeito petista Geraldo Nascimento de Oliveira. Tal obra também entrou em litígio, uma vez que após a conclusão, a F. Jannani deixou de receber cerca de R\$ 6,5 milhões restantes, sendo necessário requerer o pagamento por meio judicial. Anos mais tarde, em 2003, o nome dos Janene esteve novamente em voga na cidade após denúncia de que Faiçal e José estariam negociando financiamento de campanha para um candidato petista, em troca do pagamento da dívida da prefeitura com a F. Jannani (HOLLANDA; CUNHA, 2005).

No Estado do Rio de Janeiro verificou-se que a F. Jannani realizou o serviço de instalação de postes e luminárias na orla da praia de Arraial do Cabo (FÉLIX, 2017), envolvendo-se em uma polêmica que se arrastou por anos, vez que por influência da empresa, o prefeito da época, Renato Viana, do PMDB, passou a cobrar uma taxa de iluminação dos moradores da cidade, a qual anos mais tarde foi revogada. Ao lado de

Arraial do Cabo-RJ, a cidade litorânea de Cabo Frio-RJ também recebeu obras de iluminação da F. Jannani, na gestão do prefeito José Bonifácio Ferreira, do PSDB (OTÁVIO; BRUNO, 2009).

Apesar das incursões por outros estados e municípios, os Janene nunca perderam o foco da Prefeitura de Londrina-PR. Com a volta de Belinati ao município em seu terceiro mandato (1997-2000), José Janene ganha novamente força e poder de mando na prefeitura local. Reportagem jornalística afere, a partir das investigações feitas pelo Ministério Público, que neste período Janene chegou a ter o controle sobre metade dos cargos comissionados do Poder Executivo municipal (TUPAN, 2016). Um destes cargos, talvez o mais importante deles, seja o de Assad Jannani, que comandou a Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Na gestão de Assad as empresas de Faiçal Jannani, Visatec (zeladoria pública), Visacon (construtora de obras) e Visamáquinas (aluguel de máquinas e equipamentos), passaram a prestar serviços para a Prefeitura de Londrina-PR. Em 1999, quando passou a ser gestor da COHAB, Assad foi denunciado e mais tarde condenado judicialmente por envolvimento em um caso de irregularidades na dispensa de licitação envolvendo uma empresa de Foz do Iguaçu-PR (TUPAN, 2016b). Na ocasião, Assad foi acusado de providenciar fraudes administrativas para pagar serviços à empresa Grande Piso Revestimentos. Na sentença da referida condenação, o juiz criminal Juliano Nanuncio, afirma:

Consoante se depreende dos relatos [...], existia um relacionamento espúrio entre agentes públicos e empreiteiros no âmbito da Cohab, todos convivendo em um mesmo ambiente, participando de churrascos e negociando, nos 'bastidores', sobre coisas públicas e certas envolvendo elevadas cifras [...]. Ademais [...] todos os envolvidos lidavam com os bens públicos como se particulares fossem financiando conchavos políticos com verbas públicas, em prejuízo ao erário. (TUPAN, 2016b)

As afirmações feitas pelo juiz corroboram para confirmar o *modus operandi* da família Janene no campo político e no campo econômico, usando a máquina pública para benefício das suas empresas, transformando a política num grande negócio de família. Ainda neste terceiro mandato de Belinati, a empresa Mercoluz venceu ao menos oito licitações na modalidade carta-convite, promovidas pela COMURB, entre 1998 e 1999, totalizando cerca de R\$ 625 mil à época (HORTA, 1999). Dentre tais contratos, estavam desde a instalação da decoração de Natal na cidade, instalação de postes e luminárias em logradouros públicos, implantação de iluminação no Bosque de Londrina e instalação de transformadores. Fato curioso é

que em parte destes processos licitatórios, a carta-convite foi disputada entre a Mercoluz e a Visatec, empresa de Faiçal Jannani. Parte dos contratos firmados nesta gestão serão tratados no capítulo seguinte, no bojo do escândalo AMA/COMURB, que culminou na cassação de Antonio Belinati e na abertura de mais de cem processos criminais contra Janene e seus parceiros.

As eleições do ano 2000 foram um caso peculiar para a trajetória de José Janene. Notícia veiculada no blog de política “Molina Solta o Verbo” narra que neste pleito Janene teria apoiado as campanhas de Barbosa Neto (do PDT, que tinha Assad Jannani como vice), de Nedson Micheleti, do PT, e de Cheida, agora no PMDB (MOLINA, 2010). O objetivo seria impedir a qualquer custo a entrada de Luiz Carlos Hauly, do PSDB, no Executivo Municipal, de grupo oposto ao seu na política regional. Conseguiu levar para o segundo turno Barbosa Neto e Nedson, sendo o segundo vitorioso.

Na gestão de Nedson Micheletti (2001-2008), Paulo Bernardo assumiu a Secretaria de Finanças de Londrina e segundo noticiado pela imprensa, foi neste contexto que a relação entre Janene e o PT foi fortalecida, sendo Paulo Bernardo o elo que introduziu Janene no circuito nacional (PEDRIALI, 2016). Como já apontado nesta pesquisa, a ligação entre Bernardo e Janene teria sido iniciada por intermédio de André Vargas. De início, o primeiro envolvimento de Janene teria sido indireto, por meio da empresa Fóssil Ambiental, vencedora do processo licitatório para a coleta de resíduos sólidos (lixo), a qual anos mais tarde, em depoimento em juízo, Eduardo Alonso, um dos operadores de José Janene, relatou que tal empresa pertencia a um ex-assessor de Janene e tinha como sócio oculto o próprio (CUNHA, 2005).

Ainda na gestão de Nedson, a empresa Visatec, de Faiçal Jannani e Faiçal Junior, venceu licitações⁴⁶ importantes no município, tais como: construção de viaduto de transposição da Av. Ayrton Senna, no valor de R\$ 4.070.172,01, envolta em polêmicas já relatadas nesta pesquisa; reparos da barragem do Rio Cabrinha, no valor de R\$ 79.000,00; coleta de lixo, no valor mensal de R\$ 47.380,00; limpeza do Lago Igapó, no valor mensal de R\$ 59.950,00; capina e roçagem em logradouros públicos, recebendo R\$ 221.225,60 mensais; limpeza de 25.000 bocas de lobo, no valor de R\$ 11,00 cada uma; poda, replantio e controle de pragas de árvores, no valor global de R\$ 1.632.778,05; revitalização do Parque Arthur Thomas, no valor de R\$ 479.409,17;

⁴⁶ Fonte: Jornal Oficial do Município de Londrina.

iluminação pública de praças, no valor de R\$ 276.584,72; iluminação pública em rotatórias, no montante de R\$ 193.560,41; iluminação do Lago Norte, de R\$ 193.511,38. O contrato que mais chama a atenção foi formalizado ao final da gestão de Micheletti, quando a Visatec foi contratada para execução de iluminação pública nas zonas Norte, Leste e Central de Londrina, pelo valor total de R\$ 2.100.580,00. Todos estes contratos foram firmados com o município entre os anos de 2006 e 2008 e em grande parte deles é possível observar em publicações oficiais a realização de aditivos de valores ao longo de suas execuções.

Como afirmado, os contratos das empresas dos Janene não se restringiram apenas ao âmbito local e estaduais, alcançando também estatais nacionais de grande porte, como os Correios. Conforme noticiado pela Revista Isto É, a empresa JN Rent a Car, de propriedade de Assad Jannani, alugava carros para a referida empresa (SEQUEIRA, 2014), em contratos que podem ter chegado aos valores astronômicos de mais de R\$ 77 milhões, ao longo de oito anos. As notícias deram conta de que os investigadores da Operação Lava-Jato detectaram que o patrimônio da empresa de Assad se multiplicou vinte vezes entre 2005 e 2013; a empresa também fazia transações com a MO Consultoria, de propriedade de Alberto Youssef. O caso ficou conhecido como “Mensalão dos Correios”:

O sucesso da JN Rent a Car nos Correios foi meteórico. De um faturamento de R\$ 1,4 milhão, em 2005, a locadora passou a ganhar mais de R\$ 20 milhões em 2009. Ela prestou serviços para a estatal em dez Estados da Federação: São Paulo (região metropolitana e interior), Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão, Bahia, Ceará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Só o contrato de São Paulo de 2006 foi aditivado dez vezes. Para fornecer 80 kombis aos Correios, a JN Rent a Car recebeu pouco mais de R\$ 15 milhões. Um investimento e tanto para quem investiu apenas um terço desse valor – e com dinheiro provavelmente obtido do esquema de lavagem, limpo de impostos e de origem ilegal. Segundo os Correios, cada Kombi custou R\$ 1,4 mil por mês. (SEQUEIRA, 2014)

A Revista Isto É aponta ainda outros contratos estabelecidos por Janene com prefeituras de diversos Estados, a maior parte firmados pela F. Jannani, Visatec, Visamotors e Visacon, dentre eles: locação de caminhões de lixo para a prefeitura de Canoas-RS, em gestão do PSDB; aluguel de tratores para Uruaçuana-RS, em gestão do PTB, e em Quaraí-RS, gerida pelo PP. Em Uruaçuana-RS, o contrato totalizou mais de R\$ 638 mil. Já em Quaraí-RS, a revista denuncia que Faíçal Jannani cobrava R\$ 84 mil mensais por cada máquina alugada, cerca de quatro vezes o preço de mercado da época. Em buscas nos sítios eletrônicos oficiais, especialmente na

imprensa oficial do Poder Judiciário de diversos Estados, pode-se constatar que as empresas dos Janene, entre elas a F. Jannani, Eletrojan e as de prefixo “Visa” prestaram serviços aos Municípios de Araputanga, Aquidauana e Água Boa, no Estado do Mato Grosso do Sul, além de Itapetininga e Santo André, ambas no Estado de São Paulo (SEQUEIRA, 2014).

Mesmo após a morte de José Janene, em 2010, os irmãos e sobrinhos continuaram nos negócios com suas empreiteiras públicas, formalizando contratos por meio de dispensa de licitação com a Prefeitura de Londrina-PR, na gestão de Barbosa Neto (2009-2012), ex-apadrinhado de Janene. Nesta gestão, a Visatec foi contratada para executar a reforma do calçadão central de Londrina-PR, no valor de R\$ 350.019,11; a coleta seletiva de lixo urbano, no valor global de R\$ 390.000,00; a mesma coleta foi recontratada, por meio de dispensa de licitação, pelo valor de R\$ 130 mil, em caráter emergencial; instalação de luminárias no Terminal Rodoviário de Londrina-PR, R\$ 132.525,00; execução de iluminação pública em 22 praças públicas, R\$ 316.213,00; construção do centro de cultura e de lazer da Zona Sul, no valor de R\$ 212.071,67; capina e roçagem, por meio de dispensa de licitação, no valor de R\$ 590.285,00; reforma do calçadão R\$ 454.944,21; remoção de árvores, no valor de R\$ 45.150,00 mensais; revitalização do calçadão central, no valor de R\$ 794.912,34 e construção da Praça da Juventude, no valor de R\$ 1.920.762,14.

A partir de 2012, observa-se que os novos contratos com a Prefeitura de Londrina-PR passam a ser realizados com a EBEPEC, também de Faiçal Jannani e Faiçal Junior, a qual executou os serviços de varrição de ruas, limpeza e conservação de instalações sanitárias públicas, limpeza e conservação de mobiliário urbano e lavagem do calçadão de Londrina-PR, no valor original de pouco mais de R\$ 400 mil reais. No ano de 2013 tal contrato foi denunciado pelo Ministério Público, que apontou cerca de R\$ 90 mil de superfaturamento nos serviços prestados pela empresa (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013). Vale destacar que os serviços foram contratados pela CMTU, companhia que substituiu a COMURB após os escândalos envolvendo Janene e Belinati, dos quais trataremos no próximo capítulo. Outro fato importante de pontuar é que a EBEPEC é, em tese, a substituta da Visatec, que em razão de dívidas com o fisco não possuía mais certidões negativas para participar de processos licitatórios. Temos então uma nova autarquia e uma nova empreiteira, mas sendo operadas pelos mesmos agentes.

Em buscas nos meios oficiais, vê-se que a partir da cassação de Barbosa Neto (em 2012) não se localizam registros de contratação das empresas que formalmente pertencem aos Janene. Vale destacar que Barbosa Neto foi sucedido por Alexandre Kireff, do PSD, um *outsider* na política, mas estabelecido no agronegócio, de grupo político oposto ao de Belinati, o qual realizou poucas obras de infraestrutura na cidade, dedicando-se ao saneamento das contas públicas municipais, as quais encontravam-se em complexa situação após mais de vinte anos de extrativismo estatal pelo grupo de Belinati e Janene.

No que se refere à iluminação pública, principal nicho de Janene e dos irmãos, Kireff criou a Sercomtel Iluminação, empresa pública que passou a executar os serviços que até então eram contratados de empreiteiros. Tal decisão foi uma das razões que fez com que Jamil Janene, primo de José Janene e então vereador no município, assumisse a dianteira da oposição ao prefeito, proferindo inflamados discursos contra a gestão de Kireeff. As críticas à Sercomtel Iluminação também foram alvo constante dos comentários políticos feitos no programa de rádio do “Dr. Assad”, proferidos por Assad Jannani, na Rádio Paiquerê, assim como, por Barbosa Neto, proprietário e radialista da Rádio Brasil Sul de Londrina (TUPAN, 2016b). Importa registrar que no bojo do processo eleitoral municipal de 2016, Kireeff desistiu de candidatura à reeleição, alegando motivos de ordem pessoal. A saída de Kireeff deixou o caminho livre para a eleição de mais um Belinati para exercer o cargo de prefeito.

Com a entrada de Marcelo Belinati como Chefe do Executivo Municipal, sobrinho do velho amigo do falecido Janene, a relação entre as duas famílias volta a se entrelaçar, sendo que Jamil Janene, como já citado, tornou-se o líder do governo e do PP na Câmara Municipal, defendendo os interesses de Marcelo na casa legislativa. Para que isso ocorresse, uma manobra foi realizada, vez que Jamil havia ficado apenas na segunda suplência da coligação do PTB/PP nas eleições de 2016. Marcelo Belinati então “convidou” o vereador eleito Fernando Madureira para assumir a presidência da Fundação dos Esportes de Londrina, e o suplente dele, Tio Douglas, para o cargo de presidente da ACESF, autarquia que detém o monopólio dos serviços funerários da cidade (COMELI, 2016). Com a assunção dos referidos cargos, a vaga de Jamil Janene na Câmara de Vereadores foi viabilizada. O estreitamento das relações familiares e a retomada da antiga amizade fortaleceu-se na reeleição de Marcelo, no ano de 2020, quando Assad Jannani esteve atuando diretamente na

campanha, havendo registros de que realizava reuniões em salas de eventos de hotéis de Londrina-PR, nas quais pedia diretamente votos para Marcelo Belinati (IMPACTO PARANÁ, 2020). Apesar das relações próximas, não há registros oficiais da contratação direta de empresas dos Janene na gestão atual do Município de Londrina-PR, conforme dados registrados no Portal de Licitações do Executivo Municipal.

O *modus operandi* da família Janene, especialmente em Londrina-PR e nos municípios de pequeno porte da região Norte do Paraná, revelam a dinâmica do poder local usual no Brasil, na qual o Estado funciona alinhado aos poderosos locais, num processo de retroalimentação entre financiamento de campanhas, retribuídas posteriormente com benesses vindas do aparato estatal, conforme explica Burstsztyn (1985).

Este tipo de relação construída por Janene ao longo de sua vida política está associada, segundo Carvalho (1997), às práticas clientelistas, historicamente presentes no sistema político brasileiro, caracterizada pelas trocas de favores e benesses entre o governo e membros da classe dominante, os quais apossam-se do aparelho do Estado para atender aos seus interesses, fazendo uso da máquina pública para obtenção de votos que asseguram a manutenção no e do poder. No caso de Janene, em seu *modus operandi*, é possível observar também a forte presença do patrimonialismo, pois nosso personagem, junto com seus familiares e aliados, apossaram-se do Estado por meio da ocupação de cargos estratégicos, visando a atender seus interesses particulares, numa clara confusão do limite entre o público e o privado. Janene usou o Estado para atender aos seus interesses particulares, fazendo da política um investimento e do espaço público a sua própria empresa, num processo constante de conversão de capitais: do econômico para o social, do social para o político e do político novamente ao econômico, num círculo que assegurou a sua ascensão enquanto agente do campo político.

A forma de agir dos Janene também pode ser olhada pela perspectiva do capitalismo de laços presente no sistema econômico e político brasileiro. O capitalismo de laços é um conceito alcunhado pelo pesquisador Sérgio Lazzarini (2011, p. 3) que se refere ao “emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos”. As relações estabelecidas por meio destes laços, sejam eles familiares, afetivos, de amizade ou apenas de interesses, tornam-se valiosas porque por meio dos contatos pessoais entre os

agentes ocorrem trocas de favorecimentos e benefícios entre as partes, citando também as relações clientelistas, quando tais laços são estabelecidos entre pessoas do Estado e empresários ou agentes do sistema financeiro. Para o autor, estes laços de contatos recíprocos geram fatores de desigualdade, já que nem todos os agentes do campo econômico terão o mesmo acesso aos agentes do campo político, e conseqüentemente, ao aparelho do Estado, reforçando a tese de que o poder político é essencial à obtenção, multiplicação e manutenção do poder econômico.

Nas práticas detectadas na família Janene observa-se o papel fundamental das redes e dos laços, convertidas em capital social, e conseqüentemente, capital político e econômico, pois Janene atuou de forma articulada com a família e com diversos parceiros para dar conta de atender aos seus interesses, beneficiando também os que estavam à sua volta, corroborando para a afirmação de Loiola e Moura (1997) de que as redes são estruturas informais de articulação de indivíduos que passam a atuar de forma conjunta para atingir interesses em comuns.

4.3 ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE JOSÉ JANENE

Cabe-nos neste item abordar as atividades parlamentares de José Janene, extraídas dos meios oficiais, já que as extraoficiais estão registradas ao longo desta pesquisa toda. Como já abordado, o único cargo eletivo ocupado por Janene foi o de deputado federal, por três mandatos, sendo o primeiro entre 1995 e 1999, o segundo entre 1999 e 2003, e o terceiro, interrompido pouco antes do final, de 2003 a 2007. Durante o período, de acordo com os dados oficiais da Câmara dos Deputados, Janene não foi um deputado muito assíduo, especialmente em seu terceiro mandato, no qual houve 396 sessões deliberativas, das quais esteve presente em apenas 182, menos da metade do total (45,96%). Destaca-se que grande parte das faltas foram justificadas por motivos de saúde. Importa observar que nas sessões das comissões de que fazia parte a assiduidade era maior, especialmente na de Minas e Energia, na qual compareceu a 75% das reuniões ordinárias.

Durante a atividade legislativa, Janene integrou as seguintes comissões permanentes: Agricultura e Política Rural (suplente); Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (titular); Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (suplente); Direitos Humanos (suplente); Economia, Indústria e Comércio (suplente);

Finanças e Tributação (titular); Minas e Energia (titular, presidente e vice-presidente); Seguridade Social e Família (titular) e Trabalho, Administração e Serviço Público (suplente). Veremos adiante que atuou mais ativamente somente na de Minas e Energia e na de Comunicação.

No que se refere às comissões especiais, participou da que tratava da atualização da legislação eleitoral e partidária; de falências, concordatas e recuperação de empresas; período de mandato eletivo (da qual foi vice-presidente); monopólio do petróleo; alienação de terras; propriedade de empresas de radiodifusão sonora, de sons e imagens; combustíveis; usinas hidrelétricas; coletas de resíduos sólidos; eleições de 1998 e questões portuárias nacional.

Além das comissões permanentes e especiais/temporárias, Janene participou de ao menos três Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI na Câmara dos Deputados, sendo uma sobre o avanço e impunidade do narcotráfico, como suplente; da CBF/Nike, como titular, e de obras inacabadas, como suplente. Além destas, atuou como titular numa CPI mista do Congresso Nacional, que versava sobre a privatização do setor elétrico.

Ao olhar o conjunto das comissões que Janene compôs, observa-se que este inseriu-se em temas, grande parte deles, de seu interesse, especialmente aos vinculados ao sistema de energia elétrica e minas e energia, o que pode justificar-se tanto pelo seu interesse vindo das empresas que possuía, na área de iluminação, assim como, por seus interesses nos assuntos da Petrobras. A relação de Janene com a Petrobras será melhor abordada no último capítulo. Além da área de energia, observa-se que esteve nos debates acerca da questão da coleta de resíduos sólidos, tema também de seu interesse, como vimos em nosso item anterior. Conforme citado no início desta seção, Janene foi mais assíduo nas atividades das comissões em que era titular, do que nas sessões e/ou nas votações do plenário.

Acerca das proposições legislativas de José Janene, pode-se observar que do ponto de vista do número de Projetos de Lei propostos, o deputado tinha uma atuação pouco significativa, vez que em doze anos de mandato, propôs 28 PLs, dos quais doze foram no ano de 1995, havendo ainda cinco anos em que o deputado não fez nenhuma proposição, sendo eles 1996, 1998, 2004, 2005 e 2006. A baixa produtividade no final do terceiro mandato coincide com o período em que Janene foi menos assíduo nas sessões plenárias, das quais compareceu em menos da metade delas. Este período coincide com o ápice da carreira de Janene, quando controlou o

jogo político nacional e posteriormente, com a sua derrocada a partir das denúncias acerca do mensalão. Em contraposição, só no ano de 2005, o então deputado protocolou 33 requerimentos, grande parte deles afetos aos processos de ética que vinha sofrendo na Câmara Federal. No que se refere às Propostas de Emenda Constitucional - PEC, ao longo de seus três mandatos Janene fez a proposição de trinta deles, sendo onze somente no ano de 2003. A Câmara registrou também onze requerimentos de Janene para abertura de CPIs. Passemos a seguir a uma análise do conteúdo de tais proposições.

Sobre os PLs, logo no primeiro ano do primeiro mandato, em 1995, Janene fez doze proposições, sendo a primeira bastante interessante, prevendo mais rigor na venda de armas de fogo, inserindo nas exigências a apresentação de certificado de curso e certidões criminais negativas; o PL foi apensado a outro de mesmo tema e depois arquivado. Outro projeto que nos chama a atenção previa a proibição de transferência direta de concessão de radiodifusão entre as pessoas jurídicas concessionárias, determinando que a outorga retornasse à administração pública para os trâmites de nova concessão. Na justificativa, o deputado expõe que as transferências diretas atendem a interesses privados, enquanto o cancelamento da outorga e a abertura de novo processo de concessão atenderia ao interesse coletivo. A área de radiodifusão também perpassou os interesses de Janene, chegando a adquirir, conforme já apontado, duas concessões no Paraná, sem, contudo, progredir com os negócios na área.

Os demais projetos deste ano versaram sobre temas variados, tais como aumento do salário-família, operações financeiras, isenção de contribuição social aos servidores públicos inativos, liquidações extrajudiciais de instituições financeiras, plano de custeio da seguridade social, isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados para feirantes e representantes comerciais e sobre a sub rogação de direitos e obrigações no Sistema Financeiro da Habitação. Neste ano, apenas o PL sobre o SFH foi aprovado, enquanto três outros foram rejeitados pelo plenário e os demais, arquivados nas comissões.

Em 1997, novamente o interesse de Janene pelo SFH surgia, mas esse período não coincide com aquele em que seu irmão esteve à frente da COHAB Londrina-PR. No referido PL foram apresentadas novas regras para reajuste das prestações de financiamentos habitacionais; o projeto foi rejeitado pelo plenário em votação. O outro projeto deste ano referia-se a uma alteração na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação - LDB. A proposta consistia em incluir na LDB a formação de trabalhadores rurais por meio das “Casas Rurais”, e foi arquivado ainda na análise pelas comissões. Em 1999, primeiro ano do segundo mandato, Janene apresentou um PL que previu a proibição de registro de agrotóxicos com “Ácido 2,4D” e outro que previa uma alteração pouco simbólica na CLT; ambos foram arquivados.

No ano 2000 Janene apresentou uma movimentação legislativa um pouco maior, com seis PLs, mas nenhum deles aprovado. Aqui, novamente o interesse no SFH, agora com um PL que previa regras e condições para a venda de imóveis retomados e outro, novamente, sobre o cálculo das prestações habitacionais. O interesse pela questão das armas, mais precisamente pela restrição de uso delas, também ressurgiu com um projeto que previa tornar crime inafiançável o porte ilegal de armas de fogo. Os demais PL tratavam das mesmas matérias apresentadas na legislatura anterior, mas com novos textos formais. Foram ao plenário para votação apenas os PLs sobre as prestações habitacionais e a alteração na CLT, ambos rejeitados.

O primeiro dos três PLs do ano de 2001 já mostra um interesse particular de José Janene, pois previa a regulamentação do inciso XII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, que se refere ao sigilo das comunicações pessoais. No PL estava prevista a inclusão de pena para quem divulgar conteúdo de interceptação de comunicações telefônicas, sejam essas coletadas com ou sem ordem judicial. Há que lembrar que entre 1999 e 2000 Janene foi duramente investigado pelas autoridades pelo caso AMA/COMURB, sendo uma série de informações sobre seus negócios tornadas públicas pela imprensa regional de Londrina-PR, muitas delas obtidas por meio das investigações policiais e do Ministério Público. Pode-se conjecturar que o PL seria reflexo do incômodo e da contrariedade do deputado com o fato de sua vida ter sido exposta no referido contexto. Em justificativa do referido PL, Janene escrevia que “essa divulgação causa sérios prejuízos de ordem material e moral para as pessoas envolvidas, e deve a todo custo ser desencorajada, usando-se, para tanto, a lei repressora.” (BRASIL, 2001).

Outro PL apresentado no mesmo ano previa o retorno do ensino médio profissionalizante, prevendo conteúdos obrigatórios preparatórios para o mundo do trabalho, como parte do currículo básico. O terceiro PL previa a proibição do transporte de numerários e objetos de valor em veículos destinados a transporte de passageiros. Dois destes PL foram arquivados nas comissões e um rejeitado em plenário.

Em 2003 foram apenas duas proposições, sendo uma delas a unificação das datas dos vestibulares em todas as universidades públicas, tanto federais, quanto estaduais. Na justificativa, tal projeto trazia curioso argumento de que a medida privilegiaria que as vagas fossem ocupadas por estudantes das próprias cidades onde estavam sediadas as universidades, já que no modelo atual aqueles que possuem condições socioeconômicas para tal prestam vestibulares em diversas cidades e “tiram as vagas” dos estudantes locais. Outro argumento é que tal medida evitaria o “monopólio das grandes empresas de cursinhos”, sem, contudo, explicar a relação direta entre as duas coisas. O último argumento, bastante elaborado, versava que:

A unificação dos exames de acesso terá, ainda, a consequência de preservar e valorizar as culturas regionais e locais, uma vez que as universidades tenderão a se voltar para as realidades sócio-culturais que as envolvem. Neste mesmo sentido deverá, ainda, levar os formandos a exercer sua profissão em sua região e comprometer a universidade, através de seus professores e alunos, com a solução dos problemas locais e da comunidade. (BRASIL, 2002)

O PL supracitado foi rejeitado pela Comissão de Educação, com parecer afirmando que a proposta, caso aprovada, feriria a autonomia das universidades públicas, assegurada também por lei, assim como, que restringiria os direitos dos estudantes a realização de somente uma prova anual, reduzindo as chances de ingresso no ensino superior. O outro PL de 2002 referia-se a uma alteração na legislação, mais precisamente no Estatuto da Terra, acerca dos assentamentos rurais, prevendo a permissão de aquisição pelo governo de terras localizadas nos chamados “cinturões verdes”, próximos às áreas urbanas, para a implementação de assentamentos destinados aos agricultores sem-terras; o projeto foi rejeitado sob o argumento da questão ambiental e porque a comissão entendeu que o projeto poderia incitar a criação de “minifúndios”. Já em 2003, o único PL proposto, o qual foi também a última proposição de lei na vida parlamentar de Janene, previa uma alteração nas regras para os cartórios, permitindo que estes prestassem serviços para todos os municípios da Comarca na qual estavam localizados e não apenas circunscrito ao município onde estava instalado o tabelionato. O projeto foi rejeitado na CCJ.

Observa-se que entre os 28 PLs propostos por Janene não houve uma linha mestre ou uma manifestação específica focada em determinados assuntos. Por mais que em alguns períodos o tema do SFH tenha sido recorrente, os PLs eram pouco significativos e podem ser fruto de sua participação na comissão especial do tema.

Além do número baixo de proposições e de alguns anos sem propor qualquer Projeto de Lei, Janene teve apenas um deles aprovado e transformado em norma jurídica (PL nº 77/1995).

O número de PECs apresentadas pelo deputado em questão foi maior que o de PLs, totalizando trinta ao longo dos doze anos de mandato parlamentar. O primeiro ano de mandato foi o de maior produtividade também neste tipo de proposição, quando Janene apresentou seis projetos, quatro deles pretendendo alterar regras do sistema eleitoral brasileiro. Vale destacar que neste período o deputado era vice-presidente da comissão especial criada para estudar melhorias para o sistema eleitoral.

A primeira PEC previa que o cargo de vice-prefeito pudesse ser exercido sem perder o mandato de deputado ou de senador, assim como já ocorria quando da nomeação de cargos como de Ministro ou Secretário de Estado. Na justificativa, de apenas dez linhas, Janene argumentava que ambos os mandatos são compatíveis e que o cargo de vice-prefeito não afeta a independência da atuação parlamentar. A segunda PEC previa a unificação dos mandatos eletivos em todos os cargos e níveis, de forma que as eleições ocorressem juntas, sob o argumento de evitar “fragmentação política”, além de propor tornar o voto facultativo no Brasil. Na justificativa pelo voto facultativo, Janene afirma que o voto obrigatório faz com que as pessoas votem mesmo sem querer e sem ter interesse ou conhecimento do contexto político, proporcionando resultados por vezes inexplicáveis ou incoerentes. Já no modelo facultativo, poder-se-ia ter uma fotografia real da vontade do povo, baseada naqueles que votariam de forma “consciente”.

Outra PEC sobre o processo eleitoral e o sistema político brasileiro propunha que em hipótese de vacância do cargo de Presidente da República, sempre haveria nova eleição, a menos que a saída ocorresse após o final do terceiro ano de mandato. A quarta PEC sobre o tema, bastante audaciosa, previa a eliminação do segundo turno nas eleições majoritárias municipais, distritais e estaduais, mantendo esta etapa apenas em âmbito nacional. A justificativa pairou sobre a questão da economicidade, tanto ao poder público, na organização das eleições, quanto aos partidos e candidatos, que despendem recursos para dois turnos e têm gastos elevados de campanha.

A quarta PEC proposta em 1995, visava a isenção automática da prestação de serviço militar para todo cidadão que estivesse trabalhando com registro formal no

período do alistamento. Outra, previa que estados pudessem criar agências de fomento regional, em conjunto, no formato de autarquias interestaduais, tirando assim a exclusividade da União para criar órgãos que agreguem mais que um ente federado. O argumento era de que tais agências poderiam fazer planejamentos mais fidedignos às realidades compartilhadas entre estados da mesma região que possuíssem características e interesses similares. Todas as PECs apresentadas neste primeiro ano de atuação parlamentar de Janene foram reprovadas na CCJ e arquivadas ainda na comissão, não sendo apreciadas em votação.

Após a intensa atividade de 1995, o deputado em tela passou cinco anos sem qualquer proposição de PEC, voltando a apresentar novos projetos somente em 2001, já próximo ao final do seu segundo mandato, após o ápice das denúncias e investigações do caso AMA/COMURB em Londrina-PR. A primeira PEC apresentada nos parece trazer uma conexão direta com tais fatos, já que Janene pedia que fosse revogado o Inciso I do art. 129 da Constituição Federal, retirando do Ministério Público a prerrogativa exclusiva de abertura de ações penais públicas. Presume-se o interesse de José no tema, vez que em Londrina-PR foram abertos mais de 100 processos criminais contra ele, todos iniciados pelo Ministério Público local. A justificativa desta PEC merece detida análise, vez que já no início advoga que o fato de somente o MP poder entrar com ação penal pública, faz com que os membros daquele órgão não possam sofrer este tipo de ação, gerando o que ele chama de “impunidade dos promotores” que abusam de autoridade, asseverando: “[...] É notório que muitas representações encaminhadas por populares contra os integrantes do Ministério Público são arquivadas, sem fundamento, em razão do espírito de corpo existente no Parquet” (BRASIL, 2001b).

Janene segue então argumentando que com a revogação do inciso I do art. 129 da Constituição, qualquer cidadão poderia propor, por meio de advogado, ação penal contra agente do Ministério Público, sem precisar passar por aquele órgão, cabendo apenas ao Poder Judiciário analisar a denúncia. A rusga de Janene com o Ministério Público é notória e o deputado não media palavras para afirmar que era perseguido pelos membros daquele órgão. Em 2001, ao se defender das acusações de compra de votos de vereadores na cidade de Rolim de Moura-RO, Janene alegava ser inocente e tratar-se de “picuinha” do Ministério Público contra ele (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001). Afirmação similar foi feita também quando Janene já respondia a doze ações civis públicas, dentre elas, as envolvendo as denúncias quanto ao mensalão,

quando afirmou publicamente que vinha sendo “sistematicamente perseguido” pelo Ministério Público (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005). Em denúncias envolvendo a empresa Mercoluz, Janene também declarou que o Ministério Público estava “requeitando histórias antigas”, aludindo que naquele momento de fragilidade dele, em meio às denúncias do mensalão, o MP estaria buscando coisas antigas para prejudicá-lo ainda mais (RAMOS, 2006). Em delação premiada, o advogado de Janene, Roberto Bertholdo, também cita o incômodo do ex-deputado com o Ministério Público, afirmando que era frequente o deputado sentir-se perseguido por Promotores e Procuradores de Justiça.

A outra PEC do ano de 2001 também é bastante interessante, vez que Janene propunha que os parentes de detentores de cargos vitalícios fossem proibidos de disputar cargos eletivos na área de circunscrição do titular. Além disso, a norma proposta previa que parentes até o segundo grau e cônjuges dos detentores dos cargos de Presidente, Governador ou Prefeito não pudessem disputar eleições para suceder o titular do mandato. Partes da justificativa nos soam até como irônicas, especialmente ao afirmar que tal medida visa a “impedir que se formem grupos hegemônicos nas instâncias políticas locais” (BRASIL, 2001c). Vindo logo de José Janene, que só operou em família, tanto com a sua, quanto com a de Antonio Belinati, tal proposição acaba por chamar a atenção. A argumentação perpassava também pelo fato de que o detentor de cargo vitalício ou a pessoa que está em exercício de mandato tem poderes para exercer influência local sobre o eleitorado e assim tornar a competição entre os candidatos injusta. Apesar de não ter sido possível identificar se havia algum foco específico para tal PEC, pode-se conjecturar, pelo perfil de Janene, que este intencionava afastar alguém específico do processo eleitoral que se avizinhava no ano de 2002. Assim como as PECs anteriores, as duas apresentadas em 2002 foram rejeitadas na CCJ e arquivadas.

Depois de nenhuma proposição em 2002, no ano de 2003 o nome de Janene figurou em onze PECs na Câmara Federal. Importa destacar que aqui começam os primeiros registros da participação dele em PECs conjuntas com outros deputados, não havendo nenhuma de autoria exclusiva dele ou que ele tenha sido o protagonista do processo. Os temas destas PECs também não seguiram um interesse específico ou mostraram um tema predominante. As propostas perpassaram por temas como: revisão dos subsídios de detentores de cargos eletivos, fixando critérios para os reajustes; tornar a lei orçamentária impositiva, de execução obrigatória, tendo como

justificativa evitar contingenciamento de recursos pelos governos; direcionamento do dinheiro do PIS para o seguro-desemprego e para o pagamento de mensalidades do ensino superior; e, reconhecimento da União Estável entre casais no texto constitucional, já que até então estava prevista em norma jurídica própria (Código Civil).

Neste ano de 2003, umas das PECs chama a atenção, pois previa convocar assembleia de revisão da Constituição Federal, tendo como justificativa o fato de que a Constituição de 1988, apesar de avanços, causou dificuldades técnicas ao rumo político do país, alegando:

Seu caráter excessivamente analítico produz evidentes inconvenientes, sobretudo nos Capítulos e Seções formulados com a finalidade de impor diretrizes programáticas à promoção do bem-estar social. O alto nível de detalhamento assumido pelo texto constitucional torna, na prática, imprescindível que seja modificada a Constituição a cada governo que se elege. Não raro, o projeto político do governante eleito guarda incompatibilidades insuperáveis com a orientação programática da Constituição. (BRASIL, 2003)

Os deputados que assinam a PEC também argumentam que a Constituição é falha, destacando o volume de emendas que esta já havia sofrido, aludindo que se fosse um bom instrumento jurídico, não precisaria ser alterado tantas vezes. Observa-se no bojo da justificativa que o grande incômodo era com a parte que chamam de “social” da Constituição, chegando a afirmar que várias questões desta senda poderiam sair do texto constitucional e figurar em normas jurídicas próprias. Certamente, uma revisão constitucional neste sentido traria a retirada de direitos sociais dos brasileiros, os quais são considerados pelos estudiosos um dos maiores ganhos do texto constituinte de 1988. A referida PEC foi apensada a várias outras que propunham a alteração do texto constitucional e encontra-se em trâmite até os dias atuais.

Outra proposta previa a preservação dos direitos do produtor rural que tivesse ocupado e realizado benfeitorias em terras indígenas. No caso em tela, Janene assina a proposta junto com outros deputados da bancada ruralista da Câmara Federal. Hoje, a referida PEC encontra-se ainda em trâmite, apensada à proposta de demarcação de terras indígenas. Outra, previa alterar as regras para validade das medidas provisórias, fazendo com que estas perdessem seus efeitos se não fossem ratificadas pelo Congresso Nacional em até 180 dias de sua promulgação. Na justificativa, os

deputados diziam que as medidas provisórias eram uma afronta e exprimiam o autoritarismo por parte do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, avançando sobre as atribuições deste. Outras três PECs previam uma reforma tributária, a obrigação do responsável em reembolsar ao erário os valores pagos indevidamente ao funcionário público contratado sem concurso, além de outra que estabelecia nova proporcionalidade na composição das Comissões da Câmara e do Senado Federal, usando como critério o número de votos obtidos por cada partido. Importa destacar que nesta legislatura foi aprovada a única PEC de que Janene participou da proposição, a qual permitia que militares passassem a acumular cargos públicos, desde que fossem na área da docência e da saúde, como já ocorria até então com os servidores públicos civis.

No ano de 2004, cinco PECs tiveram a assinatura de Janene, e novamente, nenhuma foi proposta exclusivamente por ele. Destas PECs, a primeira previa a convalidação dos municípios criados pelos Estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, sem a necessidade de publicação de lei complementar para tal. Outra previa novamente alterações das regras do processo eleitoral, tornando suplente de senador o candidato mais votado e não eleito, independente de partidos e coligações. A terceira previa a alteração da CLT, com a redução da jornada de trabalho padrão para sete horas diárias, totalizando 39 horas semanais, além de aumentar o valor do adicional de serviço extraordinário para 100%. A justificativa para tal projeto é interessante, vez que não perpassa pela redução da jornada com objetivo de reduzir o tempo de trabalho e promover maior tempo de descanso e bem-estar ao trabalhador, mas sim, pela criação de novos postos de trabalho, os quais supostamente seriam gerados com tal redução. A ideia de dobrar o percentual do adicional de horas, segundo a justificativa, objetivava tornar este dispositivo tão caro, de forma que compensasse ao empregador contratar um segundo trabalhador para a mesma função.

As duas últimas PECs do ano de 2004 versaram sobre alterações nas atribuições da Polícia Rodoviária Federal, cabendo a ela também a ronda ostensiva, e sobre a supressão do dispositivo constitucional que proibia o uso de qualquer forma coercitiva de métodos de planejamento familiar. Caso tal PEC tivesse sido aprovada, o governo poderia obrigar pessoas a se submeterem a procedimentos para o controle de natalidade. Na justificativa de controversa proposta, há o argumento de que “o controle de natalidade como instrumento fundamental para combater a pobreza” vem

sendo usado em diversos países, citando a França como exemplo. O projeto tem caráter claramente higienista, vez que relacionava altos índices de natalidade às famílias em situação de pobreza. Vide o trecho abaixo:

Ao analisar a realidade brasileira, todavia, constata-se que, nas classes média e rica, a taxa de natalidade tem diminuído. Por outro lado, na população menos favorecida a realidade é bastante diferente: não se sabe o que é controle de natalidade, até porque em sua maioria são analfabetos ou semianalfabetos. Além disso, o Estado falha no seu dever de prover acesso a métodos contraceptivos que evitem a gravidez indesejada. O resultado da combinação da falta de conscientização com a quase inexistente oferta de métodos contraceptivos é o crescimento desordenado da população pobre e miserável. (BRASIL, 2004)

Importa destacar que tal projeto foi apresentado no plenário e ali mesmo rejeitado, não seguindo sequer para análise das comissões permanentes da Câmara Federal. No ano de 2005, o qual já era marcado pelas inúmeras denúncias relativas aos escândalos nos Correios, do mensalão e lavagem de dinheiro, Janene propôs quatro PECs, todas elas como co-autor. A primeira, previa proibir a União de editar medidas provisórias na área tributária, especialmente para a criação de impostos ou tributos. A segunda, previa alterações no Sistema Tributário Nacional, especificamente no que refere ao IPI. A terceira, objetivava incluir no art. 5º da Constituição Federal inciso que proibisse a clonagem de seres humanos. A última, pretendia a criação de dispositivo que permitisse a população se auto-convocar para a realização de plebiscitos de assuntos de interesse público. Todas estas proposições foram arquivadas após análise da CCJ.

No último ano de mandato, 2006, já adoecido e ausente das sessões legislativas, Janene ainda foi coautor de duas PECs. Uma, previa a possibilidade de elegibilidade de militares, e a outra, a perda de mandato de deputado que alterasse seu domicílio eleitoral durante o exercício da função. Ambas foram apensadas a outras PECs e depois arquivadas.

Vale ressaltar que apesar de ter sido o homem que respondeu a muitas CPIs, tanto em Londrina-PR, quanto em municípios fora do Estado do Paraná e na Câmara Federal, Janene também era um bom requerente de abertura de CPIs, propondo doze delas ao longo dos três mandatos. Nesta atuação é possível observar a expressão, ainda que tímida, de interesses individuais do então deputado, em algumas das proposituras. A primeira CPI proposta por Janene, em 1995, previa abertura de investigação quanto a irregularidades na Companhia Nacional de Abastecimento -

CONAB; o inteiro teor desta propositura não está disponível, mas sabe-se do interesse de Janene em tal órgão porque ele mesmo supostamente teria indicado o presidente da instituição no ano de 1999. Pelo tema de que trata a CONAB, o interesse no órgão poderia estar ligado ao agronegócio. A abertura desta CPI foi rejeitada pelo plenário.

Também em 1995, Janene propôs uma CPI para investigar fraudes na Caixa Econômica Federal, referente ao superfaturamento de imóveis financiados. Esta CPI ficou sob análise da mesa diretora até o ano de 1997, quando foi arquivada por solicitação do Deputado Armando Costa. Conforme já apresentado, o interesse na questão habitacional ficou registrada também em alguns PLs e PECs do mesmo período. Fontes extraoficiais deram conta de que os Janene tinham interesse em adentrar na área habitacional, com a construção de casas populares, mas que as intenções teriam sido frustradas, pois este era um nicho de “mercado” que já era ocupado pelo sobrinho de Antonio Belinati, que não queria uma disputa interna em seu grupo. Possivelmente, o sobrinho trata-se do filho da irmã de Antonio Belinati, o qual até os dias atuais ainda atua no ramo, especialmente na construção de empreendimentos do antigo Programa Minha Casa, Minha Vida, o qual foi citado na pesquisa de mestrado desta autora (SILVA, 2015).

Em 2001, no bojo do escândalo AMA/COMURB, além de apresentar PEC sobre o tema, Janene pediu a abertura de CPI para investigar irregularidades no Ministério Público, novamente focada nos supostos abusos de autoridade cometidos pelos membros daquele órgão. Logo no início do pedido, Janene argumenta:

[...] passados mais de 10 (dez) anos da promulgação da Carta Magna, que conferiu tais poderes ao Ministério Público, o que temos presenciado, em alguns casos, são os mais inomináveis atos de arbítrio e desrespeito ao Estado Democrático de Direito. [...] Com efeito, maus profissionais existem em todas as áreas e é interessante notar que, para todos os órgãos estatais existe um mecanismo de controle de correção de abusos, sendo o Ministério Público a única exceção [...], o que certamente dá azo aos abusos perpetrados por alguns integrantes do órgão. (BRASIL, 2001d)

Janene segue argumentando que se não for freado, o Ministério Público ampliará os abusos cometidos, tornando-se algo sistêmico. Em sequência, acusa o MP de conluio com a mídia quando divulga dados e conteúdos de investigações, gerando violações aos direitos fundamentais de acusados e investigados, chegando a ironizar que “não é por outro motivo que o Ministério Público vem sendo chamado de ‘quarto poder’” (BRASIL, 2001d). Segue asseverando que o órgão vem cometendo

inúmeras injustiças ao longo dos anos, chegando a conjecturar que provas são fraudadas quando um membro daquele órgão deseja prejudicar alguém, muitas vezes no intuito de ganhar projeção:

Com base nos mais frágeis indícios, ou mesmo ante a inexistência deles ou ainda quando se "planta" indícios do cometimento de possível transgressão às leis, alguns membros do Ministério Público lançam-se debaixo da luz dos holofotes para execrar e condenar, previamente, pessoas de bem, homens públicos, cidadãos que sempre zelaram por sua reputação. (BRASIL, 2001d)

Segue argumentando, quase em tom de queixa, que a qualquer mínimo sinal, os membros do Ministério Público pedem quebra de sigilos, indisponibilidade de bens e promovem “verdadeiras devassas” nas vidas dos investigados. Em tom irônico, questiona que o Ministério Público nunca se dedicou a investigar ações do próprio órgão e cita como exemplo, de forma provocativa, denúncias da época, que versavam sobre o superfaturamento na construção de prédio pertencente à Procuradoria-Geral da República. Repleto de metáforas, Janene afirma:

O exercício arbitrário do poder leva ao apodrecimento das vigas que o sustentam. Por isto, imperioso se faz com que os galhos podres da instituição sejam podados, para não apodrecer a própria árvore. Certamente, os membros probos e corretos do Ministério Público não se levantarão contra esta medida, pelo contrário, deverão inclusive apoiar o bom andamento dos trabalhos, denunciando aqueles que violam as leis a pretexto de mantê-las, como aliás vem fazendo alguns poucos e corajosos procuradores que levam à público os abusos cometidos por seus colegas. (BRASIL, 2001d)

Encerrando a inflamada justificativa, Janene cita o poema de Eduardo Alves da Costa, de nome “No Caminho com Maiakóvski”, que dentre seus fragmentos, traz:

[...]
 Na primeira noite eles se aproximam
 E roubam uma flor do nosso jardim.
 E não dizemos nada.
 Na segunda noite, já não se escondem:
 Pisam as flores, matam nosso cão,
 E não dizemos nada.
 Até que um dia, o mais frágil deles
 Entra sozinha em nossa casa, rouba-nos a luz, e,
 Conhecendo nosso medo,
 Arranca-nos a voz da garganta.
 E já não podemos dizer mais nada.
 (BRASIL, 2001d)

Apesar do esmero na elaboração pelo autor e dos recursos linguísticos usados, o requerimento foi rejeitado de imediato pela mesa diretora da Câmara Federal. Ainda no ano de 2001, Janene propôs a abertura de uma CPI para investigar a crise na aviação civil brasileira e os preços abusivos das passagens aéreas, a qual foi analisada pela mesa diretora somente dois anos depois e arquivada. No ano de 2003 foram quatro CPIs propostas por José Janene, sendo uma para investigar contratos celebrados pela ANATEL nos anos de 1997 a 2003.

Outra CPI previa a investigação de pagamentos feitos pela Petrobras a empresas prestadoras de serviços da estatal, sobre as quais reportagem jornalística havia indicado irregularidades. Como será apresentado no próximo capítulo, justamente nesse período Janene vinha pressionando o Governo Federal, especificamente a pessoas próximas de Lula, para a nomeação de um apaniguado dele em uma diretoria da empresa. Porém, no caso em tela, a proposição foi conjunta com outros deputados, podendo não ter correlação com a pressão de Janene pela indicação ao cargo citado. Tal RCP foi protocolado à mesa diretora, que o analisou somente dois anos depois, encaminhado para arquivamento do pedido.

Mais um requerimento de CPI foi protocolado, com fulcro em denúncias da imprensa, tendo como objetivo investigar supostas fraudes cometidas pela chamada “Máfia do RENAVAL”, envolvendo quadrilhas de roubo e furto de veículos. Por fim, a última CPI proposta em 2003 referia-se à investigação de irregularidades nos processos de privatização ocorridos por meio do Programa Nacional de Desestatização, executado na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ambas foram apresentadas em co-autoria e foram arquivadas sem análise pela mesa diretora.

No ano de 2004, já envolto às denúncias iniciais referentes à lavagem de dinheiro, Janene volta a insistir na abertura de CPI para investigar abuso de autoridade pelo Ministério Público, agora com o apoio de mais quatro deputados, dois do PP e dois do PT. Na justificativa do RCP são relatados treze casos em que os propositores avaliam que houve abuso de autoridade, seis deles ocorridos no Estado do Paraná, alguns envolvendo denúncias entre membros do MP, em casos de supostas perseguições internas dentro do órgão. Vale destacar que parte dos casos citados na justificativa referiam-se a condutas de promotores na vida pessoal e não necessariamente no exercício da função, tais como situações de agressão ocorrida

na rua entre um promotor e um grupo de jovens. Na justificativa, os propositores questionam:

O vultoso número de casos em que Promotores de Justiça Estaduais ou Procuradores da República, membros do Ministério Público Estadual ou Federal, vêm se envolvendo em casos rumorosos e exorbitando de suas funções obriga o Poder Legislativo a investigar qual a origem dessas anomalias: serão meros casos de errado exercício da função pública de que essas pessoas estão investidas ou será o caso de a Lei dever ser corrigida porque o excesso de poderes é um incentivo ao abuso? (BRASIL, 2004b)

No restante da justificativa, os deputados repetem parte do texto utilizado por Janene em 2001, focando na necessidade de alteração da legislação, prevendo processos de investigação contra membros do MP que possam ser executados por outros órgãos, sempre sob a alegação de que o Ministério Público investiga a todos, mas não há previsão legal de quem irá investigar aquele órgão. Mais uma vez, ficou registrado o ressentimento de Janene em relação ao Ministério Público, possivelmente em razão das investigações em curso, tanto em âmbito municipal, quanto nacional. A proposição não foi apreciada pela mesa diretora da Câmara e foi arquivada três anos depois.

Em 2005, Janene assina os três últimos RCP, como apoiador, tendo como tema da primeira a apuração de irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais - ECAD. Outra, bastante interessante, proposta pelo Deputado Alberto Fraga, do PTB, e apoiada por Janene, referia-se à investigação sobre possível financiamento da campanha do Presidente Lula pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC. O pedido era baseado em denúncias anônimas supostamente recebidas pelo gabinete do Deputado proponente. A adesão de Janene a este requerimento chama a atenção porque o então deputado compunha a base aliada da gestão do Governo Federal, tendo inclusive, como já citado nesta pesquisa, indicado Ministros de Estado e cargos de primeiro e segundo escalão em troca da aprovação de projetos do Poder Executivo pela bancada liderada por ele, durante o governo Lula. Via de regra, Janene atacou os seus próprios aliados ao assinar tal proposição. Já o terceiro requerimento de CPI que Janene foi co-autor referia-se a supostas irregularidades de arbitragem em jogos da Taça Libertadores da América e do Campeonato Brasileiro daquele ano. Estes três requerimentos foram arquivados pela mesa diretora. Ao fim, nenhum dos doze requerimentos para abertura de CPI propostos ou apoiados por Janene foram acatados pela Câmara dos Deputados.

Enquanto membro das comissões que compôs, apesar de assíduo nas reuniões, especialmente da Comissão de Minas e Energia, o trabalho de Janene como relator de matérias analisadas também expressa baixa produtividade, vez que em doze anos atuou como relator somente quatorze vezes, com apenas uma matéria aprovada. A primeira relatoria ocorreu em 1997, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, tendo como objeto a renovação da concessão da Rádio Emissora do Litoral de São Paulista Ltda. Com parecer favorável, a indicação para a renovação foi publicada por meio de decreto legislativo. No mesmo ano, a única relatoria transformada em lei ordinária, proveniente da Comissão de Minas e Energia, referia-se a alteração do foro da Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

Em 1998, novamente na Comissão de Comunicação, Janene foi relator de pedidos de renovação de concessão de radiodifusão, sendo uma na cidade de Belo Horizonte-MG e outra em Ituiutaba-PA. Outra concessão também foi relatada em 1999, da cidade de Carmo do Paranaíba-MG. Todos os PLs de renovação de concessão foram propostos pelo Poder Executivo. Ainda em 1999, Janene fez mais duas relatorias na Comissão de Minas e Energia, tratando de questões ambientais e sobre a divisão dos valores entre estados e municípios que recebem royalties de petróleo do pré-sal extraído da Bacia de Campos-RJ.

Já em 2001, mais duas relatorias na Comissão de Minas e Energia também ocorreram, sendo uma a de um PL que previa criar o Programa Nacional de Instalação de Coletores Solares e outro sobre o Sistema de Compensações Financeiras dos Recursos Hídricos. Na Comissão de Defesa do Direito do Consumidor, Janene relatou projeto de proibição do corte de Araucárias e outro sobre proteção e estímulo à pesca em regiões de represas. Ambos os PLs foram propostos por deputados do Estado do Paraná e foram rejeitados na comissão.

Em 2003 mais duas relatorias na Comissão de Minas e Energia, uma delas para alteração da Política Energética Nacional, no que se refere ao monopólio da exploração do petróleo pela Petrobras, e outra que previa a instituição de um Conselho Nacional de Política Energética e de uma Agência Nacional de Petróleo. Ambos tiveram parecer negativo de Janene e foram arquivados. A última relatoria, no ano de 2004, foi na Comissão Especial do Rio Francisco, e versou sobre uma alteração na Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Mais uma vez, observa-se nas relatorias de Janene, assim como nas justificativas de PLs e de PECs, relatórios pouco elaborados, curtos e sem muitos

fundamentos, além de pouca conexão entre os projetos elencados para ser o relator. Por óbvio que temas se repetem, já que as comissões são temáticas, mas não se observa a manifestação de interesses ou defesas específicas pelo então deputado. Das comissões, a que Janene permaneceu por maior tempo, chegando a presidi-la, foi a de Minas e Energia. Pode-se deduzir que o interesse por compô-la durante seus três mandatos possa ter origem no fato de que a principal atividade empresarial de Janene era na área de iluminação e energia elétrica, em que pese o foco da referida comissão sempre tenha sido a pauta dos combustíveis e do petróleo em si. Reforçando o que afirmamos anteriormente, não é possível precisar se o interesse de Janene na Petrobras, que apresentaremos no próximo capítulo, adveio de sua participação na referida comissão, por meio da qual o deputado pôde apropriar-se do tema afeto ao petróleo e aos negócios na estatal, ou se o ingresso e permanência na referida comissão se deveu a um interesse anterior pela empresa.

Analisando as proposições legislativas de José Janene, tantos dos PLs quanto das PECs, e a atividade parlamentar do deputado, temos algumas regularidades: ausência de interesse por um ou mais assuntos específicos, pouca conexão entre os temas propostos, justificativas pouco elaboradas, curtas e sem fundamentos legais e/ou técnico-científicos. A baixa qualidade das propostas, não somente em relação aos temas, mas também a escrita e argumentação, certamente foram fatores decisivos no fato de que dos 28 PLs apresentados, apenas um foi aprovado, sendo a maioria deles rejeitados nas comissões permanentes, e das 30 PECs, também apenas uma aprovada, da qual foi apenas co-autor e que o tema atendia aos interesses dos militares. Mesmo sendo classificado como da bancada ruralista, as proposições de Janene, à exceção de uma PEC sobre as terras indígenas, sequer expressaram os interesses desse grupo.

O jornalista Lucio Vaz (2005), ao analisar práticas dos parlamentares no Congresso Nacional no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, afirma que existem dois Congressos: um, de menor volume, o da prática legislativa em si, em que os deputados se preocupam em apresentar e aprovar projetos que venham a trazer benefícios para a população e implementar mudanças. Mas existe um outro, maior e mais ativo, que segundo ele é:

[...] submerso, invisível, dissimulado, traiçoeiro. Vive das sobras do primeiro. Corporativista, adora mordomias, privilégios. Luta, sim, mas por seus próprios privilégios, por aumento de salário, de verba de gabinete. Emprega parentes,

afilhados políticos. Vende voto, aluga mandato, aluga legenda, toma dinheiro de funcionários. Troca o seu poder de decisão em plenário por cargos e verbas no governo federal. [...] A sua prática é sustentada por uma ética própria, diferente daquela que é cobrada do cidadão comum, dos homens de bem, parlamentares ou não. Afinal, ninguém venderia seu voto se não houvesse quem o comprasse. (VAZ, 2005, p. 13)

A partir da análise da atividade parlamentar de Janene ao longo de três mandatos, nos parece que nosso personagem não foge à regra daqueles pesquisados pelo autor supracitado. Arrisca-se dizer, hipoteticamente, que a busca pelo exercício do mandato de deputado federal não se deu pelo interesse nas atribuições do Poder Legislativo dentro do Estado democrático, mas sim, pela ocupação de um espaço de poder que fortalecesse a atuação pessoal e familiar do personagem, especialmente para as atividades de *lobby* e negociações políticas que resultavam em satisfação de interesses pessoais, como a indicação de cargos e a contratação de empresas suas e de seus familiares. Como já apontado nesta pesquisa, Janene era um exímio homem dos bastidores e excelente negociador e nisto sim se destacou, tanto em âmbito regional, quanto nacional.

5. ESCÂNDALOS, CORRUPÇÃO E A DECADÊNCIA DE JOSÉ JANENE

Assim como houve um tempo em que José Janene foi o menino do dedo verde, após meados dos anos 2000, nosso personagem adentra em um processo de decadência, envolto em denúncias, investigações, processos judiciais civis e criminais, dívidas, passando de dedo verde ao “dedo podre”, em que tudo o que tocava era alvo de investigação. Vale destacar que as denúncias começaram ainda no Município de Londrina-PR, envolvendo especialmente o caso AMA/COMURB, que terminou na cassação de Antonio Belinati, então prefeito e histórico parceiro de Janene. Porém, mesmo envolvido nas denúncias locais e respondendo a inúmeros processos, José ainda conseguiu ser reeleito deputado em 2002, exercendo intensa atividade em âmbito nacional, demonstrando que os crimes supostamente cometidos em Londrina-PR não afetaram sua imagem ou os negócios político-familiares em um aspecto mais amplo, vez que foi entre os anos 2000 e 2006 que atuou mais fortemente em Brasília-DF, chegando a ser apontado como “o homem que mandou no Brasil” (BARAN; AUDI, 2015).

Parte dos escândalos e casos de corrupção em que os Janene estiveram envolvidos já foram trazidos nesta pesquisa, quando foram abordados os casos dos Correios, da Companhia de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu-PR, da COHAB Londrina-PR, além do Município de Rolim de Moura-RO. Aqui, versaremos, primeiramente, sobre os escândalos de maior monta em que José Janene esteve envolvido e desempenhou certo protagonismo, como os casos AMA/COMURB, Sercomtel, mensalão e petrolão. Outros escândalos menores também serão apresentados no último item, os quais envolveram ou o próprio José, ou familiares dele.

5.1 LONDRINA, BERÇO DO MENSALÃO: O CASO AMA/COMURB

O caso AMA/COMURB foi notadamente o primeiro grande escândalo em que José Janene foi indiciado por corrupção, ainda que ele tenha ocorrido paralelamente a outros de menor monta. Referido caso chegou a ser referenciado pelos veículos de imprensa nacionais como sendo o “tubo de ensaio” ou o “berço” do que veio anos mais tarde a ser conhecido como mensalão (BARAN; AUDI, 2015e). O *blogueiro*

político londrinense Rhay Sousa (2013) relata que as investigações do caso AMA/COMURB tiveram seu início em 1999, motivadas por denúncias ao Ministério Público em Londrina-PR de que um contrato de capina e roçagem havia sido superfaturado na AMA. Partindo dessa investigação, o Ministério Público chegou também à COMURB⁴⁷, com supostos crimes envolvendo um grupo de pessoas vinculadas ao então prefeito, Antonio Belinati, dentre eles, José Janene, o qual acumulava com suas empresas grande parte dos contratos investigados pelo Ministério Público.

Somando as duas autarquias, foram encontrados 112 processos irregulares de licitações ou contratações de empresas prestadoras de serviços. Um dos indiciados que teve papel crucial em todo o processo foi Eduardo Alonso, então diretor financeiro da COMURB, o qual após pressionado, delatou ao Ministério Público todo o suposto esquema de corrupção no Poder Executivo municipal de Londrina-PR. Vale destacar que Eduardo Alonso fazia parte da “cota” de indicados por José Janene à cargos de alto escalão na Prefeitura de Londrina-PR, o qual já havia atuado como assessor de José Janene, nomeado como secretário parlamentar no gabinete do então deputado federal e era sócio (“laranja”) dele em algumas empresas.

A imprensa e o Ministério Público apontam como “cabeça” de todo o esquema do caso AMA/COMURB Gino Azzolini Neto, que era sobrinho de Belinati (casado com a sobrinha de Belinati). Azzolini foi apontado como um dos líderes do esquema todo, uma vez que através do Decreto Municipal nº 345 de 08/06/1998, Belinati delega a ele, então Secretário Geral de Governo, a função de assinar contratos, autorizar despesas e representar o município em qualquer relação jurídico-administrativa. Grande parte dos contratos investigados foram assinados por Azzolini. Segundo César (2001, p.70), “não se comprava um prego sem a autorização do secretário de governo”, referindo-se aos contratos firmados na terceira gestão de Antonio Belinati, entre os anos de 1997 e 2000. Além dos citados acima, foram arrolados como réus em processos a então esposa de Belinati, Emília, e seus três filhos: Antonio Carlos, Cyntia e Simone, assim como José Janene e seus irmãos, além de Alberto Youssef.

Silveira, F. (s.d), relata que o Ministério Público concluiu e indicou nos processos propostos contra Belinati e sua equipe que o destino de parte do dinheiro

⁴⁷ Atualmente (2022), a AMA foi transformada em secretaria municipal e passou a chamar-se Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a COMURB foi transformada, logo após a cassação de Antonio Belinati, em Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CTMU.

desviado teria sido o financiamento das campanhas eleitorais de seu filho, Antonio Carlos Salles Belinati, ao cargo de deputado estadual e para a campanha de sua esposa, Emília, ao cargo de vice-governadora, ambas em 1998, e que outra parte destinou-se ao enriquecimento pessoal do próprio prefeito e de seus asseclas, como Janene e seus familiares. Délio César (2001) relata em seu livro que o jornalista João Meassi, de Curitiba-PR, checou junto ao TRE-PR quem foram os doadores de campanha do filho de Belinati e para a surpresa os nomes de ex-Presidentes e Diretores da AMA, como Mauro Maggi, Nelson Kohatsu e Julio Bittencourt aparecem, juntamente com Eduardo Alonso, ex-presidente da COMURB e assessor de Janene, Gino Azzolini Neto e Wilson Mandelli, ex-Secretários Municipais de Governo. Como contador geral da campanha aparece Kakunen Kyosen, também ex-Presidente da COMURB.

Paralelo aos processos de investigação que ocorreram no Ministério Público e na Polícia Federal, em 1999 os vereadores de oposição pressionaram a Câmara Municipal de Londrina-PR para a abertura de Comissões Especiais de Investigação - CEI para averiguação dos fatos, mas Belinati possuía o apoio de grande parte dos vereadores, que por várias vezes venceram por maioria a negativa de abertura das CEIs.

Nesse ínterim, a Polícia Civil do Estado do Paraná entrou no caso por meio da abertura de quatorze inquéritos policiais visando a averiguação de irregularidades na gestão municipal. A partir disso, alguns grupos historicamente organizados, tais como Rotary e Lions Clube e a Maçonaria, começaram a se organizar para cobrar encaminhamentos quanto às investigações e providências pela cassação de Belinati na Câmara Municipal. Tal movimentação começou, segundo César (2001), pelo apelo dos promotores Bruno Galatti e Claudio Esteves, que conduziam as investigações do caso, e relatavam necessitar de apoio da população, pois estavam sendo muito pressionados politicamente, recebendo inclusive ameaças, na tentativa de intimidá-los.

Além dos grupos já citados, a ACIL também entrou no movimento, cobrando transparência na gestão municipal. Em outubro de 1999 a OAB-PR, seccional Londrina-PR, também aderiu ao movimento de apoio à moralidade na administração. Dom Albano Cavalin, então arcebispo da cidade, visitou o Ministério Público, teve acesso à documentação das investigações e diante do que viu autorizou a comunidade católica a se manifestar contrariamente em relação à corrupção no

governo local. Da mesma forma, o Conselho de Pastores de Londrina e os dirigentes do Sindicato da Indústria da Construção Civil e da Sociedade Rural do Paraná passaram a apoiar o movimento pela moralização, que então já havia ganhado força pela cidade. Mesmo diante de toda a movimentação pela moralização, César (2001) relata que o Governo do Estado e suas lideranças na ALEP seguiam afirmando em público que as acusações eram improcedentes e que os promotores estavam sendo sensacionalistas. Alguns deputados estaduais opositoristas, liderados por José Maria Ferreira, do PMDB de Ibiporã-PR, tentaram emplacar a emissão de uma carta de apoio às investigações do Ministério Público, mas foram derrotados pela maioria da ALEP, lideradas pelos deputados governistas, inclusive Antonio Carlos Salles Belinati, filho de Antonio Belinati.

O jornalista Délio Cesar (2001), em seu livro sobre o caso AMA/COMURB, narra que o grupo envolvido nos desvios tentou de todas as formas impedir que a população tomasse conhecimento dos fatos que vinham ocorrendo na cidade, especialmente do conteúdo das investigações promovidas pelo Ministério Público, chegando a supostamente pagar veículos de imprensa e jornalistas para que nada divulgassem sobre o caso:

A imprensa estava quase toda amordaçada. A quadrilha pagava, com dinheiro público, quantias mensais para veículos de comunicação e para alguns editores que aceitavam fazer o jogo sujo. Esse tapa-boca era estadual, calando os canais de comunicação que poderiam divulgar o trabalho das Promotorias e esclarecer os cidadãos. Dava nos jornalistas cidadãos (ou cidadãos jornalistas) uma angústia muito triste de ver as notícias sobre o inquérito pequeninas nos cantos das páginas, enquanto ainda espoucavam manchetes sobre façanhas e projetos do então prefeito. (CÉSAR, 2001, p. 12)

As manobras dos governos municipal e estadual de nada adiantaram, pois o Movimento pela Moralidade Pública tomou as ruas de Londrina-PR em outubro de 1999, tendo como bandeira o *slogan* “Pés Vermelhos! Mãos Limpas!”, obtendo como primeira vitória a aprovação da abertura da CEI na Câmara Municipal para averiguar as irregularidades na gestão municipal. Em fevereiro de 2000, o Movimento pela Moralidade Pública entregou na Câmara de Vereadores uma denúncia contendo todos os documentos fornecidos pelo Ministério Público e um manifesto pedindo a cassação de Belinati, o qual o então prefeito conseguiu judicialmente impedir que a Câmara aceitasse.

Em março do ano 2000 o movimento protocolou novamente a denúncia e em 23/03/2000 a Câmara aprovou por unanimidade a abertura do processo de julgamento público de Antonio Casemiro Belinati. Em 15 de maio daquele ano Belinati foi afastado pelo Tribunal de Justiça, do cargo de prefeito, mas obteve liminar em seu favor, sendo afastado novamente e em definitivo em 19 de maio de 2000, assumindo em seu lugar o então presidente da Câmara de Vereadores, Jorge Scaff.

Este é um panorama resumido do caso AMA/COMURB, com fulcro nos elementos divulgados na imprensa e nas investigações encampadas pelo Ministério Público. Vez que o foco à época era a cassação de Belinati e que o movimento “Pés-vermelhos, Mãos Limpas” tinha o então prefeito como seu principal alvo, o nome e a atuação de um importante agente do caso acabaram ficando negligenciados, ao menos no que se refere à divulgação, já que foi alvo de diversos processos criminais por tal atuação. Como apresentado no perfil do nosso personagem, José Janene era um homem de atuação de bastidores e no caso AMA/COMURB foi um protagonista, à sua forma e especialidade, em que pese, publicamente o mais atacado tenha sido Antonio Belinati e seus familiares.

Os alertas de possíveis fraudes começaram quando uma empresa participante de uma carta-convite teria recebido valores para capina e roçagem referente, em extensão, a duas vezes as áreas “capináveis” de Londrina-PR, em que pese à época, segundo os Promotores, era visível que o mato crescia na cidade e que a capina e a roçagem não vinham sendo realizadas. A partir daí, investigaram mais de cem contratos firmados, muitos deles licitados na modalidade de carta-convite, em que o poder público convida as empresas de seu interesse a participar do certame. Como já apresentado, a relação entre Belinati e Janene tinha, desde o segundo mandato de prefeito de Antonio, José como suposto financiador, articulador e coordenador das campanhas do amigo, o que lhe rendia a indicação de cargos no governo municipal.

Neste terceiro mandato de Belinati (1997-2000), Janene teria sob seu controle as duas autarquias responsáveis pelos serviços de urbanização, os quais já vimos nos capítulos três e quatro que eram os métiers das empresas de José e de seus irmãos, especialmente Faiçal Jannani, tendo indicado a grande maioria dos cargos de primeiro e segundo escalão dos referidos órgãos. Sobre tais fatos, o jornal Folha de Londrina noticiou:

Responsável pela indicação de pelo menos metade das diretorias da AMA e da Comurb e de vários assessores de segundo escalão, Janene era "meeiro" de Belinati na administração desses órgãos, conforme expressão do MP. Assim, o deputado foi beneficiário direto – conforme várias ações ajuizadas contra ele – dos desvios. O dinheiro era usado para pagar dívidas de sua campanha de 1998. [...]

De acordo com as ações e depoimento do próprio Antonio Belinati ao MP, o então pepebista indicou Mauro Maggi, Nelson Kohatsu e Julio Bittencourt como presidente, diretor administrativo-financeiro e diretor operacional da AMA, respectivamente. Na Comurb, coube ao deputado escolher o diretor administrativo-financeiro, Eduardo Alonso, e indicar os ocupantes de cargos de assessoria e gerência. A presidência, exercida primeiramente por Cleber Toffoli e, em seguida, por Kakunen Kyosen partiu de um acordo entre o deputado e o prefeito. (COMELI; FERREIRA, 2015)

Ao encontrar irregularidades na AMA e sendo sabedores de que Janene também controlava a COMURB, os Promotores de Justiça avançaram as investigações para esta outra autarquia, encontrando uma vastidão de contratos possivelmente ilícitos. O *modus operandi* do caso AMA/COMURB foi o mesmo apresentado até aqui: beneficiamento de empresas para prestação de serviços públicos, mediante superfaturamento e/ou pagamento por serviços não prestados, sendo os valores destinados a políticos e seus asseclas, para rateio entre eles.

No caso de Janene, conforme investigações do Ministério Público, houve tanto o envolvimento de empresas de propriedade de seus familiares, quanto a de empresas registradas em nome de "laranjas", ou ainda, empresas de conhecidos e comparsas de Janene. O exemplo mais comentado foi a de uma empresa de nome Freitas e Dutra Ltda, a qual havia recebido o valor de R\$ 120 mil da AMA sem ter prestado os serviços contratados, vindo-se a descobrir pelo Ministério Público que esta pertencia a duas pessoas que haviam perdido seus documentos e tiveram seus nomes indevidamente utilizados. Tal empresa teria sido aberta por Alberto Youssef e outros parceiros dele e de Janene em tais fraudes (COMELI; FERREIRA, 2015). Na época, rastreou-se que Janene chegou a depositar diretamente em sua própria conta um cheque da AMA emitido em favor de uma empresa prestadora de serviços, no valor de R\$ 36,9 mil, reforçando ainda mais a tese de que não apenas participava ativamente do esquema, mas ele próprio era sócio oculto das empresas vencedoras das licitações.

Para manter tais esquemas e para conseguir o apoio massivo da Câmara de Vereadores de Londrina nos projetos de interesse do Poder Executivo e do próprio Janene, um suposto esquema de pagamento mensal de valores para os vereadores da cidade em troca de tal apoio foi denunciado por Eduardo Alonso, ex-assessor de

Janene e ex-Diretor Financeiro da COMURB, no período em que o caso AMA/COMURB aconteceu:

A mesma denúncia de suborno foi feita por Alonso contra os vereadores de Londrina, beneficiados, de acordo com ele, com pagamentos mensais para que silenciassem em relação ao esquema de corrupção montado durante a administração de Belinati. Os pagamentos, detalhou Alonso, eram feitos em "envelopes pretos" e entregues por ele. A denúncia causou furor entre os vereadores londrinenses (que a rejeitam), vários dos quais foram reeleitos para a atual legislatura. (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005c)

Janene seria o responsável por tais articulações e pagamentos, nominando o esquema como "mensalinho". Em razão disto, quando o caso nacional do mensalão veio à tona, apontou-se que se tratava de uma expansão ou de uma elevação ao âmbito nacional e a grandes cifras de um esquema de sucesso já testado em Londrina-PR, sendo a cidade apontada como o "tubo de ensaio" deste tipo de ilicitude, como apontado no início deste item. No ano de 2015, uma das Promotoras de Justiça, Leila Schimiti, que acompanhava as investigações do caso AMA/COMURB, ao ver o envolvimento de Janene e Youssef no caso de repercussão nacional, declarou ao jornal Folha de Londrina:

Londrina foi o grande laboratório para a técnica desenvolvida depois pelos hoje ainda protagonistas desses grandes escândalos nacionais. [...] O primeiro caso concreto, de repercussão, que nós tivemos com o envolvimento dessas duas figuras foi em Londrina. José Janene trazendo esse modo de operação das empresas de fora, das concorrências fraudadas e o Youssef com o *know-how* da lavagem de dinheiro. [...] Naquela época, Youssef já estava colocando em prática o mecanismo de lavagem de dinheiro antes da própria lei ou concomitante à própria lei que viria a tratar especificamente da ocultação de bens, em 1998. (COMELI; FERREIRA, 2015)

Segundo o Ministério Público, no esquema AMA/COMURB estima-se que Janene, Belinati e seus parceiros teriam desviado cerca de R\$ 7 milhões de reais entre os anos de 1998 e 1999 (QUADROS, 2005). As investigações apontaram que depósitos eram feitos com constância, regularidade de datas e valores, como se fossem de fato parcelas de pagamentos dos acordos realizados. A exemplo, a esposa de Janene, Stael, teria recebido em sua conta corrente pessoal o valor de R\$ 21 mil, depositado em espécie, por dezesseis meses consecutivos, sempre entre os dias dez e quatorze de cada mês. Segundo o Ministério Público, tais valores eram depositados pelas empresas Tâmara Serviços Técnicos S/C Ltda e Principal Vigilância S/C Ltda (QUADROS, 2005). Conforme depoimentos, a secretária das empresas citadas

afirmou que a esposa do sobrinho de Janene, Rosa Alice (casada com Meheidin Janene) era a responsável por retirar o dinheiro em espécie na empresa e fazer os depósitos na conta de Stael, demonstrando assim mais uma vez que Janene operava em família, envolvendo no esquema AMA/COMURB os irmãos, a esposa e o primo.

Goulart (2018) explica que as famílias, quando a passam a agir em outros campos, tais como o político, acabam por sobrepor seus interesses pessoais aos princípios da impessoalidade e da formalidade, previstos na Constituição Federal de 1988 como básicos para a administração pública:

Ao integrar outros campos, os negócios referentes à esfera familiar passam a se justapor e a construir práticas negativas, até mesmo contrárias à impessoalidade e à formalidade, mecanismos essenciais para o desenvolvimento social de qualquer Estado-Nação. (GOULART, 2018, p. 74)

A impessoalidade e o desleixo com a formalidade chegaram, no caso AMA/COMURB, a níveis grotescos, a ponto de se comprovar os serviços supostamente prestados com projetos plagiados ou já apresentados a outros clientes, sem sequer apagar as referências a outras localidades. Em alguns casos, como apontou denúncia do Ministério Público, os contratos foram assinados e as notas fiscais foram emitidas pelas empresas prestadoras de serviços em data posterior ao pagamento das faturas referentes a elas, concluindo-se que primeiramente os envolvidos apropriaram-se dos recursos e só depois faziam as formalidades para justificar e regularizar tal saída:

O Ministério Público diz que, sob a falsa chancela de consultoria, as empresas apresentaram projetos e planos sobre sistema viário, meio ambiente e urbanização apenas “para dar aparência” a serviços fictícios. A fraude foi tão escandalosa que as 23 cartas-convite, licitações, notas fiscais e contratos das empresas foram expedidas depois que a prefeitura pagou por obras ou serviços fictícios. De acordo com o Ministério Público, parte dos gastos retornava ao grupo através de cheques emitidos pelos fornecedores. (QUADROS, 2005)

Tais situações demonstram que de fato, como apontado por Goulart (2018), as famílias apropriam-se de tal forma do aparelho do Estado, que negligenciam os princípios constitucionais da administração pública. No caso de Janene, isto ocorria de forma tão aberta, nos parecendo que havia quase uma certeza da impunidade e da pouca probabilidade de serem descobertos. Vale destacar que no esquema de Janene ocorre o que também é apontado pela mesma autora, de que as famílias

acabam revertendo os benefícios da apropriação indevida do aparelho estado em vantagens eleitorais.

No caso de Janene, o *modus operandi*, ao que tudo indica, era justamente este de financiar campanhas, apropriar-se de cargos estratégicos no aparelho do Estado, colocando neles familiares e/ou aliados, para obter benefícios e assim recuperar o “dinheiro investido” e acumular para enriquecimento pessoal, pagamento de dívidas de campanha e financiamento de campanhas futuras, fato levantado pelo Ministério Público do Paraná na ocasião:

Os promotores garantem que as investigações provam que a Comurb foi alvo de uma grande quadrilha montada para “assaltar os cofres públicos”. Sustentam que os recursos arrecadados “deram e dariam” suporte aos interesses pessoais de Janene e Belinati, especialmente no financiamento de campanhas eleitorais. “É um escândalo sem precedentes. Nunca houve tanta facilidade em dilapidar o Erário”, escrevem os promotores Cláudio Rubino Zuan Esteves e Solange Novaes da Silva Vicentim. (QUADROS, 2005)

Após recolher robustas provas, o Ministério Público encaminhou a documentação do caso AMA/COMURB à Corregedoria da Câmara dos Deputados e à Procuradoria-Geral da República, sugerindo abertura de CPI no Poder Legislativo e processos criminais contra Janene junto ao STF. Nos mesmos órgãos já havia também denúncias e conjunto probatório encaminhados pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, em razão do caso ocorrido em Rolim de Moura-RO, já explicitado nesta pesquisa. A movimentação do Ministério Público não surtiu o efeito esperado e não houve grandes impactos na trajetória parlamentar do então deputado, o qual chegou a ser processado, mas até a sua morte, não foi condenado, em que pese a grande parte de seus comparsas, como Belinati e Youssef, o tenham sido anos mais tarde. À época, como de costume, Janene desafiou as autoridades, negou-se a prestar depoimento e disse que somente falaria em juízo no Supremo Tribunal Federal - STF, sob a alegação de que tinha foro privilegiado. A Folha de Londrina noticiou as declarações de Janene sobre o tema:

Não tenho nada a esconder. [...]
Os promotores já fizeram um levantamento de toda a minha vida e eu não tenho nada a esconder, mas não há o que justifique uma convocação (para depor). [...]
Se os promotores acharem que há qualquer indício de irregularidade sobre minha campanha eleitoral, é preciso acionar o STF. (FOLHA DE LONDRINA, 2000)

Importa destacar também que Janene não comparecia em depoimentos, nem no Sistema de Justiça e tampouco nas CPIs e CEIs, sempre alegando que não tinha condições de saúde para tal. O Jornal O Globo (ÉBOLI, 2006) chegou a denunciar tal situação, elencando festas, jantares e eventos em que o então deputado estava presente, mesmo alegando estar doente, mostrando mais uma vez que nosso personagem realmente desafiava e não tinha medo das autoridades.

Segundo noticiado pela imprensa, baseado nas informações do Ministério Público, os bens de Janene e de Stael Fernanda cresceram vertiginosamente durante os anos de 1998 e 1999, mediante a compra de empresas, imóveis na zona urbana e rural e veículos de luxo. As cifras do esquema AMA/COMURB envolvendo Janene ficaram na casa dos R\$ 7 milhões apontados pelo Ministério Público, mas estima-se que o esquema todo tenha chegado a R\$ 16 milhões entre os vários denunciados, sendo que durante toda a gestão de Antonio Belinati, no seu terceiro mandato, se considerados todos os órgãos da administração municipal, tenham sido desviados cerca de R\$ 30 milhões ilegais (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005) pelo grupo formado por Janene, Belinati, Youssef e seus parceiros e operadores de negócios. À época, a imprensa chegou a ventilar cifras que alcançariam R\$ 115 milhões, mas tais valores não chegaram a ser comprovados (FOLHA DE SÃO PAULO, 2000).

As conexões do caso AMA/COMURB chegaram até outros países, por meio do suposto esquema de lavagem de dinheiro, sendo verificadas conexões dos operadores até mesmo o conhecido “Juiz Lalau”, Nicolau dos Santos Neto, envolvido nos escândalos do ex-presidente Fernando Collor de Melo (MASCHIO, 2001). O Ministério Público averiguou que parte do recurso desviado foi enviado para o Uruguai, em nome de empresas *offshores* abertas naquele país, as quais eram administradas pelo escritório Posadas, Posadas & Vecino, o mesmo usado para a lavagem de dinheiro no escândalo citado, vez que o mesmo escritório também representava o referido juiz naquele país.

Foi também do caso AMA/COMURB, por um “fio solto”, que o Ministério Público estadual, inicialmente, chegou até o caso Banestado, já citado em nosso item anterior (BARAN; AUDI, 2015f). O Promotor de Justiça Cláudio Esteves narrou que ao rastrear valores desviados das referidas autarquias, chamou a atenção o montante de R\$ 120 mil que tinha sido depositado em uma conta “fantasma” de uma empresa também “fantasma” no Banco Banestado. Ao se aprofundarem, descobriram uma série de operações similares, muitas delas envolvendo Alberto Youssef e outros

doleiros. Os documentos foram encaminhados ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, que juntos localizaram ao menos R\$ 28 bilhões de recursos desviados e lavados por meio do referido banco (BARAN; AUDI, 2015f).

Como já citado, apesar de Janene ter sido apontado como participante do esquema, nada contra ele foi provado na ocasião, não sendo sequer indiciado no caso Banestado, ao contrário de Youssef que chegou a ser preso pela atuação no referido escândalo, que é considerado até os dias atuais um dos maiores do Brasil, com cifras que ultrapassam facilmente o chamado mensalão e o petrolão. Porém, anos mais tarde, em depoimento prestado na CPI da Petrobras, no ano de 2015, Youssef acabou confirmando que Janene, de forma indireta, esteve envolvido na situação, recebendo recursos para financiamento de campanhas, vindos do esquema Banestado:

SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor financiou alguma campanha política diretamente, algum candidato, via caixa dois, do Paraná ou do Brasil?

SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, a campanha de 2010... Na verdade, anteriormente eu já financiava o Sr. José Janene, na época já do BANESTADO, emprestando recursos a ele para que ele financiasse campanhas, políticos de seu partido. (BRASIL, 2015)

Vale destacar que nas eleições de 1998, Janene declarou ao TSE um patrimônio no valor de 900 mil, mas mesmo diante da quantidade de bens adquiridos em nome de parentes, a Revista Isto É divulgou que nos anos subsequentes a 1998 o patrimônio de Janene decresceu, sendo que oficialmente, suas empresas amargaram prejuízos e dívidas com o fisco (RIBEIRO; CLAUDIO, 2005). Tais fatos possivelmente foram motivados pela indisponibilidade dos bens de José Janene, os quais foram bloqueados nas ações judiciais que sofreu. Mas a situação financeira do então deputado veio a mudar para melhor em meados do ano 2000, após seu envolvimento em outro caso, que trataremos posteriormente nesta pesquisa.

5.2 PRENÚNCIOS DE UM NOVO (?) FAZER POLÍTICO: O CASO SERCOMTEL

Além do caso AMA/COMURB, Belinati e Janene foram investigados pela Polícia Federal e processados pelo Poder Judiciário por suspeita de desvio do recurso advindo dos 45% das ações do Sercomtel vendidas em 1998, uma vez que segundo César (2001), as ações foram vendidas pelo valor de R\$ 186 milhões e entraram nos

cofres da Prefeitura Municipal de Londrina-PR somente R\$ 97.256.137,00, dos quais R\$ 30 milhões foram direto para pagamento de dívidas acumuladas do município e outros R\$ 66 milhões foram supostamente aplicados, sem maiores informações por parte da gestão municipal.

Conforme amplamente noticiado pela imprensa, além de Antonio Casemiro Belinati e do então Deputado Federal José Janene, foram indiciados e processados no caso também Rubens Pavan, Presidente do Sercomtel na ocasião da venda, Cassimiro Zavierucha (mais conhecido como Carlos Junior), ex-Chefe de Gabinete de Belinati e tesoureiro da campanha dele, Ismael Mologni, ex-Secretário de Fazenda e Diretor Financeiro do Sercomtel, Wilson Mandelli, ex-Secretário de Administração, Mauro Maggi, ex-Diretor Presidente da AMA, Nelson Kohatsu, ex-Diretor Administrativo-Financeiro da AMA, dentre outros. Como se observa acima, grande parte dos envolvidos no caso AMA/COMURB são também os acusados do caso Sercomtel. Veremos na sequência que os dois casos estão absolutamente entrelaçados, já que supostamente um alimentou o outro de recursos financeiros que viabilizaram o esquema.

Antes, importa contextualizar as circunstâncias da venda das ações da maior estatal municipal de Londrina-PR. De acordo com o sítio eletrônico oficial da Sercomtel, a instituição foi aberta no ano de 1964, inicialmente como um departamento do município, e em 1968 elevada a condição de autarquia municipal, criada com o objetivo de expandir as comunicações por meio da telefonia fixa residencial e comercial. Vale destacar que Londrina-PR, à época, era considerada a capital nacional do café e vinha em crescente expansão econômica, tanto nas atividades rurais como urbanas.

Inicialmente, operou apenas em Londrina-PR, mas até a venda completa da empresa, no ano de 2020, já operava em todo o Estado do Paraná, com maior nicho de mercado na região Norte do Estado. Desde 1992 a empresa passou a operar também a telefonia celular e anos mais tarde, a ofertar a *internet* de banda larga para os londrinenses. A Sercomtel ganhou o *status* de empresa pública de sociedade anônima no ano de 1996, em um processo iniciado por Assad Jannani, irmão de José Janene, que presidiu a instituição entre 1993 e 1996, na gestão de Luiz Eduardo Cheida como prefeito. Esta transformação de autarquia para empresa abriria o caminho para a venda de parte dela, dois anos mais tarde.

Em 1998 a estatal possuía patrimônio estimado entre R\$ 270 e R\$ 310 milhões, sendo que 45% de suas ações foram vendidas pelo valor de R\$ 186 milhões, para a COPEL, que pagou R\$ 166 milhões à vista diretamente aos cofres da estatal, e outros R\$ 20 milhões foram pagos de forma parcelada, com correções e juros mensais.

À época, uma consultoria contratada pela Prefeitura de Londrina-PR fez uma avaliação do capital da empresa e após a venda, apontou que o negócio teria sido bastante vantajoso ao município, pois teria rendido um ágio de cerca de 40%. Belinati anunciou que o valor foi depositado em uma conta especial do município e aplicado, com promessa de rendimentos de até R\$ 1,3 milhões mensais aos cofres da prefeitura. Importa destacar que no mesmo período, Emília Belinati, esposa de Antonio Belinati, era a Vice-Governadora do Paraná, sendo, portanto, um negócio “feito em casa”, como citado pelo jornal Folha de Londrina (AUGUSTO, 1998), já que a COPEL é uma empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado do Paraná.

Na ocasião, foi amplamente divulgado que a venda seria necessária para modernizar a oferta da telefonia móvel, assim como, para que o Sercomtel pudesse passar a ofertar também o serviço de *internet* banda larga, vez que a COPEL começava já a investir nas redes de fibra óptica. Ademais, divulgava-se que a empresa já tinha R\$ 40 milhões em ações caucionadas para pagamento de dívidas, as quais, como parte do acordo, seriam resgatadas pela COPEL, fazendo-se parecer então um negócio bastante lucrativo para a Sercomtel, pois além das quitações de dívidas, a empresa poderia crescer e concorrer no mercado com as grandes companhias telefônicas.

Antes de adentrarmos ao desfecho desta venda de ações à COPEL, importa contar aqui que no ano de 2020, a Sercomtel Telecomunicações foi integralmente vendida, ocorrendo o processo total de privatização. Tal venda vinha sendo estudada desde o ano de 2018, a partir do ingresso de Marcelo Belinati como prefeito de Londrina-PR, sobrinho de Antonio Belinati, concretizando-se assim as duas vendas em gestões da mesma família. Esta segunda e derradeira venda foi justificada pela falta de possibilidade de concorrência em termos de tecnologia, vez que a empresa ainda operava telefonia móvel em 2G e 3G, assim como, uma dívida de mais de R\$ 30 milhões já era acumulada pela Prefeitura de Londrina-PR, dentro da estatal. Segundo a imprensa, a Sercomtel vinha amargando prejuízos de cerca de R\$ 20

milhões anuais nos exercícios anteriores à venda e já havia sido notificada pela ANATEL sobre a possibilidade da perda da concessão para operação da telefonia móvel e fixa (SILVEIRA, 2020). A empresa foi arrematada em leilão pelo fundo de investimento Bordeaux, que se comprometeu a investir ao menos R\$ 130 milhões na companhia. Sob o comando da Prefeitura de Londrina-PR ainda restou a Sercomtel Iluminação, a qual já citamos nesta pesquisa.

Retornando à primeira negociação, de 1998, em que foi vendida parte da empresa, vale destacar que a venda das ações preferenciais da Sercomtel para a COPEL foi um processo legal, realizado dentro das leis e normas do setor e homologado pela agência reguladora responsável e que, inclusive, teria gerado lucros vantajosos para a estatal, caso o recurso tivesse nela sido aplicado. O que tornou o processo questionável foi a suposta intenção para a qual foi feita a venda e o desvio dos recursos provenientes da transação, os quais em quase nada acrescentaram aos cidadãos londrinenses ou impactaram na oferta de qualquer serviço público municipal.

Isto porque, os valores da venda do Sercomtel, segundo apontou o Ministério Público, sustentaram as operações fraudulentas do caso AMA/COMURB, pois estimava-se que cerca de R\$ 110 dos R\$ 186 milhões da referida venda tenham sido desviados por meio de esquemas para “esquentar” a saída do dinheiro dos cofres públicos, usando as licitações e contratações de serviços superfaturados ou sequer prestados, como relatado no item anterior (FOLHA DE SÃO PAULO, 2000). Ao abordar a aliança entre Janene e Antonio Belinati no caso Sercomtel, noticiou o jornal Gazeta do Povo:

Da aliança, segundo o promotor Esteves, nasceu o esquema de desvio de dinheiro público da venda de ações da Sercomtel, em 1998. Para maquiar as ilegalidades, Janene atraía empresas para fazer licitações fraudulentas com a administração pública, principalmente com a Autarquia de Meio Ambiente (AMA) e a Companhia Municipal de Urbanização (Comurb). Segundo o MP, o dinheiro abastecia o caixa de campanhas eleitorais de políticos da cidade. Mas a fatia maior do bolo era reservada a Janene e Belinati. Nomes ainda pouco conhecidos – como os de André Vargas, Paulo Bernardo e Alberto Youssef – também apareceram entre os processados. (BARAN; AUDI, 2015a)

Confirmando tal afirmação, o Jornal de Londrina publicou no ano de 2015 reportagem sobre os quinze anos da queda de Belinati, no qual comentam sobre as ligações do caso AMA/COMURB com o caso Sercomtel:

Para o Ministério Público (MP), os recursos que sustentaram o esquema AMA/Comurb foram os R\$ 186 milhões obtidos pela Prefeitura de Londrina

com a venda de 45% das ações da Sercomtel para a Companhia Paranaense de Energia (Copel), em maio de 1998. Até hoje não ficou esclarecido o destino desse dinheiro. Do total da venda, cerca de R\$ 120 milhões chegaram aos cofres da Prefeitura. O resto foi contabilizado na quitação de dívidas da Prefeitura com dois bancos, por parte do Estado, de acordo com a administração municipal. Isto porque, no final da gestão de Luiz Eduardo Cheida (1993-1996), que foi eleito pelo PT mas que hoje é filiado ao PMDB, o Município adquiriu empréstimos dando como garantia ações da Sercomtel. Antonio Belinati disse, à época, que usou os R\$ 120 milhões para pagar despesas corriqueiras da Prefeitura. Uma parte do dinheiro, porém, foi usada para pagar a contratação de serviços nunca prestados pela Comurb. Ao todo, o MP propôs ações pedindo a devolução de mais de R\$ 30 milhões em valores de 1998 e de 1999. (SILVEIRA, 2015)

O Ministério Público, nas denúncias do caso em tela, explicou como o esquema supostamente se deu, sustentando a tese de que dos cofres da Prefeitura o recurso da venda do Sercomtel foi transferido para o Fundo de Urbanização de Londrina, administrado pela COMURB (QUADROS, 2009). Não por acaso, Janene escolheu o advogado Eduardo Alonso, integrante fiel e ativo de seu grupo, seu ex-assessor de gabinete, para ser o Diretor Financeiro da referida autarquia, cargo responsável pela gestão do fundo. Tais informações teriam sido trazidas ao Ministério Público pelo próprio Alonso, que na ocasião firmou acordo de delação premiada no caso AMA/COMURB, desvelando todos os meandros do referido esquema. A Revista Isto É, com base nas denúncias ofertadas pelo Ministério Público, publicou:

Os promotores escrevem nas denúncias que o grupo tinha em mente o montante a ser sacado e agiu com rapidez - daí a montagem posterior dos processos para justificar os pagamentos. [...] Nas 11 ações por improbidade administrativa movidas contra Janene e sua patota há fartura de documentos reforçando as denúncias: extratos bancários, agendas com anotações sobre valores transferidos e depoimentos confirmando o *modus operandi* do grupo. Os promotores também apreenderam um processo que estava sendo montado para justificar pagamento já consumado. (QUADROS, 2005)

Ou seja, o grupo já sabia qual valor seria desviado, havendo probabilidade de terem apropriado-se do dinheiro antes mesmo de regularizar a saída dele dos cofres públicos, regularizando tais saídas por meio do esquema já relatado.

Alberto Youssef parece que também não ficou de fora de mais este caso. Como já citado, o caso AMA/COMURB teve relação com o caso Banestado, vez que havia indícios que parte dos recursos desviados supostamente teriam sido “lavados” por meio de *offshores* e contas tipo CC-5 naquele banco. O caso Sercomtel, nove anos depois de ser descoberto, foi vinculado também a irregularidades envolvendo o

referido banco. Segundo constou em ação que tramitou na 1ª Vara de Fazenda Pública de Londrina-PR, logo após a venda das ações do Sercomtel para a Copel, pelas quais a prefeitura recebeu R\$ 186 milhões, a estatal fez um empréstimo bancário, dando 2.400.000 ações preferenciais de R\$ 5,00 cada, como caução dos valores tomados do banco (TUPAN, 2017). A prefeitura não quitou o suposto empréstimo e a Banestado Corretora passou para sua titularidade a propriedade das referidas ações, ao valor de R\$ 0,01 cada, gerando um prejuízo de mais de R\$ 9 milhões à Sercomtel. Quando a transferência ocorreu, cada ação valia cerca de R\$ 8,86. A gestão nunca explicou qual foi a destinação do valor emprestado, já que tinha acabado de receber uma alta quantia pela venda do Sercomtel à COPEL.

Pela somatória dos casos AMA/COMURB, Sercomtel e outros de menor monta ocorridos naquele terceiro mandato de Belinati, Janene, o próprio Belinati, familiares, assessores e parceiros deles responderam a mais de cem ações entre as áreas Cível, Criminal e de Fazenda, muitas delas provocadas por populares e pela sociedade civil organizada, iniciadas no Ministério Público. Janene não foi condenado, porque além de ter foro privilegiado e não poder ser julgado em primeira instância, acabou por falecer no decurso dos processos, mas Belinati e a esposa do ex-deputado o foram, no ano de 2015, sendo que todos recorreram das sentenças, especialmente Stael Fernanda, que alegou ter sido envolvida no esquema por seu marido à época, sem ter participado ativamente dele.

O caso Sercomtel foi de grande arrojo para sua época, sendo apontado pela imprensa e pelos líderes do movimento “Pés Vermelhos! Mãos Limpas!” como uma forma inovadora de ação. Com um processo pensado e iniciado na gestão anterior, quando Assad Jannani era presidente da estatal, levado a cabo e executado na gestão de Belinati, com Rubens Pavan sob a presidência da empresa, a venda teria sido canalizada, conforme processos e denúncias, para benefícios pessoais, especialmente de fins eleitorais para Belinati e José Janene, além de outros adjacentes que teriam também se beneficiado do esquema.

O arrojo do esquema esteve na forma escolhida, em transferir os valores para o município, depois para o fundo específico, do qual teria saído mediante licitações e contratações supostamente fraudulentas, fazendo-se sair os recursos dos cofres públicos numa espécie de lavagem de dinheiro usando as próprias autarquias municipais para a finalidade. Vale destacar que o suposto esquema envolveu Belinati e o filho dele, Antonio Carlos, já que o Ministério Público indicou que parte do recurso

foi destinada à campanha do jovem ao cargo de deputado federal, assim como, de forma indireta, teria havido a contribuição da esposa de Belinati, que era vice-governadora do Paraná, e no exercício do cargo, poderia ter tido influência na compra das ações do Sercomtel pela COPEL. No caso de Janene, o suposto esquema teria envolvido além dele, os irmãos, a esposa, o primo e a esposa do primo, estes últimos com atuação ativa no “negócio”. Tal contexto encaixa-se perfeitamente nas teses de Ricardo Costa de Oliveira (2012, p. 18), no que refere à apropriação do Estado pelas famílias para benefício próprio, na prática que nomina como extrativismo estatal:

A conclusão é que temos em vários quadrantes praticamente uma “casta” hereditária de políticos profissionais. A política vem se tornando negócio de família e negócio de ricos. As eleições são caríssimas e muitos só querem o extrativismo estatal; isto é, só querem ganhar muito, ganhar mais e rápido dentro do aparelho do Estado.

Neste contexto, as famílias ocupam o aparelho do Estado e passam a definir a agenda, o local de aplicação dos recursos, a forma de execução das políticas, ditando os rumos de uma localidade, seja uma cidade, como é caso de Londrina-PR, um Estado, ou até mesmo a gestão nacional, nos órgãos da União, como veremos em nosso próximo item. Em Londrina-PR, no segundo, e especialmente, no terceiro mandato de Antonio Belinati, basicamente duas famílias controlaram a prefeitura e dela tiraram o seu proveito, praticando o citado extrativismo estatal, sendo elas a família Belinati, já estudada na pesquisa de mestrado desta autora (SILVA, 2015), e a família Janene, objeto da presente pesquisa. Neste sentido, Oliveira (2018), aponta que as famílias não podem ser consideradas apenas uma unidade social, mas precisam ser olhadas como um importante agente do campo político, sendo que neste campo as decisões não são realizadas apenas no âmbito dos gabinetes públicos, mas também nas rodas familiares. No caso em tela, a roda familiar era mais ampla, unindo duas importantes e influentes famílias do cenário político regional de Londrina-PR. O mesmo Oliveira, parafraseando Emílio Willems (1953, *apud* 2018, p. 34) afirma:

[...] NÃO EXISTE NENHUMA INSTITUIÇÃO NO BRASIL QUE NÃO SEJA ATRAVESSADA POR FAMÍLIAS. [...] pensou uma instituição brasileira, há que se aprofundar além do imediato, ir além do jogo que oculta as relações sociais de dominação e você encontrará, em menor ou maior grau, a presença de famílias operando de maneira ativa. ISSO QUER DIZER, A UNIDADE SOCIAL DA POLÍTICA NO BRASIL, NO PARANÁ, EM CURITIBA AINDA É FORMADA PELA IDEIA DE FAMÍLIA. (grifos do autor)

Em Curitiba-PR, em Londrina-PR, ou em tantas outras localidades, a gestão da coisa pública perpassa pelas mãos e pelos interesses das famílias. Apropriam-se do aparelho estatal, praticam o extrativismo e como vimos no caso em tela, deixam seus rastros de devastação aos cofres públicos, que são convertidos em ausência de serviços aos que mais necessitam, acirrando a desigualdade social e o acesso a direitos dos demais cidadãos.

5.3 O MENSALÃO E O PETROLÃO: A CULPA É DO MORTO

Um dos casos de corrupção de maior notoriedade pública, o chamado mensalão, teve José Janene como um de seus grandes protagonistas. Vale destacar que apesar de a imprensa costumar divulgar ter se tratado de “o maior escândalo de corrupção da história do Brasil”, este não foi o maior do ponto de vista do volume de recursos movimentados, já que se estima que o caso Banestado possa ter movimentado cerca de US\$ 134 bilhões, envolvendo empreiteiras, doleiros, empresários e políticos, dos quais apesar de investigados, poucos foram indiciados e um número ainda menor foi condenado (BEIRANGÊ, 2017).

Vale destacar que apesar da quantia em dinheiro absurdamente maior (no mensalão foram apontados cerca de R\$ 2 bilhões em desvios), no caso Banestado não houve uso do advento das prisões preventivas como no mensalão e tampouco as investigações ganharam volume e repercussão midiática, em que pese tenha sido o mesmo juiz federal, Sérgio Moro, o responsável pelos processos judiciais.

Feito este adendo, há também que se contextualizar que quando os repasses de recursos que caracterizaram o mensalão ocorreram, Janene era o líder do PP⁴⁸ na Câmara Federal e o seu partido possuía a quinta maior bancada daquela casa legislativa, tendo iniciado a legislatura, em 2003, com 43 deputados, crescendo até o final do mesmo ano para 49 parlamentares, atrás apenas do PT, com 91 deputados, do PFL, com 76, do PMDB, com 70, e PSDB, com 63.

Neste sentido, o PP possuía um número importante de deputados, ainda mais se considerado que as segunda e quarta maiores bancadas eram de partidos opositoristas ao Governo Federal, gerido pelo PT a partir daquele ano. Este fator

⁴⁸ Naquele período, o partido usava a sigla PPB.

abriu caminho para a prática do que Janene e seus apaniguados já faziam em Londrina: a suposta compra de apoio dos parlamentares nas votações de projetos de interesses do Poder Executivo. Segundo Youssef, em depoimento à Polícia Federal, eram necessários cerca de R\$ 4 milhões mensais para bancar os pagamentos à bancada do PP na Câmara Federal (STF, 2015), os quais recebiam em média R\$ 30 mil reais mensais, sendo o restante do valor usado para despesas administrativas do esquema, tais como transporte de valores, taxas bancárias, pagamento de “entregadores”, dentre outras.

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, o mensalão teria iniciado ainda no ano de 2003, mas foi denunciado, descoberto e as investigações iniciadas no ano de 2005. O caso veio à tona após a divulgação pela revista *Veja* de uma reportagem, acompanhada de um vídeo, em que um funcionário dos Correios recebia propinas e relatava o *modus operandi* do esquema. O referido vídeo envolvia o então deputado Roberto Jefferson, do PTB, que ao se ver exposto, decidiu delatar o funcionamento do esquema, denunciando em entrevista à *Folha de São Paulo* que a bancada do PP e do PL recebia R\$ 30 mil por deputado para apoiar os projetos de interesse da União. Na ocasião, Jefferson disse que dentro do partido do governo, a gestão do esquema era feita pelo alto clero do PT, mas sem a aquiescência ou conhecimento do então Presidente da República, Lula. Três CPIs foram abertas para investigar as denúncias.

A forma de funcionar era a mesma do “mensalinho” de Londrina-PR, ocorrido durante o caso Sercomtel e AMA/COMURB: contratação de empreiteiras e prestadoras de serviços públicos aos órgãos federais da administração direta e indireta, as quais recebiam pagamentos superfaturados e repassavam os valores na forma de propina aos representantes dos partidos e aos operadores do esquema, que distribuíam entre os participantes.

Como o objeto desta pesquisa é a trajetória de José Janene, nos ateremos daqui em diante ao recorte da participação dele no caso em tela, o qual foi apontado por muitos como um dos “cabeças” do esquema, mas apesar disto, não chegou a ser condenado na justiça, pois faleceu durante as investigações. Na CPI aberta na Câmara dos Deputados acabou absolvido, o que lhe permitiu, como já registrado nesta pesquisa, que obtivesse sua aposentadoria por invalidez da função de deputado federal. Em depoimento à CPI, a viúva de Janene contou da reação do deputado, quando as primeiras denúncias vieram à tona:

Quando vi as primeiras notícias do escândalo, ele falou pra mim: “Isso vai dar muito pano pra manga”, conta a ex-esposa do parlamentar, Stael Fernanda. E deu: Janene foi apontado como o destinatário de R\$ 4,1 milhões do valerioduto. “Até acredito que ele pegou esse dinheiro, mas não levou”, diz a mulher. Mesmo figurando entre os réus do processo no Supremo Tribunal Federal, o político foi absolvido por seus colegas da Câmara em uma sessão esvaziada – 147 dos 513 deputados faltaram. (BARAN; AUDI, 2015b)

Num acórdão de uma Apelação Criminal (JUSTIÇA FEDERAL, 2015b) julgada no âmbito do Tribunal Regional Federal, em que o irmão, a filha e a viúva de Janene são acusados de participação indireta no caso do mensalão e em operações de lavagem e dinheiro, junto com Youssef e Carlos Habib Chater, o Desembargador Leandro Paulsen aponta que em ação fiscal da Delegacia da Receita Federal de Londrina-PR, detectou-se que os bens de José Janene, no período da ocorrência do mensalão, cresceram vertiginosamente, ainda que suas empresas, formalmente, estivessem falidas e com faturamento zero, não sendo possível apontar fontes legais de onde a renda pudesse ter sido oriunda. Mesmo acórdão traz que José Janene era o articulador do PP junto ao Governo Federal no esquema, tendo comprovadamente recebido ao menos quinze mensalões, por meio de saques em espécie ou de transferências para contas de empresas de “laranjas”, de onde foram sacados. Junto com Janene, operava seu assessor, João Cláudio Genu, conhecido no meio político como “Mercedão”. Genu, em tese, seria o responsável pelos saques e entregas dos valores para os demais envolvidos, ficando com um percentual para si, a título de comissão. Os quinze mensalões repassados à Janene totalizaram, segundo denúncias, R\$ 4.100.000,00.

De acordo com o relatório da sentença de uma das ações penais do mensalão, os valores repassados à Janene teriam sido aplicados, depois de “lavados”, para a compra de carros de luxo, sacas de soja e para o pagamento de contas pessoais de José e seus familiares (JUSTIÇA FEDERAL, 2019). Em reportagem especial, a revista Isto É noticiou que entre os anos de 2003 e 2004, Janene adquiriu (mas não em seu nome) diversos bens, a saber:

Curiosamente, nos dois primeiros anos do governo Lula, que coincidem com a ideia milagrosa do mensalão denunciado pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson, Janene desencravou da miséria. Documentos obtidos por ISTOÉ em cartórios, órgãos oficiais e sindicatos rurais no Paraná mostram que Janene e sua mulher, Stael Fernanda, viraram proprietários em 2003 e 2004 de uma dezena de fazendas, imóveis e uma frota de carros importados avaliados em cerca de R\$ 7 milhões. O casal amealhou tudo isso ganhando,

junto, R\$ 200 mil anuais, média mensal de R\$ 16,5 mil – pouco mais do que meio mensalão. Nesta fantástica engenharia financeira não estão incluídas outras joias de seu patrimônio: rebanhos de gado e ovinos, safras de soja e a mansão de R\$ 2 milhões, ainda em construção, encravada no Royal Golf, um elegante condomínio fechado na zona mais elegante de Londrina, onde é vizinho, entre outras personalidades endinheiradas, do locutor global Galvão Bueno. Despreocupado em esconder a disparidade de seu vasto patrimônio diante de seus rendimentos, Janene começou a se exhibir. Passou a revelar uma paixão incontrolável por carros importados: a exemplo do juiz Lalau, que tinha mania de comprar Porsches, o líder Janene mostrou-se fissurado em carros e jipes importados, como Audi, Pajero e Cherokee. (RIBEIRO; CLAUDIO, 2005)

A participação ativa de Janene, como articulador do PP e beneficiário direto do mensalão, foi investigada com mais afinco a partir do ano de 2008, após uma denúncia feita pelo então empresário, Hermes Magnus, proprietário da Dunel Indústria e Comércio Ltda - EPP, empresa sediada em Londrina-PR. Magnus havia projetado máquinas inovadoras para o mercado de componentes eletrônicos e procurava investidores para aplicar recursos em sua empresa, para produção em grande escala do seu produto patenteado. Um conhecido em comum entre Magnus e Janene levou tal informação para o então deputado, que mandou emissários procurarem por Magnus e oferecer o investimento, inicialmente sem que o nome de Janene fosse diretamente envolvido⁴⁹. Foi ofertado a Magnus, primeiramente, uma facilitação na obtenção de empréstimos junto ao Banco do Nordeste, seguida da oferta de dinheiro em espécie para os referidos investimentos, os quais foram revelados ao denunciante serem de um agora ex-deputado que procurava investimentos seguros para seus ganhos; nesse ínterim, Janene havia se aposentado. Sobre o negócio entre Janene e Magnus, a revista Época publicou:

Era mais um golpe aparentemente perfeito idealizado por Janene. Magnus tinha as características de vítima ideal para operadores experientes do mercado negro. Sua firma de eletrônicos automotores precisava de dinheiro para crescer, e ele buscava um investidor. Janene e Youssef estavam atrás de uma oportunidade para esquentar dinheiro frio de corrupção. O primeiro encontro com Magnus foi em junho de 2008, na sede da CSA, em bairro nobre de São Paulo. Acompanhado de Youssef, o afável Janene – já ex-deputado – chegou abraçando afetuosamente o futuro sócio, ou melhor, a futura vítima. O doleiro e o mensaleiro traziam soluções rápidas e práticas, quase um sonho para quem precisava de uma injeção de capital. “Olha, podemos viabilizar seu negócio: se quiser dinheiro do Estado do Espírito Santo para cima, tenho a opção do Banco do Nordeste. Se não quiser se meter com banco, temos

⁴⁹ Toda a relação negocial entre Janene e Magnus, envolvendo a CSA Project e Dunel Indústria estão relatadas no bojo da Apelação Criminal nº 5047229-77.2014.4.04.7000/PR. (JUSTIÇA FEDERAL, 2015 e 2015b)

uma solução mais tranquila, um recurso nosso. Se quiserem, coloco 1 milhão de início”, disse Janene. (CORREIA; GOMIDE, 2014)

Segundo o primeiro depoimento de Magnus, prestado no final de 2008, pessoas indicadas por Janene assumiram as negociações para o início da produção dos maquinários, especialmente a negociação com fornecedores. Porém, Magnus diz ter começado a observar alguns movimentos diferentes, tais como compras de matérias primas que nunca chegavam, impedindo o início da produção, além do pagamento de contas pessoais de Janene e transferências bancárias misteriosas das contas da Dunel, nas quais havia dinheiro lícito da indústria, sendo as contas e dívidas da empresa pagas com valores em espécie dos quais ele não sabia a procedência, evidenciando que Janene gastava o dinheiro “quente” da própria Dunel e mantinha a empresa com o dinheiro “frio”, fazendo a lavagem. Segundo investigações, grande parte das compras de matéria-prima feitas pela Dunel ou eram fictícias, ou eram superfaturadas, sempre em acordo com os fornecedores.

Magnus chegou a relatar casos em que os funcionários da Dunel foram obrigados, mediante ameaças, a assinar recibos de valores que não receberam, provenientes de horas-extras e outras indenizações trabalhistas. Até mesmo uma ação trabalhista teria sido forjada, para legalizar os valores referentes às indenizações fictícias com objetivo de lavar o dinheiro proveniente da corrupção. Boa parte do dinheiro que entrava na Dunel vinha de uma empresa de nome CSA Project Financeira Ltda, também de “laranjas” vinculados a Janene, Youssef e Chater. A essa altura, segundo o denunciante, José Janene, Meihedin Janene, Danielle Janene e Alberto Youssef já eram assíduos frequentadores da indústria e haviam assumido o poder de mando na empresa. De acordo com o depoimento de Magnus, José Janene transformou-se em sócio-oculto da indústria e exigiu de Magnus que Danielle assumisse a Diretoria Comercial, Meihiden a Gerência de Fabricação, Carlos Murari a Gerência Financeira, sendo este último compadre e amigo de Alberto Youssef.

Na medida em que o “negócio” foi crescendo dentro da Dunel e que percebeu que sua indústria estaria sendo usada para fins ilícitos, Magnus decidiu procurar a Polícia Federal e relatar o que estava ocorrendo em sua empresa e assim foram deflagradas as investigações iniciais que culminaram mais tarde na conhecida Operação Lava-Jato, que dentre vários outros temas, investiga a lavagem do dinheiro obtido por meio do mensalão e depois também do petrolão, que logo a seguir

abordaremos. Sobre Janene ter inaugurado a Operação Lavo-Jato, o sítio eletrônico do Ministério Público Federal confirma:

Os primeiros fatos que deram origem às investigações da Lava Jato estão relacionados às apurações de um esquema de lavagem de dinheiro, envolvendo o ex-deputado federal José Mohamed Janene, duas empresas sediadas em Londrina (CSA Project Financeira Ltda e Dunel Indústria e Comércio Ltda), o doleiro Carlos Habib Chater e pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas. Como a lavagem do dinheiro acontecia no Paraná, a investigação foi ancorada na Vara Especializada em Lavagem de Dinheiro desse Estado. Por meio de interceptações telefônicas, as investigações chegaram a outros doleiros, o que deu origem a quatro outras apurações: Lava Jato, cujo nome ficou consagrado, Bidone, Dolce Vitta I e II e Casablanca. Nesses núcleos foi constatada a prática de delitos relacionados à organização criminosa, evasão de divisas, falsidade ideológica, corrupção de funcionários públicos, tráfico de drogas, peculato e lavagem de capitais. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016)

Em uma das ações criminais do caso mensalão, ao redigir o relatório da sentença, o Desembargador Leandro Paulsen afirma que:

O objetivo de JOSÉ JANENE, sua filha DANIELLI KEMMER JANNENE, seu primo MEHEIDIN HUSSEIN JENANI, CARLOS MURARI, ALBERTO YOUSSEF, DANIELLE KEMMER JANENE e ASSAD JANANI nessa empreitada, como de fato ocorreu, era utilizar a empresa DUNEL INDÚSTRIA para ocultar e dissimular a origem ilícita de recursos que seriam injetados nessa empresa, convertendo-os em ativos lícitos e induzir em erro Hermes Freitas Magnus e Maria Teodora Silva que acreditavam na licitude das operações, e caso estes se opusessem, afastá-los paulatinamente do comando da DUNEL INDÚSTRIA, para ao final apropriarem-se dos valores e transferir os ativos para a JN RENT CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA., CJPJ 07.353.344/001 -23 , de propriedade de ASSAD JANNANI, seu irmão (fls 375). (JUSTIÇA FEDERAL, 2015b)

Sobre Magnus, como vimos em outras seções desta pesquisa, este supostamente foi ameaçado por Janene, Meihiden e outros vinculados ao deputado, estendendo-se às ameaças a seus familiares, sendo que sua casa chegou a ser destruída por meio de um incêndio criminoso que nunca foi desvendado pelas autoridades. A última notícia que se tem do denunciante é que estaria vivendo sob proteção, em um país europeu. Foi também a partir de informações prestadas por Magnus que a Polícia Federal passou a investigar indícios de que o esquema do mensalão havia se propagado para uma das maiores estatais da União, a Petrobras, sob o comando de Janene, dando origem a um escândalo paralelo, mas entrelaçado ao mensalão, que foi chamado pela imprensa de petrolão. Esse sim, segundo os delatores, teria sido integralmente articulado e comandado por José Janene. A

suspeita de tal conexão veio pelo seguinte trecho do depoimento de Magnus, na Operação Lava-Jato:

Ministério Público Federal: OK. Ele falou de onde que ele tirava tanto dinheiro?

Deponente: Ele falava sempre que só ele e José Dirceu derrubavam Lula. E que o mensalão saiu do oficioso e entrou no oficial através de concessões do setor elétrico. Tá. Então ou eles tinham muitas concessões. Tinham pessoas chaves na Petrobrás, aqui e acolá. E este era um cala boca. Esse era um cala boca... era a extensão do mensalão. Era um cala boca para que ele permanecesse quieto porque ele sabia. Ele botava a mão no peito e fazia assim ó: Eles sabem que aqui tem. Eles sabem que para eu ficar calado isso precisa ser assim. (CORREIA e GOMIDE, 2014)

A ligação entre o mensalão e o petrolão parece mesmo ter começado com Janene, conforme acordos de delação de diversos envolvidos nos dois casos. Ao longo do primeiro ano de mandato do Presidente Lula, Janene teria se aproximado do alto clero do PT, na articulação do mensalão, fazendo a ponte entre o Governo e a bancada pepista na Câmara. Na medida em que se envolvia, Janene gradativamente teria ampliado seu conhecimento sobre os esquemas supostamente montados em alguns ministérios e órgãos federais. Delatores apontam que Janene, sendo portador de tais segredos, passou a usar o que sabia para conseguir indicações em diversos órgãos, havendo registros de indicados dele na ANVISA, Ministério da Saúde, IRB, Eletrobrás, CONAB, Furnas, Ministério da Agricultura, dentre outros⁵⁰. Inclusive, diz-se que o fato de Roberto Jefferson ter feito a denúncia inicial do mensalão em muito teria a ver com uma disputa pelo cargo de diretor do IRB, da qual Janene teria sido vitorioso e angariado o direito de indicar a pessoa a ocupar tal cargo. Vale destacar que muitos desses cargos já eram ocupados pelos mesmos titulares desde o governo de Fernando Henrique Cardoso e que supostas negociações de apoio do PP à Lula nas eleições de 2002 englobaram a manutenção dos aliados do partido de Janene nos referidos postos.

No segundo ano de mandato de Lula, em 2004, já consolidado como importante interlocutor entre o PT e o PP, com pessoas de sua confiança em cargos estratégicos nos órgãos federais lhe auxiliando nas suas operações, Janene quis mais: o controle de uma diretoria da Petrobras. O motivo de achar-se merecedor do direito a tal indicação eram os segredos que dizia conhecer e que poderiam afetar o

⁵⁰ Tais indicações estão registradas em delações e são citadas nas denúncias efetuadas pelo Ministério Público Federal no caso do mensalão (STF, 2015).

alto clero do Governo Federal e do PT, segundo ele (CORREIA; GOMIDE, 2014). Tal poderio lhe garantiu a nomeação de Paulo Roberto Costa no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, área responsável pelas contratações de maior porte dentro da estatal.

Paulo Roberto Costa é engenheiro e era antigo servidor de carreira da Petrobras, conhecendo profundamente os meandros da estatal. Antes de ocupar o referido cargo, havia sido indicado pelo PP para ocupar a função de presidente de outra estatal, a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A, conhecida no meio empresarial como GASBOL. Entre a indicação e a consolidação da nomeação de Costa na Petrobras, Janene teria passado por um calvário, disputando forças dentro do Governo Federal para conseguir o almejado cargo. Youssef citou alguns lances destas negociações em várias de suas delações premiadas, como no caso abaixo, relatado na Polícia Federal, na Operação Lava-Jato:

O Declarante afirma [...] QUE o Partido Progressista tinha interesse na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS desde o início do ano de 2003; QUE o cargo de Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A (TBG) já era uma indicação política do Partido Progressista; QUE PAULO ROBERTO COSTA, então Presidente da TBG, já ocupava tal cargo, portanto, por indicação do PP; [...] QUE antes de sua prisão, em razão de sua proximidade com JOSE JANENE soube que o PP já fazia esforços junto à Casa Civil da Presidência de República, então ocupada por JOSE DIRCEU, visando a indicação de um nome do Partido para ocupar a Diretoria de Abastecimento; [...] QUE esta indicação foi obtida depois de uma intensa negociação política com o então Ministro-Chefe da Casa Civil JOSÉ DIRCEU; QUE esta negociação política passou pela distribuição ao PP dos cargos que lhe interessavam dentro da estrutura do Governo Federal; QUE esta disputa política resultou inclusive no trancamento da pauta do Congresso promovido pelo PP a fim de que PAULO ROBERTO fosse indicado para a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS; QUE após tal atitude o Declarante soube por JOSE JANENE que o então Presidente LULA ligou pessoalmente para JOSE JANENE lhe informando que PAULO ROBERTO seria nomeado Diretor de Abastecimento da PETROBRAS; [...]. (POLÍCIA FEDERAL, 2015)

Na CPI da Petrobras, Youssef voltou a citar as tratativas de tal indicação, pontuando que o Presidente Lula “enrolou” Janene por um ano, relutando em realizar tal nomeação, por supostamente já conhecer a fama do deputado em relação a escândalos em que já havia estado envolvido. Como citado acima, ao perceber a relutância de Lula e que poderia perder a queda de braço, Janene teria decidido então “trancar a pauta” do PT na Câmara, fazendo com que os projetos de lei de interesse do Poder Executivo federal ficassem parados por cerca de noventa dias, o que fez

com que o Presidente cedesse à referida nomeação. O trecho a seguir da tomada de depoimento de Youssef na referida CPI confirma tal contexto:

SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Claro. O senhor disse que tinha conhecimento de que, “para que Paulo Roberto Costa assumisse a cadeira de Diretor da Diretoria de Abastecimento, esses agentes políticos trancaram a pauta no Congresso durante 90 dias. Na época, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou louco, teve que ceder e realmente empossar o Paulo Roberto Costa”. V.Sa. entende que o ex-Presidente Lula ficou contrariado com a nomeação de Paulo Roberto?

SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu sei que demorou 1 ano para que o Paulo Roberto Costa fosse nomeado. E também, ouvindo as conversas do Deputado falecido José Janene acredito que ele ficou contrariado, sim. (BRASIL, 2015)

A irritação e contrariedade do então Presidente com a insistência e as manobras de Janene ficaram também registradas no depoimento do próprio Paulo Roberto Costa, à Operação Lava-Jato:

[...] QUE em razão dessa disputa o Partido Progressista articulou um movimento que resultou no trancamento de pauta do Congresso Nacional a fim de que o Declarante fosse nomeado Diretor de Abastecimento; QUE em razão desta crise e das disputas acerca do cargo o Presidente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA se irritou e decidiu "banciar o nome" do Declarante para a Diretoria de Abastecimento; QUE o Declarante supõe que o seu nome tenha sido defendido junto ao então Presidente LULA pelos três nomes fortes do Partido Progressista, quais sejam, JOSE JANENE, PEDRO CORREA e PEDRO HENRY; QUE durante o período em que ocorreram estas disputas políticas e enquanto o Declarante aguardava a sua possível nomeação as conversas a respeito deste tema eram feitas com JOSE JANENE; QUE realizou por volta de três ou quatro conversas com JOSÉ JANENE para saber o desenrolar desta situação; QUE JOSE JANENE disse ao Declarante que esteve no Gabinete do então Presidente LULA no intuito de apresentar seu nome para o cargo; QUE o Declarante acredita que JOSE JANENE também deve ter realizado tratativas com o antigo Chefe da Casa Civil JOSE DIRCEU; QUE o Declarante tomou conhecimento de que seria nomeado para o cargo através do então Chefe de Gabinete do Presidente da PETROBRAS, cujo nome não se recorda; [...] QUE, inclusive, soube através de JOSE JANENE que o então Presidente LULA ligou para o então Presidente da PETROBRAS, JOSE EDUARDO DUTRA, exigindo que o Declarante fosse nomeado Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, sob pena do próprio DUTRA ser demitido do cargo. (POLÍCIA FEDERAL, 2015)

Além da almejada Diretoria de Abastecimento da Petrobras, ao que tudo indica a influência alcançada por Janene na estatal se estendeu para a empresa como um todo, nas suas diversas diretorias, sendo apontado como um dos mandatários do órgão, ainda que nem lá trabalhasse e tampouco estivesse mais no cargo de deputado federal. Sobre tal tema, Hermes Magnus relatou em depoimento na Operação Lava-Jato que para conseguir chegar a algum diretor da estatal, era necessário que o

interessado passasse antes por Janene. Sem tal articulação, dificilmente seria atendido, especialmente no que se refere à Deputados e Senadores:

“Lá mando eu”. [...] Alguns deputados federais queriam falar com diretores da Petrobrás sem a intervenção de Janene, e não conseguiam. Então, entravam em contato com Janene pelo telefone. (CORREIA; GOMIDE, 2014)

No mesmo depoimento, Magnus diz ter chegado a presenciar Janene debochar de um outro deputado que tentava contato com um diretor da Petrobras e não conseguia, e acabou se rendendo a pedir ajuda para José Janene, o qual ouviu o pedido do colega e respondeu ironicamente: “E aí, a fila tá grande, é?”. As investigações conduzidas pela Justiça Federal dão conta de que valendo-se de tal poderio dentro da estatal, Janene passou a intermediar os contratos firmados na Petrobras, especialmente dentro do âmbito da Diretora de Abastecimento, promovendo, por meio de Paulo Roberto Costa, a facilitação para empreiteiras parceiras dele em licitações, das quais saíam vitoriosas e eram obrigadas a repassar a eles parte dos valores recebidos para a execução dos serviços prestados, movimentando milhões de reais. Conforme a delação de Youssef, a propina combinada era em torno de 0,5 a 1% dos valores totais de cada contrato fechado pelas empreiteiras com a estatal.

Tais acordos, segundo o Ministério Público Federal, eram feitos em reuniões em que comumente participavam José Janene, Paulo Roberto Costa, João Claudio Genu, então assessor e operador de Janene, e os proprietários ou diretores de empresas e empreiteiras, ocasiões em que eram acertados o favorecimento nas licitações e contratações e as comissões e propinas a serem pagas durante a execução dos serviços, as quais supostamente eram repassadas à Paulo Roberto Costa, à José Janene e a outros políticos do PP (JUSTIÇA FEDERAL, 2016).

Em acordo de delação premiada na Operação Lava-Jato, Alberto Youssef declarou como o esquema ocorria, confirmando que o dinheiro era proveniente de contratos com empreiteiras e empresas prestadoras de serviços dentro da Petrobras, os quais prestavam propinas aos líderes do esquema. O dinheiro, segundo o delator, era repassado pelos empreiteiros de três formas: em espécie, de forma direta; em forma de pagamentos de contratos fictícios com empresas indicadas pelos envolvidos, o qual depois era sacado em espécie; ou, em dólares enviados pelas empreiteiras diretamente ao exterior, em contas indicadas. No terceiro caso, Youssef diz que ele

mesmo fazia a operação conhecida como "dólar cabo", transformando a moeda estrangeira em reais, trazendo o recurso de volta ao Brasil para divisão entre os participantes do esquema.

Sobre tal divisão, Youssef assegurou que Janene recebia uma parcela maior do que a recebida pelos demais deputados, entendendo-se ser merecedor de tal adicional por ser o líder e articulador do esquema dentro do PP. Além de receber maior valor, Janene era quem decidia o quanto cada parlamentar merecia receber, conforme a força da base política e o poderio de cada um. Vejamos trecho do referido depoimento:

QUE a distribuição do dinheiro iniciava com JOSÉ JANENE, o qual receberia porção maior, por ser o organizador do esquema; QUE as demais lideranças, os deputados MARIO NEGROMONTE, PIZZOLATTI, PEDRO CORREIA e NELSON MEURER recebiam um percentual dos recursos que ingressavam; QUE a média de ingresso de receitas era de cerca de quatro a cinco milhões de reais; QUE os demais parlamentares recebiam entre 10 e 150 mil reais mensais conforme sua força política dentro do partido [...]; QUE os repasses eram feitos em espécie; QUE, detalha que os valores dos demais deputados era entregue a JANENE, que se encarregava de distribuí-lo [...].
QUE quem comandava a alta cúpula do Partido Progressista tinha participação maior nos valores recebidos, como JOSÉ JANENE, MARIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI, PEDRO CORREA E NELSON MEURER; QUE recebiam em torno de R\$ 250.000,00 a R\$ 300.000,00 mensais; QUE em relação aos demais parlamentares, o declarante realizava pagamentos de vantagem indevida diretamente a cada um deles. (POLÍCIA FEDERAL, 2015)

Mesmo estando longe da Câmara, vez que se aposentou em 2006/2007, Janene continuou operando o petrolão, conforme constam das diversas ações penais que tramitaram sobre o caso. A participação ativa e de liderança do esquema por Janene se dava até mesmo pelo fato de que, segundo Youssef, os valores em dinheiro, depois de "esquentados", eram entregues nas residências do ex-deputado, ora em Brasília-DF, ora em São Paulo-SP, ora em Londrina-PR, e a partir dali, eram entregues aos demais participantes do esquema por emissários de Janene e de Youssef, comumente em envelopes lacrados. Relatos de depoentes na Operação Lava-Jato dão conta que num dado momento, tais repasses já não eram nem feitos mais às escondidas, vez que Janene, supostamente, teria chegado a distribuir dinheiro durante uma reunião com os participantes do esquema, de forma aberta.

A liderança de Janene também ficou registrada na denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, quando os Procuradores afirmaram:

A quadrilha era estruturada da seguinte forma: no topo e comando situava-se JOSÉ JANENE, tendo a seu lado sua família, composta pelos denunciados Assad Janani, Meheidin Hussein Jenani e Danielle Kemmer Janene, que foram os responsáveis por orquestrar toda a trama delituosa antes descrita com o fim de auferirem do proveito e produto da atividade criminosa. embora de menor importância, a conduta de Assad Janani, Meheidin Hussein Jenani e Danielle Kemmer Janene, eles receberam, auferiram e utilizaram direta ou indiretamente dos bens, direitos ou valores provenientes da atividade criminosa, tendo consciência de sua origem ilícita. [...]

No segundo degrau de hierarquia, estava ALBERTO YOUSSEF, sob cujo comando estavam Carlos Alberto Murari, Carlos Alberto Pereira da Costa, Rubens Andrade e Carlos Habib Chater, ambos atuando no mercado de dolagem em favor de JOSÉ JANENE. (CORREIA; GOMIDE, 2014)

Conforme as acusações da Força Tarefa da Operação Lava-Jato, citadas acima, além de líder, Janene contou com o apoio da família para o operar o petrolão, os quais o teriam auxiliado nas transações financeiras de lavagem e ocultação dos recursos obtidos, além de terem, com a parte que lhes coube dos recursos, usufruído deles.

Ao longo do tempo, as operações do petrolão foram se tornando cada vez mais audaciosas e envolvendo valores maiores em dinheiro, indo para além das empreiteiras da área de construção, perpassando até mesmo por contratos de afretamentos de navios, dos quais segundo Youssef, chegaram a receber oito parcelas mensais de U\$ 80 mil dólares (STF, 2015).

O esquema na Petrobras, iniciado após o mensalão, teria durado entre 2004 e 2014, sendo que mesmo após a morte de José Janene, teria continuado sob o comando de Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef e outros deputados do PP que teriam assumido o papel de Janene no esquema, conforme declara o próprio Youssef:

E logo após que ele faleceu, eu dei continuação às operações junto ao Partido Progressista e ao Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, Paulo Roberto Costa. [...] Primeiro, no primeiro momento, tratava com José Janene; no segundo momento, quando ele adoeceu, passei a tratar com Mário Negromonte, com João Pizzolatti, com Nelson Meurer, com Pedro Corrêa. (BRASIL, 2015)

Mais uma vez, o papel de bastidor desempenhado por Janene, com suas habilidades de negociação e seu pulso firme, fez falta após o seu falecimento, já que o grupo não conseguiu manter uma coesão sem ter o líder para dar o tom, organizar e impor-se no grupo. Após a morte de Janene, segundo sentença de ação penal que condenou João Genu, houve um racha entre os participantes do petrolão, envolvendo disputa por valores que foram redivididos sem Janene, além de tentativas de substituir

Paulo Roberto Costa por outro apaniguado mais vinculado ao grupo que passou a dominar o esquema, assim como, houve um forte movimento para o desligamento de Youssef, o homem forte de Janene, de todo aquele sistema criado. Os ânimos chegaram a esquentar de tal forma que João Genu enviou um e-mail para Youssef declarando guerra e lhe fazendo ameaças diretas, afirmando estar disposto a ir “até às últimas consequências”, caso continuasse se sentindo lesado e preterido no esquema⁵¹.

Tanto no caso do mensalão, quanto do petrolão, Janene não chegou a ser julgado e condenado, porque faleceu antes. No caso do petrolão, a morte do ex-deputado ocorreu antes mesmo do início das investigações. Sobre ser ou não o mentor do esquema, sobre sua participação e sua centralidade nos dois escândalos, há que se ter parcimônia, pois não se pode desconsiderar o fato de que o deputado não estava mais vivo para poder defender-se das acusações que lhe foram imputadas. Ao analisar os depoimentos prestados por meio dos acordos de delação, os relatórios de sentenças de ações penais e as denúncias ofertadas pelo Ministério Público Federal, observa-se um movimento nítido de imputar ao morto a culpa pelos crimes. Inclusive, na ação penal referente ao mensalão, o defensor de Youssef por diversas vezes afirma que seu cliente apenas agia a mando de Janene, que fazia aquilo que era solicitado pelo deputado, colocando o doleiro numa relação de subserviência à José Janene. Outros delatores, como o empresário dono da construtora Toyo Setal, disseram que só pagavam propinas porque eram ameaçados por Janene, tentando minimizar suas responsabilidades no esquema. O próprio ex-assessor e fiel escudeiro de Janene, João Genu, o Mercedão, em sua defesa, também disse ser apenas mensageiro de Janene, afirmando que sequer sabia do que se tratavam os envelopes transportados por ele.

Revoltada com a tempestade de acusações contra o pai feitas pelos delatores das diversas operações e CPIs, a filha mais velha do ex-deputado, Danielle, desabafou à imprensa no ano de 2015, cinco anos após a morte de Janene:

Morto não fala, não delata. Fica fácil direcionar a culpa para ele, dizer que ‘fui vítima, quem comandava era ele e eu obedecia’. Pode ser, mas eles se beneficiaram, sem sombra de dúvida. (BÄCHTOLD, 2016)

⁵¹ Referido e-mail encontra-se integralmente transcrito na sentença da Ação Penal nº 5030424-78.2016.4.04.7000/PR. Justiça Federal. 13ª Vara Federal de Curitiba. (JUSTIÇA FEDERAL, 2019)

A mesma filha declarou à Folha de São Paulo que após a morte do pai, a família foi abandonada pelos asseclas de Janene, afirmando que a eles restaram apenas as dívidas e os problemas herdados de José. Na época da entrevista, em 2016, Danielle chegou a afirmar que a família sequer possuía recursos para custear um advogado para fazer o inventário dos bens legais do pai: “Dinheiro não some, muda de mão. Só fiquei com o ônus, não tive o bônus” (BARAN, 2016). Stael Fernanda, em depoimento à CPI da Petrobras, também demonstrou sua revolta diante de tantas acusações sobre Janene, desabafando: “Ele não inventou a corrupção no País”, aludindo que o ex-marido não era inocente, mas também não era o grande inventor e operador da corrupção no país e tampouco fazia isso sozinho (CARDOSO, 2015b).

Se considerarmos os crimes e contravenções imputados a Janene referente aos casos de corrupção, os quais operou tanto em família, quanto com o seu compadre, aliado a outras famílias no poder, somam montantes que deixaram de ser revertidos para a população em geral por meio de serviços públicos de qualidade. Ao enriquecer com seus familiares às custas de dinheiro público, o político contribuiu, e muito, para o acirramento da desigualdade social no Brasil. Sobre a relação entre poder político, famílias e desigualdades sociais, asseverou Oliveira (2012, p. 53):

A produção e reprodução de desigualdades sociais têm um contraponto na outra face do processo de construção das riquezas. Para cada esfera de desigualdades, podemos encontrar processos de reprodução de interesses dominantes, na forma da construção de redes sociais de riqueza e redes políticas de poder. A desigualdade também se forma como o resultado histórico da ação de grupos ricos e poderosos. A grande concentração de riquezas e poderes com formas extremas de desigualdade e pobreza, resulta em um só processo dialeticamente imbricado.

Janene construiu a sua rede social de poder, começando pela sua própria família, e aliando ela à outras famílias políticas, tornando-se ainda mais forte por meio das alianças. Tais alianças favoreceram a troca e a conversão de capitais familiares e políticos em capital econômico. Como já apontado nesta pesquisa, o poder de Janene, traduzido nos capitais simbólicos, sociais e econômicos que possuía ao longo dos anos 2000 fez com que fosse apontado como o homem que mandou no Brasil durante algum tempo, por ser aquele em que tudo o que tocava virava ouro, fazendo com que muitos quisessem estar em sua órbita e se beneficiar de sua posição e condição.

5.4 OUTROS ESCÂNDALOS ENVOLVENDO A FAMÍLIA JANENE

O nome de José Janene e de vários de seus familiares sempre estiveram envoltos em escândalos, denúncias, conflitos e confusões. Conforme já apresentado, os casos envolvendo os Janene não ficam restritos apenas à Londrina-PR, mas expandem-se para outras localidades do Paraná, como Foz do Iguaçu-PR, para outros Estados brasileiros e para o âmbito nacional. Alguns casos já foram apresentados ao longo desta pesquisa, para os quais foram dedicados os itens anteriores deste capítulo e não serão repetidos aqui.

Em ordem cronológica, iniciemos em outubro do ano 2000, quando um caso de grande repercussão chocou Londrina-PR: uma professora de 35 anos havia sido jogada pelo namorado, do 12º andar de um prédio de luxo da cidade, vindo fatalmente a óbito. O acusado pelo crime, hoje caracterizado como feminicídio, era o agropecuarista Mauro Janene, neto de Abdelkarim Janene e primo de José Janene (NASCIMENTO, 2002), conforme noticiado abaixo:

Em 14 de outubro de 2000, a professora Maria Estela Correa Pacheco, 35 anos, caiu do 12º andar do edifício Diplomata, o mais sofisticado da cidade (a 390 km de Curitiba), depois de uma noite com o agropecuarista Mauro Janene Costa, 34. Ex-namorado dela, Janene foi acusado de enganá-la até a morte e jogá-la da sacada. De família rica, ele é neto de Abdelkarim Janene, considerado no passado um dos maiores pecuaristas do estado, e sobrinho de Jamil Janene, ex-presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP). O ex-deputado José Janene (PP-PR), apontado como pivô dos escândalos do mensalão e do petrolão, era seu primo. Nesses 15 anos, o agropecuarista ficou preso por cinco dias. Seu julgamento foi adiado cinco vezes – o último seria em dezembro de 2014. (BARBOSA, 2015)

O processo se arrastou por quase vinte anos, envolvendo um sem-fim de recursos e pedidos de nulidades que protelaram o julgamento e a consequente condenação do réu. Notícias da época mostram que Estela foi enterrada sem que se fizesse o laudo de necropsia para apurar a causa da morte e sem a abertura de inquérito policial, já que as autoridades concluíram de imediato tratar-se de suicídio. Após pressão da família da professora e repercussão na imprensa, as investigações foram iniciadas, mas houve por três vezes, num curto espaço de tempo, a troca do delegado responsável pelo caso. A exumação do corpo foi feita quase sessenta dias após a morte, para fins de análise pela Polícia Científica, e somente após tal procedimento é que Mauro Janene foi chamado a depor e de fato passou a figurar

como suspeito do crime, vez que o laudo necropsial da exumação mostrou que Estela já estava morta antes da queda pela sacada.

Mauro Janene, em sendo pecuarista e de família rica e influente, acabou por ser defendido por um dos melhores criminalistas da região, sendo que sua mãe, Leila Janene, teria supostamente confidenciado a conhecidos que perdeu mais que uma das fazendas da família para livrar o filho do processo criminal (BARBOSA, 2015). O julgamento foi adiado por diversas vezes, sendo a expectativa da defesa protelar ao limite, visando a atingir a prescrição do crime, sem sucesso. Mauro foi julgado em 2018 e foi condenado a onze anos de prisão (G1, 2019). Não se tem notícia se o réu já está cumprindo a sua pena, vez que o juiz do caso negou o pedido para cumprimento imediato da prisão, alegando ainda haver a possibilidade do réu impetrar com recursos para instâncias superiores do Poder Judiciário.

Um caso bastante curioso envolvendo indiretamente José Janene, foi o fato de que seu advogado, Roberto Bertholdo, foi preso no ano de 2005 por grampear Sérgio Moro, hoje ex-juiz federal (CONSULTOR JURÍDICO, 2005b), que sempre foi adepto do uso do método do grampo para obtenção de provas, algumas vezes obtidas de maneiras que foram questionadas por supostamente estarem à margem da legalidade. Neste caso, Moro teria sido a vítima do grampo ilegal de seus telefones pessoais no período de dezembro de 2003 a maio de 2004. Bertholdo foi o mesmo personagem que em depoimento à CPI da Petrobras, denunciou que Janene e Youssef mantinham contêineres de dinheiro escondidos nas Fazendas do ex-deputado, passagem já narrada nesta tese.

Destaque-se que na ocasião em que Bertholdo foi preso pelo grampo ilegal à Moro, o referido juiz já julgava ações de Janene por lavagem de dinheiro. Importante salientar que Bertholdo também era advogado de outros personagens do mensalão, tais como os Deputados José Borba (JORNAL DO BRASIL, 2005) e Nelson Meurer (SCORTECCI, 2017). Os conteúdos das conversas de Sérgio Moro, captadas nos grampos, nunca foram tornados públicos. Na mesma ação criminal, Bertholdo também foi processado pela intermediação da compra de sentenças no STJ, tendo como interlocutor o filho de um dos ministros daquela corte. Por envolver juízes, ministros e familiares destes, a Ação Penal Pública nº 2005.70.00.029-546-2 tramitou e foi arquivada em segredo de justiça, não sendo permitido o acesso a qualquer documento acostado nos autos (SÓ NOTÍCIAS, 2006).

Mais uma passagem interessante, esta ocorrida em 1998, mas delatada apenas em 2005, foi aquela contada pelo ex-advogado, ex-sócio e ex-assessor de Janene, um dos operadores do caso AMA/COMURB, Eduardo Alonso. Em entrevista à Revista Isto É, Alonso contou que em 1998, após Janene vencer as eleições para deputado federal, sob sua coordenação de campanha, o político teria ficado tão feliz que lhe presenteou com uma Ford Explorer, utilitário de alto luxo naquela época. Ainda como recompensa, Janene ofereceu uma viagem para Miami para a esposa de Alonso, na companhia de Stael Fernanda e mais uma amiga das duas. Na ocasião, Alonso e a esposa tinham um bebê de três meses, o que foi usado como argumento para que ela não fosse na referida viagem. Janene e Stael insistiram e o deputado então prontificou-se em também custear a viagem da babá da criança, para que as mulheres pudessem aproveitar a viagem. Outro empecilho era que a referida babá não tinha passaporte e tampouco visto americano, o que foi resolvido rapidamente por Janene:

Tiramos os passaportes e, três, quatro dias depois, o Janene nos devolveu com os vistos – até para o bebê de três meses e a babá, uma moça de uns 20 anos, sem patrimônio, algo que sempre desperta as suspeitas da alfândega americana. Os vistos foram concedidos sem que minha mulher, a babá e o bebê tivessem posto os pés num consulado americano. Não sei como o Janene conseguiu isso. (CUNHA, 2005)

A obtenção dos vistos na forma citada, se verdadeiro for, demonstra que os tentáculos da rede de contatos de Janene chegariam até mesmo a órgãos representantes de governos estrangeiros, como um consulado. Segundo Alonso, a referida viagem ocorreu apenas três dias após a obtenção dos vistos, sendo que todas as esposas, a criança e a babá viajaram em primeira classe até Miami, custeadas por José Janene, assim como, teriam se hospedado em um hotel de luxo da cidade. A promessa é que chegando ao destino receberiam também valores em dólares para gastar na viagem. Logo após chegar em Miami, a esposa de Alonso teria telefonado para o marido bastante aflita, pedindo para ele viabilizar o retorno dela, da babá e do bebê para o Brasil, pois ao ir até uma casa de câmbio americana para sacar o valor do “presente”, havia US\$ 1 milhão disponível para cada uma, conforme passagem a seguir, contada pelo próprio Eduardo Alonso:

Um dia depois do desembarque em Miami, Stael Fernanda disse que não tinham dinheiro, que o Janene tinha feito uma remessa no nome de minha mulher, para ser recebida numa casa de câmbio. “Não tem problema”, disse

ela. “Quanto é que vou sacar?” A mulher do Janene respondeu: “US\$ 1 milhão.” Minha mulher levou um susto: “Não, não pode, não aceito, não quero, não quero.” Um verdadeiro presente de grego. Viagrinha cara, hein? Favannah, que dividia o quarto de hotel com a Fernanda, confidenciou para a minha mulher: “Elaine, te trouxeram pra cá por malandragem, só pra trazer o dinheiro no teu nome.” (CUNHA, 2005)

Ao tomar conhecimento pela outra amiga de que estava sendo usada para operação de câmbio ilegal, a esposa de Alonso informou à então esposa de Janene que não executaria o pedido, ao que diz ter sido tratada com rispidez, vez que Stael teria ficado revoltada, alegando ingratidão da amiga diante do “presente” ganho, referindo-se à viagem luxuosa para Miami. Segundo Alonso, a outra amiga que estava presente teria confidenciado que as três haviam sido enviadas para Miami para sacar um total de US\$ 5 milhões e trazê-los em espécie para o Brasil. Com a missão frustrada, três dias depois as três amigas voltaram ao Brasil, “pesando o clima” entre as famílias, conforme relatou Alonso.

Tal passagem corrobora a tese de Oliveira (2016, p. 14) de que as mulheres possuem papel fundamental para a reprodução dos interesses familiares, uma vez que “as estratégias familiares e de classe passam em boa parte pelas ações sociais e políticas das mulheres das grandes famílias”. No caso da família Janene, não se observou uma inserção direta das mulheres em cargos e funções políticas, mas viu-se que tanto Stael, a segunda esposa, quanto as filhas Michelle e Danielle estiveram envolvidas nas tramas, especialmente nos bastidores das teias de José Janene, seja em ações como a de Stael, relatada acima, ou na “cessão” de seus nomes para a abertura de empresas por meio das quais Janene operava seus negócios dentro do Estado.

Partindo para outro caso envolvendo os Janene, no ano de 2005, o Ministério Público Federal iniciou operação para investigar a chamada Máfia dos Vampiros, esquema que supostamente vinha ocorrendo dentro do Ministério da Saúde e envolvia o superfaturamento de contratos de aquisição de produtos hemoderivados (GAZETA DO POVO, 2006). No decurso da operação, foram encontrados indícios da participação de Janene no esquema, em formato parecido com o do mensalão, no mesmo *modus operandi*. A operação Máfia dos Vampiros teria movimentado mais de R\$ 2 milhões de reais e cerca de 32 pessoas foram denunciadas, dentre eles parlamentares, lobistas, servidores públicos e empresários, além do então Ministro da Saúde, Humberto Costa. As investigações foram iniciadas em razão da

comercialização dos hemoderivados, mas em escutas telefônicas, o MPF acabou encontrando supostas fraudes em compras de medicamentos e contratos com laboratórios.

O nome de Janene surgiu nas investigações quando foi interceptado em ligação com um lobista que pedia a ele que intercedesse pela nomeação de uma amiga na ANVISA. Janene manda que o currículo da apaniguada seja deixado no seu gabinete e alguns dias depois a moça foi nomeada. Reportagem especial da revista *Época* afirma, após ter tido acesso aos autos, que a indicada de Janene gozava de grande prestígio na Agência e passou a articular, junto com outros servidores, um “propinoduto” também naquele órgão e posteriormente acabou sendo presa pela Operação Máfia dos Vampiros (KRIEGER; FORTES; MEIRELES, 2004). Como Janene ainda era parlamentar quando a denúncia de seu envolvimento no caso foi oferecida, o processo seguiu para o STF e não há notícia de que tenha sido julgado antes do falecimento dele.

Em dezembro de 2008, Enivaldo Quadrado, proprietário da corretora Bonus-Banval, uma das empresas usadas para lavar dinheiro nos casos do mensalão, do petrolão e dos Correios, foi preso no Aeroporto de Guarulhos ao desembarcar de um voo vindo de Portugal, portando cerca de R\$ 361 mil euros escondidos em uma mala, em maços presos ao seu próprio corpo e até mesmo dentro da roupa íntima. Quadrado alegou que o dinheiro não declarado à Receita Federal era fruto de um empréstimo que havia contraído com um amigo português e que usaria para investir na compra de veículos. O Ministério Público Federal apontou à época que havia fortes indícios de que os Euros pertencessem à José Janene e que Quadrado teria mentido às autoridades para proteger o amigo e aliado.

Um parente de primeiro grau de Janene que foi mantido sob sigilo e proteção, declarou nas investigações que uma parte do dinheiro seria “esquentado” por meio da JN Renacar, locadora de veículos, de Assad Jannani, a mesma envolvida nos escândalos dos Correios. A outra parte seria entregue diretamente em mãos para a ex-esposa de Janene, Stael, como parte da partilha de bens no divórcio. Segundo o referido depoente, como o dinheiro não chegou até Stael, Janene teve que abrir mão de sua mansão no Condomínio Royal Golf, em Londrina-PR, deixando o bem para a ex-esposa. Sobre tais fatos, Stael declarou: “A casa ficou comigo mesmo. Mas não sei nada sobre dinheiro. Quem dera fosse meu” (PARDELLAS, 2009). O sítio eletrônico de notícias da área política Ucho, ao noticiar sobre o andamento do caso,

trouxe uma informação que há que ser vista com parcimônia, vez que não é citada a fonte, mas que é interessante de observar:

Preso na esteira da Operação Lava-Jato, Enivaldo Quadrado manteve segredo sobre os 361 mil euros, encontrados pela PF nas meias, na cueca e em uma pasta do “irmão camarada” de Janene. Apesar do mistério sobre a origem do dinheiro, suspeita-se que parte seria entregue, em Londrina, a Stael Fernanda Rodrigues Lima, ex-mulher de José Janene, de quem o político havia se separado meses antes. O que a PF jamais soube é que na madrugada do dia em que Enivaldo Quadrado foi preso em Guarulhos, parentes de Janene viajaram a São Paulo em uma camionete de sua propriedade para receber o dinheiro e levá-lo a Londrina. (UCHO, 2014)

Mais tarde, em 2014, em depoimento à Polícia Federal, o já citado Hermes Magnus, da Dunel Indústria, confirmou que os Euros seriam de Janene e estariam destinados à compra de veículos para cumprimento dos contratos da Renacar com os Correios. Sobre tal passagem, Magnus narrou:

Lembra os euros apreendidos com o Enivaldo Quadrado, doleiro que virou réu do mensalão? Era para comprar os veículos dos contratos de locação com os Correios. Lembro do Janene comemorando o negócio e depois lamentando a apreensão do dinheiro [...]. (SEQUEIRA, 2014)

Como Janene faleceu em 2010, o caso ainda estava sendo investigado pela CPI da Petrobras e não há registros de que Janene tenha sido indiciado, sendo que apenas Quadrado teria respondido judicialmente, sendo acusado por falsidade ideológica, sonegação e lavagem de dinheiro. Vale destacar que no que se refere a corretora de Quadrado, a Bonus-Banval, esta teve Youssef apontado como sócio-oculto pela Operação Lava-Jato. Testemunhas também declararam que a filha de José Janene, Danielle Janene, mesmo não sendo estudante, ocupou no ano de 2004 a função de estagiária na referida corretora, no escritório da empresa na capital de São Paulo (STF, 2012).

Em 2012, já após o falecimento de Janene, a mesma filha, Danielle, e o primo dele, Meihiden, estiveram vinculados em denúncias envolvendo o BB Leasing e a Dunel Indústria, já aqui mencionada. A Dunel e os asseclas de Janene teriam adquirido bens e maquinários por meio de *leasing*, os quais não haviam sido pagos, descumprindo as regras de fiel depositário. O Banco do Brasil, por sua vez, ajuizou ação para retomar os bens, mas ao fazer a busca e apreensão destes, descobriu-se que haviam sumido, tanto as máquinas, quanto os veículos financiados, sem que

qualquer pessoa soubesse dar conta do paradeiro. Hermes Magnus, o dono formal da Dunel, alegou ter efetuado denúncia à Polícia Federal quando soube que os equipamentos estavam sendo retirados do galpão da indústria, operação supostamente capitaneada pela filha e pelo primo de Janene, mas alegou que as autoridades nada fizeram (UCHO, 2012) e que os equipamentos nunca mais foram vistos.

No ano de 2015, o nome de José Janene voltou à tona em outra denúncia, envolvendo agora o Senador Aécio Neves e a irmã dele, Andréa Neves. No bojo de uma das delações premiadas, Youssef contou que ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, Janene e Aécio teriam compartilhado uma indicação de uma diretoria em Furnas, estatal ligada à área de energia elétrica. Dentro desta diretoria teria sido formalizado um contrato com uma empresa de nome Bauruense, mediante acordo para pagamento mensal de propina de valor perto de US\$ 100 mil dólares, os quais supostamente seriam recolhidos pela irmã de Aécio e partilhado entre o PP e o PSDB, representados por Janene e Aécio, respectivamente. Vez que não houve nenhuma prova contundente sobre o caso e os fatos não surgiram em outras delações, o caso não seguiu para um desfecho de investigação (BRESSIANI, 2015).

Também em 2015, o primo de José Janene, Jamil Janene, ex-vereador de Londrina-PR, esteve em meio a uma polêmica e foi arrolado em processo criminal em um caso envolvendo Luiz Abi Antoun, o famoso primo distante do ex-Governador Beto Richa. Em meio às investigações da Operação Valdemort, que averiguava denúncias de fraudes em contratos do Governo do Estado do Paraná com oficinas mecânicas na região de Londrina-PR, o Ministério Público interceptou mensagens trocadas entre um comandante da Polícia Militar e um mecânico da oficina Providence. Nas mensagens, negociavam uma adulteração da quilometragem de um veículo pessoal do comandante, retrocedendo o odômetro do carro em dezoito mil quilômetros, visando a melhor valorização do automóvel na revenda.

Ocorre que a Providence, apesar de estar em nome de terceiros, seria de propriedade de Luiz Abi Antoun, segundo apurações do Ministério Público. O carro adulterado, de propriedade do tal comandante da Polícia Militar, foi colocado à venda na loja de comércio de veículos de Jamil Janene e do irmão dele, Fuad Elgenneni. Quando descoberta a fraude, o carro já havia sido vendido para um terceiro, o qual teria sido lesado na aquisição, comprando por um veículo com quilometragem adulterada. No decurso do processo, o Policial Militar alegou que Jamil e Fuad eram

conhecedores da fraude e chegou a apresentar um documento no qual os irmãos davam ciência de tal fato, quando o carro foi entregue na loja. Os Janene, por sua vez, disseram que tal declaração foi assinada com data retroativa, depois que o caso já vinha sendo investigado e que o fizeram mediante ameaças do policial, dizendo terem sido também vítimas da fraude. No processo criminal, os irmãos Janene acabaram sendo arrolados apenas como testemunhas, pois não havia provas de que tivessem participado ativamente do esquema (FERREIRA, 2015).

QUADRO 5 – Principais escândalos envolvendo a família Janene

ESCÂNDALOS ENVOLVENDO MEMBROS DA FAMÍLIA JANENE				
Escândalo	Instituições envolvidas	Acusações	Valores	Período
Rolim de Moura	Eletrojan x Prefeitura Municipal de Rolim de Moura-RO	Corrupção ativa: Instalação de 200 postes, supostamente superfaturados. Compra de votos de vereadores para evitar cassação do prefeito.	Não foram divulgados valores totais. A imprensa informou que cada poste custou o preço de um carro popular zero quilômetro.	1992
Sercomtel	Sercomtel	Suposto desvio do dinheiro das vendas ações da empresa, o qual teria sido aplicado em "caixa 2" nas campanhas de Janene em 1994, além das campanhas de outros políticos regionais.	O valor da venda foi de R\$ 186.000.000,00, dos quais R\$ 66.000.000,00 desapareceram. Parte deste valor pode estar entrelaçado com o Caso Banestado, mas nunca houve comprovação.	1993-1994
Foz do Iguaçu	Eletrojan x Companhia de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu	Fraude de certidões negativas para formalizar contrato com a prefeitura. Superfaturamento de postes, dos quais foram cobrados cerca de R\$ 7.500,00, enquanto valiam cerca de R\$ 2.000,00 a unidade.	R\$ 464.000,00	1993
Cohab Londrina	Cohab Londrina	Suposta fraude na contratação de empresa mediante dispensa de licitação, na gestão de Assad Janene como presidente.	O contrato não chegou a ser formalizado, segundo informações da imprensa.	1999

ESCÂNDALOS ENVOLVENDO MEMBROS DA FAMÍLIA JANENE				
Escândalo	Instituições envolvidas	Acusações	Valores	Período
COMURB	Mercoluz x COMURB	Contratações da Mercoluz por meio de carta-convite, em processos licitatórios disputados entre Mercoluz e Visatec, ambas pertencentes à família Janene.	R\$ 625.000,00	1998-1999
Correios	JN Rent a Car x Correios	Suposta fraude em contratos de locação de veículos, com denúncias de superfaturamento em valores e de serviços recebidos e não prestados.	R\$ 77.000.000,00	2005-2009
Quaraí	Visamotors/Visacon/Visatec x Prefeitura de Quaraí-RS	Denúncia do Ministério Público de que máquinas foram locadas com valores superfaturados.	Valor total não divulgado. O valor de cada máquina, por mês, era de R\$ 84.000,00, cerca de quatro vezes mais do que o valor de mercado, segundo a imprensa.	20??
AMA/COMURB	AMA, COMURB e empresas do grupo de Janene, Antonio Belinatti (Prefeitura de Londrina)	Supostas contratações fraudulentas, pagamentos de serviços não prestados, recursos desviados para financiamentos de campanhas.	Os valores envolvendo diretamente José Janene foram de R\$ 7.000.000,00. O total apurado do esquema foi de R\$ 16.000.000,00, com estimativa de que o valor total envolvido possa ter chegado a R\$ 30.000.000,00. A imprensa chegou a divulgar que o valor global de fraudes nesta gestão de Belinatti possa ter chegado à casa dos R\$ 115.000.000,00, mas não houve comprovação.	1997-2000
Banestado	Banestado	Aberturas de contas para empresas fantasmas, empréstimos fictícios para lavagem de dinheiro, financiamento de	Imputados à Janene R\$ 120.000,00 referente à um cheque nominal encontrado no escritório de Alberto Youssef. Total do	1998

ESCÂNDALOS ENVOLVENDO MEMBROS DA FAMÍLIA JANENE				
Escândalo	Instituições envolvidas	Acusações	Valores	Período
		campanhas com "caixa 2".	escândalo pode ter chegado, segundo a imprensa, em até R\$ 28.000.000.000,00.	
Mensalão	ANVISA, CONAB, Eletrobrás, IRB, Ministério da Agricultura, Gasbol, dentre outros.	Recebimento de propina de empreiteiras e prestadoras de serviços à estatais, com repasse mensal à deputados de diversos partidos, em troca de votações favoráveis a projetos de interesse. Lavagem de dinheiro.	R\$ 2.000.000.000,00 no total apurado no esquema, dos quais à Janene foi imputado ter recebido R\$ 4.100.000,00	2003-2010
Petrolão	Petrobrás	Recebimento de propina de empreiteiras e prestadoras de serviços à Petrobrás. Lavagem de dinheiro.	Ao menos U\$ 640.000,00, segundo delação de Alberto Youssef.	2004-2014
Feminicídio	Mauro Janene (primo de José Janene, neto de Abdelkarim Janene)	Mauro Janene foi condenado por ter supostamente jogado a namorada do prédio em que estavam, levando-a a óbito.	xxxx	2000
Grampo telefônico	Roberto Bertholdo (advogado de José Janene) x Juiz Federal Sérgio Moro	O advogado de José Janene foi acusado de ter grampeado e monitorado telefonemas de Sérgio Moro, no início da Operação Lava-Jato.	xxxx	2003-2004
Máfia dos Vampiros	Ministério da Saúde	Fraudes na aquisição de produtos hemoderivados. O nome de Janene foi incluído nas investigações após uma intercetção telefônica.	O valor total da fraude foi de R\$ 2.000.000,00, não sendo divulgados os valores recebidos por cada um dos 32 acusados de envolvimento.	2006

ESCÂNDALOS ENVOLVENDO MEMBROS DA FAMÍLIA JANENE				
Escândalo	Instituições envolvidas	Acusações	Valores	Período
Dinheiro na cueca	Enivaldo Quadrado	Um emissário de Janene foi flagrado desembarcando no aeroporto com € 361.000,00 na cueca. O dinheiro, supostamente, pertencia à Janene e seria fruto dos desvios dos Correios e Petrobrás, os quais estariam sendo repatriados com a ajuda de Enivaldo Quadrado.	€ 361.000,00	2008
Sumiço de máquinas	Dunel x BB Leasing	Após a morte de Janene, a filha dele, Danielle, e o primo Menheidem, foram acusados de ter consumido com maquinários comprados por meio de Leasing, os quais seriam retomados pelo banco por falta de pagamento do financiamento.	Não divulgado o valor da dívida.	2012
Pandora Papers	Offshores	No ano de 2021, após divulgação de documentos da série investigativa Pandora Papers, detectou-se que Janene possuía no Panamá duas offshores usadas possivelmente para lavagem de dinheiro.	Não divulgados	2003

Fonte: Autora (2022)

Onze anos após a morte de Janene, recentemente (ano de 2021), o nome do ex-deputado voltou à mídia após a série de reportagens do *International Consortium of Investigative Journalists*, intitulada *Pandora Papers*, apontar que haviam sido encontradas duas *offshores* no Panamá, ambas tendo Janene como representante. Tais *offshores* foram omitidas por Youssef em suas delações premiadas, em que pese possivelmente fosse ele o operador das contas. Tratava-se da *Corliss Enterprises* e a *Kleman Investments*, criadas no ano de 2003. As *offshores* são um tipo de empresa

sediadas em paraísos fiscais, nos quais há pouca fiscalização e pouca ou nenhuma taxaço sobre transações financeiras. Apesar de não ser ilegal que um brasileiro possua uma, é obrigatório que ela seja declarada à Receita Federal em qualquer hipótese e também ao Banco Central, se possuir capital acima de US\$ 1 milhão. Este tipo de empresa comumente é criada e é vinculada a uma conta bancária, na qual altas quantias em dinheiro são depositadas.

As *offshores* são usadas muitas vezes para evitar taxaço de fortunas, confiscos de recursos, como em caso de dívidas executadas, ou ainda, para esconder dinheiro de origem ilícita. No caso de Janene, nenhuma das duas *offshores* citadas no Pandora *Papers* haviam sido declaradas à Receita Federal do Brasil e tampouco fizeram parte do inventário do espólio do ex-deputado, o que implica dizer que talvez nem mesmo seus familiares soubessem da existência delas. As *offshores* de Janene surgiram num contexto em que jornalistas pegaram a lista das pessoas físicas e jurídicas brasileiras que tinham dívidas superiores a R\$ 20 milhões (MARQUESINI; AMADO, 2021) com a União e cruzaram com os documentos do Pandora *Papers*, figurando aí o nome do nosso personagem e outros bilionários brasileiros.

Ao se falar em dívida com o fisco, a deixada por Janene ao seu espólio não é pequena. No ano de 2005, cinco antes de sua morte, Janene já respondia a pelo menos 47 processos na Justiça Federal/Vara de Execuções Fiscais, todos eles por dívidas com a Receita Federal. À época, se somadas, as dívidas cobradas chegavam a R\$ 41 milhões, sendo R\$ 7 milhões de sua pessoa física e R\$ 34 milhões das empresas que possuía em seu nome ou no de seus familiares (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005). Para se livrar de parte das ações, Janene teria aderido a um programa de parcelamento de dívidas junto à Fazenda Nacional, mas honrou poucas parcelas do acordo, tendo sobrado ainda uma dívida total de R\$ 32 milhões (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005b). As dívidas eram em grande parte provenientes do não recolhimento de FGTS e da contribuição de Previdência Social das empresas da família. Os valores não pagos referem-se ao período de meados dos anos 1990 até o início dos anos 2000. No final dos anos 2000, antes de sua morte, Janene figurava na lista dos maiores devedores da Fazenda Nacional.

Ao verificar a lista dos quinhentos maiores devedores da União, publicada pela Receita Federal no ano de 2021, não apenas José Janene, mas também vários de seus familiares e empresas ainda figuram lá, a exemplo do próprio José Janene, ao que é imputado a sua pessoa física a dívida atualizada de R\$ 34.484.012,75; R\$

11.445.906,60 imputados à filha dele, Michele Kemmer Janene; R\$ 859.147,34 à viúva, Stael Fernanda; além do primo e agropecuarista, Inocêncio Janene, com uma dívida de R\$ 2.950.772,87. Ao verificar-se tamanha dívida de José Janene, é possível compreender a revolta de sua filha, apresentada no item anterior, quando diz ter sido abandonada por aqueles que estiveram ao lado de seu pai e em situação financeira lastimável. Em 2008, quando se divorciou de Stael, último registro oficial do patrimônio legal do deputado, Janene possuía cerca de R\$ 7 milhões em bens, entre carros, fazendas e imóveis, os quais foram divididos com Stael. A considerar o bloqueio judicial dos bens e contas do deputado e o possível “confisco” por parte de seus parceiros de valores supostamente depositados em contas no exterior, também citados nesta pesquisa, aos beneficiários do ex-deputado deve ter restado muito pouco ou quase nada da vida de luxo que tinham, amargando a completa decadência do homem que um dia chegou “a mandar no Brasil”, mas não viveu para responder pelos atos cometidos e nem experienciar a derrocada, se é que ela um dia ocorreria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Janene, conforme demonstrado ao longo desta pesquisa, é uma figura *sui generis*, repleto de excentricidades que garantiram muitas histórias, muitas delas associadas ao seu perfil de mandão, controlador, machista e obcecado pelo poder. Apesar de advindo de uma família de migrantes, Janene nunca foi um *outsider*. A família Janene em nada se aproximava daqueles que vieram para o Brasil e aqui chegaram sem nada, para começar uma nova vida. Ao contrário disto, a família em tela se assemelha à grande parte dos migrantes libaneses que chegaram ao país em meados do século XX, que vieram em busca de melhoria de condição de vida, de aumento de capital econômico, desembarcando com capitais que lhes permitiram abrir seus próprios negócios e não se sujeitarem a trabalhar como empregados urbanos ou nas fazendas.

Os Janene desembarcaram no Brasil com Abdelkarim, o primeiro e mais bem sucedido economicamente do grupo. Ao seu entorno, outros parentes foram chegando no país e agrupando-se com ele no interior do Paraná, formando uma espécie de colônia que chegou a ter cerca de duzentos membros. Abdelkarim e seus primos/sobrinhos souberam também enxergar e prospectar a oportunidade posta na chamada Marcha para o Oeste, quando os governos federal e estadual incentivaram a colonização e a expansão da ocupação territorial para o interior, sendo que o “cabeça” da família fundou o Município de Colorado-PR, além de ter participação fundamental na colonização e no crescimento de tantos outros, inclusive Londrina-PR. Enquanto o ramo de Abdelkarim explorava a terra, por meio da agricultura, especialmente do plantio do café, e da pecuária, por meio do gado leiteiro, os outros ramos familiares enxergaram oportunidades emergentes de venda de serviços de infraestrutura urbana para as novas cidades, especializando-se inicialmente na área de energia elétrica, com a instalação de postes e de iluminação pública, ramo este também escolhido por José Janene, e mais tarde se expandindo para obras, zeladoria pública, locação de carros, máquinas e equipamentos, dentre outros ramos empresariais.

Neste aspecto, podemos apontar que na trajetória de Janene a família foi o primeiro capital que lhe permitiu abrir as portas para a ocupação de uma posição dominante no espaço social, a partir da rede composta pelo tio e primos, que de forma organizada, dominaram o processo de expansão econômica e territorial do Norte do

Paraná, especializando-se cada grupo à sua área, sendo o ramo de Abdelkarim na área rural e o dos demais Janene nos serviços urbanos. O mesmo capital familiar que permitiu o ingresso dos Janene na classe dominante, também foi usado mais tarde para a construção de uma rede no entorno de José Janene, formada por seus irmãos, primos e filhas, por meio dos quais viabilizava o seu *modus operandi*: financiava campanhas e uma vez vencidas as eleições, indicava um dos irmãos para cargos estratégicos, principalmente àqueles vinculados à contratação de serviços públicos de infra-estrutura, sendo as empresas da família em nome de irmãos, filhas ou de terceiros, contratadas para prestação de serviços.

Foi desta forma que Janene operou no município de Londrina-PR, conseguindo vencer eleições por quase vinte anos consecutivos, aliando-se a Belinati (1988 e 1996), Cheida (1992) e Nedson Micheleti (2002; 2004). Há quem diga que mais uma eleição ainda tenha tido o dedo verde de Janene, quando Barbosa Neto, seu ex-assessor, elegeu-se Prefeito de Londrina-PR, em 2008, o que pode indicar que José seguiu operando nos bastidores mesmo aposentado por invalidez e realmente só deixou a cena política quando faleceu. Durante todas as gestões acima citadas Janene esteve vinculado à Prefeitura por meio de seus irmãos, assessores e articuladores, seja na forma direta, com a ocupação de cargos públicos, ou indireta, na comercialização de suas empresas com o serviço público.

Neste sentido, podemos afirmar com clareza que José Janene ocupou um papel central na cena londrinense, determinando o jogo do poder local a partir do momento em que seu apoio financeiro pode ter mudado os rumos de eleições no município, conquistando votos e apoios estratégicos. Outrossim, a prática do extrativismo estatal na Prefeitura de Londrina-PR, termo alcunhado por Oliveira (2012), certamente contribuiu para a prestação de serviços públicos que podem ter deixado a desejar e não ter atendido aos interesses dos munícipes. Ademais, em tais esquemas, quantias vultuosas de recursos foram desviadas, comprovadamente, tais como o valor das ações do Sercomtel ou os contratos superfaturados do caso AMA/COMURB, recursos estes que poderiam ter sido aplicados em políticas públicas para a população londrinense.

A partir do domínio do campo político em Londrina-PR, Janene passou a buscar a transposição da barreira do poder local, expandindo seus negócios políticos de família para outros Estados e para o âmbito nacional. A partir dos resultados desta pesquisa, não há dúvidas que esta passagem ocorreu também por meio de capitais

sociais, sendo o principal deles aquele formado pelas alianças e redes. No cenário local, a aliança com o velho amigo Belinati lhe assegurou a entrada no campo político, mas foi por meio da aproximação com André Vargas, do PT, e conseqüentemente, com Paulo Bernardo, do mesmo partido, que José Janene conseguiu alçar vôos mais altos. Paralelamente, uma outra aliança no campo político, com Paulo Maluf, propiciou que Janene atingisse importância em nível nacional dentro de seu partido político, o PP.

Uma vez na Câmara Federal como deputado, estando em posições centrais como representante e articulador do PP naquela casa legislativa e tendo o contato direto com a cúpula do Governo Federal, inicialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, e mais fortemente na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, José Janene conseguiu expandir seu *modus operandi* para a União, indicando cargos em estatais e órgãos da administração direta, como a Petrobras, Gasbol, Conab, Anvisa, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, dentre outros, vindo a articular mais tarde um grande esquema de corrupção no país, conhecido como mensalão, e depois o petrolão, por meio dos quais comprava-se votos das bancadas de deputados para aprovação de projetos de interesses específicos.

Em meio a este processo entre o poder local e o nacional, Janene manteve uma outra aliança, esta a mais duradoura de todas, que foi a com Alberto Youssef, seu compadre e doleiro, supostamente responsável pelos processos de lavagem de dinheiro e também articulador dos esquemas de José Janene, havendo registros de que a única pessoa a quem Janene foi efetivamente leal foi a Alberto, assim como, era o único em quem Janene confiava plenamente, sendo o detentor de senhas, de acesso à contas bancárias, contratos e demais assuntos de interesses de Janene. Não foi possível aferir com precisão se a aliança que durou até a morte de José manteve-se intacta por tanto tempo porque havia laços de amizade e afetividade entre ambos, ou se de fato a conveniência para José Janene, tendo um homem de sua extrema confiança ao lado, foi o fator de coesão em tal relação, já que foi possível observar a sazonalidade de muitas alianças de Janene, que parecem estar associadas aos benefícios que ele poderia obter com tais parcerias, afastando-se de muitos aliados quando estes não tinham mais nada a lhe oferecer, como foi o caso de Antonio Belinati, no início dos anos 2000, após ser preso e ter ficado por muitos anos nas adjacências do cenário político em Londrina-PR, ou de Jaime Lerner.

De forma paralela e complementar, um outro capital social mostrou-se também importante na trajetória de José Janene. Trata-se da questão étnica, de pertencimento à comunidade árabe e à religião muçulmana. Enquanto libaneses, observa-se que a referência étnica e cultural foi responsável pela acolhida dos parentes no Norte do Paraná, os quais aglomeraram-se e ajudaram-se mutuamente, inclusive migrando em grupo mais tarde para Londrina-PR. O mesmo fator nos parece, se pautarmos-nos pela pesquisa de Bercito (2021), influenciou no posto alçado por Janene dentro do PP, já que era sabido que Maluf dava preferência aos seus patrícios nas posições de comando por onde passava. A afinidade étnica também esteve presente na longeva amizade e parceria entre Janene e Youssef, ambos descendentes de libaneses. Foi da comunidade árabe, especialmente dos religiosos muçulmanos, que veio a rede que atuou para proteger a família Janene quando das acusações de que o ex-deputado poderia estar vivo, agindo rapidamente para esclarecer os rituais religiosos realizados no velório e sepultamento, de forma a confirmar que o deputado estaria mesmo morto, evitando assim a sua exumação.

Apesar da descendência e da ligação com a comunidade árabe, não se observou no caso de José Janene que o voto étnico tenha sido uma máxima nas suas eleições, não sendo localizadas ações ou intervenções da comunidade árabe para seus pleitos, vez que para tal, Janene usou de outros subterfúgios, como as emendas parlamentares para municípios de pequeno porte, nos quais depois obtinha votações astronômicas, possivelmente motivadas pela atuação dos prefeitos na obtenção de votos. Bercito (2021), Lamarão (2003) e Oliveira e Bacarat (2020) concordam que o voto étnico não é uma máxima dentro a comunidade árabe, sendo localizados poucos candidatos que tinham como base eleitoral tal público, dentre os estudados pelos autores.

No caso específico de Janene, não se pode deixar de apontar que da sua descendência árabe adveio o seu tino e habilidade para os negócios e para o comércio. Oliveira e Bacarat (2020) apontam, inclusive, que a maior parte dos políticos paranaenses de origem libanesa não adentraram na política pelo simples interesse na atividade, mas sim por interesses econômicos, por acreditarem que por meio da ocupação de cargos públicos poderiam obter vantagens econômicas, já que o comércio e os negócios historicamente foram o forte da comunidade árabe, especialmente os libaneses. José Janene parece não fugir à regra. Apesar de habilidoso negociador e empresário de sucesso, esta pesquisa demonstrou que sua

atuação parlamentar foi pouco significativa, não se localizando projetos de leis importantes, de qualquer natureza, apresentando também pouca assiduidade na Câmara Federal. Nem mesmo a atuação nas comissões parlamentares, como a de Minas e Energia ou no Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, registram qualquer ação de destaque do ex-deputado. Neste sentido, observa-se que a ocupação do cargo eletivo serviu mais à prática do *lobby* político, intermediando negociações entre agentes do campo, das quais obteve vantagens para si e para seus familiares, do que interesse propriamente dito pela prática legislativa.

Aqui, vale destacar que o sucesso de Janene nos negócios esteve atrelado ao Estado, por meio do qual alavancou suas empresas na área de iluminação pública, assim como expandiu-os para outros serviços, como coleta de lixo, varrição de ruas, roçagem, transporte público e até mesmo materiais pedagógicos, confecções e calçados. Apesar de ter tentado vender a ideia do *self-made man*, do homem simples que com seus próprios esforços e talentos chegou longe, Janene jamais teria chegado onde chegou se não fosse ocupando e tirando do Estado benefícios para si próprio, caso não tivesse usado os bens e recursos públicos para atender os seus interesses privados. Tal situação faz pensar, uma vez mais, que a lógica meritocrática do empreendedorismo, de que é possível enriquecer desde que se tenha uma boa ideia e força de vontade, é um tanto quanto falaciosa, já que o caso dos Janene demonstra que, no Brasil, ser um empreendedor de sucesso passará inevitavelmente, em quase todos os casos, pelo apoio do Estado.

A história de Janene reafirma a tese de Bourdieu (2011), quando o sociólogo constata que a ideologia oficial faz-nos crer que cada agente ocupa sua posição no espaço por meio do mérito, enquanto em verdade, não há como negar que há uma distribuição desigual de capitais que demarcam as diferenças sociais dentro do campo, dando destaque de que a detenção do capital político, que permite ao agente ter acesso ao Estado e suas benesses, é um grande alavancador de posições no espaço social.

Mais um e talvez o mais importante dos capitais de José Janene, que foi essencial para que alçasse os lugares de prestígio e poder que alçou, foi o capital econômico, materializado tanto pela posse da terra, quanto pelas empresas e negócios urbanos. Vale destacar que o capital econômico inicial do próprio José foi de origem urbana, com as empresas de iluminação pública e infraestrutura, partindo mais tarde para a zeladoria urbana, com roçagem, poda de árvores, coleta de lixo e

limpeza pública, além de outros ramos, conforme as oportunidades surgidas. A partir do momento em que passou a vender e prestar serviços para o poder público em tais áreas, e com isso alavancar o seu capital econômico, Janene multiplicou tais capitais, adquirindo terras, mediante a compra de grandes propriedades na região Norte do Paraná, nas quais além da agricultura, dedicou-se a criação de ovinos, espécie associada também à culinária de sua etnia.

Um fato interessante a se observar é que ao longo desta pesquisa não foram localizados capitais culturais significativos da família Janene. Dentre o núcleo central estudado, do ramo de José Janene, observa-se que apenas o irmão Assad formou-se, tendo duas graduações, uma na área de direito e outra em engenharia, obtida fora do Brasil. O próprio José, ao que consta dos registros, cursou apenas até o Ensino Médio, tendo realizado curso técnico na área de eletricidade. Importa correlacionar aqui o fato de que Assad era sempre o parente escolhido para ocupar os cargos públicos estratégicos para a inserção das empresas familiares no aparato estatal, coincidindo com o fato de ser o único com capital cultural institucional, demonstrando que a família se preocupou em preparar ao menos um de seus membros para o exercício destas funções. Outrossim, apesar do gosto por carros e imóveis de luxo, cavalos árabes e festas suntuosas, não se teve conhecimento de que Janene fosse um consumidor de capital cultural objetivado, tampouco não há registros de grandes viagens internacionais ou visitas a locais simbolicamente associados ao capital cultural.

Cumpra apontar que um dos principais capitais de José Janene, na avaliação desta autora, tenha sido também o capital simbólico construído e adquirido por meio de seu perfil, habilidades e forma de atuar. Janene, incontestavelmente, foi um líder político de seu tempo, dotado de poder de persuasão, negociação e de alinhar alianças, redes e formar grupos de interesses ao seu entorno, o que lhe garantia reconhecimento dentro do campo político, propiciando que alçasse os postos e lugares onde esteve. Janene foi amplamente apontado por seus correligionários como um homem de bastidor, um homem que apesar da vida luxuosa, não gostava de estar no centro das atenções e nos holofotes. Seu trabalho era de articulação nas alcovas das rodas políticas locais, regionais, e mais tarde, nacional. Sintoma disso é o fato apontado nesta tese de que os registros fotográficos de Janene são raríssimos, assim como, não costumava dar entrevista à imprensa ou proferir discursos no plenário da Câmara, parecendo ser mesmo de sua preferência agir e permanecer nos bastidores.

A partir de sua habilidade de negociador, Janene conseguiu alinhar uma diversidade de alianças com partidos e grupos ideológicos de diferentes orientações, circulando por grupos improváveis para uma mesma pessoa. Transitou com tranquilidade e até mesmo simultaneamente entre a direita e a esquerda, negociando com PT, PSDB, PMDB, PDT, dentre outros. Fez parceiros até mesmo dentre desafetos. Isto porque, na percepção desta autora, Janene conseguia demonstrar interesses comuns e superar diferenças em prol deles. Ademais, por ser o “menino do dedo verde”, em que tudo o que tocava se transformava em dinheiro e poder, muitos aproximaram-se visando a obter vantagens. E tiveram. Tanto o é, que nas denúncias do mensalão constam que partidos de direita, esquerda e centro levaram seus quinhões nos esquemas de Janene, mostrando que o interesse dele era suprapartidário, supra ideológico, porque era focado em seus interesses pessoais e familiares. Se ele estivesse ganhando e estivesse em posição de mando, parece que não lhe importaria quem seriam os seus aliados e interlocutores. Com isso, tornou-se uma liderança reconhecida, da qual todos queriam estar perto e tirar proveito.

A função de articulador e de homem de bastidor era tão bem desempenhada, que como viu-se nesta pesquisa, Janene usou sem parcimônia de estratégias de articulação, as quais foram desde as festas regadas a fatores de ostentação, sendo a mais simbólica a festa árabe em que ele e os irmãos reproduziram o palácio das lendas de “Mil e Uma Noites”, além dos casamentos das filhas com a presença de prefeitos, governadores e ministros, noites de carteados com presenças ilustres em sua casa, assim como, o famoso carneiro assado à moda árabe, cozido por seu primo Meheidin, o qual a imprensa chegou a noticiar ter se tornado um dos pratos preferidos da ex-presidente Dilma Rousseff. Tais festas e reuniões ao seu entorno somente reforçaram o seu capital social e simbólico, tanto do ponto de vista de ostentar poder econômico para bancá-las, poder político para assegurar presenças ilustres, assim como, serviam de importantes momentos de alinhamento e consolidação de alianças e parcerias.

Desta forma, em resposta ao problema central posto nesta pesquisa, pode-se constatar que os capitais que permitiram que Janene alçasse o âmbito nacional em sua carreira política, levando consigo seus familiares, foram o econômico, o social e o simbólico, os quais na lógica da conversão de capitais foram transformados em capital político, que assegurou à Janene dominar o campo político brasileiro durante algum tempo. Em âmbito local e regional, Janene conseguiu converter o capital

econômico em capital político por meio do financiamento de campanhas e da retribuição a isto com cargos no aparelho do Estado, o que retroalimentou o seu capital econômico, permitindo-lhe investimentos maiores, em outros municípios, estados e até mesmo em âmbito nacional.

O capital econômico também alavancou o delinear das alianças e a formatação de suas redes, o que se constituiu, como viu-se, num importante capital social que permitiu a Janene fazer a passagem do local para o nacional, por meio de articuladores de renome que atuavam no interior do Paraná. Assim como, Janene possuía um *modus operandi* e um formato de atuação de sucesso, com seus executores que faziam as coisas tornarem-se possíveis, como Alberto Youssef, figura chave na vida de José, pois a partir dele os recursos obtidos de maneira supostamente ilegal tornavam-se recursos quentes, aparentemente lícitos, que poderiam ser distribuídos entre os agentes da rede. Assim, mais uma vez, o capital econômico se converteu em social e ambos em político, retornando na forma de capital econômico novamente.

Durante a execução desta pesquisa muito esta autora questionou-se o que teria sido de José Janene se ainda estivesse vivo. Será que seguiria ainda numa posição de destaque? Nossa resposta é que provavelmente não. Isto porque, como viu-se no último capítulo desta tese, antes de seu falecimento Janene já vinha em franca decadência. Vale destacar que mesmo doente e aposentado, seguiu nas articulações de bastidores até o final da vida, com menos poder e influência. Observa-se que um dos fatores que podem ter derrubado Janene, já desde os primeiros processos criminais respondidos em Londrina-PR, é que suas redes, apesar de extensas e poderosas, não foram tão diversificadas e estratégicas como precisavam ter sido.

Ricardo Oliveira (2012), em sua obra “Na Teia do Nepotismo” destaca que as famílias de maior sucesso e longevidade no poder possuem teias que se expandem para além do Poder Executivo, abrangendo o Legislativo, o Sistema de Justiça e os órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, imprensa, assim como, mantêm relações com agentes nas três esferas do governo. Ao contrário disto, como demonstrado neste trabalho, Janene não expandiu sua rede e suas alianças para além dos Poderes Executivo e Legislativo. Pior ainda, preferiu adotar uma postura de enfrentamento às autoridades, com foco especial no Ministério Público, por quem morreu alegando ter sido perseguido, fazendo acusações graves contra Promotores

de Justiça. O mesmo vale para o Judiciário, quando ao invés de construir alianças, chegou a grampear um ex-juiz federal conhecido, possivelmente com o intuito de obter vantagens por meio de chantagens ou algo similar, ganhando assim a inimizade da Justiça Federal. A fragilidade da rede, deste ponto de vista, propiciou que Janene fosse investigado e processado inúmeras vezes. Destaque-se que apesar de indiciado e processado, a rede de Janene funcionou ainda de alguma forma a protegê-lo, pois acabou não sendo condenado ou cumprindo qualquer pena ainda em vida.

O perfil mandão, briguento e obcecado por dinheiro e poder trouxe também uma mística sobre a figura de nosso personagem, o qual foi taxado como uma pessoa egoísta e egocêntrica, obstinado a conseguir tudo o que queria. Apesar de ter atuado em família tanto para adentrar no campo político, quanto para permanecer nele, viu-se que os seus interesses pessoais se sobrepuseram aos familiares, sendo ele o centro, não hesitando nem mesmo em prejudicar economicamente a irmã, ameaçar um sobrinho ou obstruir a carreira política de seu irmão e principal aliado dentro da família, Assad. Como apresentado, muitos interlocutores dele o definiam como alguém que desafiava as autoridades e não tinha medo de ninguém, absolutamente ninguém, numa crença de estar acima do bem e do mal. Tanto é que os registros de delações da Operação Lava-Jato dão conta de que Janene chegou a chantagear e pressionar o próprio Presidente da República, em busca do almejado controle de uma das mais importantes diretorias da Petrobras.

Tal mística em relação a sua figura faz com que inevitavelmente faça-se comparações entre José e personagens de enredos de novela, marcadamente os coronéis mandões do interior, que dominavam a política local em seu tempo. O próprio irmão de Janene, Faiçal, em entrevista ao Portal Terra (GARCIA, 2015b), ao analisar a trama em que o nome de José esteve envolvido no ano de 2015, com a contestação de sua morte, chegou a afirmar que a história de Janene parecia “coisa de Comendador, de Janete Clair”, fazendo alusão aos personagens da famosa novelista brasileira. Ao ler sobre os supostos contêineres de dinheiro que Janene teria escondido em suas fazendas, declarados pelo advogado Roberto Bertholdo em depoimento à uma CPI, não há como não se remeter à icônica cena televisiva em que o personagem José Alfredo, o Comendador Medeiros, nada em sua piscina cheia de dinheiro que estava escondido.

Outrossim, nos materiais pesquisados viu-se também uma mística acerca da descendência de Janene, algumas delas com conteúdos que podem até soar como

xenofobia, sendo comum encontrar referências quanto ao “sorriso de mascate”, ao “turco pão duro”, ao “libanês interesseiro”, dentre outros. Passagens da história atribuem à Janene falas que jamais saber-se-á se foram reais, tais como ao pedir que pessoas confiassem nele e nos esquemas que estava montando, afirmou que os negócios com certeza dariam certo devido à experiência de sua família árabe de “roubar caravanas no deserto” (IMPACTO PARANÁ, 2020). Outra história registrada pela imprensa que denota o perfil de José é a de que em conversa com interlocutores, quando era questionado sobre ampliar o rol de beneficiados dos seus esquemas para cumprir outros interesses, Janene costumava se defender colocando sobre a mesa moedas e notas de dinheiro em um monte, puxando-as para perto de si com os dedos da mão abertos, como se fosse um rastelo, deixando algumas moedas e notas ficarem pelo caminho, dizendo: “tem que arrastar assim, para sobrar um pouco entre os dedos para os outros” (MOLINA, 2010), mostrando mais uma vez sua habilidade no discurso para o convencimento e suas estratégias de ampliação de redes por meio de aliados e alianças, um de seus capitais simbólicos que lhe asseguraram reconhecimento.

Postos todos estes pontos, pode-se considerar que José Janene é mais um caso brasileiro que demonstra que a linha limítrofe entre o público e o privado é muito tênue e que muitos agentes do campo político se apropriam do aparelho do Estado para resolver os seus problemas pessoais e atender aos seus interesses particulares. A partir deste personagem também pode-se atestar, como já bem delineado por Oliveira (2012) e Monteiro (2016), que dificilmente haverá ascensão política de um agente sem que antes este tenha construído uma sólida base de poder local e regional, por meio de redes e alianças, as quais o projetam e dão apoio para voos mais altos. Ademais, a partir da história de Janene e de sua família, observa-se que o poder econômico é construído a partir do poder político. Dificilmente haverá empresariado de sucesso sem que haja benesses e apoio do Estado, seja de forma indireta, por meio de benefícios, ou pela ocupação do aparelho público em si, praticando o extrativismo estatal de forma direta.

Como já apontado ao longo de toda esta pesquisa, trajetórias como a de José Janene acabam por desvelar de forma mais profunda a raiz das desigualdades sociais no Brasil. A ocupação do Estado, como se patrimônio privado fosse, gera um fator duplo de desigualdade. Ocupando o poder público por meio de seus membros, as famílias enriquecem enquanto grupo, apropriam-se de recursos públicos para interesses particulares, beneficiando um pequeno contingente de pessoas, sem

qualquer distribuição da riqueza. Para além disso, como já citado, o recurso público apropriado indevidamente, ainda mais em volumes astronômicos como os registrados no caso em tela, são retirados de políticas públicas para a população, com a consequente redução e precarização da oferta de serviços, tais como na educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer, dentre outros. Assim, além de empobrecer a população, ainda retira destas possibilidades de garantia de direitos sociais mínimos para uma vida com dignidade, contribuindo para confirmar a letra da música que ilustra a epígrafe deste trabalho.

Por fim, não se pode deixar de destacar que a história começada por José Janene e seus asseclas, em Londrina-PR, uma cidade média do interior do Paraná, interferiu drasticamente na histórica política, social e econômica do Brasil, com severos reflexos atualmente. Isto porque, ao ver desta autora, foi graças aos esquemas de Janene, denunciados, investigados e trazidos à tona nos anos 2000, especialmente o do Correios, mensalão e petrolão, que desencadearam-se investigações pelas autoridades, as quais podem ser avaliadas como seletivas e com interesses específicos, que começou-se a desenhar o cenário de afastamento dos gestores progressistas, alinhados mais à esquerda, do controle do poder nacional, fato culminado no golpe de 2016, com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e que abriu os caminhos para a ascensão da direita conservadora que ocupa o governo atualmente, disseminando discurso de ódio, com consequente aumento da violência, mantendo políticas econômicas que têm servido ao acirramento da pobreza e da desigualdade social no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sônia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Revista Informação & Informação**, Universidade Estadual de Londrina, v.12, n.01(especial), 2007, p. 8-19.

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina. 1930-1960.** Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1991.

_____. **A subversão do paraíso: o comunismo em Londrina (1945-1951).** São Paulo. Tese (Doutorado em História Social), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ALENCAR, Kennedy. **José Dirceu e Aldo vão tentar barrar processo contra Lula na Câmara.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 27 de fevereiro de 2005. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67500.shtml>. Acesso em 10 ago 2021.

_____. **Dirceu resgata prestígio e articula reforma ministerial.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 06 de março de 2005b. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67635.shtml>. 02 ago 2021.

ALVES, Alessandro C. **A província do Paraná (19853-1889): a classe política. a parentela no governo.** Tese (Doutorado em Sociologia), Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ARANTES, Flávio. **Família cobra dívida de deputado na justiça.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 16 de agosto de 1997. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc160807.htm>.> Acesso em 10 out 2021.

ARAÚJO, Jorge. **Ex-deputado morto há 6 anos vira alvo de investigados na Lava-Jato.** Folha de São Paulo. Publicado em 15 de junho de 2005. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1790221-ex-deputado-morto-ha-6-anos-janene-vira-alvo-de-investigados-na-lava-jato.shtml>. Acesso em 23 fev 2022.

ARIAS NETO, José Miguel. **O eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975.** Londrina: EDUEL, 1998.

ARRUDA, Rose; TEIXEIRA, Hélio. **Richa: o político.** Curitiba: Independente, 2010.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LONDRINA – ACIL. **Setenta Anos de Luta.** Londrina: ACIL, 2007.

_____. **Locadora de veículos de Londrina é suspeita de lavar dinheiro para doleiro.** Publicado em 29 de abril de 2014. Disponível em <http://acil.com.br/noticias/locadora-veiculo-doleiro>. Acesso em 09 jul 2021.

A TARDE. **MST invade fazenda do Deputado José Janene no Paraná.** Portal A Tarde. Publicado em 15 de setembro de 2016. Disponível em

<https://atarde.com.br/brasil/mst-invade-fazenda-do-deputado-jose-janene-no-parana-216480>. Acesso em 05 jul 2021.

AUGUSTO, Cesar. **Sercomtel fecha negócio com a Copel e vende 45% das ações por R\$ 186 mi.** Jornal Folha de Londrina. Publicado em 14 de maio de 1998. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/sercomtel-fecha-negocio-com-a-copel-e-vende-45-das-aco-es-por-r-186-mi-75853.html>. Acesso 02 mar 2022.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n.38, março/1994, p. 225-240.

AZEVEDO, Reinaldo. **Em livro, FHC conta que barrou cunha na Petrobras e critica “toma lá, dá cá”.** Revista Veja. Publicado em 05 de outubro de 2015. Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/em-livro-fhc-counta-que-barrou-cunha-na-petrobras-e-critica-8220-toma-la-da-ca-8221/>. Acesso em 18 ago 2021.

BÄCHTOLD, Felipe. **Morto em 2010, ex-deputado é alvo de série de processos.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 03 de abril de 2015. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1611995-morto-em-2010-ex-deputado-e-alvo-de-serie-de-processos.shtml>. Acesso em 27 fev 2021.

_____. **Ex-deputado morto há 6 anos vira alvo de investigações na Lava-Jato.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 10 de julho de 2016. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1790221-ex-deputado-morto-ha-6-anos-janene-vira-alvo-de-investigados-na-lava-jato.shtml?origin=folha>. Acesso em 28 jan 2022.

BÄCHTOLD, Felipe; KONCHINSKI, Vinicius. **Doleiro pivô da Lava Jato financiou campanha de principal aliado de Moro.** Jornal Folha de São Paulo, 28 de dezembro de 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/doleiro-pivo-da-lava-jato-financiou-campanha-de-principal-aliado-de-moro.shtml>. Acesso em 08 jul 2022.

BARBOSA, Maria Lucia Victor. **A colheita da vida:** resgate histórico da sociedade rural do Paraná. Londrina: Sociedade Rural do Paraná, 2000.

BARAN, Katna. **Filha de pivô do petrolão reclama que aliados do pai a abandonaram.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 19 de setembro de 2016. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1814562-filha-de-pivo-do-petrolao-reclama-que-aliados-do-pai-a-abandonaram.shtml>. Acesso em 27 fev 2021.

BARAN, Katna; AUDI, Amanda. **O homem que mandou no Brasil:** empresário que mantinha contratos com prefeituras, ex-deputado José Janene saiu de Londrina para dominar a política nacional. Jornal Gazeta do Povo, 01 de março de 2015. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/o-homem-que-mandou-no-brasil-7jm307bda3sxipxjky012ym9n/>. Acesso em 03 set 2021.

_____. **Aproximação com Belinati garantiu primeira eleição de Janene.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 01 de março de 2015a. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/aproximacao-com-belinati-garantiu-primeira-eleicao-de-janene-752brca3dvhigxz0jsrdj1ikb>. Acesso em 01 mar 2020.

_____. **Auge da carreira de Janene foi garantido por meio de emendas às prefeituras.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 01 de março de 2015b. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/auge-da-carreira-de-janene-foi-garantido-por-meio-de-emendas-as-prefeituras-92hpfgtmx63v2ju8wi0l2xh6j/>. Acesso em 15 jul 2021.

_____. **Aliança entre Janene e Youssef se manteve até a morte do ex-deputado.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 01 de março de 2015c. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/alianca-entre-janene-e-youssef-se-manteve-ate-a-morte-do-ex-deputado-dsjb12ctoj0ldmrhb9oo8uqt7/>. 09 dez 2021.

_____. **De sacoleiro a principal doleiro do país.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 02 de março de 2015d. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/de-sacoleiro-a-principal-doleiro-do-pais-5bum26yv3al9reocwjm3hxynl/?ref=giro-central>. Acesso em 24 fev 2022.

_____. **Como Londrina virou o tubo de ensaio que inventou o petrolão.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 28 de fevereiro de 2015e. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/como-londrina-virou-o-tubo-de-ensaio-que-inventou-o-petrolao-dw4t01v0kn0gk7u3049vz52kb?ref=capa-gg>. Acesso em 28 fev. 2021

_____. **Fio solto do escândalo AMA/COMURB levou ao caso Banestado.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 28 de fevereiro de 2015f. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/fio-solto-do-escandalo-amacomurb-levou-ao-caso-banestado-dztgc7o8fhorfn8cbp5zlp2rf/>. Acesso em 28 fev 2022.

BARBOSA, Kanucha. **Primo de José Janene do petrolão é acusado de jogar mulher do 12º andar.** Portal Glamurama/UOL. Publicado em 26 de novembro de 2015. Disponível em <https://glamurama.uol.com.br/notas/primo-de-jose-janene-do-petrolao-e-acusado-de-jogar-mulher-do-12-andar/>. Acesso em 01 mar 2021.

BATISTA, Guilherme. **MST ocupa fazenda de Janene em Londrina.** Jornal Folha de Londrina. Publicado em 02 de dezembro de 2015. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/mst-ocupa-fazenda-de-jose-janene-em-londrina-934445.html>. Acesso em 03 jul 2021.

BEIRANGÊ, Henrique. **O que diferencia o caso Banestado da Operação Lava-Jato.** Portal Jusbrasil. Publicado em 2017. Disponível em <https://csalignac.jusbrasil.com.br/noticias/332167264/o-que-diferencia-o-caso-banestado-da-operacao-lava-jato>. Acesso 23 jul 2021.

BEM PARANÁ. **Urnas falsas de Janene serão analisadas.** Portal Bem Paraná. Publicado em 22 de setembro de 2006. Disponível em <https://www.bemparana.com.br/noticia/urnas-falsas-de-janene-serao-analisadas-2030#.Yd8mwf7MKAs>. Acesso em 08 jul 2021.

BERTAUX, Daniel. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Proposiciones, Santiago de Chile**, n.29, p. 1-23, mar. 1999.

BERCITO, Diogo. **Brimos: imigração sírio-libanesa no Brasil e seu caminho até a política.** São Paulo: Editora Fósforo, 2021.

BLOG LONDRINA. **Prefeitura inaugura viaduto na PR-445 com Avenida Ayrton Senna.** Publicado em 03 de novembro de 2011. Disponível em <https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=11767>. Acesso em 12 jul 2021.

BLOG ZÉ BETO. **Está faltando ele.** Blog do Zé Beto. Publicado em 20 de outubro 2016. Disponível em <https://www.zebeto.com.br/2016/10/20/faltou-ele/#.YeV3LP7MKAs>. Acesso em 17 ago 2021.

_____. **Prefeitura não renova contrato para viaduto da PR-445.** Portal Bonde. Publicado em 25 de agosto de 2010. Disponível em <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/prefeitura-nao-renova-contrato-para-viaduto-da-pr-445-153795.html>. Acesso em 12 jul 2021.

BONDE. **Viúva diz que Janene era obcecado pelo poder.** Portal Bonde. Publicado em 14 de julho de 2015. Disponível em <https://www.bonde.com.br/bondenews/politica/viuv-diz-que-janene-era-obcecado-por-poder-378325.html>. Acesso em 08 nov 2021.

BONI, Paulo César. **Fincando Estacas!:** a história de Londrina (década de 30) em textos e imagens. Londrina: Ed. do Autor, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. **Sobre a televisão.** Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **O capital social:** notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs.). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Os três estados do capital cultural.** In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs.). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998b.

_____. **O senso prático.** Petrópolis: Vozes, 2009

_____. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 2011.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2011b.

BORGES, Maurício. **Apucarana apoia Janene.** Jornal Folha de Londrina, 29 de abril de 1998. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/apucarana-apoia-janene-73524.html>. Acesso em 13 jul 2022.

BORGES, Bruna. **CPI vai pedir exumação do corpo de Janene, morto em 2010.** Sítio Eletrônico UOL Notícias. Publicado em 20 de maio de 2015. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/05/20/cpi-vai-pedir-a-exumacao-do-corpo-de-janene-morto-em-2010.htm>. Acesso em 10 out 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4825/2001.** Acrescenta dispositivo à Lei nº 9296/1996 que regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09JUN2001.pdf#page=65>. Acesso em 07 fev 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda Constitucional nº 336//2001**. Revoga o inciso I do art. 129 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001b. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/MostralIntegralimagem.asp?strSiglaProp=PEC&intProp=368&intAnoProp=2001&intParteProp=1#. Acesso em 08 fev 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda Constitucional nº 368/2001**. Altera o art. 14. § 7º, da Constituição Federal, para introduzir a inelegibilidade dos parentes detentores de cargos vitalícios, no território da circunscrição do titular. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001c. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/MostralIntegralimagem.asp?strSiglaProp=PEC&intProp=368&intAnoProp=2001&intParteProp=1#. Acesso em 08 fev 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Requerimento de Comissão Parlamentar nº 31/2001**. Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar irregularidades no âmbito do Ministério Público. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001d. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31MAR2001.pdf#page=410>. Acesso em 10 fev 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7290/2002**. Dispõe sobre a unificação da data dos exames de seleção do ensino superior. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=102074&filenome=PL+7290/2002. Acesso em 07 fev 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda Constitucional nº 157/2003**. Convoca Assembleia de Revisão Constitucional e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=160966&filenome=PEC+157/2003. Acesso em 07 fev 2022.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda Constitucional nº 241/2004**. Dá nova redação ao §7º do art. 226 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=199325&filenome=PEC+241/2004. Acesso em 08 fev 2022.

_____. Câmara dos Deputados. **Requerimento de Comissão Parlamentar nº 44/2004**. Requerem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar abusos e irregularidades cometidos por membros do Ministério Público, com vistas a criar mecanismos legais que impeçam essas atividades. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004b. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=193342&filenome=RCP+44/2004. Acesso em 05 fev 2022.

_____. Câmara dos Deputados. **Notas taquigráficas de Audiência Pública da CPI da Petrobrás, Reunião nº 0541-15**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes->

[temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-petrobras/documentos/notas-taquigraficas/nt110515-ptr](https://temporarias.parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-petrobras/documentos/notas-taquigraficas/nt110515-ptr). Acesso em 05 jan 2021.

BRESSIANI, Eduardo. **Youssef afirma ter ouvido de Janene e empresário suposto envolvimento de Aécio em desvios em Furnas**. Jornal O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/youssef-afirma-ter-ouvido-de-janene-empresario-suposto-envolvimento-de-aecio-em-desvios-em-furnas-15625772>. Acesso em 10 mar 2021

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Ata da sessão legislativa solene da Câmara de Vereadores de Londrina**. Londrina, 04 abr 2001.

_____. **Ruas, praças, avenidas e próprios públicos de Londrina: biografia dos homenageados**. Janeiro a dezembro de 2004. Londrina, CML, 2005.

CAMPANA, Fábio. **José Janene volta às manchetes como dono dos Euros**. blog Fábio Campana. Publicado em 26 de abril de 2009. <https://fabiocampana.com.br/2009/04/26/jose-janene-volta-as-manchetes-como-dono-dos-euros/>. Acesso em 15 jul 2021.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Caminhos da memória: parentesco e poder. **Revista Textos de História**. Brasília, v.2, n.3, p. 85-122, 1994.

_____. Metáforas do parentesco e a duração em política. **Revista Textos de História**. Brasília, v.3, n.1, p. 82-103, 1995.

_____. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. **Cadernos CEDES**. Campinas, v.18, n.42, p.29-52, 1997.

CARLOTO, Denis Ricardo. **O Espaço de representação da comunidade árabe-muçulmana de Foz do Iguaçu-PR e Londrina-PR: diáspora e multiterritorialidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. 2007.

CARDOSO, Daiene. **Muçulmanos confirmam morte de Janene; Motta deve desistir de pedir exumação**. Jornal A Tarde. Publicado em 26 de maio de 2015. Disponível em <https://atarde.com.br/politica/muculmanos-confirmam-morte-de-janene-motta-deve-desistir-de-pedir-exumacao-694044>. Acesso em 25 out 2021.

_____. **Janene “não inventou” a corrupção no Brasil, diz viúva à CPI**. Revista Exame. Publicado em 14 de julho de 2015b. Disponível em <https://exame.com/brasil/janene-nao-inventou-a-corrupcao-no-brasil-diz-viuva-a-cpi/>. Acesso em 08 fev 2021.

CARTA CAPITAL. **Moro sai em defesa de Álvaro Dias por doação de Youssef: “ninguém sabia quem era ele”**. Revista Carta Capital. Publicado em 29 de dezembro de 2021. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/moro-sai-em-defesa-de-alvaro-dias-por-doacao-de-youssef-ninguem-sabia-quem-era-ele/>. Acesso em 03 ago 2022.

_____. Youssef, doleiro condenado por Moro na Lava-Jato, financiou campanha de Álvaro Dias. Revista Carta Capital. Publicado em 29 de dezembro de 2021b.

Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/youssef-doleiro-condenado-por-moro-na-lava-jato-financiou-campanha-de-alvaro-dias/>. Acesso em 03 ago 2022.

CARVALHO, Daniel; CARDOSO, Daiene. **CPI coloca em dúvida morte de ex-deputado**. Senado Federal. Publicado em 2015. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/511510/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 out 2021.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Revista Dados**, v. 40, n.2, Rio de Janeiro, 1997.

CASTILHO, Alceu L. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CASTRO, Elizabete. **Doente, Janene faz exames em Curitiba**. Jornal Tribuna do Paraná. Publicado em 24 de setembro de 2005. Disponível em <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/politica/doente-janene-faz-exames-em-curitiba/>. Acesso em 08 dez 2021.

_____. **Severino dá ultimato a Lula: cadê o ministério?** Jornal Tribuna do Paraná. Publicado em 22 de março de 2005b. Disponível em <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/politica/severino-da-ultimato-a-lula-cade-o-ministerio/>. Acesso em 01 ago 2021.

CATVE. CPI da Petrobras vai pedir exumação do corpo de Janene. Portal Terra/CATVE. Publicado em 20 de maio de 2015. Disponível em <https://catve.com/noticia/9/117729/cpi-da-petrobras-vai-pedir-exumacao-do-corpo-de-janene>. Acesso em 27 jul 2022.

CERVI, Emerson Urizzi. **Rádio e Renovação Política em Eleições Majoritárias: As vitórias eleitorais de prefeitos/radialistas em Londrina e Ponta Grossa**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais, Curitiba, 2002.

_____. Comportamento volátil e manutenção dos resultados em eleições para o governo do Paraná. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 9, p. 109-131, 2002b.

CÉSAR, Délio Nunes. **A primavera de Londrina: o despertar de uma cidade contra a corrupção**. Londrina: Midiograf, 2001.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local: Londrina-PR, 1934 – 1979**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1986.

CHIBA, Mie Francine. **Com frotas reduzidas, locadoras de veículos veem demanda crescer de novo**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 30 de dezembro de 2020. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/com-frotas-reduzidas-locadoras-de-veiculos-veem-demanda-crescer-de-novo-3042088e.html>. Acesso em 13 jul 2021.

CIFUENTES, Pedro. **Alberto Youssef: o doleiro que arrastou todos em sua queda**. Jornal El País. Publicado em 08 de dezembro de 2014. Disponível em

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/08/politica/1418062496_458476.html. Acesso em 24 fev 2022.

COMELI, Loriane. **Tio Douglas vai comandar ACESF e Janene voltará à Câmara.** Jornal Folha de Londrina. Publicado em 29 de dezembro de 2016. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/tio-douglas-vai-comandar-acesf-e-janene-voltara-a-camara-966609.html>. Acesso em 04 fev 2021.

COMELI, Loriane; FERREIRA, Edson. Caso AMA/COMURB: **Londrina foi 'laboratório' de Janene e Youssef.** Portal Bonde. Publicado em 23 de junho de 2015. Disponível em <https://www.bonde.com.br/bondenews/politica/caso-ama-comurb-londrina-foi-laboratorio-de-janene-e-youssef-375125.html>. Acesso 27 fev 2021.

CONGRESSO EM FOCO. **PF apreende urnas falsas na fazenda de Janene.** Portal Congresso em Foco. Publicado em 18 de setembro de 2006. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/pf-apreende-urnas-falsas-na-fazenda-de-janene/>. Acesso em 10 jul 2021.

CONSULTOR JURÍDICO. **Líder do PP na Câmara é processado por corrupção ativa.** Revista Eletrônica CONJUR. Publicado em 03 de novembro de 2005. Disponível em https://www.conjur.com.br/2005-nov-03/lider_pp_camara_processado_corrupcao_ativa. Acesso em 03 fev 2021.

_____. **Advogado paranaense é preso por grampear telefone de juiz.** Revista Eletrônica CONJUR. Publicado em 04 de novembro de 2005b. Disponível em https://www.conjur.com.br/2005-nov-04/advogado_paranaense_preso_grampear_juiz_federal. Acesso em 25 fev 2021.

_____. **Janene não consegue nem aposentadoria e nem trancar processo.** Revista Eletrônica CONJUR. Publicado em 26 de abril de 2006. Disponível em https://conjur.com.br/2006-abr-26/janene_fica_aposentadoria_processo. Acesso em 09 dez 2021.

CORREIA, Hudson; GOMIDE, Raphael. **Um depoimento exclusivo revela o elo entre os escândalos do mensalão e da Petrobrás.** Revista Época. Publicado em 14 de setembro de 2014. Disponível em <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/09/um-depoimento-exclusivo-revela-o-elo-entre-os-bescandalos-do-mensalao-e-da-petrobrasb.html>. Acesso em 17 fev 2021.

COSTA, Osmani Ferreira. **Rádio e política: a aventura eleitoral dos radialistas no século XX.** Londrina: Eduel, 2005.

COSTA, Daniel. **Morre José Janene, um dos pivôs do escândalo do mensalão.** jornal Gazeta do Povo. Publicado em 14 de setembro de 2010. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/morre-jose-janene-um-dos-pivos-do-escandalo-do-mensalao-28na966oqptaueu9exh3bqo1fy>. Acesso em 08 dez 2021.

COSTA, Daniel; LUPORINI, Fábio. **Morre o ex-deputado José Janene.** Jornal de Londrina. Publicado em 14 de setembro de 2010. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/morre-o-ex-deputado-jose-janene-2d05aroykqb78ndvb7sepqclq/>. Acesso em 15 dez 2021.

COSTA, Viviani. **MP apura favorecimento da CMTU a empresa**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 30 de janeiro de 2013. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/mp-apura-favorecimento-da-cmtu-a-empresa-831726.html>. Acesso em 13 jul 2021.

COUTINHO, H. Puigari. **Londrina – Estado do Paraná: 25 anos de sua história**. São Paulo: sem editora, 1959.

COUTO, Elvis Paulo. As raízes do patrimonialismo de Estado no Brasil. **Revista *Habitus***: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 100- 112, 10 de nov. 2016.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Testemunha explosiva**. Revista Isto É. Publicado em 31 de agosto de 2005. Disponível em https://istoe.com.br/9856_TESTEMUNHA+EXPLOSIVA/. Acesso em 05 fev 2021.

_____. **Testemunha explosiva: ex-assessora do PT diz que ministro abastecia caixa 2**. Correio Forense. Publicado em 24 de setembro de 2009. Disponível em <https://www.correioforense.com.br/poder-publico/testemunha-explosiva-ex-assessora-do-pt-diz-que-ministro-abastecia-caixa-2/>. Acesso em 02 fev 2021.

DIÁRIO DA JUSTIÇA DO PARANÁ. **Edição de 15 de agosto de 1994**. p. 178. <https://www.tjpr.jus.br/documents/13302/20633358/DJE+15+08+1994/ffbe2456-3eca-e3ad-7488-313180d7689e?version=1.0>. Acesso em 18 jul 2021.

DUARTE, Maria. **Alvaro Dias e José Janene selam acordo**. Jornal A Folha de Londrina. Publicado em 24 de junho de 2002. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/alvaro-dias-e-jose-janene-selam-acordo-402336.html>. Acesso em 10 jul 2022.

EBOLI, Evandro. Janene, de licença médica, vai a festas e eventos. Jornal O Globo. Publicado em 23 de maio de 2006. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/400316/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 23 mai 2021.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EPOCA. **CPI da Petrobras quer exumar corpo de José Janene por achar que ele pode estar vivo**. Revista Época. Publicado em 20 de maio de 2015. Disponível em <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/05/cpi-da-petrobras-exumara-corpo-de-jose-janene-por-achar-que-ele-pode-estar-vivo.html>. 10 out 2021.

ESTADO DE SÃO PAULO. **“Todo dia criam uma fake news contra mim”, diz Moro sobre doação de Youssef para Dias**. Jornal O Estado de São Paulo. Publicado em 29 de dezembro de 2021. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,moro-alvaro-dias-alberto-youssef-doacao,70003937504>. Acesso em 03 ago 2022.

FARIA, Tales. **Preso pela PF, Paulo Bernardo é elo entre Lava Jato e operador do mensalão**. Blog Os Divergentes. Publicado em 23 de junho de 2016. Disponível em <https://osdivergentes.com.br/tales-faria/preso-pela-pf-paulo-bernardo-e-elo-entre-lava-jato-e-operador-do-mensalao/>. Acesso em 13 jul 2022.

FÉLIX, Manoel. **Taxa de iluminação pública foi criada por Renato Vianna**. Jornal a Shama. Publicado em 07 de setembro de 2017. Disponível em <https://www.ashama.com.br/portal/taxa-de-iluminacao-publica-foi-criada-por-renato-vianna/>. Acesso em 04 fev 2021.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Cuiabá: J.C.V. Ferreira, 1999.

FERREIRA, Edson. **Ex-comandante da PM de Londrina é investigado por adulteração de carro**. Portal Bonde. Publicado em 11 de abril de 2015. Disponível em <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/ex-comandante-da-pm-de-londrina-e-investigado-por-adulteracao-de-carro-367743.html>. Acesso em 09 mar 2021.

FOLHA DE LONDRINA. **Lerner pede para Emília continuar vice**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 30 de julho de 1997. Disponível em https://www.folhadelondrina.com.br/politica/lerner-pede-para-emilia-continuar-vice-82719.html?_amp. Acesso em 07 jul 2022.

_____. **Eletrojan também é denunciada por superfaturamento**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 06 de agosto de 1997b. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/eletrojan-tambem-e-denunciada-por-superfaturamento-34760.html>. Acesso em 02 jan 2022.

_____. **PPB do Paraná quer afastamento de Paulo Maluf**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 27 de novembro de 1998. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/ppb-do-parana-quer-afastamento-de-paulo-maluf-110271.html>. Acesso em 18 ago 2021.

_____. **Sócio da Mercoluz nega irregularidade e ligação com Janene**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 19 de dezembro de 1999. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/socio-da-mercoluz-nega-irregularidades-e-ligacao-com-janene-238090.html>. Acesso em 02 jan 2022.

_____. **Bens de Janene crescem em dois anos**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 08 de abril de 2000. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/bens-de-janene-crescem-em-2-anos-276341.html>. Acesso em 12 out. 2021.

_____. **De lavador de peças a assessor**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 15 de setembro de 2010. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/de-lavador-de-pecas-automotivas-a-assessor-725330.html>. Acesso em 08 jul 2021.

_____. **Visatec e ex-diretores da CMTU são condenados por improbidade**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 30 de novembro de 2012. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/visatec-e-ex-diretores-da-cmtu-condenados-por-improbidade-825808.html>. Acesso em 10 jul 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cavalo Árabe é negociado por R\$ 84 mil dia 03 em São Paulo**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 11 de abril de 1995. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/11/agrofolha/9.html>. Acesso em 02 jun 2021.

_____. **MP ingressa com três ações contra prefeito afastado em Londrina.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 09 de junho de 2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u1484.shtml>. Acesso em 28 fev 2022.

_____. **Congressistas culpam desafetos políticos pelos processos judiciais.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 05 de agosto de 2001. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u23151.shtml>. Acesso em 08 fev 2022.

_____. **Lula mantém apadrinhados políticos da oposição.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 01 de junho de 2003. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u49631.shtml>. Acesso em 01 jun 2021.

_____. **Em nova carta, esquerda do PT cobra mudança.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 08 de abril de 2004. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u59908.shtml>. Acesso em 02 ago 2021.

_____. **Casamento garante emprego em gabinete.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 27 de março de 2005. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68049.shtml>. Acesso em 19 jan 2021.

_____. **Nepotismo na Câmara revela até “troca-troca”.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 27 de março de 2005b. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68050.shtml>. Acesso em 20 jan 2021.

_____. **Confiança é o que pesa, dizem deputados.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 27 de março de 2005c. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68051.shtml>. Acesso em 19 jan 2021.

_____. **Janene sofre AVC e é internado em UTI de hospital em Londrina (PR).** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 08 de fevereiro de 2010. Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/poder/2010/02/691132-jose-janene-sofre-avc-e-internado-em-uti-de-hospital-em-londrina-pr.shtml>. Acesso em 20 dez 2021.

FONSECA, Alana. **Alberto Youssef sai da cadeia quase 3 anos depois de ser preso na Lava-Jato.** Portal G1. Publicado em 17 de novembro de 2016. Disponível em <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/11/alberto-youssef-sai-da-cadeia-quase-3-anos-depois-de-ser-preso-na-lava-jato.html>. Acesso em 24 fev 2022.

FRAZÃO, Marcelo. **Promotoria denuncia Visatec por fraude em licitação.** Portal Sindserv. Não datado. Disponível em <https://www.sindserv-ld.com.br/noticia/748/Promotoria-denuncia-Visatec-por-fraude-em-licitacao>. Acesso em 10 jul 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **José Mohamed Janene.** CPDOC. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-mohamed-janene>. Acesso em 14 ago 2021.

G1. **Parlamentares frequentavam empresa, diz sócio de Youssef.** Portal G1. Publicado em 20 de setembro de 2014. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2014/09/parlamentares-frequentavam-empresa-diz-socio-de-youssef.html>. Acesso em 24 fev 2021.

_____. **Pecuarista condenado a 11 anos de prisão por homicídio pede à Justiça para ser preso, em Londrina.** Portal G1. Publicado em 06 de junho de 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2019/06/06/pecuarista-condenado-a-11-anos-de-prisao-por-homicidio-pede-a-justica-para-ser-preso.ghtml>. Acesso em 28 fev 2021.

GALHARDO, Ricardo. **Escândalo já unia parlamentar a doleiro em 1998.** Jornal O Estadão. Publicado em 09 de abril de 2014. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,escandalo-ja-unia-parlamentar-e-doleiro-em-1998-imp-,1151170>. Acesso em 12 jul 2022.

GARCIA, Janaína. **Esposa de Assad faria assessoria para Barbosa “em casa”.** Portal Bonde. Publicado em 30 de junho de 2009. Disponível em http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--786-20090630. Acesso em 01 mar. 2021.

_____. **Em funeral, Janene foi “purificado” no rito islâmico.** Sítio Eletrônico Terra. Publicado em 20 de maio de 2015. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-funeral-em-londrina-pr-janene-foi-purificado-no-rito-islamico,db664e4e4e5474bb02852369d90384b258q1RCRD.html>. Acesso em 12 dez 2021.

_____. **"Coisa de Comendador, de Janete Clair", diz irmão de Janene.** Portal Terra. Publicado em 21 de maio de 2015b. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/isso-e-coisa-de-imperador-de-janete-clair-diz-irmao-de-janene,22dbbde9ccdf49efecdef9c0e1b798aa1wj7RCRD.html>. Acesso em 24 jul 2022.

GASPAR, Rogério; RANGEL, Wesley. **Xibom Bombom.** In: As Meninas. As Meninas. Faixa 1. CD. Universal Music, 1999.

GAZETA DO POVO. **Janene pode estar envolvido na máfia dos vampiros.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 27 de setembro de 2006. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/janene-pode-estar-envolvido-na-mafia-dos-vampiros-a7nartfsjxugu4hm2as04scpa/>. Acesso em 09 mar 2022.

_____. **Janene se aposenta com R\$ 12,8 mil.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 23 de fevereiro de 2007. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/janene-se-aposenta-com-r-128-mil-adnz9lmn0n6eo310id25fdyku/>. Acesso em 10 dez 2021.

_____. **Viúva diz que Janene tinha cultura de sonegação.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 14 de julho 2015. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/viuva-diz-que-janene-tinha-cultura-de-sonegacao-c2f0dvrtapso1one3n55f09c/>. Acesso em 10 nov 2021.

_____. **Nascido em família de classe média baixa, Youssef gostava de exibir riqueza.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 03 de março de 2015b. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/nascido-em-familia-de-classe-media-baixa-youssef-gostava-de-exibir-riqueza-bhmvv7m4j9rdvfhxw0rob2pwx/>. Acesso em 24 fev 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

GONÇALVES, Carolina. **Viúva de Janene diz em CPI que não participava de atividades políticas do marido**. Agência Brasil. Publicado em 14 de julho de 2015. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-07/viuva-de-janene-diz-que-nao-participava-das-atividades-politicas-do-marido>. Acesso em 08 dez 2021.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Família e política: repensando relações. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: Editora LiberArs, 2018.

GRILL, Igor Gastal. **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre. Programa de Pós-graduação em Ciência Política/UFRGS, 2003.

_____. As bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Revista Sociedade em Debate**. Pelotas, n.10. v.02. p. 150-197, 2004.

_____. “Famílias”, ascensão social e alinhamentos políticos no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2. p. 137-157, 2012.

HOLLANDA, Eduardo; CUNHA, Luiz Claudio. **O homem dos mil esquemas**. Revista Isto É. Publicado em 06 de julho de 2005. Disponível em https://istoe.com.br/7167_O+HOMEM+DOS+MIL+ESQUEMAS/. Acesso em 13 jul 2021.

HORTA, Lucio. **Esquema pode ter beneficiado empresa**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 19 de dezembro de 1999. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/esquema-pode-ter-beneficiado-empresa-238088.html>. Acesso em 02 fev 2021.

IMPACTO PARANÁ. **A Viúva condenada! Stael F. Janene, esposa de Janene e mais sete foram condenados**. Jornal Impacto Paraná. Publicado em 18 de março de 2019. Disponível em <https://www.impactopr.com.br/a-viuva-condenada-stael-f-janene-esposa-de-janene-e-mais-sete-foram-condenados/>. Acesso em 10 jul 2021.

_____. **Janenes e Belinatis de novo**. Jornal Impacto Paraná. Publicado em 7 de outubro de 2020. Disponível em <https://www.impactopr.com.br/janenes-e-belinatis-de-novo/>. Acesso em 24 jul 2022.

IPOLITO, Verônica Carina. **As múltiplas faces da militância: a trajetória de Manoel Jacinto Correa**. 2014. Sem paginação. Disponível em <<http://congressodehistoriauem-ivaipora.com/anais-2014/018-veronica-2014.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2014.

ISLAM BRASIL. O Islam em Londrina-PR. Blog Ilamismo Brasil. Publicado em 05 de abril de 2013. Disponível em <http://islamismobr.blogspot.com/2013/04/o-islam-em-londrina-pr.html>. Acesso em 27 jul 2022.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **A imigração árabe no Paraná. Associação Árabe de Beneficência.** Disponível em <https://www.saben.org.br/memoria-arabe#:~:text=Existem%20relatos%20de%20que%20o,Brasil%20era%20chamado%20por%20eles>. Acesso em 5 jul 2020.

KOHLBACH, Karlos. **José Janene faz cirurgia de implante de células-tronco em Curitiba.** Jornal Gazeta do Povo. Publicado em 28 de outubro de 2005. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/jose-janene-faz-cirurgia-de-implante-de-celulas-tronco-em-curitiba-9r1kqhse0lhp5d3whwkiiuoum/>. Acesso em 10 dez 2021.

KRIEGER, Gustavo; FORTES, Leandro; MEIRELES, Andrei. **Vampiros da Mala Preta: Grampos da PF mostram como operava a quadrilha que fraudou compras na Saúde e envolvem outro assessor do ministro Humberto Costa.** Revista Época. Publicado em 31 de maio de 2004. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR64589-5990,00.html>. Acesso em 09 mar 2021.

JANELA LONDRINENSE. **Nova polêmica no calçadão.** Blog Janela Londrinense. Publicado em 08 de agosto de 2011. Disponível em <http://janela-londrinense.blogspot.com/2011/08/>. 13 jul 2021.

JORNAL DO BRASIL. **PF prende advogado de políticos.** Jornal do Brasil. Publicado em 05 de novembro de 2015. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/65323/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em 08 mar 2021.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos.** Petrópolis: Vozes, 2017.

JUSTIÇA FEDERAL. 14ª Vara Federal de Curitiba. **Apelação Criminal nº 5047229-77.2014.4.04.7000/PR.** Relator João Pedro Gebran Neto. Sentença proferida em 06 de maio de 2015. Disponível em https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/05/sentenca_dunel.pdf. Acesso em 17 fev 2022.

_____. 14ª Vara Federal de Curitiba. **Apelação Criminal nº 5047229-77.2014.4.04.7000/PR.** Desembargador Leandro Paulsen. Voto proferido em 2015b. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/acordao-trf-mensalao-parte-dois.pdf>. Acesso em 17 fev 2022.

_____. 13ª Vara Federal de Curitiba. **Autos nº 5022999-97.2017.4.04.7000.** Denúncia do Ministério Público Federal. Procurador da República Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba. 2016. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/curitiba/acoes/processo-penal-44/denuncia/arquivo>. Acesso em 24 fev 2022.

_____. 14ª Vara Federal de Curitiba. **Ação Penal nº 5032531-37.2012.4.04.7000/PR.** Juiz Federal Marcos Josegrei da Silva. Sentença proferida em 15 de março de 2019. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2019/03/sent-lavagem-familiares-Janene-assessores-e-operadores.pdf>. Acesso em 10 jan 2022.

KADANUS, Kelli. **Propina do caso Banestado seria destinada a caixa dois de Jaime Lerner**. Jornal Gazeta do Povo, 18 de setembro de 2014. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/propina-do-caso-banestado-seria-destinada-ao-caixa-dois-de-jaime-lerner-edsid6m3oj5pu9dyi9t806oum/>. Acesso em 08 jul 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. **Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento brasileiro, 1945-1998**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa. Anais. São Paulo: Associação Nacional de História, p. 1-16, 2003.

LAZZARINI, Sergio G. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEME, Edson José Holtz. **Faces ilícitas de uma cidade: Representações da prostituição em Londrina (1940-1966)**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001.

LEPRE, Mário Sérgio. **Caos partidário paranaense**. Londrina: Eduel, 2000.

LOBATO, Elvira. **Governo sabia de denúncias no IRB há mais de um ano**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 24 de maio de 2005. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69165.shtml>. Acesso em 02 ago 2021.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISHER, T. (org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, p. 53-68, 1997.

MACARINI, Vanusa. **Fome Zero**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 14 de abril de 2003. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/sociedade---vanusa-macarini-442443.html>. Acesso 01 jun 2021

MACEDO, Fausto. **Janene era o número um do mensalão, diz sobrinho**. O Estado de São Paulo. Publicado em 16 de junho de 2005. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/308938/noticia.htm?sequence=1>. Acesso 08 out 2021.

MADUEÑO, Denise; WOLTERS, Gabriela. **FHC dará ministério a PPB para obter apoio à reforma**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 19 de março de 1996. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/3/19/brasil/8.html>. Acesso em 18 ago 2021.

MARCELINO, Carla A. A. S. As mulheres da família Belinati. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.) **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: Urbi et Orbi, 2016.

MARQUES, Eduardo C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999.

MARQUESINI, Lucas; AMADO, Guilherme. **Brasileiros com offshores no Pandora Papers devem à União R\$ 16 bilhões em impostos**. Portal Metrôpoles. Publicado em 04 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/brasileiros-com-offshores-no-pandora-papers-devem-a-uniao-r-16-bilhoes-em-impostos>. Acesso em 09 fev 2022.

MARTINS, Rafael Moro. **O céu é o limite**. Revista Piauí. Publicado em 27 de julho de 2017. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ceu-e-o-limite/>. Acesso em 02 ago 2021.

MASCHIO, José. **O Ministério Público do Paraná pede ação contra Janene**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 16 de agosto de 1997. Disponível em www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc160811.htm>. Acesso em 20 dez 2020.

_____. **Investigação liga escritório a esquema de Nicolau no PR**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 03 de janeiro de 2001. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u13171.shtml>. Acesso em 28 fev 2022.

_____. **Papéis mostram elo entre doleiro, deputado e policiais**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 07 de novembro de 2003. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0711200318.htm>. Acesso em 15 ago 2021.

MATON, Karl. **Habitus**. In: GRENFEL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MILITÃO, Oswaldo. **Coluna Oswaldo Militão. Festa de Aniversário**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 16 de setembro de 1999. Disponível em <https://fln2022.folhadelondrina.com.br/folha-2/militao-reporter-oswaldo-militao-200486.html>. Acesso em 24 out 2021.

_____. **Coluna Oswaldo Militão: Fique sabendo**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 16 de agosto de 1999b. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/militao-reporter-oswaldo-militao-189066.html>. Acesso em 25 out 2021.

_____. **Hoje, na Sociedade Rural**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 30 de maio de 2006. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/blogs/blogs/sociedade---oswaldo-militao-567161.html>. Acesso em 01 dez 2021.

_____. **Na propriedade rural em Paranavaí**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 11 de julho de 2020. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/colunistas/oswaldo-militao/na-propriedade-rural-em-paranavai-2999037e.html>. Acesso em 10 dez 2021.

_____. **A imaginação sociológica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ata de audiência pública da comissão de direitos humanos e minorias: denúncias de formação e atuação de milícias privadas no Paraná**. Publicado em 18 de outubro de 2007. Disponível em

https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7miliciasprivadas.pdf. Acesso em 12 jul 2021.

_____. **Denúncia**. Ação Civil Pública. Londrina Ação EBEPEC. Datado de 05 de novembro de 2013. Disponível em <https://mppr.mp.br/arquivos/File/LondrinaAcaoEBEPEC.pdf>. Acesso em 04 fev 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Boletim Eletrônico do PRT 23**. Edição nº 174, de 11/11/2021. Disponível em <https://cosmos.mpt.mp.br/sqa/seam/docstore/document.seam;jsessionid=XScfR7hyRqxbZu5f2YMdutLo?docId=1&cid=10032613>. Acesso em 12 dez 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Dois anos da Lava-Jato: R\$ 2,9 bi já foram recuperados**. Sítio Eletrônico MPF. Publicado em 16 de março de 2016. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/dois-anos-da-lava-jato-r-2-9-bi-ja-foram-recuperados-1>. Acesso em 06 fev 2022.

MOLINA, Carlos. **Faleceu Janene: o homem que mandava em Londrina**. Blog Molina... Soltando o Verbo! Publicado em 04 de setembro de 2010. Disponível em <<http://molinacuritiba.blogspot.com.br/2010/09/faleceu-jose-janene-o-homem-que-mandava.html>>. Acesso em 10 dez. 2021.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Trajetórias e biografias**: notas para uma análise bourdieusiana. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n.17, p. 240-264, jan/jun.2007.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia das elites e do poder político familiar. São Paulo: Editora LiberArs, 2016.

_____. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

MUZELL, Paulo. **A história do juiz Sérgio Moro com o doleiro Alberto Youssef abafada pela mídia**. Jusbrasil, 13 de julho de 2017. Disponível em <https://nilsonleviyahoo.com.br.jusbrasil.com.br/noticias/425417523/a-historia-do-juiz-sergio-moro-com-o-doleiro-alberto-youssef-abafada-pela-midia>. Acesso em 15 fev 2022.

NASCIMENTO, Ana Paula. **Juiz começa a ouvir testemunhas do caso Estela**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 11 de outubro de 2002. Disponível em <https://fln2022.folhadelondrina.com.br/cidades/juiz-comeca-a-ouvir-testemunhas-do-caso-estela-419397.html>. Acesso em 05 mar 2021.

NASSIF, Thiago. **Sociedade Londrina**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 05 de julho de 2011. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/blogs/thiago-nassif/sociedade-londrina---thiago-nassif-757996.html>. Acesso em 05 dez 2021.

NOBRE, Noéli. **Ex-mulher de Janene diz que não conhecia participação do marido em corrupção**. Câmara dos Deputados. Publicado em 14 de julho de 2015. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/464725-ex-mulher-de-janene-diz-que-nao-conhecia-participacao-do-marido-em-corrupcao/>. Acesso em 15 nov 2021.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann. **Reformas institucionais e interesses políticos**: uma análise regional: Londrina: EDUEL, 1997.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. (org.). **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do século XXI**. Curitiba: APUFPR, 2002.

_____. **Famílias poder e riqueza**: redes políticas no Paraná em 2007. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n.18, jun/dez 2007, p. 150-160. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200008>. Acesso em 28 fev. 2015.

_____. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

_____. **Teoria do nepotismo**: estrutura social e de poder do Brasil no século XXI. In: Seminário IPEA. Brasília, 28 de mar. [n.p.], 2013.

_____. Sem mulheres não há nepotismo: “*cherchez la femme*” e principalmente “*cherchez la famille*”. Mulheres, famílias e genealogias emergentes! In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.) **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: Urbi et Orbi, 2016.

_____. Brasil: república do nepotismo. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa; VANALI, Ana Cristina (orgs.). **Instituições e poder político**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

_____. (org.). **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: Editora LiberArs, 2018.

_____. Como definir família? In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: Editora LiberArs, 2018b.

_____. Roberto Bertholdo. Curitiba, 31 de agosto, 2020. Facebook: Ricardo Costa de Oliveira. Disponível em <https://www.facebook.com/profile/100000505383913/search/?q=roberto%20bertholdo>. Acesso em 03 de ago 2022.

OLIVEIRA, Ricardo Costa; VANALI, Ana Cristina (orgs.). **Instituições e poder político**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo C.; MONTEIRO, José M.; GOULART, Mônica H. H.; VANALI, Ana C. **Prosopografia familiar da Operação “Lava-Jato” e do Ministério Temer**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 18. 2017. Brasília-DF. Anais. SBS: Brasília, p. 1-10, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo C.; GOULART, Mônica H. H. S. **Família, Política e Etnicidade**. São Paulo: Liberars, 2020.

OLIVEIRA, Marcio; BACARAT, Fabio K. Z. Descendentes de sírio-libaneses na política paranaense, 1947-2018. In: OLIVEIRA, Ricardo C.; GOULART, Mônica H. H. S. **Família, Política e Etnicidade**. São Paulo: Liberars, 2020.

OSTI, Claudio. **Quão distante o parente distante é de Richa?** Blog Paçoca com Cebola. Publicado em 19 de março de 2015. Disponível em

<https://www.pacocacomcebola.com.br/geral/quao-distante-o-parente-distante-e-de-richa/>. Acesso em 07 ago 2021.

_____. **Morto em 2010, ex-deputado é alvo de série de processos.** Blog Paçoca com Cebola. Publicado em 03 de abril 2015b. Disponível em <https://www.pacocacomcebola.com.br/geral/morto-em-2010-ex-deputado-e-alvo-de-serie-de-processos/>. Acesso em 09 dez 2021.

_____. **Ex-delegado Márcio Amaro assume Superintendência de Segurança da Itaipu.** Blog Paçoca com Cebola. Publicado em 29 de junho de 2017. Disponível em <https://www.pacocacomcebola.com.br/geral/ex-delegado-marcio-amaro-assume-superintendencia-de-seguranca-da-itaipu/>. Acesso em 10 jul 2021.

OTÁVIO, Chico; BRUNO, Cássio. **Justiça fará perícia em outro processo.** Jornal O Globo. Publicado em 17 de novembro de 2009. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/418778/complemento_1.htm?sequence=2. Acesso em 04 fev 2021.

O TEMPO. **Suspeita de José Janene estar vivo é ‘fantasiosa’, diz família.** Sítio Eletrônico O Tempo. Publicado em 20 de maio de 2015. Disponível em <https://www.otempo.com.br/politica/suspeita-de-jose-janene-estar-vivo-e-fantasia-diz-familia-1.1042054>. Acesso em 25 nov 2021.

OYA, Cristiane. **Assad diz que foi vetado pelo irmão.** Jornal Folha de Londrina. Publicado em 09 de julho de 2002. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/assad-diz-que-foi-vetado-pelo-irmao-404758.html>. Acesso em 08 out. 2021.

PARDELLAS, Sérgio. **O dono dos Euros.** Revista Isto É. Publicado em 29 de abril de 2009. Disponível em https://istoe.com.br/12664_O+DONO+DOS+EUROS/. Acesso em 14 nov 2021.

PEDRALI, José. **República de Londrina, berço da Lava Jato: só escapou da prisão quem morreu.** Jornal. Bem Paraná. Publicado em 23 de junho de 2016. Disponível em <https://www.bemparana.com.br/blog/josepedriali/post/republica-de-londrina-berco-da-lava-jato-so-escapou-da-prisao-quem-morreu#.Yf3Hi-rMKAs>. Acesso em 10 dez 2021.

PEIXOTO, Elisiê. **Coluna Elisiê: Social Londrina.** Jornal Folha de Londrina. Publicado em 30 de setembro de 1997. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/social-londrina-elisie-peixoto-43077.html>. Acesso em 26 out 2021.

_____. **Zoom Rural.** Jornal Folha de Londrina. Publicado em 16 de dezembro de 1999. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-gente/elisie-peixoto-londrina-237042.html>. Acesso em 02 jun 2021.

_____. **Elisiê Peixoto Londrina.** Jornal Folha de Londrina. Publicado em 16 de dezembro de 1999b. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-gente/elisie-peixoto-londrina-237042.html>. Acesso em 01 jun 2021.

_____. **Zoom Rural**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 10 de abril de 2000. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-gente/elisie-peixoto-londrina-237042.html>. Acesso em 02 jun 2021.

_____. **Coluna Elisiê**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 25 de fevereiro de 2002. Disponível em <https://fln2022.folhadelondrina.com.br/folha-gente/elisie-peixoto--londrina-384087.html>. Acesso em 10 jan 2022.

PIERUCCINI, Maria Cristina. **Os Rocha Loures: uma família paranaense em 300 anos de história**. Curitiba: Posigraf, 1995.

POLÍCIA FEDERAL. **Informe nº 182/87-XI-SI/DPF.1/LDA/PR**. Datado de 26 de junho de 1987. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2017/03/doc-Yousseff-contrabando.pdf>. Acesso em 24 fev 2022.

_____. **Requerimento Inquérito nº 3989/DF (RE nº 08/2015-1)**. Delegado Josélio Azevedo de Souza. Emitido em 09 de setembro de 2015. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/inquerito-3989-stf.pdf>. Acesso em 24 fev 2022.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Graal, 2000.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PROFISSIONAIS DO ANO. **Façal Jannani Junior**. Sítio Eletrônico Profissionais do Ano de Londrina. Não datado. http://www.profissionaisdoano.com.br/mostrar_profissionais.aspx?id=360. Acesso em 08 jul 2021.

PROGRESSISTAS. **Nossa História**. Disponível em <https://progressistas.org.br/partido/>. Acesso em 14 jan 2021.

QUADROS, Vasconcelo. **Milionário Janenoduto**. Revista Isto É. Publicado em 21 de setembro de 2005. Disponível em https://istoe.com.br/10352_MILIONARIO+JANENODUTO/. Acesso em 26 fev 2021.

QUIRINO, Gisele Dias. **Família e Compadrio: um estudo das relações sociais na Vila de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX)**. Anais do XVI Encontro Regional da Associação Nacional de História. Rio de Janeiro, 2010.

RAMOS, Lino. **Sobrinho faz nova denúncia contra deputado**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 24 de novembro de 2000. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/sobrinho-faz-nova-denuncia-contra-deputado-311154.html>. Acesso em 25 fev 2020.

RAMOS, Ricardo. **Mercoluz, um negócio pouco esclarecido**. Portal Congresso em Foco. Publicado em 14 de maio de 2006. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/mercoluz-um-negocio-pouco-esclarecido/>. Acesso em 02 fev 2021.

RETAMOZO, Manuel Raez. **O sistema de “compadrio”**: de amigo a familiar. Trad. Soraia Vilela. Disponível em <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/hrc/20793157.html>. Acesso em 27 fev 2022.

RIBEIRO, Amaury; CLAUDIO, Luiz. **O professor do mensalão**. Revista Isto É. Publicado em 22 de junho de 2005. Disponível em https://istoe.com.br/7001_O+PROFESSOR+DO+MENSALAO/. Acesso em 12 jul 2021.

RIBEIRO, Carmen. **Pocotó, pocotó**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 05 de dezembro de 1999. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-gente/carmen-ribeiro-maringa-232389.html>. Acesso em 02 jun 2021.

RODRIGUES, Fernando; CABRAL, Otávio. **PP, ex-PPB, anuncia apoio formal a Lula**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 16 de maio de 2003. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u49110.shtml>. Acesso em 18 ago 2021.

RODRIGUES, João Gaspar. **Nepotismo no serviço público brasileiro e a súmula vinculante nº 13**. In: Revista do direito administrativo, mai/ago, v. 260, p. 203-229. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8835>. Acesso em 19 jan 2021.

SALLES, Teresa. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm. Acesso 01 jun 2018.

SAVIANI, Rodrigo. **É um absurdo, diz viúva de Janene sobre exumação do corpo do marido**. G1 Notícias. Publicado em 20 de maio de 2015. Disponível em <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/05/e-um-absurdo-diz-viuva-de-janene-sobre-exumacao-do-corpo-do-marido.html>. Acesso em 08 out 2021.

SCORTECCI, Catarina. **Ex-advogado de Janene fala de “contentier de dinheiro enterrado em fazenda”; assista**. Jornal Gazeta do Povo, Publicado em 21 de novembro de 2017. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/de-brasilia/condenado-por-grampear-moro-volta-cena-e-fala-de-contenier-de-dinheiro-enterrado-em-fazenda-assista/>. Acesso em 18 nov 2021.

SEABRA, Catia; MEDINA, Humberto. **Deputados temem traição em voto secreto em eleição na Câmara**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 13 de fevereiro de 2005. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67150.shtml>. Acesso em 02 ago 2021.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. **Esquema do doleiro operou nos Correios**. Revista Isto É. Publicado em 25 de abril de 2014. Disponível em https://istoe.com.br/359698_ESQUEMA+DO+DOLEIRO+OPEROU+NOS+CORREIO+S/. Acesso em 03 jan 2021.

SIC NOTÍCIAS. **Nelma Kodama diz estar a ser vítima de uma armadilha por ter denunciado o Lava-Jato**. 27 abril 2022. Disponível em <https://sicnoticias.pt/pais/noticia-sic-nelma-kodama-diz-estar-a-ser-vitima-de-uma-armadilha-por-ter-denunciado-o-lava-jato/>. Acesso em 30 abr 2022.

SILVA, Carla Andréia Alves. **Relações de poder político e parentesco no Município de Londrina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, UFPR, Curitiba, 2015.

SILVA, Carlos Alberto; FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José. Análise de redes sociais e sociologia da ação: pressupostos teórico-metodológicos. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 11. p. 91-1062013.

SILVEIRA, Fábio Alves. **Imprensa e política: o caso Belinati**. Grupo de Estudos: Estado, meios de comunicação e movimentos sociais. Faculdade Metropolitana. Não datado. GT6: Estado, meios de comunicação e movimentos sociais.

_____. **Família Belinati tem linhagem numerosa na lista de assessores**. Jornal de Londrina. Publicado em 28 março 2010. Disponível em <<http://www.jornaldelondrina.com.br/edicao-do-dia/conteudo.phtml?id=986922>>. Acesso em 21 de out. 2013.

_____. **Deputados da família Belinati empregam assessores na Assembleia**. Jornal de Londrina. Publicado em 28 março 2010. Disponível em <<http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?id=986837>>. Acesso em 21 out. 2013.

_____. **Há 15 anos, começava a queda de Belinati**. Jornal de Londrina. Publicado em 08 de maio de 2015. Disponível em <https://www.bemparana.com.br/blog/tupan/post/ha-15-anos-comecava-a-queda-de-belinati#.Yt8p9nbMKAs>. Acesso em 30 mai 2021.

_____. **Filha de Janene reclama que aliados abandonaram a família do ex-deputado**. Coluna Baixo Clero, publicada em 21 de setembro de 2016. Disponível em <https://www.paiquere.com.br/filha-de-janene-reclama-que-aliados-abandonaram-a-familia-do-ex-deputado/>. Acesso em 08 jun 2022.

_____. **Fundo de investimentos compra Sercomtel por R\$ 130 milhões**. Portal G1. Publicado em 18 de agosto de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2020/08/18/fundo-de-investimentos-compra-a-sercomtel-por-r-130-milhoes.ghtml>. Acesso em 02 mar 2022.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **As Associações de Moradores e a construção do espaço público: um exercício de cidadania**. (Estudo sobre o movimento de Associações de Moradores em Londrina). Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. **Rev. Mediações, Londrina**, v. 5, n. 1, p. 79-94, 2000.

SILVEIRA, Rose Ane. **Presidente do PP diz que partido comandará ministério no governo Lula**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 19 de novembro de 2004. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/foalha/brasil/ult96u65790.shtml>. Acesso em 20 ago 2021.

_____. **PP quer superar estigma malufista e investir em Lula**. Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 27 de janeiro de 2005. Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66896.shtml>. Acesso em 03 ago 2021.

_____. **Independente, Severino Cavalcanti é eleito presidente da Câmara.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 12 de fevereiro de 2005b. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67210.shtml>. Acesso em 02 ago 2021.

_____. **PP se reaproxima de tucanos, mas líder nega ida para oposição.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 21 de fevereiro de 2005c. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67374.shtml>. Acesso em 10 ago 2021.

_____. **Para Janene, ação contra Lula deve ser arquivada antes da reforma.** Jornal Folha de São Paulo. Publicado em 07 de março de 2005d. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67654.shtml>. Acesso 15 jul 2021.

SIMÃO, José. **Ueba! Melô a CPI e fiquemo sem Grana Garib!** Jornal Folha de São Paulo, publicado em 11 de junho de 1999. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq11069903.htm>. Acesso em 23 jul 2022.

SOARES, Jussara. **Após adiar júri por sete vezes, pecuarista é condenado por morte de ex-namorada.** Jornal O Globo. Publicado em 23 de março de 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/apos-adiar-juri-sete-vezes-pecuarista-condenado-por-morte-de-ex-namorada-22518604>. Acesso em 02 ago 2021.

SÓ NOTÍCIAS. **MP diz que filhos de ministros do judiciário vendiam sentenças.** Portal Só Notícias. Publicado em 15 de julho de 2006. Disponível em <https://www.sonoticias.com.br/politica/mp-diz-que-filhos-de-ministros-do-judiciario-vendiam-sentencas/>. Acesso em 08 mar 2022.

SOUSA, Rhay. **Memória da corrupção em Londrina nos últimos 13 anos.** Blog Chá das Cinco. Publicado em 13 de maio de 2012. Disponível em <http://chadascincolondrina.blogspot.com/2012/05/memoria-da-corrupcao-em-londrina-nos.html>. Acesso em 27 jul 2021.

STUDART, Hugo; LAGO, Rudolfo; CARVALHO, Ana. **O esquema de Bertholdo.** Revista Isto É. Publicado em 19 de julho de 2006. Disponível em https://istoe.com.br/6764_O+ESQUEMA+DE+BERTHOLDO/. Acesso em 03 ago 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **Ação Penal nº 470.** Mensalão. Voto do Ministro Joaquim Barbosa. Brasília, 2012. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/voto-joaquim-barbosa-item-vi-mensalao.pdf>. Acesso em 09 mar 2022.

_____. **Reclamação nº 17.623/PR.** Resumo Delação premiada Alberto Youssef. 2015. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/03/RESUMO-DELA%C3%87%C3%83O-YOUSSEF-CORRETO.pdf>. Acesso em 24 fev 2022.

_____. **Petição nº 0005589 de 09/04/2015.** Requerimento de homologação de laudo premiada de Rafael Angulo Lopez. Relator Ministro Teori Zavascki. 2015b. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/12/ANGULO-1.pdf>. Acesso em 15 fev 2021.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Janene responde a doze ações civis públicas.** Jornal Tribuna do Paraná. Publicado em 18 de setembro de 2005. Disponível em <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/politica/janene-responde-a-12-acoes-civis-publicas/amp/>. Acesso em 08 fev 2022.

_____. **União cobra R\$ 32 milhões de Janene.** Jornal Tribuna do Paraná. Publicado em 05 de julho de 2005b. Disponível em <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/politica/uniao-cobra-r-32-milhoes-de-janene/>. Acesso em 10 jul 2021.

_____. **Londrina, o laboratório do mensalão.** Jornal Tribuna do Paraná. Publicado em 28 de agosto de 2005c. Disponível em <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/brasil/londrina-o-laboratorio-do-mensalao/>. Acesso em 20 dez 2021.

_____. **Polícia investiga desocupação da fazenda de Janene.** Jornal Tribuna do Paraná. Publicado em 17 de janeiro de 2007. Disponível em <https://tribunapr.uol.com.br/painel-do-crime/policia-investiga-desocupacao-da-fazenda-de-janene/>. Acesso em 12 de jul 2021.

_____. **Autorizadas obras no viaduto da Ayrton Senna, em Londrina.** Jornal Tribuna do Paraná. Publicado em 02 de abril de 2008. Disponível em <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/autorizada-obras-no-viaduto-da-ayrton-senna-em-londrina/>. Acesso em 10 jul 2021.

TUPAN, Fernando. **Justiça condena à prisão ex-diretores da COHAB.** Blog do Tupan. Jornal Bem Paraná. Publicado em 29 de junho de 2016b. Disponível em <https://www.bemparana.com.br/blog/tupan/post/justica-condena-a-prisao-ex-diretores-da-cohab#.Yfv1-rMKAs>. Acesso em 03 jan 2022.

_____. **Enredo.** Blog do Tupan. Jornal Bem Paraná. Publicado em 22 de junho de 2016. Disponível em <https://www.bemparana.com.br/blog/tupan/post/enredo#.YfwzlrMKAs>. Acesso em 04 fev 2021.

_____. **Juiz anula venda de ações da Sercomtel para Banestado e condena Belinati.** Blog do Tupan. Jornal Bem Paraná. Publicado em 26 de julho de 2017. Disponível em https://www.bemparana.com.br/blog/tupan/post/juiz-anula-venda-de-acoes-da-sercomtel-para-banestado-e-condena-belinati#.Yh_Xf-jMKAs. Acesso em 27 fev 2021.

UCHO. **Herdeiros de Janene podem ser desmascarados no caso de participação oculta em empresa.** Portal Ucho Notícias. Publicado em 16 de abril de 2012. Disponível em <https://ucho.info/2012/04/16/herdeiros-de-jose-janene-podem-ser-desmascarados-no-caso-de-participacao-oculta-em-empresa-de-tecnologia/>. Acesso em 20 jul 2021.

_____. **Operação Lava-Jato: os tentáculos de um grupo criminoso especializado em desafiar a lei e lavar dinheiro.** Portal Ucho Notícias. Publicado em 24 de abril de

2014. Disponível em <https://ucho.info/2014/04/24/operacao-lava-jato-os-tentaculos-de-um-grupo-criminoso-especializado-em-desafiar-a-lei-e-lavar-dinheiro/>. Acesso em 03 jan 2021.

VALE, Rosângela. **Dia do Libanês é comemorado em Londrina**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 23 de novembro de 2003. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/dia-do-libanes-e-comemorado-em-londrina-470990.html>. Acesso em 05 jul 2021.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda, 1995.

WAIZBORT, L. **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Edusp, 1999.

WILTEMBURG, Fernando. **PM cumpre mandado e retira famílias do MST de fazenda de José Janene**. Jornal Folha de Londrina. Publicado em 30 de julho de 2019. Disponível em <https://fln2022.folhadelondrina.com.br/geral/pm-cumpre-mandado-e-retira-familias-do-mst-de-fazenda-de-jose-janene-2954809e.html>. Acesso em 02 jul 2021.

THOMPSON, Patricia. O campo. In: GRENFEL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, 1997.

_____. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

VAZ, Lucio. **A ética da malandragem: no submundo do Congresso Nacional**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

ZANIN, Patrícia. **Janene apóia a reeleição de Belinati**. Folha de Londrina, 31 de dezembro de 1999. Disponível em https://www.folhadelondrina.com.br/politica/janene-apoia-reeleicao-de-belinati-203639.html?_amp. Acesso em 13 jul 2022.

_____. **Belinati inicia mudança no secretariado**. Folha de Londrina. Publicado em 08 de março de 2000. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/belinati-inicia-mudanca-no-secretariado-267910.html>. Acesso em 05 out 2021.

24 HORAS NEWS. **Polícia cumpre reintegração de posse da fazenda de José Janene**. Jornal 24 Horas News. Publicado em 30 de julho de 2019. Disponível em <https://24h.com.br/politica/policia-cumpre-reintegracao-de-posse-da-fazenda-de-jose-janene/>. Acesso em 02 jul 2021.

